A MEMÓRIA MILITAR SOBRE

A REPRESSÃO

INTRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Maria Celina D'Araujo

Gláucio Ary Dillon Soares

Celso Castro

RELUME DUMARÁ

Os Anos de Chumbo

■

Os Anos de Chumbo

■

A MEMÓRIA MILITAR SOBRE A REPRESSÃO

Introdução e organização
MARIA CELINA D'ARAUJO
GLÁUCIO ARY DILLON SOARES
CELSO CASTRO

RELUME DUMARÁ

Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Barata Ribeiro, 17 sala 202
22011-000 — Rio de Janeiro, RJ
tel.: (021) 542-0248 fax: (021) 275-0294

Estabelecimento de texto,
copidesque e revisão
Leda Soares

Assistentes de pesquisa
Adriana Facina Gurgel do Amaral, Alexandra Toste,
Ana Paula do Livramento, Carlos Sousa de Jesus Júnior
e Selma Maria Holanda

Editoração
Carlos Alberto Herszterg

Capa
Victor Burton

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A625 Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão / introdução e organização Maria Celina D'Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. — Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Relacionada com: Visões do golpe
Inclui cronologia política.
Inclui glossário de siglas e índice onomástico.

1. Brasil — História — Revolução, 1964- . 2. Brasil — Política e governo, 1967-1974. 3. Governo militar — Brasil. 4. Militares — Atividades políticas — Brasil. I. D'Araújo, Maria Celina. II. Soares, Glaucio Ary Dillon. III. Castro, Celso, 1963- . IV. Título: A memória militar sobre a repressão.

94-0875 CDD – 981.062
CDU – 981

Sumário

INTRODUÇÃO

Rompendo o pacto do silêncio

O que nós pagamos — e isso ninguém considera — de amizades rompidas, de camaradagem perdida, isso ninguém repõe. Essa revolução nos custou muito, mas muito mesmo.

GENERAL GUSTAVO MORAES REGO REIS

Isso é coisa do passado. Dou essas declarações para os senhores porque se trata de um registro histórico. Não gosto de discutir o passado, acho que temos que olhar para o futuro desse país. E acho que o futuro do Brasil é problemático. Então, não posso perder tempo em ficar olhando para trás. Quando eu era ministro, dizia: "Olha a mulher do Lot. Virou estátua de sal."

GENERAL LEONIDAS PIRES GONÇALVES

Este livro trata da questão mais delicada e traumática da memória histórica nacional recente: a atuação dos órgãos de informação e repressão política durante o regime militar. Traz ao leitor depoimentos inéditos de *militares*, muitos dos quais ocuparam posições-chave nesses órgãos. Em seu conjunto, esses depoimentos representam uma fonte preciosa, constituindo-se, até agora, no material mais completo sobre o que poderia ser considerado uma "visão militar" da repressão política no Brasil.

Tratar desta temática é abordar de maneira direta a construção do Estado de Segurança Nacional, tentativa de engenharia política dos governos militares para combater fundamentalmente o que percebiam como o perigo interno representado pela ameaça comunista. Repressão política e segurança nacional foram assim, por alguns anos, lados complementares de um mesmo processo que tanto marcou nossa história recente, principalmente em fins dos anos 60 e início da década de 70. O assunto tem sido objeto de vários estudos e de balanços de cientistas sociais que, no Brasil e na América Latina, buscaram entender as raízes, a mecânica e as

finalidades desse arranjo institucional. Por outro lado, as posições de instituições que, a exemplo da *Anistia Internacional* e do grupo *Tortura Nunca Mais,* defendem os direitos humanos são bem conhecidas na avaliação que fazem a respeito. Pouco se sabe, contudo, acerca do que efetivamente pensam os militares sobre a experiência que viveram, e revelar seu pensamento é um dos objetivos primordiais deste trabalho.

É preciso deixar claro, desde logo, que os organizadores não endossam ou respaldam as declarações dos depoentes. Seu objetivo é tão-somente *apresentar* as visões dos militares a respeito de tema tão delicado. Mais do que isso, não pretendem atribuir a estes depoimentos um estatuto de verdade, conhecedores que são da precariedade da fonte oral enquanto um instrumento permeado de subjetividade. A rigor, a fonte oral é reconhecidamente entendida como problemática neste aspecto. É uma metodologia e um procedimento de coleta de informações e de interpretações, distanciando-se, por isso mesmo, de uma pretendida idéia de ciência e de verdade. Assim como outras fontes de pesquisa, pode induzir a erros factuais, interpretativos e analíticos. No caso em pauta, a subjetividade está mais do que presente e é deliberadamente transferida ao leitor para que extraia as suas próprias conclusões. A opção dos organizadores de transcrever na íntegra trechos de longos depoimentos reflete exatamente a preocupação de revelar diretamente ao público a forma particular desses militares de narrar e de reconstruir seu passado e suas ações.*

O que aqui se verá é um conjunto multifacetado de visões. As Forças Armadas, como qualquer instituição complexa, formulam um conjunto diversificado de opiniões acerca dos diferentes fenômenos que marcam sua experiência institucional. De toda forma, embora não haja homogeneidade de discurso sobre a repressão, é importante ficar claro para o leitor que este livro lhe trará uma oportunidade especial para tomar conhecimento e avaliar as jus-

---

* Os procedimentos metodológicos utilizados no preparo, realização e processamento das entrevistas estão descritos em "Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi", de Maria Celina D'Araujo, publicado em Marieta de Moraes Ferreira (coord.). *Entre-vistas*: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1994, p. 147-172.

tificativas e representações que os militares, cujos depoimentos estão aqui reunidos, têm sobre essa faceta de sua estada no poder.

Como não poderia deixar de ser, o que é narrado pelos atores que participaram dos órgãos repressivos destoa em muito de várias outras abordagens sobre o assunto. Por autodefesa, e para evitar questões que possam ferir sua auto-imagem, a "memória militar" retratada neste livro tende muitas vezes a subestimar aspectos que para a sociedade civil são de extrema relevância, bem como a superdimensionar outros que para aqueles mesmos setores soariam como de menor significação e veracidade. Em suma, está ausente das preocupações dos organizadores a busca, neste livro, da "verdade" sobre a repressão. Busca-se, sim, demonstrar de que forma foi construída a racionalidade militar sobre o fenômeno e, além disso, de que maneira representantes dessa instituição tentam construir sua memória que, a exemplo da memória de qualquer grupo, é ao mesmo tempo um processo de seletividades e de omissões. Em suma, estamos cientes de que, mais do que qualquer outra destinação, este livro pode se converter em uma *fonte de pesquisa*. Aliás, uma de suas qualidades foi exatamente fazer com que militares rompessem o pacto de silêncio que têm mantido a respeito do tema.

A ausência, nestes depoimentos, de uma visão homogênea sobre objetivos, atuação e resultados concernentes aos órgãos de segurança é acompanhada também por uma predisposição a pensar que o passado configura-se como algo que não deve ser remexido. O que foi feito pertence, para muitos, a outros tempos, e nada de edificante pode ser construído a partir da perseveração em velhos temas, como, por exemplo, o da repressão. A imagem do general Leonidas Pires Gonçalves, em epígrafe, alertando para Lot, é uma indicação dessa maneira de ver. Isso é acompanhado ora por uma necessidade de legitimar o passado, ora por um senso crítico. De toda forma, e como não poderia deixar de ser, trata-se de um exercício delicado quando o cerne dessa memória envolve um dos temas mais sensíveis e polêmicos na sociedade brasileira.

A título de introdução ao tema do livro, cabe ainda lembrar que o uso da força repressiva para combater os focos de oposição não foi uma inovação dos governos militares nem constitui um meca-

nismo recente da sociedade brasileira. A ditadura Vargas, por exemplo, usou e abusou da repressão, da tortura, das prisões e do exílio. Foi mesmo um expediente político empregado contra adversários políticos de qualquer cor ideológica. A guerra fria e a divisão do mundo em dois blocos antagônicos depois da Segunda Guerra Mundial redefiniram as dimensões da repressão política e ideológica, e outras doutrinas militares passaram a ser formuladas para combater os novos "inimigos" que emergiam. Ao lado das teorias sobre a guerra convencional, o desenrolar dos acontecimentos no pós-guerra, com experiências de guerrilha em vários continentes, levaram os militares e as organizações revolucionárias de esquerda a reciclar seus métodos de ação, tornando o enfrentamento mais violento.

No imediato pós-64, antes portanto do início da luta armada, os relatos sobre a violência policial e militar durante as prisões e nos presídios já era algo alarmante. Paralelamente, e longe das lides políticas, o desrespeito aos direitos humanos em relação aos prisioneiros comuns também não é algo tão novo no Brasil. Aliás, a própria colonização brasileira que se fez na base da escravidão tinha como contraponto o "tronco" para os castigos corporais. Desta forma, são incontáveis os capítulos da nossa história em que essa questão pode aparecer de maneira contundente e desconfortável, quer para a sociedade como um todo, quer para aqueles que, em diferentes épocas, detiveram o monopólio da força. Entretanto, o que difere a esse respeito, no período aqui abordado, é a forma como isto foi feito, ou seja, através do envolvimento direto das Forças Armadas. Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica.

Concebido como continuação de *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (Relume-Dumará, 1994), este livro, a exemplo do anterior, reúne parte do material obtido através de uma série de depoimentos concedidos por militares ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, no âmbito de uma pes-

quisa interdisciplinar e interinstitucional sobre 1964 e o regime militar.*

Os trechos selecionados estão centrados no período em que os órgãos de informação e repressão foram criados, combateram e derrotaram os grupos de esquerda engajados na luta armada contra o regime. Cronologicamente, esse período tem início com o golpe de 1964, alarga-se com o AI-5 e estende-se até o final de 1974, quando a guerrilha do Araguaia — último episódio da luta armada — foi vencida pelos militares. Em alguns casos, no entanto, esse corte cronológico foi ampliado de forma a incluir algumas observações e referências de caráter *técnico* sobre a atuação dos órgãos de informação em período posterior. É importante registrar que a parte mais expressiva do material referente ao funcionamento desses órgãos nos governos Geisel e Figueiredo será incluída no próximo livro da série, referente à "abertura" política.

Se, por ocasião do golpe de 1964, os depoentes ocupavam posições intermediárias na hierarquia e secundárias na preparação e eclosão do movimento, no período aqui abordado eles estão no centro dos acontecimentos: Carlos Alberto da Fontoura chefiou o SNI; Enio dos Santos Pinheiro, além de trabalhar no SNI, criou a Escola Nacional de Informações (EsNI); Adyr Fiúza de Castro foi o primeiro chefe do Centro de Informações do Exército (CIE) e chefiou o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) do I Exército; José Luiz Coelho Netto foi subchefe do CIE e serviu na Agência Central do SNI; Cyro Etchegoyen atuou no CIE; João Paulo Moreira Burnier chefiou o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA); e Leonidas Pires Gonçalves comandou o CODI do

* Diversas instituições apóiam esta pesquisa: a Fundação Getulio Vargas e a FINEP, através do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido no CPDOC; o CNPq, através do projeto "O Estado durante o regime militar brasileiro, 1964-1985"; a Universidade da Florida e o North-South Center, através do projeto *The national security State during the Brazilian military regime, 1964-1985* (os dois últimos desenvolvidos sob a responsabilidade de Gláucio Ary Dillon Soares). Além dessas instituições, gostaríamos de agradecer a colaboração, para este livro, de Leda Soares (redatora), Adriana Facina Gurgel do Amaral, Alexandra Toste, Ana Paula do Livramento, Carlos Sousa de Jesus Júnior e Selma Maria Holanda (assistentes de pesquisa), Clodomir Oliveira Gomes (técnico de som) e Marília Amparo (secretária).

I Exército.* Incluímos ainda os depoimentos de outros cinco militares — Ivan de Souza Mendes, Gustavo Moraes Rego Reis, Carlos de Meira Mattos, Octávio Costa e Deoclecio Lima de Siqueira — que não atuaram diretamente nos órgãos de informação, com exceção do primeiro, que foi chefe do SNI no governo Sarney. No entanto, fornecem importantes dados e visões sobre como a maior parte da oficialidade das Forças Armadas, que não participou da repressão, via a atuação desses órgãos. É bom lembrar que, embora não participando desses órgãos, eram obrigados a cumprir regulamentos que envolviam a convivência cotidiana com esses mecanismos de informação. O sistema de segurança tinha como alvos imediatos os inimigos ideológicos e os partidários da luta armada, mas seus procedimentos de controle permeavam toda a estrutura militar, não incidindo apenas sobre a sociedade civil.

Um aspecto importante desse período é a repressão política aos dirigentes e lideranças que operavam dentro das estruturas legalmente constituídas. Políticos, sindicalistas, professores, militares, padres etc. foram muitas vezes cassados, submetidos a processos, prisões e torturas. Esta oposição legal, duramente atingida pelos atos de exceção, não será, todavia, por opção dos organizadores, objeto de detalhamento neste livro.

Diferentemente do livro anterior, em que predomina o consenso em relação à avaliação da situação política que precedeu a intervenção em 1964 e às razões da ação militar, aqui as opiniões se diversificam. Os pontos consensuais podem ser, basicamente, reduzidos a dois. Em primeiro lugar, menciona-se a existência de uma guerra que, para os militares, não teria sido desencadeada por eles. A "guerra suja", na expressão de alguns, seria o resultado da necessidade da corporação defender o próprio governo. A iniciativa, contudo, teria partido dos guerrilheiros, cabendo aos militares uma ação reativa para se defender de grupos armados que pretendiam tomar o poder mediante um golpe violento de corte comunista. Em segundo lugar, menciona-se que tanto a imprensa

---

* Não nos foi possível obter depoimentos de membros do Cenimar e esta é uma lacuna deste livro. Aliás, freqüentemente se diz que esse órgão é o mais fechado entre todos os seus similares.

quanto a opinião pública teriam sido injustas e mal informadas quanto à atuação das Forças Armadas durante a repressão.

Obviamente, surge certo desconforto ao serem lembrados de que, naqueles anos de chumbo, foram os militares que deram um golpe de Estado, violaram a Constituição, cassaram pessoas, restringiram enormemente a participação política e os canais de expressão, instituíram a censura, editaram Atos Institucionais, ainda *antes* do início das ações armadas dos grupos de esquerda. A explicação dada para tanto se baseia no fato de que se tratava de um regime de exceção, emergencial, passível, portanto de recorrer a medidas autoritárias legitimadas por sua "natureza revolucionária".

Implícito nesse ponto está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. É importante observar que muitos militares se "queixam" justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso — a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o "dono" da história.

Mas por que nunca houve essa "versão oficial" das Forças Armadas que reproduzisse em relato claro e franco essa "guerra" feita e vencida, segundo afirma grande parte dos militares, em nome da pátria? Por que os casos em que realmente ocorreram os chamados "excessos", freqüentemente admitidos pelos entrevistados, não foram exemplarmente punidos e divulgados para que todos vissem a disposição dos militares de atuar de maneira limpa, mantendo preservada a autoridade e responsabilidade das cadeias de comando? Por que, afinal, a atuação dos órgãos de segurança e informação no período da repressão permanece até hoje como a grande "caixa-preta" do regime militar?

A falta de resposta a essas e outras questões é ainda mais problemática na medida em que grande parte das organizações de esquerda e vários ex-guerrilheiros expuseram publicamente seus atos e razões, tendo alguns chegado mesmo a fazer autocrítica, muitas vezes revendo radicalmente suas posições. Responder de

forma sistemática a essas indagações foge, no entanto, aos objetivos deste livro que, não obstante, oferece importantes subsídios para a reflexão acerca desses pontos. Aliás, a questão aparece de forma bem direta em muitas das entrevistas.

As razões para que essa experiência repressiva continue sendo assunto tabu para os militares, passados vinte anos da derrota da luta armada, estão presentes, de forma explícita ou não, nos depoimentos que se seguem. Já apontamos os pontos consensuais. Os que não o são dão a conhecer sérios problemas *internos* à corporação vivenciados durante o período da repressão e *por causa* da dinâmica da repressão. Antes de apontá-los, no entanto, é útil fazermos um breve esquema histórico da criação dos órgãos de informação e repressão, a estrutura do "sistema" que integravam e as diferentes fases da repressão política.

Após tomarem o poder em 1964, os militares se preocuparam de imediato com a criação de um órgão de informações moderno e eficiente. Vimos, em *Visões do golpe*, que a precariedade das informações é apontada como um dos pontos cruciais que facilitaram o crescimento e a vitória da conspiração contra João Goulart. A lição foi bem aprendida, pois ainda em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o objetivo de assessorar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação. Arquitetado por Golberi do Couto e Silva, o SNI cresceu e espalhou seus tentáculos sobre toda a sociedade e sobre os aparelhos do Estado. Além da Agência Central e de agências regionais espalhadas pelo Brasil, o SNI dispunha das Divisões de Segurança Interna — DSIs — em cada ministério e das Assessorias de Segurança e Informações — ASIs — em outros órgãos públicos. O número de pessoas envolvidas em caráter permanente nesse tipo de trabalho jamais foi tornado público. A julgar pelos depoimentos aqui transcritos, seriam aproximadamente duas mil, além de numerosos colaboradores eventuais. Tendo como cliente principal o presidente da República, o SNI expandiu suas atividades, ultrapassando os limites da área de informações e de operações. Tornou-se também um gerenciador de atividades políticas e empresariais. O gigantismo e a ação diversificada, e até mesmo descontrolada, desse órgão levou seu mentor, Golberi, a declarar, anos mais tarde, que havia criado "um monstro".

Na área militar, as atividades de informação, seguindo um modelo internacional, estiveram sempre a cargo das 2as Seções das unidades militares de cada Força. Vale lembrar que as Forças Armadas contam com cinco seções, destinadas, entre outras atribuições, a atividades de pessoal, informação, operações, apoio logístico e relações públicas. Tradicionalmente, coube às 2as Seções as atividades de informação. Percorrendo a cadeia de comando, elas confluíam verticalmente até chegar ao chefe do Estado-Maior de cada Força e ao ministro da área, se necessário. Este foi o modelo predominante até os idos de 1967, quando alguns oficiais, treinados em cursos de informação no exterior, avaliaram essa estrutura como sendo extremamente burocrática, lenta, sem capacidade de decisão, sem agilidade operacional e, mais do que isso, sem recursos financeiros expressivos.

Ainda no governo Castelo Branco, surgiu a idéia da criação de um centro de inteligência dentro do Exército, de âmbito nacional, não só para suprir essas deficiências institucionais bem como para equipar o país de um moderno sistema preventivo que pudesse fazer frente a possíveis investidas da esquerda. Segundo a percepção de alguns militares, a iniciativa de criar um órgão desse tipo não foi uma decisão consensual e tranqüila. O general Moraes Rego ilustra essa dificuldade, mostrando as restrições de Castelo Branco ao projeto e narrando por outro lado, a rapidez com que foi implementado no governo de Costa e Silva.

O Centro de Informações do Exército — CIE — era um órgão do gabinete do ministro, e o fluxo de suas informações passou a ser feito por outros canais que não os da convencional cadeia de comando. Houve superposição de competências? Duplicidade de funções? Para os diretamente envolvidos em sua estrutura, não. O CIE, agindo com autonomia frente aos demais órgãos de informação existentes e com quadros próprios propiciaria uma informação rápida ao ministro, seu cliente preferencial, e permitiria, em decorrência, rapidez na decisão e na execução da mesma. Tratava-se, portanto, de uma inovação dentro da corporação que implicou muitas vezes ignorar a cadeia de comando preexistente. Por outro lado, e isso é o mais importante, possibilitou que nos anos duros da repressão a instituição como um todo não fosse diretamente envolvida com os tipos de decisão e de ação a serem empreendidos. Pelos organogramas existentes, o CIE deveria

mandar cópia de seus relatórios aos outros comandos e suas respectivas 2as Seções, mas este não era um aspecto essencial. Ou seja, no que concernia a informações, a cadeia hierárquica era acompanhada por uma cadeia técnica paralela de informações devidamente institucionalizada.

O mesmo ocorreu nas outras Forças com a criação de centros de informação, e neste novo formato pode-se inferir que a primeira cadeia teria como objetivo cuidar dos interesses das Forças Armadas, enquanto a segunda trataria dos interesses do país. Admitindo-se este raciocínio, nota-se que, muitas vezes, em face de uma escala de prioridades, esses centros se transformaram efetivamente no grande poder: a cadeia técnica, em muitos momentos, suplantaria outros comandos formais, e este salto era compreendido como parte do esforço pelo zelo com a segurança nacional. Os depoimentos aqui reproduzidos são, aliás, bem ilustrativos a esse respeito. Note-se também que nem sempre esta duplicidade de funções de cadeias fluiu de forma pacífica. Na verdade, por diversas vezes, foi motivo de atritos e divergências. De toda forma, foi esse recurso adicional de poder que deu à comunidade de informações as condições para se impor nas decisões políticas nacionais e no direcionamento da repressão.

Na Aeronáutica, a iniciativa de criar um órgão desse teor ocorreu no início de 1968, antes, portanto, da emergência dos grandes embates com a esquerda. Aqui houve também treinamento de quadros no exterior. A montagem do serviço se deu basicamente na gestão do ministro Márcio de Sousa e Melo, tendo à frente o então coronel Burnier, após curso de treinamento em informações em Fort Gullick, no Panamá. Inicialmente denominado N-SISA — Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica —, foi reformulado em 1970, ganhando nova nomenclatura: Centro de Informações da Aeronáutica — CISA. Com essa reformulação, chegava-se à estrutura formal e definitiva que marcou a atuação desse órgão no combate à luta armada.

A Marinha, a mais antiga das forças, desde 1955 possuía um centro de informações institucionalizado, o Cenimar. Mas seus serviços nessa área vinham de antes e se caracterizavam basicamente como atividades de informação relativas a fronteiras e a questões diplomáticas. Ainda nos anos 60, o Cenimar dedicou-se com desenvoltura a combater atividades políticas e, em 1971,

seguindo o modelo do serviço secreto da Marinha inglesa, foi também reformulado para fazer frente às novas demandas militares no combate à luta armada.

Ao lado destes três órgãos de atuação nacional e do antigo sistema de informações verticalizado, a cargo das 2as Seções, surgiram outros, aprofundando a complexidade da estrutura então montada. Um deles foi a Operação Bandeirantes (OBAN), criada em São Paulo em 1969 pelo general José Canavarro Pereira dentro do II Exército, e que teve à frente o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Este órgão, misto de entidade policial e militar, foi amparado por recursos oficiais e por doações de empresários, entre os quais destacou-se Henning Boilesen, morto em 1971 por organizações de esquerda. A OBAN tinha por objetivo empreender ações de captura e desmonte de grupos armados de oposição, usando métodos marcadamente violentos. Sua filiação institucional ambígua assegurou-lhe carta branca para agir e impunidade para seus atos.

Gradativamente, o sistema foi se sofisticando e formando um rolo compressor na rota da repressão. Para evitar que a ação dos vários órgãos fosse suscetível a tendências centrífugas que poderiam levar à duplicidade de tarefas, a competições e a conflitos na área operacional, e visando maximizar os resultados de suas ações, ainda em 1970 foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna, os CODIs, que tinham como área de ação a jurisdição de cada Exército. Entidade composta por representantes de todas as forças militares, bem como da Polícia e do próprio governo, o CODI era chefiado pelo chefe do Estado-Maior do comandante de cada um dos Exércitos. Entre suas funções, incluíam-se fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer a ligação com todos os órgãos de defesa interna, coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança. Para muitos dos depoentes, cabia-lhe diretamente a coordenação das ações dos vários órgãos, de forma a evitar a duplicidade de esforços e, mais do que isso, que "batessem cabeça" — reproduzindo uma expressão utilizada com freqüência pelos entrevistados. Subordinados aos CODIs, foram criados os Destacamentos de Operações de Informações — os DOIs —, que congregavam membros das três Forças, bem como policiais civis e mili-

tares. O DOI era uma unidade móvel e ágil, com pessoal especializado e cuja função precípua era fazer operações — era o "braço armado da Inquisição", na expressão do general Fiúza de Castro. A simbiose entre esses dois órgãos ficou registrada na memória política pela sigla DOI-CODI, embora de direito fossem entidades diferentes.

Enquanto os centros de informação de cada Força se ligavam diretamente ao respectivo ministro, o CODI e o DOI estavam subordinados, técnica e hierarquicamente, ao comandante de cada Exército. Com isto, estamos chamando atenção para o fato de que foi o Exército a força principal a coordenar e comandar as ações de segurança interna. Foi com base nessa determinação que se dividiu o país em Zonas de Segurança Interna — ZDIs. Em cada uma delas, o comandante do Exército correspondente detinha poder de coordenação sobre a Marinha e a Aeronáutica, bem como sobre todas as demais instituições responsáveis pela segurança do país.

Ainda que, num primeiro momento, possamos admitir que essa intricada estrutura foi se definindo de forma reativa, o que se verificou ao fim de muito pouco tempo foi a instalação de um sofisticado sistema de segurança e controle institucionalmente consolidado, cujas características não podem jamais ser atribuídas a situações circunstanciais. O "sistema", a comunidade de informações fazem parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada mas também controlar e direcionar a própria sociedade.

É importante ressaltar, contudo, que a montagem desse sistema não foi, ao que tudo indica, consensual dentro da corporação militar. Resultou basicamente da ação da "linha dura" e dos anticomunistas mais exaltados, civis e militares. Todavia, uma vez instituído, foi absorvido como parte dessa mesma corporação.

A dinâmica do fluxo de informações em meio a essa constelação de órgãos de segurança então criados parece bastante confusa. Quem obedecia a quem? Quem informava quem? Como se dava de fato sua integração operacional? Como eram os vasos comunicantes? Todas as indicações apresentadas pelos depoentes neste livro apontam para o fato de que, ao lado de uma cadeia de tipo hierárquico que coexiste, mas não coincide, com uma cadeia técnica de comando, conforme ficou bem explicitado nos manuais de informação produzidos à época, existia uma "cadeia operacional".

Ou seja, a ação desses órgãos estava associada a uma rede complexa e *informal* que envolvia basicamente o "pessoal da área". Com isto, não queremos dizer que houve plena autonomia desses órgãos a ponto de seus comandantes, definidos pelas cadeias hierárquica e técnica, não poderem ser responsabilizados pelas ações de subordinados. Estamos enfatizando a complexidade do sistema para mostrar que o modelo concebido, se previa coordenação, dava amplas brechas para que faltasse controle e para que, em nome da segurança nacional, métodos e sistemáticas não regulamentares fossem melhor desempenhados.

Um exemplo da complexidade dessa estrutura pode ser extraído da convivência entre esses centros e o CODI ao nível de cada Exército. CIE, CISA e Cenimar eram subordinados aos respectivos ministros de cada Força, mas deveriam agir, em cada uma dessas jurisdições, coordenados — e não subordinados — pelo CODI, que por sua vez era subordinado ao general comandante do Exército. Mas se aqueles eram órgãos do ministro, não podiam, em tese, sofrer a interferência de outro comando hierarquicamente inferior e, mais do que isso, vinculado, no caso do CISA e do Cenimar, a outra Força. Na prática, para alguns depoentes, tais dificuldades levavam a que nada pudesse ser efetivamente coordenado, porque não era possível interferir em hierarquias e imiscuir-se em assuntos internos de outras Forças e de outros órgãos. O princípio de que cada Força e cada órgão deveria respeitar o "território" do outro fica bem claro.

Tudo isso deve ser pensado ao lado de uma situação igualmente excepcional que envolvia a censura, e atos institucionais que limitavam extremamente o uso das liberdades públicas. Lembremos ainda que o antigo Conselho de Segurança Nacional passou a exercer funções de planejamento governamental, além de oficializar as cassações tão corriqueiras no pós-64, e que a Justiça Militar foi toda reorganizada para servir efetivamente de órgão auxiliar da estrutura repressiva. Em outubro de 1969, depois de suspenso o *habeas-corpus* para crimes políticos, foram decretados o Código Penal Militar, o Código de Processo Penal Militar e a Lei da Organização Judiciária Militar, redefinindo os crimes contra a segurança nacional e atribuindo à Justiça Militar o julgamento de todos os crimes a ela relacionados, entre os quais, o de assalto a banco. Complementando esse quadro, havia ainda várias diretri-

zes ministeriais e presidenciais dispondo sobre segurança interna, decretos secretos, um *Plano Nacional de Informações*, uma Escola Nacional de Informações e vários outros instrumentos que equiparam o país para um enfrentamento de grandes dimensões tal qual previsto por seus dirigentes. Ainda nas palavras do general Fiúza de Castro, o país se preparou para "matar mosca com martelo-pilão".

Esta estrutura oficial e institucional fez-se ainda acompanhar por uma série de outros organismos civis e, na maior parte das vezes, clandestinos, que foram responsáveis por grande número de atentados e por várias ações de terror. Entre estes, o Comando de Caça aos Comunistas — CCC e o Movimento Anticomunista — MAC. Ou seja, ao lado de seu aparato legal, a repressão foi auxiliada por outras agências e colaboradores voluntários, muitos oriundos da sociedade civil, o que nos dá uma dimensão do quanto a ideologia anticomunista estava enraizada no país segundo uma perspectiva belicista.

Desde 1935, depois do frustrado levante do Partido Comunista, a doutrinação nesse sentido foi num crescendo. Paradoxalmente, dentro do próprio Exército, o comunismo encontrou terreno fértil para se expandir. É notória a frase de Luís Carlos Prestes de que era mais fácil organizar o Partido dentro dos quartéis do que dentro da fábricas, pois a estrutura de hierarquia e de obediência militar se adequaria melhor ao tipo de militante disciplinado que o Partido queria formar. As disputas ideológicas dos anos 50 em torno da questão do nacionalismo serviram para consolidar algumas teses da esquerda entre os militares, despertando nos chefes a necessidade de medidas saneadoras. Assim, grande parte do esforço doutrinador das escolas militares foi voltado para a construção e sedimentação de valores contrários ao comunismo. Este esforço foi legitimado pelo conflito ideológico da guerra fria, levando a que as teses anticomunistas já estivessem no centro dos acontecimentos quando do golpe de 1964. O que sucedeu a partir daí foi a utilização cada vez mais extensiva dessa ideologia, amparada, desta feita, pela própria ação da esquerda que, encurralada, sofrendo influência das novas doutrinas militaristas e sem alternativas de participação, viu nos confrontos armados, particularmente na guerrilha, uma saída para os seus projetos políticos.

Pode-se fazer um exercício de contrafação e imaginar que a

guerrilha e a subversão poderiam ter ocorrido sem que o país estivesse vivendo sob uma ditadura. Pode-se mesmo imaginar que isso seria possível dadas as circunstâncias internacionais que validavam positivamente o enfrentamento violento contra as chamadas "formas de dominação burguesa". Mas, seguindo nesse exercício hipotético de possibilidades, podemos também imaginar que o país teria, a exemplo de outras nações, condições para combater a guerrilha e o terrorismo sem recorrer a atos de exceção. Ou seja, a tão mencionada tese de que houve repressão violenta porque houve subversão pode ser relativizada. Houve repressão violenta, houve a "guerra suja", porque esta foi uma escolha, e não uma inevitabilidade histórica.

Convém lembrar que, ao fim dos anos 60, a juventude ganhava a cena em todo o mundo, contestando hábitos e costumes políticos e morais. Rebelava-se contra os rígidos valores tradicionais da família e contra o *status quo*. O lema "é proibido proibir" encarnava um grito contra a acomodação. Nesse contexto, o movimento jovem propunha-se a uma revolução total, produzindo seus filósofos, heróis e guerrilheiros. Em várias capitais da Europa, tais como Paris, Madri, Bonn, Varsóvia, Praga, Roma, e mesmo nos Estados Unidos, surgiam manifestações violentas contra o autoritarismo acadêmico e político. Os jovens se viam num mundo modelado pela guerra fria e recusavam-se a aceitar passivamente essa disjuntiva. O movimento estudantil, denunciando o autoritarismo universitário, fez-se acompanhar com freqüência de palavras de ordem que sugeriam a luta de classes, a guerra antiimperialista, a recusa à sociedade de consumo e a possibilidade da guerrilha.

No Brasil, esse tipo de contestação foi crescentemente direcionado para o combate ao próprio governo. O PCB perdeu gradativamente a influência que exercia sobre os jovens, e várias organizações de esquerda foram surgindo para atender as demandas de participação contestatória. A luta contra a ditadura tornou-se a linha mestra desses movimentos, e os cuidados organizativos se aprimoraram, bem como as técnicas de combate. De fato, boa parte da jovem "inteligência" brasileira passou a se dedicar a formas de oposição radical e violenta, gerando o pânico nos órgãos repressores, até então ainda pouco preparados para esse novo tipo de confronto. Se esse era um movimento internacional, nem por

isso todos os países o combateram da mesma forma. Aqui, o sistema foi montado para uma verdadeira operação de guerra, mais do que para uma operação policial.

O custo dessa opção da juventude estudantil em se rebelar contra o governo foi, como se sabe, muito alto. No período duro da repressão, os estudantes foram a categoria social mais visada e mais atingida, ocupando o primeiro lugar nos casos de morte, tortura e denúncias, segundo dados do *Brasil Nunca Mais*. Num período em que a população de nível superior no Brasil atingia 1,4% da população, este pequeno contingente contribuía com 39% dos casos de morte por razões políticas, 26% dos casos de tortura e 21% dos denunciados.* Nas malhas da repressão, os estudantes eram um alvo privilegiado, e isto não era infundado. A maior parte dos que aderiram à guerrilha provinha de setores sócio-educacionais de níveis mais elevados. Para diversos militares, o envolvimento das Forças Armadas nesse combate se fazia necessário porque a melhor parte da inteligência brasileira, o que havia de mais alto nível, estava comprometida com o comunismo, desafiando não só os valores da pátria como também a própria polícia, não tão abastecida de cérebros.

Passou a fazer parte da técnica de combate aos grupos revolucionários de esquerda a infiltração de agentes, seguindo uma técnica universal de espionagem e contra-informação. A complexidade do sistema, contudo, permitia também que os infiltrados de diversos órgãos não se conhecessem entre si, dando margem a "equívocos" quando de "batidas" em alguns "aparelhos". Dos depoimentos aqui reunidos, vários partiram de pessoas que vivenciaram por dentro essa dinâmica, e mesmo aqueles que aprovaram seus conteúdos e métodos fornecem importantes sinalizações das dificuldades de administrar uma estrutura desse teor, embora concordem com os objetivos e conseqüências das iniciativas por esta empreendidas.

Apontadas as principais características do "sistema", convém remeter a um dos temas mais difíceis dentro desses múltiplos organogramas que envolvem mando, comando, obediência e auto-

---

* A esse respeito, ver Daniel Aarão Reis Filho. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

nomia: como fica a questão da responsabilidade? Quem deve responder pelos casos de crimes, torturas e desaparecidos? Este é um ponto sobre o qual não há muita concordância e coerência. Se alguns afirmam que, por definição, o responsável é sempre o comandante imediato e, em última instância, o próprio presidente da República, por outro lado também é freqüentemente lembrado que os órgãos das Forças Armadas — CIE, CISA, Cenimar — tinham autonomia frente aos comandos da cadeia hierárquica tradicional. Grandes operações foram comandadas e planejadas por esses órgãos de informação sem a participação, às vezes, de comandantes de Regiões. Mas, nestes casos, esses mesmos órgãos tinham tecnicamente, como superiores hierárquicos, os próprios ministros militares. Assim sendo, a questão da responsabilidade poderia sempre ser resgatada. Por que não se usou desse expediente para corrigir abusos e excessos? Apesar da complexidade do sistema, a estrutura sempre remetia a um chefe, que tinha por função zelar pelo cumprimento das ordens dadas. Quem dava as ordens e que ordens eram dadas?

A versão oficial diz que a tortura jamais resultou de ordem ou orientação dos chefes. Mas, se isso é dito, aliás com ênfase por alguns, também é confirmada pelos próprios depoentes a ocorrência de abusos ou "excessos". Não se mencionam ou esclarecem, contudo, as providências que porventura tenham sido tomadas nesse sentido, no período coberto pelo livro, com o rigor que o assunto requeria, e isso contraria um princípio militar básico constante dos regulamentos da instituição. Isto é, o chefe é sempre responsável, e se sabe de irregularidades e não toma providências, é conivente. Mais do que isso: se não sabe o que se passa em sua unidade é também conivente por omissão e falta de responsabilidade. Se o regulamento é tão rigoroso, chama atenção o fato de que se admita que os "excessos" tenham existido sem que tenham sido tomadas as devidas providências. E para isso há sempre uma explicação improvisada, mas de grande valor simbólico: "essas coisas" fazem parte de qualquer guerra; na guerra, nem tudo pode ser controlado. Reforçando esta perspectiva, a tortura é, às vezes, banalizada como mais uma das várias iniciativas que tiveram de ser implementadas — "ossos do ofício".

Essa rede de informações e de operações foi marcada por diversas fases que mostram *pari passu* as diferentes fases do preparo

para a repressão. Mas se, num primeiro momento, podemos dizer que ela foi reativa — repetimos —, é também verdade que ao fim do período, quando a guerrilha e a luta armada haviam já terminado, o sistema continuava ainda se aprimorando, tornando evidente, portanto, que se transformara no que os militares gostam de chamar de objetivos nacionais permanentes. Ou seja, queremos chamar atenção para o fato de que não se pode simplificar a construção do Estado de Segurança Nacional, em seus aspectos repressivos, a uma mera resposta aos contratempos da época. Para aqueles vinculados à área de informações, era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada. Para muitos militares, ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer um trabalho preventivo de saneamento ideológico. Por isso mesmo, a desmontagem desse sistema se tornará tão demorada e problemática, guardando relação com os objetivos e metas que lhe foram conferidos.

Como se sabe, o período em que a repressão começou a se pronunciar de forma mais cabal foi no fim da década de 60. Começavam os seqüestros e assaltos a bancos, dando margem a que entrasse em ação um vasto conjunto de valores e saberes previamente aprendidos para esse tipo de enfrentamento. É comum, como já vimos, ouvir a tese de que a Polícia não estava preparada para esse tipo de enfrentamento. De um lado, os próprios guerrilheiros e/ou militantes da época lembram, com certa dose de humor, como conseguiam ludibriar os órgãos policiais e livrar-se de operações repressivas. De outro, alguns militares também se referem a esse mesmo problema, lembrando que estavam tecnicamente despreparados para esse tipo de combate. Para tanto, foi necessário um preparo intensivo, e isso foi feito de várias maneiras. A primeira decisão importante nesse sentido foi considerar que apenas as Forças Armadas estariam aptas a esse combate. A ineficiência da Polícia é mencionada várias vezes como um dado estrutural a indicar a necessidade de uma decisão desse teor. Além de despreparada, teria limitações legais para agir, posto que as secretarias estaduais tinham jurisdições regionais demarcadas, o que impediria um combate nacional. A Polícia Federal, por sua vez, não teria agilidade, recursos e treinamento

necessários. Desta forma, caberia às Forças Armadas assumir esse papel, uma vez que, em situação de excepcional perigo, tinham asseguradas condições institucionais mais condizentes para o tipo de ação que se prenunciava.

Ou seja, poucos são os militares aqui entrevistados que questionam essa decisão, e poucos também são os que a criticam. Alguns chegam mesmo a indagar se este seria realmente o papel das Forças Armadas, se seria necessário comprometê-las diretamente num tipo de combate como o que se desenrolou. Mas, para a grande maioria, que aprova esta decisão, os argumentos são construídos de forma a mostrar que não havia outro tipo de saída: a pátria estaria em perigo, exigindo de seus soldados o combate. E mais do que isso, apenas os militares seriam, àquela época, capazes em todos os sentidos de debelar as organizações de esquerda. Para isso, foi fundamental o treinamento de militares brasileiros em outros países. O leitor acompanhará aqui várias experiências de treinamento no exterior em cursos de informação e contra-informação, incluindo técnicas de interrogatório. Chama atenção o fato de que alguns países tenham servido de modelo para trabalhos desse tipo. Entre eles, temos a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos.

Oficiais brasileiros estagiaram e fizeram cursos nesses países para aprender técnicas de informação e de contra-informação. Aliás, desde os anos 50 o Brasil já enviava militares à Europa para treinamento nessa área. Deve-se levar em conta que a preocupação com informações é uma realidade para os militares de todo o mundo. Não é, portanto, de estranhar que o tenha sido também aqui. O que chama atenção é a rapidez com que este aprendizado foi consolidado e os objetivos eminentemente bélicos — guerra interna, guerra intestina — que envolveram esse tipo de formação. Interessante lembrar também que vários desses países que ajudaram o Brasil na preparo de quadros para a repressão tenham sido, anos mais tarde, fortes críticos da situação dos direitos humanos no país.

Paralelamente, passou-se a fazer o treinamento interno de novos quadros, e essa preocupação ficará bem contemplada com a criação da Escola Nacional de Informações. O Brasil recebeu também instrutores norte-americanos para os cursos que aqui se realizavam. Ou seja, providências diversas foram tomadas de

modo a tirar da atividade qualquer aspecto amadorístico. Graças a isso, deixava de haver o elemento surpresa por parte das iniciativas da esquerda. O treinamento e as infiltrações são recorrentemente lembrados como as chaves do sucesso. Lembra-se também a facilidade que teria havido para promover essas infiltrações, alegando que a esquerda era muito amadora em matéria de organização interna. Com isso, nota-se uma certa ambigüidade: certas vezes, menciona-se a superioridade intelectual da esquerda para justificar o aparato formado; outras, desqualifica-se o inimigo para afirmar a superioridade do trabalho da repressão.

O tema das confissões de "subversivos" presos aparece ao longo dos depoimentos com pesos diferentes. Observa-se, contudo, a insistência em afirmar que teriam sido muito comuns e facilmente obtidas. Chega-se a mencionar que a esquerda teria uma vocação especial para a delação. Observações deste tipo permitem dois comentários adicionais. Em primeiro lugar, seria importante dizer isso para desmoralizar o oponente e tirar-lhe qualquer aspecto de valentia. Em segundo, seria estratégico repetir esse ponto porque demonstraria a falta de necessidade de métodos violentos para obter confissões. Visto isso, há que fazer alguma menção à forma como é abordada a tortura. Para alguns, nunca existiu e teria sido uma "invenção" da esquerda para justificar suas próprias delações. Para outros, existiu de forma incipiente e residual, muito "leve", se compararmos o Brasil com outros países. Para terceiros, existiu episodicamente, e isso deve ser entendido de duas maneiras: como efeitos não controlados de uma guerra, e como ação de personalidades psicologicamente desequilibradas. Jamais como prática institucionalizada. Há ainda os que procuram relativizar o que seria tortura e, nesse sentido, argumentam que teria havido muito exagero por parte da esquerda ao relatar as formas como foi interrogada.

Chamou particularmente a atenção dos organizadores do livro as menções feitas ao fato de que certos comandantes não tivessem aprovado os métodos violentos usados dentro de suas unidades em relação a presos políticos. Admitindo-se que houvesse esta possibilidade, cabe novamente indagar: se o comandante maior não autorizava e não permitia a violência e procurava controlar essa situação, como entender que ela continuasse sendo praticada?

Quem agia contra a vontade do chefe? Outra possibilidade é pensar que de fato as coisas não se passavam bem assim, que esse controle foi mais formal e oficial do que efetivo. Voltamos então para a questão da responsabilidade e da obediência, e somos levados a pensar na ação repressiva também como produto de múltiplas parcerias que escapavam a organogramas convencionais. Não se pode esquecer, contudo, que, apesar dessa intricada malha institucional, seria sempre possível, quer pela cadeia técnica, quer pela cadeia hierárquica, atribuir responsabilidades.

Outro ponto que gostaríamos de destacar diz respeito ao fato de como eram tratadas as questões de informação dentro da própria corporação. Tem sido exaustivamente dito que a sociedade civil, como um todo, pouco sabia acerca do que efetivamente se passava dentro dos quartéis. Seria o caso de examinar melhor se, do ponto de vista interno, os militares eram amplamente informados e se acompanhavam com detalhes os métodos e planos militares para combater a subversão. Os depoimentos aqui reunidos indicam que a comunidade de informações era restrita e parcialmente fechada mesmo para os colegas de farda, o que é explicado como rotina e praxe desse tipo de atividade e como uma necessidade do próprio trabalho: "o segredo é a alma do negócio." De toda forma, esse é um ponto problemático.

Havia também aqueles que discordavam da forma como eram efetivadas e encaminhadas as orientações sobre o percurso das informações de segurança. Mencionaremos aqui dois exemplos ilustrativos desse problema. O primeiro vem do general Moraes Rego quando comandava, em 1976, a 6ª Região Militar em Salvador. Ele se opôs a que os relatórios de informação da sua 2ª Seção seguissem diretamente para o CIE sem antes passar pelo seu conhecimento e autorização. Como represália, teve seu nome pichado nos muros do Shopping Center Iguatemi, naquela mesma cidade, numa frase assinada supostamente pelo PCBR, que dizia: "Arraes, Moraes Rego e Prestes são nossos amigos." Segundo o mesmo general, esse ato "insidioso e covarde" deixou no muro do *shopping* a "lembrança da indignidade" de alguns membros da comunidade de informações que não ousaram expor diretamente seus pontos de vista e divergências. Outro exemplo nessa mesma direção para demonstrar os incidentes entre a cadeia de comando

e a cadeia de informações ocorreu com o general Octávio Costa quando comandava, anos depois, a mesma Região. Nesse caso, o que se torna explícito é a forma pela qual as ordens na área de informação saíam diretamente da 2ª Seção do IV Exército sem passar pelo seu conhecimento. O general lembra que, graças ao bom relacionamento que mantinha com o chefe de sua 2ª Seção, pôde ser poupado de algumas situações constrangedoras que poderiam comprometer sua "posição de comandante e de cidadão". Lembra ainda a esse respeito que situações como estas podem ter se repetido com outros comandantes, os quais, por isso mesmo, foram muitas vezes ultrapassados pelos E2 (2ªs Seções), pelo CIE, o DOI e o CODI.

Analisada esta dinâmica interna do sistema repressivo, convém fazer algumas menções sobre quais foram os saldos da repressão. Os dados mais exaustivos até hoje, no que toca aos setores de esquerda, foram produzidos pelo grupo *Tortura Nunca Mais*. Segundo esses dados, foram 125 os desaparecidos no Brasil, 60 dos quais no Araguaia. Cronologicamente, esses desaparecimentos estão distribuídos da seguinte maneira: 1 em 1964; 1 em 1969; 4 em 1970; 15 em 1974 e 6 em 1975. Os demais — 98 —, ou seja, 78%, ocorreram exatamente entre 1971 e 1973, período especialmente contemplado neste livro.

No que concerne ao número de mortos, a distribuição temporal também não difere muito. Ao final do período repressivo, os dados oficiais, ou seja, aqueles produzidos a partir de documentação oriunda das autoridades judiciárias, chegam a 145. Quanto ao saldo da repressão política no que se refere a cassações e punições, os dados são também reveladores. De 1964 a 1973, houve 4.841 punições políticas no país. Dessas, 2.990 ocorreram em 1964 e 1.295 nos anos de 1969 e 1970. A distribuição coincide, portanto, com o imediato pós-golpe e com os dois primeiros anos que se seguem ao AI-5. Ao longo desses dez anos, 517 pessoas perderam seus direitos políticos e 541 tiveram seus mandatos cassados. As outras punições então aplicadas dizem respeito a aposentadorias (1.124), reformas (844) e demissões (1.815). Nas Forças Armadas, estes três últimos tipos de punição atingiram 1.502 militares, e nas polícias, 177 pessoas. Na área sindical, até 1970, ocorre-

ram 536 intervenções, a maior parte delas (252) por motivo de subversão.*

Muito ligeiramente, estes dados confirmam que houve uma concentração da repressão política em 1964, e depois, nos anos de 1969 a 1973. Que essa repressão foi distribuída por todos os setores da vida nacional, incluindo militares, civis e aparelhos do próprio Estado. No entanto, no que toca à questão dos desaparecidos, dos mortos e dos abusos, a concentração se dá no segundo momento. Mais do que isso, queremos chamar atenção para o fato de que o que mudou nessa segunda fase foi o alvo da repressão, envolvendo setores da elite social e cultural do país, o aprimoramento dos métodos, a institucionalização e a organização do sistema repressivo, como foi aqui apontado.**

O saldo dessas punições tem sido freqüentemente assinalado como um retrocesso em nossas instituições públicas e na nossa cultura política. Falar mais sobre isso seria redundante. Convém lembrar apenas que, do ponto de vista de muitos militares, essa batalha foi perdida porque, com tudo o que se fez, não se teria conseguido livrar o país da influência comunista. Apesar da intensidade dos métodos e da doutrinação ideológica, teria havido um saldo negativo. Alguns depoimentos apontam nessa direção, lembrando exatamente que, graças a esse fracasso, as Forças Armadas estariam sendo continuadamente vilipendiadas pela imprensa e pela própria sociedade. Na opinião dos militares da "linha dura", por outro lado, o comunismo renasceria a cada momento e de diferentes formas, e isso poderia ser um atestado a referendar a necessidade da eternização do "sistema". Mas, afinal, como poderiam esses militares da "linha dura" explicar que, apesar de terem sido bem-sucedidos no combate à guerrilha não o tenham sido no que se refere à chamada "infiltração comunista"? Se

---

* Dados extraídos de Wanderley Guilherme dos Santos. (Coord.) *Que Brasil é este?* Manual de indicadores políticos e Sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1990.

** Em estudo anterior, Gláucio Ary Dillon Soares demonstrou que a curva da violência política corresponde em exata intensidade e distribuição à curva concernente às proibições do governo em relação à imprensa. Ver: "A censura durante o regime autoritário." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4, nº 10, 1989.

perderam a "guerra" no que toca à "conquista das mentes", qual teria sido o erro de condução? As respostas aqui apresentadas a esse respeito carecem de consistência. Em primeiro lugar, porque se definiu, de maneira geral, como sendo comunismo todas manifestações de oposição ao regime militar e de livre pensamento. Em segundo lugar, e isso é o mais importante, porque, na estreiteza dos limites da "linha dura", pensou-se que o mundo poderia ser modelado de uma única forma.

Finalmente, gostaríamos de lembrar que, apesar das divergências e dos problemas aqui apontados em relação ao funcionamento desse sistema repressivo, predominou, ao longo do tempo, uma preocupação em preservar a corporação militar — talvez mesmo mais a própria instituição do que o governo. Isto acarretou, sabidamente, sérios problemas quando da abertura política. Mas, da mesma forma que a unidade foi mantida, em que pese as tensões internas durante o período mais duro do regime, essa unidade teria que ser preservada quando da retirada do poder. Por isso mesmo, se, para vários militares, era "hora de abrir", esse processo teria que ser lento. A oposição interna era grande, e os privilégios a perder, no caso dos setores ligados à segurança e informação, expressivos.

Dessa forma, entender o regime militar é ao mesmo tempo um exercício de compreensão da dinâmica das Forças Armadas em tempos recentes. Não estamos com isso afirmando, como já lembramos aqui, que podemos confundir todos os membros da corporação com o que foi praticado de abusivo por parte de alguns de seus representantes, embora o tenham feito *em nome* dessa mesma corporação e agido, muitas vezes, *dentro* de suas unidades — os depoimentos aqui reunidos permitem fazer claramente essa distinção. A forma como alguns depoentes vinculados ao sistema de informações se referem a colegas de farda que criticaram ou divergiram dos métodos da repressão — Leonidas fala em "teóricos", Coelho Netto em "covardes enrustidos" e Cyro Etchegoyen em "traidores" — mostra que o grau de conflito interno deve ter sido significativo. No entanto, estamos querendo ressaltar que, apesar das diferenças, foi construída uma imagem institucional para fora que, em nome de preservar o "espírito de corpo" da instituição em face das críticas da sociedade civil, omitiu a existência de fortes clivagens internas. Lidar com isso continua sendo

uma tarefa difícil, assim como foi difícil para os engenheiros da "abertura" vencer as resistências internas. Mas este é exatamente o tema do terceiro e último livro desta série sobre a "memória militar".

Deixemos agora que os depoentes exponham seus pontos de vista e que, através desta fonte documental, se possa conhecer um pouco mais, não exatamente do que *foi* o Brasil dos últimos tempos, mas de como ele foi concebido, planejado e interpretado por importantes setores militares. Espera-se também que estes depoimentos encorajem outros militares a expor seus pontos de vista e a quebrar o pacto do silêncio que só prejudicou a instituição militar.

Depoimentos

Adyr Fiúza de Castro

■

Nasceu no Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1920. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1940. Em 1964 era tenente-coronel e servia no Estado-Maior do Exército, na Subseção de História da 5ª Seção. Promovido a coronel em 1965, chefiou a Divisão de Informações (D2) do Gabinete do ministro da Guerra até 1969, e nessa função foi um dos criadores do Centro de Informação do Exército (CIE). Ainda nesse ano, tornou-se secretário da Comissão de Investigação Sumária do Exército, adida ao I Exército, no Rio de Janeiro, acumulando esse cargo a partir de 1972 com a chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Em 1974 assumiu o comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro e foi promovido a general-de-brigada. De 1975 a 1978 comandou a 6ª Região Militar, sediada em Salvador, sendo então designado para a Diretoria do Instituto de Inativos e Pensionistas do Exército. Logo em seguida pediu transferência para a reserva.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em março de 1993.

■

Qual a origem do seu envolvimento com a área de informações?

Eu já tinha interesse por informação e contra-informação desde a Escola de Estado-Maior. Sempre gostei muito de criptografia, gosto muito de enigmas, então me dediquei a decifrar mensagens cifradas. Sou um "especialista" em decriptografia. Na Escola de Estado-Maior, o primeiro a organizar um curso de informações fui eu. Sempre fui ligado a esta área e muito curioso a respeito do

inimigo, que é trabalho de 2ª Seção. Era conceituado como um especialista de 2ª Seção.

Fui comandar Barueri em maio de 64. No II Exército, eu estava muito bem comandando a minha unidade, gostava muito daquilo. O então coronel Dale Coutinho, que era o chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar, gostava muito de mim, e eu gostava muito dele. O Guedes era o comandante da Região, e o Kruel, comandante do Exército. Eu me dava muito bem com todos. E o Dale Coutinho e o Guedes já haviam conversado comigo a respeito da sucessão do Castelo, estando ambos na linha de que deveria ser o Costa e Silva. Eu declarei: "Estou de acordo. A minha unidade está às ordens. Nós somos unanimidade a favor do Costa e Silva." Quando o Costa e Silva teve que se desincompatibilizar, sair do Ministério do Exército, o Castelo nomeou como ministro o general Ademar de Queirós.

Que não tolerava o Costa e Silva.

Que não tolerava o Costa e Silva. E eu sabia disso. O Ademar de Queirós foi o mais chegado auxiliar de meu pai durante a vida inteira. Eu o conhecia como ninguém. E conhecia seu pensamento, mercê daquelas conversas antes da Revolução.

Então, quando eu estava tranqüilamente em Barueri, recebi um telefonema do Dale Coutinho: "Fiúza, embarque hoje para o Rio e vá se apresentar ao ministro." No mesmo dia vim para o Rio de avião e me apresentei. Quem estava como chefe de gabinete do Ademar de Queirós era o general Oscar Luís da Silva, muito meu amigo — tinha sido meu chefe na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, conhecia meu trabalho de informações. Cheguei, apresentei-me ao Oscar, e ele me disse: "O ministro quer convidá-lo para assumir a chefia da D2, mas você tem que assumir logo, porque não podemos ficar sem chefe" — o chefe anterior havia saído com o Costa e Silva. Fui então me apresentar ao Ademar, que disse: "Fiúza, nós queremos seu trabalho aqui como chefe da D2. Eu deposito toda a confiança em você." Eu retruquei: "Senhor ministro," — aí eu me formalizei — "tenho que declarar ao senhor que faço parte daqueles que acham que o general Costa e Silva foi eleito e tem que tomar posse. A D2 é um lugar muito delicado, e eu não trabalharei de maneira alguma fora dessa idéia. Sou

favorável à posse do general Costa e Silva na Presidência da República em substituição ao marechal Castelo Branco. O senhor ainda me quer como chefe da D2?" Ele disse: "Você pensa exatamente igual ao Castelo. De modo que eu, como sou muito leal ao Castelo, não trabalharei contra essa idéia. Como você está pensando igual ao presidente da República, então assuma a chefia da D2."

No dia seguinte que assumi as funções da D2, fui chamado pelo general Siseno Sarmento no 14º andar. Eu o admirava muito, e ele gostava de mim. Siseno era diretor de uma diretoria qualquer, estava encostado, porque tinha saído da chefia do Gabinete do Costa e Silva e fora substituído pelo Oscar Luís. Quando entrei no seu gabinete, fiquei espantado: havia mais de quatorze generais lá. Estavam reunidos o Juca Burro, quer dizer, o general Ulhoa Cintra — era o apelido dele —, o Albuquerque Lima e todos os generais em comando no Rio de Janeiro, inclusive o Frota. Eu era coronel e havia acabado de assumir a chefia da D2. Entrei no gabinete do Siseno, e ele me disse: "Sente-se aí, Fiúza. Você assumiu uma função de muita importância, uma função-chave. Quero dizer a você que estamos aqui, todos nós, prontos a tomar qualquer atitude em defesa dos direitos do Costa e Silva." Eu declarei: "General Siseno, não é surpresa para mim, porque eu cheguei anteontem de São Paulo, e lá existe a mesma unanimidade. Na minha unidade, eu já havia me comprometido com o general Dale Coutinho nessa linha. E tem mais. Ontem, ao me apresentar ao ministro, fiz tais e tais declarações, e ele me respondeu isso." "Ah, o Ademar disse isso? Então podemos todos ficar tranqüilos." Eu digo: "Acho que podem todos ficar tranqüilos, porque esta é a linha do presidente da República. Pode não ser a linha do próprio Ademar, do Geisel, do Golberi e dos homens que cercam o Castelo, mas é a linha do Castelo. E o Ademar não será desleal ao presidente. Então somos todos Flamengo, não há problema." Eu estava meio espantado com tantos generais ali, mas conhecia bem todos eles e estava muito tranqüilo.

Quando assumi a chefia da D2, eu havia notado uma duplicidade de esforços, sendo que um absolutamente inútil: a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, a Seção de Segurança Interna, que contava com oficiais muito capazes e com uma estrutura muito boa, mas que assessorava um chefe que não tinha capacidade de

decisão, que era o chefe do Estado-Maior do Exército, recebia dos E2 espalhados por todo esse Brasil, em cópia, a mesma informação que eu recebia. Então havia uma duplicação de trabalho e de despesas.

A 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, na parte de segurança interna, era absolutamente inócua, porque não tinha a quem informar: recebia e processava as informações, mas não tinha a quem informar. Eu já sabia disso de outros carnavais, de outras épocas, mas fiquei meio preocupado com esses esforços inúteis. Então, já no tempo do general Ademar, comecei a trabalhar no sentido de fundir essas duas repartições — a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, de Segurança Interna, e a D2 do Gabinete do ministro — num mesmo órgão, que teria muito mais força. Além disso, o gabinete do ministro tem o dinheiro, e o Estado-Maior não tem — toda a verba secreta era manipulada e distribuída pelo gabinete, pela D2. Então consegui convencer os meus chefes, inicialmente o Frota — e ele entendeu logo isso —, da criação desse órgão. Com alguma objeção do restante do Estado-Maior do Exército, porque eles achavam que iam perder uma autonomia que na realidade não tinham. Eles tinham um órgão que trabalhava muito bem, mas que depois engavetava o resultado de suas pesquisas.

Alguns militares dizem que a 2ª Seção não estava preparada para tratar do problema da subversão.

Estava — aí é que está. Eu sabia, porque trabalhei nela. Mas ela recebia, estudava, processava, chegava a conclusões, e não tinha a quem entregar, porque o chefe do Estado-Maior do Exército não trata de segurança interna — meu pai foi chefe do Estado-Maior do Exército durante quase dez anos,* e eu sei disso. Segurança interna exige ação rápida, enquanto o Estado-Maior do Exército dá diretivas, não comanda. Um ministro comanda e tem dinheiro. O Estado-Maior do Exército não tem dinheiro, tem apenas as verbas orçamentárias. Isto não significa que a 2ª Seção do EME não fosse

---

* Trata-se do general Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado-Maior do Exército de 1948 a 1955.

eficiente. Era eficiente no trabalho intrínseco, mas o trabalho não tinha seguimento, não tinha conseqüência. Morria ali.

Mas o Estado-Maior não podia mandar informações para o Ministério?

E mandava. Mandava para a D2 do Gabinete do ministro. Mas eu já havia recebido as informações exatamente das mesmas fontes, já as tinha processado, e ainda contava com outras fontes. Por isso, conversei muito com o chefe da Seção de Segurança Interna da 2ª Seção, que era o coronel João Pinto Paca, e ele concordava plenamente comigo. E há outra coisa: começava a haver uma espécie rivalidade, uma espécie de confronto, quando todos nós gostaríamos de estar trabalhando no mesmo sentido. Então consegui convencer os meus chefes, com certa objeção de alguns elementos que não entendiam o problema, e criamos o CIE, já com o Lira Tavares como ministro.

Quando o Costa e Silva assumiu a Presidência da República e convidou o Lira para ministro do Exército, não sei quem falou com o Lira: "Convém deixar o Fiúza na D2, porque é um homem nosso." Suponho que houve isso, porque imediatamente recebi um convite do general Frota, a quem eu não conhecia muito bem nessa época, para permanecer como chefe da D2. Eu lhe disse: "Bom, eu só solicito uma condição: que os meus oficiais continuem comigo. Aliás, são oficiais que vieram do Gabinete do Costa e Silva." Ele concordou. E continuei: "Ainda tenho uma outra idéia para expor ao senhor: depois de passar aqui oito, nove meses, acho que é imperioso, é imprescindível que nós criemos o CIE. Porque a tempestade está se aproximando. Pelas informações que tenho recebido, grampeamento de telefone, informantes, gente infiltrada, a situação vai começar a ficar muito feia." Nós tínhamos gente infiltrada no movimento estudantil, nos sindicatos, tínhamos escuta telefônica, e sabíamos que a tempestade estava se aproximando: a chegada da luta armada.

Quem os senhores infiltravam no movimento estudantil, nos sindicatos? Eram civis?

Normalmente eram sargentos — oficiais havia muito poucos.

Civis também, mas como informantes. O sargento era o melhor infiltrado, porque era um profissional. E não era preciso pagar extra: ele estava ali executando uma missão. Infiltrar um civil significa pagar um agente. Eu tenho um pouco de receio disso, não sou partidário de pagar freguês de caderninho. Sou partidário de comprar a informação, como compro uma mercadoria qualquer. Eu vejo: se é boa, pago tanto; se não é boa, não quero.

Mas o sargento era muito bom. Eu costumo dizer o seguinte: naquela célebre passeata de 68, que eles chamam "dos Cem Mil", mas que não tinha cem mil, e que foi liderada por esse que agora é deputado, Vladimir Palmeira — foi uma passeata grande que houve na avenida —, eles tiraram o retrato do Vladimir Palmeira com o seu grupo de segurança na praça Paris. E eu tinha esse retrato no meu gabinete, no CIE, porque mais da metade dos seguranças dele eram sargentos meus. Era muito fácil infiltrar no movimento estudantil, porque eles eram muito amadores. Então a gente matriculava o camarada na universidade, o sujeito fazia uns discursos, tal e coisa, eles logo achavam: "Esse é dos nossos." Pronto. Quando era bom mesmo, dali a pouquinho já chegava ao comando deles. Era muito fácil. Eu deixei no meu gabinete, a fotografia de *O Cruzeiro*: mais de metade dos seguranças do Vladimir era composta por sargentos meus. De maneira que eu conhecia todos os passos que ele dava, o que fazia, o que não fazia.

O "cabo" Anselmo também era infiltrado?

Se era infiltrado, era do Cenimar, não era nosso. Inclusive é anterior à minha gestão. Acho que ele foi "virado". Porque o *chou à la crème*, quer dizer, o máximo de todo serviço de informações é "virar" um camarada, não é infiltrar. Infiltrar é muito bom. Mas o máximo do máximo é "virar", é pegar um camarada importante do outro lado, "ganhá-lo" e fazer com que ele trabalhe para você. Sempre se corre o risco de ter um agente duplo, porque às vezes ele finge que "vira" e não "vira". É preciso ter muito cuidado. Mas eu acho que o "cabo" Anselmo foi "virado" pelo Cenimar. Ele não era infiltrado do Cenimar no tempo em que fez todos aqueles negócios. Agora está com o rosto mudado, tem nova identidade, porque se o pessoal o pega... Ele entregou quase todo mundo do PCBR. Foi trabalho dele.

Em que momento se formou uma convicção dentro do Exército de que se devia entrar nas operações?

Nisso aí eu também tenho alguma responsabilidade. Justamente nesse período de 67 a 69 em que estive no CIE, nós verificamos que se estava organizando a luta armada por esses diferentes grupos. Através dos nossos infiltrados, dos nossos informantes, e pela escuta telefônica, nós sabíamos que eles estavam tramando coisas realmente violentas, cujo início foi o seqüestro do embaixador americano. Antes, já havíamos tido vários assaltos a bancos. Mas esses grupos não eram regionais: vinham de São Paulo para atuar no Rio, saíam do Rio para atuar em São Paulo, ou iam fazer uma incursão em Belo Horizonte, em Recife, e depois voltavam. E o combate a essas ações subversivas estava a cargo dos DOPS estaduais. Não havia DPF — Departamento de Polícia Federal —, ou melhor, havia um embrião do DPF que não estava absolutamente em condições materiais nem de pessoal para enfrentar o problema. Tinha sido criado com a Revolução de 64, com os optantes da Guanabara. O DPF não tinha estrutura. E não era possível utilizar-se dos dois DOPS melhor organizados, o de São Paulo e o do Rio — evidentemente, o de São Paulo melhor organizado que o do Rio —, pois eles não tinham âmbito nacional, não podiam operar além da fronteira dos seus estados, nem tinham recursos financeiros para mandar gente para Recife ou para Belo Horizonte. Era preciso haver um órgão que fizesse uma avaliação nacional, porque a ALN e todas as organizações existiam em âmbito nacional, e escolhiam o local e o momento para atuar, independente de fronteiras estaduais ou de jurisdição. O DOPS teria que ajuizar os casos que prendesse, os inquéritos que fizesse, na Justiça estadual. Para isso, era preciso que fosse modificada a lei e considerado o crime contra a segurança nacional um crime federal, para ser ajuizado na Justiça Federal. E que Justiça nós tínhamos? A Justiça Federal também era incipiente, quase não existia — também é criação do movimento de 64; antes não havia a Justiça Federal, havia Justiças estaduais.

Então, nós tivemos que fazer com que os crimes contra a segurança nacional fossem julgados por um órgão nacional, federal, que eram as Auditorias Militares e o Superior Tribunal

Militar. Mas como as Auditorias e o Superior Tribunal Militar só julgavam inquéritos e processos oriundos da área militar, tivemos que fazer com que os crimes contra a segurança nacional fossem todos lançados para a área militar, para abrir o inquérito e ajuizar na Auditoria. E era necessário que esses órgãos tivessem autonomia para atuar em todo o território nacional, senão a ALN chegaria no Rio, faria um assalto a um banco, pegaria um ônibus, iria para São Paulo, e lá estaria solta. Em São Paulo eles não teriam culpa. Nem os agentes do Rio poderiam seguir até São Paulo. E São Paulo e Rio são praticamente uma só grande cidade — são apenas seis horas de ônibus.

Foram criados, então, o CIE e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), que tinham total independência e autonomia no âmbito daquela área militar. Foi por isso que foram criados e que o Exército se envolveu. Porque era uma luta nacional, e não podia ficar limitada às fronteiras estaduais.

Ficou a seu cargo a montagem da equipe e da estrutura material do novo órgão?

Não. Já havia o pessoal da antiga D2 e da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército — sargentos, arquivistas, fotógrafos, especialistas em microfilmagem... Todos. O Lira nos deu uma ala inteira para nos instalarmos, e dinheiro não nos faltava, porque o Frota nos apoiava. Juntamos tudo aquilo no 8º andar do Ministério da Guerra, no Rio, na Presidente Vargas.

Quem estava com o senhor nesse início?

O meu subchefe era o general Erar, e depois foi o general Braga, que mais tarde comandou São Paulo. O general João Pinto Paca, primo do Ariel, era o chefe da Seção de Operações; o Erar Vasconcelos, da Seção de Informações; o Helvécio, da Seção de Contra-Informações; e o Vinício, da Seção de Planejamento. Havia ainda a Seção de Arquivo e a Seção de Rádio. Eram cinco seções: informações, contra-informações, operações, planejamento e arquivo, com cerca de oitenta pessoas, entre oficiais e sargentos. Oficiais eram trinta e poucos. Nunca tive mais do que isso.

Esse era o quadro burocrático?

Não, porque havia a Seção de Operações, que era chefiada pelo Paca e contava com seis oficiais ultra-especializados — normalmente capitães ou majores. Gente com especialidade de penetração: entrava em qualquer lugar, abria qualquer fechadura. Seis oficiais. Mas cada equipe era constituída de um oficial e dois sargentos. Esse pessoal já estava meio treinado. E nós tínhamos, espalhados por vários lugares, gente muito talentosa para operações. E pessoal para a Seção de Informações, analistas, também tínhamos gente muito boa. Aquele que foi ministro da Educação, o Rubem Ludwig, era um dos meus adjuntos. Um homem talentosíssimo. Eram homens desse gabarito, quer dizer, analistas: o Rubem Ludwig, o Helvécio, o Boscardini, o Íris Lustosa, que agora é general-de-exército, o Bismarck... Esse era o pessoal de informações.

Quantas escutas o CIE tinha capacidade de fazer simultaneamente? Qual a capacidade operacional que possuía?

Na cidade do Rio de Janeiro, vários órgãos procediam à escuta, evidentemente. No Exército, tínhamos cerca de cinqüenta canais — podíamos escutar cinqüenta pessoas.

Como era feita a triagem?

Era um problema. Porque em certos lugares, a escuta telefônica é muito valiosa e objetiva. Mas, às vezes, você grampeia o telefone de um cidadão que tem três, quatro filhas namoradeiras, uma cozinheira que fala, a mulher que faz fofoca... Então, fazíamos o seguinte: todos os oficiais tinham tarefa extra e, enquanto trabalhavam, ficavam com o fone no ouvido. Trabalhavam com dois ouvidos: um aberto para alguma coisa, e o outro, na escuta. Quando aparecia um assunto de interesse, paravam o trabalho.

E a aparelhagem que se usava para fazer a escuta?

É muito simples. É uma sala com gravadores e cinqüenta canais.

Cada canal vai para um gravador, que é automático: só passa a funcionar quando aquele telefone começa a funcionar.

E o grampo que se colocava na casa do "freguês"?

Não era na casa do "freguês", é sempre na Companhia. Esse negócio de botar na casa do "freguês" é de detetive particular. Pode-se grampear qualquer telefone. Eu sei grampear qualquer um. Porque inclusive no nosso sistema de telefone — a coisa mais antediluviana que existe é essa Telerj —, a Telerj sempre põe um cabo morto do seu telefone em outro apartamento. É só descobrir onde ele está ou subir no poste. É muito fácil grampear. Mas há uma coisa: os Exércitos não têm essa capacidade de grampeamento. Os CODI não têm. Só o CIE tinha. Agora, na Bahia, eu tinha. O chefe do SNI da Bahia — eu me dava muito bem com ele — tinha capacidade ociosa, então ofereceu ao meu E2 dez canais.

O CIE não tinha uma seção no II Exército, por exemplo?

Não, o CIE só tem uma agência: é o CIE. O resto que trabalha com ele está nos Exércitos, nas Regiões, nas unidades: é o pessoal da 2ª Seção, é a tal comunidade de informações. O CIE tinha autonomia para operar em todo o Brasil e recebia informação de todos os Exércitos e do Comando Militar da Amazônia.

Essas informações eram enviadas também para o SNI?

Não. O SNI só poderia, teoricamente, receber informações que eu mandasse. Eu decidia o que ia e o que não ia para o SNI.

O senhor poderia explicar a estrutura e o funcionamento da chamada comunidade de informações?

Certo. Vamos começar pelo SNI, uma coisa que foi criada pela Revolução, mas que já existia como embrião. O SNI só tem um cliente: o presidente da República. Ele só informava ao presidente da República, a mais ninguém. Então, qualquer agência que quisesse uma informação do SNI lutaria com grande dificuldade, porque ele não se prontificava a informar nada. Mas recebia de

todos. Criou uma estrutura nos diversos Ministérios civis, com as Divisões de Segurança e Informações — as DSIs —, que lhes remetiam as informações em canal direto, com cópia para o ministro da pasta, porque são subordinadas ao ministro. Então, a estrutura de informações do SNI era baseada nas suas DSI e nos agentes que contratava, ou nos informantes etc. E isso constituía uma rede muito extensa, porque havia agências exclusivas do SNI em todas as capitais. E recebia também informações do CIE, da Marinha e da Aeronáutica. Isso era o SNI, uma estrutura à parte. Agora, elaborava suas informações e entregava ao seu único cliente, que era o presidente da República. Então, se o ministro do Exército quisesse uma informação do SNI, não iria obter com facilidade. Teria que obter através do presidente. Se o ministro da Justiça quisesse, seria através do presidente.

Quando o senhor comandou o CIE, não havia troca de informações com o SNI?

Havia sempre nas reuniões de cúpula do CIE e do CODI do I Exército um representante do SNI, que se limitava a ouvir. O SNI não tinha uma seção de operações, jamais operou, jamais efetuou qualquer prisão. Penetrações em edifícios para capturar documentos, escuta telefônica, censura postal, isso ele tinha. Mas operação contra terrorismo e operação de combate não era da sua alçada. O SNI nunca se meteu. Se tomasse conhecimento, passaria para o órgão correspondente. É bom frisar que o SNI jamais prendeu, processou ou interrogou alguém.

As estimativas que temos até agora indicam que o número aproximado do pessoal permanente do SNI em todo o país seria de dois mil. Parece razoável?

Parece razoável. Eu não sei exatamente, mas parece razoável. Porque só na Agência Central, no Rio, devia haver uns duzentos ou trezentos. Em Salvador, havia uma base de quarenta.

Incluindo os informantes ou só o corpo burocrático?

O corpo permanente. Os informantes eventuais, não. Aí, vai a

muito mais. Mas não eram gente do SNI, não estavam lotados no SNI. O seu dado deve estar correto. Eu nunca soube exatamente em números, mas acho que está correto. Cerca de uns dois mil, nacionalmente.

Quais eram os cliente do CIE?

O principal cliente do CIE é o ministro do Exército. Ele recebe informações de todos os E2 das áreas militares e, lateralmente, do Cenimar, do CISA, do SNI e do DPF, que também foi organizado pela Revolução e era muito incipiente no começo, muito pequeno — atualmente não deve ser assim. O CIE, então, teria possibilidade de receber e centralizar essas informações de agências locais, que não eram do CIE, mas dos Exércitos — eram os CODI dos Exércitos.

Cada Exército tinha a sua 2ª Seção e o seu CODI — Centro de Operações de Defesa Interna —, que por sua vez tinha como braço secular, vamos dizer assim, como se fosse da Inquisição, o DOI, cujo efetivo era variável de acordo com as necessidades. Era uma unidade comandada geralmente por um tenente-coronel, que tinha as mesmas prerrogativas de um comandante. Não era dirigida, era comandada. O DOI era uma unidade, como o é o 1º Batalhão de Guardas. No I Exército, no Rio, por exemplo, o CODI funcionava no Ministério do Exército, e o DOI, ao lado da PE, na Barão de Mesquita. Agora, o CODI, do qual eu fui chefe, era dirigido pelo chefe do Estado-Maior do escalão considerado. Os CODIs existiam nos Exércitos e em todos comandos militares independentes. Salvador, por exemplo, que eu comandei, era mais ou menos independente: ligava-se ao CIE em matéria de informações, com cópia para o IV Exército.

O CIE e os órgãos similares das outras Forças, Cenimar e CISA — eu conheço bem o funcionamento do Exército —, todos recebem as informações e processam no seu escalão. Recebem tudo. Qualquer informação, a mais inverossímil possível, eles têm que receber e processar, porque rasgar não é possível. Vou dar um exemplo um pouco chulo, mas é para esclarecer. Uma inimiga sua lhe diz: "O seu marido está prevaricando com dona fulana de tal." A senhora pode ter certeza de que isso é falso, mas se for uma profissional de informações não pode rasgar essa informação, tem

que guardá-la. Isso é chamado um informe. O informe é aquilo que não foi processado, não foi investigado e não obteve confirmação. Mas fica arquivado. Porque é possível que, mais tarde, dois ou três ou dez informes semelhantes àquele já passem a fazer a senhora ficar com a pulga atrás da orelha. E "isso" pode ser verdade. O trabalho do analista de informações é cotejar os informes que recebe em quantidade imensurável, classificá-los, juntá-los, analisá-los e ver qual é o grau de probabilidade da veracidade daquela informação. Com isso, ele analisa também a fonte que lhe forneceu o informe. A fonte é muito importante.

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A,B,C,D,E,F e 1,2,3,4,5,6. Um informe A-1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então, guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é F-6, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem-se que arquivá-lo. Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informações, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que foram arquivadas porque não podiam ser jogadas fora. Não se pode. Quem tem autoridade? A cada dez anos é nomeada uma comissão que determina quais documentos devem ser incinerados, e é feita uma ata.

Na sua experiência, como se distribuía isso estatisticamente?

O grosso caía em C. Quer dizer, é uma fonte razoavelmente idônea, e o informe tem boas probabilidades de ser verídico. O trabalho do analista de informações é juntar tudo numa pasta ou, agora, num computador, e quando lhe pedem informações a respeito de um fato ou de uma pessoa, ele faz uma análise de tudo aquilo que tem e elabora a sua informação. Para aquele escalão, é uma informação. O que ele dá ao chefe daquele escalão é o máximo que pode alcançar de precisão.

Qualquer analista de informação tinha autoridade para autorizar uma operação ou era preciso se reportar a uma outra seção?

Ah, não. Ele tinha que levar ao chefe. Com uma recomendação:

convém investigar isso porque há tais e tais caminhos para uma investigação. Por exemplo: há um funcionário que está sendo subornado e colocando o dinheiro em um banco na Suíça. É bem provável que isso aconteça, porque ele tem um padrão de vida muito alto. E eu gostaria de fazer uma operação na Suíça para verificar. A Suíça não fornece dados, mas há meios de saber. Então, eu autorizo que você viaje à Suíça e mexa seus pauzinhos lá para saber o número da conta bancária secreta daquele funcionário e quanto ele tem de depósito.

Se o senhor tivesse que estimar, do total de casos que passaram por suas mãos, qual a percentagem de denúncias relativas à subversão, à corrupção ou qualquer outra categoria?

O grosso na Comissão de Investigações Sumárias do Exército, de que também fui secretário entre 1969 e 1973, era de corrupção. Quando estávamos no auge da luta antiterrorista, o grosso das informações do CODI — eu já não estava mais no CIE — era a respeito das atividades terroristas.

Se uma pessoa quisesse fazer uma denúncia de corrupção, para que órgão deveria se dirigir?

Vamos supor que essa pessoa estivesse no Espírito Santo. Levaria a denúncia ao chefe da 2ª Seção do Batalhão de Vitória, que remeteria aquela declaração para o E2 de Minas. O E2 de Minas analisava: bom, isso é provável, esse camarada é corrupto. Então, mandava para o CIE.

Fosse o denunciado civil ou militar?

Não! Quando era civil, os militares não poderiam intervir, então, deveria ser remetido ao SNI. Vou dar um caso concreto, que causou até uma celeuma nacional. Um banqueiro da França procurou o adido comercial brasileiro em Paris e disse: "Quero fazer uma denúncia. Mas só faço ao pessoal do Exército." O adido comercial o levou ao adido militar, que era o Saraiva, o qual se cercou de todas as precauções, colocando como testemunhas o

próprio adido comercial e mais duas pessoas, e ouviu o relatório desse banqueiro, que foi acompanhado de outros banqueiros. A denúncia era contra o embaixador brasileiro, o ilustríssimo deputado Delfim Neto: que ele só aceitava qualquer negociação com uma comissão muito alta, e que a recebia e depositava na conta número tal, na Suíça. Soltou o verbo contra o Delfim.*

O Saraiva era adido militar, portanto, subordinado ao Estado-Maior do Exército, não ao CIE. O que podia fazer o pobre Saraiva? Tinha que tomar nota de tudo aquilo, autenticar e mandar para o Estado-Maior do Exército, que pegou aquele documento e levou ao ministro, que era o Frota. O documento, vejam bem, não comprovava coisa alguma, tinha apenas a declaração. Mas continha várias pistas que podiam ser investigadas. Quando o general Fritz, chefe do Estado-Maior, o entregou ao Frota, o Frota despachou, conforme manda a técnica, "ao chefe do SNI".

Nesse caso específico, onde morreu o assunto?

Deve ter morrido no SNI. Mas eu não sei se foi ou não foi investigado. Nem o Frota sabe. Pode ser que o Figueiredo tenha investigado e verificado que era falso. Pode ser que tenha resolvido, por ordem do Geisel ou por conta própria, arquivá-lo. Ou pode ser que tenha investigado e chegado a conclusões positivas, e que tenha comunicado ao presidente, que decidiu politicamente não mexer naquilo. Muita coisa pode ter acontecido. Mas eu não sei o que aconteceu.

Se chegasse no CIE a notícia de que um civil estava organizando um grupo terrorista para assaltar um banco, o senhor mandaria para o SNI?

Aí não, porque, desde que a Lei de Segurança Nacional colocou a subversão sob a alçada da Justiça Militar, a investigação seria feita pelos militares, e eu iria investigar. No caso de denúncia de corrupção de civis, eu mandava para o Ministério correspondente

---

* A existência do relatório do coronel Raimundo Saraiva Martins foi noticiada em 1978.

do civil. Ou se não houvesse um Ministério correspondente, mandaria para o SNI.

Vamos supor que o informante fosse um subalterno do denunciado, que o detestava. Nesse caso, como ficaria a questão da fidedignidade da fonte? Porque numa situação de exceção muita gente usa acusações em proveito próprio.

Ah! Demais. Aí é que está o problema. Mas não se pode jogar a informação fora. Então é preciso ter uma cautela muito grande e confrontá-la com outras informações. A inveja, o rancor produzem uma série de falsidades sobre pessoas e sobre fatos também. Por isso, uma das coisas que o analista de informações tem que fazer é investigar a fonte. É necessário ter paciência para chegar a uma conclusão certa. E não se precipitar. Vamos investigar, vamos ver.

É nós tínhamos meios para isso. Porque poderíamos inclusive pedir ao Banco Central a quebra do sigilo bancário do camarada. Mas não podíamos usar esse dado em juízo. São duas coisas completamente diferentes: ter certeza de que o fato aconteceu e poder provar em juízo. Também não se podia apresentar fita gravada. Esta podia servir de prova para a nossa consciência, para aplicar o AI-5, ou seja, para cassar o indivíduo, pois não seria levada ao tribunal. Os juízes militares ficavam convencidos de que a acusação era verídica, mas não podiam apresentar o caso para a Justiça. Não constituía prova.

Das denúncias que chegaram às suas mãos, o senhor tem uma estimativa de quantas eram falsas?

Muito mais do que cinqüenta por cento. A natureza humana é um pouco falha, não é? Enfim, não se pode de modo algum se louvar no informante. É preciso cotejar com várias outras coisas. Leviano é aquele que age em decorrência de uma informação sobre a qual não tem certeza. Isso não é de um profissional.

Vamos voltar ao "sistema". Com que freqüência o CODI se reunia?

Quantas vezes o seu chefe convocasse. Normalmente, uma vez por

semana. Mas, se houvesse necessidade, mais de uma vez por semana.

O chefe do CODI era informado por todos os demais órgãos do que estava acontecendo naquela área?

Ah, teria que ser informado, claro. O chefe do CODI é o chefe do Estado-Maior do escalão correspondente. Quer dizer, o chefe do CODI no Rio era o chefe do Estado-Maior do I Exército (hoje Comando do Leste). O chefe do Estado-Maior na Bahia era o chefe do CODI da 6ª Região Militar. O chefe do Estado-Maior do II Exercito de São Paulo era o chefe do CODI de São Paulo. E esse chefe tinha autoridade delegada pelo comandante da área, que é um general de quatro estrelas, para fazer reuniões e coordenar a ação desses órgãos. No Rio, por exemplo, reunia um representante do I Distrito Naval, um representante da Zona Aérea, um representante do DOPS, um representante do delegado da Polícia Federal no estado, um representante, como ouvinte, da Agência local do SNI. Quanto ao DOI, era um elemento, uma unidade, como era o Batalhão de Polícia, como era o DOPS.

Como se constituía o DOI?

O DOI é um Destacamento de Operação de Informações. Por que destacamento? Porque no Exército temos certos termos estereotipados para certos vultos. Quer dizer, uma companhia é formada mais ou menos de 120 homens: um capitão, três tenentes, não sei quantos sargentos. Um batalhão são quatro companhias. Um regimento são três batalhões e um batalhão de comando e serviços. Quando não existe essa estrutura detalhada, que nós chamamos de estrutura de "quadros de organização e efetivos", chama-se "destacamento", que é um corpo que não tem uma estrutura e organização fixas: varia de tamanho e de estrutura de acordo com a necessidade.

As operações contra os terroristas eram feitas de acordo com as necessidades. Então, havia um destacamento em cada área e em cada subárea de segurança interna. Destacamento de quê? Podia se chamar destacamento de ações antiterroristas. Mas, como essas operações são chamadas de "operações de informações",

alguém resolveu batizá-lo de Operações de Informações. E ficou uma sigla muito interessante para ele, porque "dói"...

Era uma unidade que tinha uma peculiaridade: não tinha serviços, não tinha burocracia. Tinha de ser acoplada a uma outra unidade qualquer para prover rancho, toda a espécie de apoio logístico, prover tudo. No Rio, por exemplo, estava acoplada à Polícia do Exército. Os pobres e tão excomungados PEs jamais tiveram algo a ver com a luta contra a subversão, a não ser no caso de serem chamados. A PE fornecia ao DOI comida, rancho, xadrez, guarda — quer dizer, não era o pessoal do DOI que fazia a guarda do quartel deles, a PE fazia a guarda —, enfim, fornecia toda a estrutura. Mas o DOI não tinha nada com a PE. Os comandantes eram absolutamente independentes. Tinham que ter bom relacionamento, porque um estava morando muito vizinho do outro e servindo-se do outro. Mas o destacamento era independente, uma unidade como qualquer outra do Exército. Era ainda mais especial, porque tinha gente da PM, do DOPS, da Polícia Federal, da Aeronáutica e da Marinha.

Do Cenimar?

Não do Cenimar. Fuzileiros do Distrito Naval. O Cenimar é um órgão do ministro da Marinha. O DOI, então, tinha gente de todo lugar. E os oficiais também não eram de uma arma só. Havia oficial de Cavalaria, de Infantaria, de Intendência, de todas as armas. O que revelasse qualidades para aquele serviço.

O que o DOI e o CODI faziam era determinado por que organismo?

A 2ª Seção do I Exército, o setor que trabalha com informações, era que "exercia o controle operacional do DOI" no Rio de Janeiro.

O CODI foi criado, segundo eu entendo, porque alguns órgãos estavam batendo cabeça.

Exatamente, estavam batendo cabeça. Havia casos de dois ou três órgãos estarem em cima da mesma presa, justamente porque não existia uma estrutura de coordenação da ação desses órgãos de

cúpula. O objetivo do CODI era esse. Ele passou a reunir, sob a coordenação do chefe do Estado-Maior do escalão considerado, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, a Polícia, o DPF ou o que existisse na área. Porque o comandante militar é o responsável pela segurança interna da área. Então ele coordena. Na área do I Exército, é o I Exército. Agora, para coordenar o CIE, o Cenimar e o CISA, não havia um órgão. Às vezes tinha que bater cabeça.

Vou contar um caso só para ilustrar. Quando houve o rapto do embaixador americano, no dia seguinte, mercê de informações avulsas, anônimas, às vezes, e de trabalho de pesquisa, nós já sabíamos quem havia raptado. Era o grupo do Gabeira. O Gabeira deixou quase que a própria assinatura na mensagem que enviou. E por telefonemas de uma moça que morava em frente à casa onde eles estavam abrigados, eu mandei fazer o reconhecimento do local. Foram o então tenente-coronel Iris e o Boscardini.

Essa pessoa que denunciou era uma informante ou apenas vizinha?

Era vizinha. Nessa hora, chovem informações. É uma coisa tremenda. E temos justamente que selecionar. As que parecem ter alguma veracidade, vamos investigar. Mas chegam centenas.

Então, o Iris e o Boscardini foram lá. Quando se aproximaram do local, naturalmente com precaução, já encontraram a turma do Cenimar cercando a casa: "Nós chegamos aqui primeiro..." Aí o Iris me telefona: "Chefe! A casa é quente, porque nós fomos até lá, eu e o Boscardini, dissemos que estávamos perdidos, não sei o quê..." Os camaradas que estavam na casa depois escreveram as memórias e disseram que botaram uma pistola na cabeça do embaixador quando os dois chegaram.* E o Iris no telefone: "Eu já encontrei aqui uma turma do Cenimar que está vigiando a casa. O que é que eu faço?" Eu digo: "Espere aí. Eu não posso impedir." Então fui ao Lira, que era o chefe da Junta — nessa época era a Junta —, e disse: "Eu já sei onde está preso o embaixador americano. Mas, além de eu saber e já ter localizado, posso vigiar, posso invadir, posso estourar, posso fazer o que o senhor quiser. Agora,

---

* Fernando Gabeira. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro, Codecri, 1979.

o embaixador vai morrer nessa. Vou prender os caras, mas o embaixador vai morrer. Mas o Cenimar já está lá. O senhor não quer se entender com o ministro da Marinha?" Ele disse: "Não. Deixe com o Cenimar." Aí telefonei: "Iris, recolha tudo. Deixe com o Cenimar." Mas eu tive que ir ao Lira, senão eles iam se pegar por lá.

Não seria o caso de o senhor também entrar em contato direto com o Cenimar?

Não. Eu me dava muito com o chefe do Cenimar, o almirante Teixeira de Freitas, que foi colega de turma do meu irmão, mas o Cenimar é a coisa mais fechada que existe no Brasil. Naquela época, eu só conhecia o chefe. Não conheço o funcionamento do Cenimar. Mas sei que é muito bom, porque o seu produto de informações é sempre muito bom. Os maiores especialistas em PCBão — quer dizer. em Partido Comunista Brasileiro — que existiam no meu tempo eram do Cenimar. Eles tinham um velhinho lá que era uma fábula. Sabia tudo do Partidão.

Do seu ponto de vista, nesse caso, ainda que o embaixador fosse morto, a decisão acertada teria sido invadir o local do cativeiro?

Eu acho — e quando posteriormente comandei a Polícia Militar do Rio dei provas disso — que, no caso de um seqüestro, nós temos que considerar o elemento seqüestrado como morto — evidentemente que não sendo pessoa da minha família. O que recomendei ao ministro foi: "Ataco e faço o possível para salvar o embaixador. Mas, na minha opinião, ele será morto." Eu disse isso ao general Lira Tavares: "Eu estou em condições de invadir e matar todos os seqüestradores — e nunca mais haverá seqüestro no Brasil. O embaixador provavelmente será morto. Eu não posso responder pela vida dele. Mas essa é a minha opinião profissional. Agora, o senhor tem motivos políticos e diplomáticos para dar outra solução. E a solução que o senhor der será seguida, porque eu sou disciplinado. Mas a minha assessoria, o que eu acho é que não se pode negociar com seqüestrador, porque é dar estímulo para que outros seqüestros ocorram. Essa é a minha opinião profissional."

O senhor tinha equipe especializada anti-seqüestro no CIE?

Não, equipe especializada eu não tinha. Porque nunca tinha havido seqüestro no Brasil. Mas eu tinha oficiais extremamente habilidosos em combate de rua, em combate de corpo a corpo, uma equipe capaz de entrar no local e liquidar com todos os seqüestradores. Nesse caso, o embaixador teria morrido. Mas nenhum dos seqüestradores ficaria vivo. E creio que não teria havido mais nenhum seqüestro. Como sabem os árabes, essa é a doutrina de Israel, e eles desistiram de seqüestros.

Tentou-se, em algum momento, fazer uma coordenação dos órgãos das três Forças — CIE, CISA e Cenimar?

Eu gostaria muito de ter conseguido isso. Quem poderia fazer? Só a Presidência da República.

O SNI não poderia?

Não. Não há um órgão, vamos dizer, que tenha superioridade sobre os ministros. A não ser o presidente da República. O SNI está no mesmo nível que qualquer outro. Aliás, talvez abaixo de qualquer outro Ministério militar. Não se pode botar o chefe do SNI — que, normalmente, no meu tempo pelo menos, era um general-de-divisão — coordenando a atuação de um ministro do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. O Cenimar, o CIE e o CISA são órgãos diretamente ligados ao ministro, que é o comandante da Força. Então, não há como coordená-los. Eles podem se entender.

Eu tentei fazer isso com reuniões freqüentes. Quando se ia fazer uma ação de determinado vulto, procurava-se informar ao outro. Eu soube de casos — eu não era mais chefe do CIE — em que houve choque em níveis inferiores, por exemplo, de um sujeito de um órgão prender o informante, o infiltrado do outro. Houve esse caso. Porque ninguém diz seus infiltrados. De maneira nenhuma. Isso é totalmente tabu. Um infiltrado tem um diretor, normalmente do órgão, e só aquele diretor sabe, mais ninguém. Porque é uma coisa muito delicada, o infiltrado corre risco de vida.

Qual seria o procedimento neste caso?

Ele tem que se abrir. No meu tempo, tínhamos uma senha. Se o sujeito dissesse uma determinada palavra, o interrogatório devia ser suspenso e se devia comunicar ao escalão superior. Todos os de baixo sabiam que, ao ouvir essa palavra-senha, deveriam parar tudo e ser consultado o escalão superior. É o máximo que se pode fazer em coordenação. Senão teria que se criar um órgão da Presidência da República para coordenar, uma espécie de Ministério da Defesa. O chefe do SNI não tem *status* nem hierarquia para coordenar algo que faça parte da estrutura do Ministério do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.

O CIE informava ao ministro do Exército sobre questões de segurança externa?

O CIE não tem nada a ver com segurança externa. Segurança externa é com a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército. A menos que haja, por exemplo — e era muito comum acontecer isso —, vários órgãos de informações de potências estrangeiras trabalhando no Brasil, principalmente a CIA, a KGB, o Mossad. Eles têm, às vezes, fortes organizações no Brasil, sobretudo o Mossad. Neste caso, o trabalho de contra-informações para esses agentes de potências estrangeiras que aqui trabalham é do SNI. Não é do Exército, nem da Marinha, nem da Aeronáutica.

Os agentes de países que tinham boas relações com o Brasil eram conhecidos pela comunidade de informações?

Não. A embaixada americana, por exemplo, tem um camarada que trabalha nisso e que, se vier ao Brasil, pede uma audiência e informa qualquer coisa. Vou dar um exemplo que ilustra bem — eu não estava nem no CIE, estava no I Exército: o instrutor dos guerrilheiros brasileiros em Cuba era um agente da CIA. Ele então trazia e entregava ao CIE, na época do Miltinho, a relação de todos os brasileiros que lá iam, o aproveitamento, o codinome que tinham, tudo. E o Miltinho nos informava. Mas ele recebia da CIA.

Para onde o senhor foi ao sair do CIE?

Quando o Costa e Silva adoeceu, o Médici assumiu e trocou o ministro, nomeando o general Orlando Geisel. E o Geisel colocou um oficial de sua total confiança — aliás, um ilustríssimo oficial, muito meu amigo —, o Miltinho, general Milton Tavares, como chefe do CIE. Nessa ocasião, passei a ser secretário da Comissão de Investigações Sumárias do Exército, em 69, e fiquei lá até 1973. A Comissão investigava denúncias contra o pessoal militar do Exército. Se, por acaso, nos viessem informações de subversão ou corrupção fora da área militar, nós as remetíamos para o ministro da área correspondente.

Em 1971, o general Frota, então presidente da Comissão, foi designado comandante do I Exército e me ordenou: "Agora você não tem mais nada que fazer aí. Você está trocando pernas. Quero que venha me ajudar." E eu fui ser uma espécie de assessor do general em matéria de informações, embora fosse um oficial apenas adido ao I Exército. E fiquei como chefe executivo do CODI do I Exército. Mas isso foi uma espécie de invenção do Frota para eu ficar trabalhando com ele. Porque, de fato, minha função oficial na época era secretário da Comissão de Investigações Sumárias. Eu continuava trabalhando na Comissão, mas não havia quase processo nenhum. O grosso já havia sido decidido.

Bem, o chefe do CODI, em todos os Exércitos, é o chefe do Estado-Maior, que coordena todas as seções naquele escalão, e o executivo é o comandante. E deveria coordenar, como um encargo extra, as operações de defesa interna. Em todos os Exércitos foi assim. Menos no I Exército, devido a uma peculiaridade do chefe do Estado-Maior, que era o general Bento, de não querer saber disso nem pintado, de não querer se meter, e eu estar disponível. Como o Frota tinha muita confiança em mim, mandou publicar em boletim e eu fiquei, por delegação, como chefe executivo do CODI do I Exército. Deveria ser um general-de-brigada, porque o chefe do Estado-Maior dos Exércitos é um general-de-brigada. Mas, no caso específico do I Exército, fui eu, ainda coronel. Acumulei o cargo de secretário da Comissão de Investigações Sumárias com a chefia do CODI.

O general Bento era de toda a confiança do Frota, que gostava muito dele. Agora, o Bento era um homem extremamente eficiente

na administração. Havia um bom contraste com a rigidez do Frota e a flexibilidade dele. O chefe do Estado-Maior deve sempre ter qualidades antíteses do comandante, para haver equilíbrio. Napoleão já dizia isso. A ponto de o Exército alemão escolher o chefe do Estado-Maior para depois escolher o comandante. O marechal Hindenburg foi escolhido comandante da Frente Oriental, mas antes foi escolhido como chefe do Estado-Maior o maior cérebro estratégico que eles tinham, que era o general Ludendorff. Hindenburg era o marechal, mas o executivo mesmo, de fato, era o Ludendorff. O Bento não tinha pendores para informações e detestava essas coisas. Não que fosse um homem medroso. Ele não gostava, porque realmente é irritante e desgastante. Eu tenho inimigos em quantidade porque — que diabo! — era eu que tinha que enfrentar as amargas! Então, os homens que trabalham em informações têm que ser homens muito especiais. Eles só têm inimigos.

Por que se fala "DOI-CODI", quando eram duas estruturas?

Porque os jornalistas crismaram assim. Está crismado e pronto. Eu tentei, em toda entrevista que dei aos jornalistas, desmanchar o equívoco. Jamais fui comandante do DOI. Sempre foi um tenente-coronel o comandante do DOI, assim como num grupo de Artilharia ou num batalhão de Infantaria.

A 2ª Seção do I Exército recebia informações de que órgãos?

De todos os E2 das unidades pertencentes ao I Exército. Recebia informação do E2 da Brigada de Pára-Quedistas, recebia informações do E2 da Vila Militar... Todas essas organizações têm um E2, têm uma 2ª Seção. A 2ª Seção do Exército recebia essas informações todas. Centralizava, coordenava e fazia o seu estudo de situação.

E, tradicionalmente, só tratava de informações militares?

Só militares. Mas adquiriu um campo mais amplo, porque as informações de segurança interna passaram a ser só do âmbito militar. Então, as 2ªs seções das unidades também estavam pre-

paradas e preocupadas com o problema de segurança interna. O batalhão de Barra Mansa mandava suas informações de segurança interna sobre a questão de Volta Redonda para o comandante da divisão, que é na Vila Militar, e este, por sua vez, enviava para a 2ª Seção do I Exército. O DOI recebe ordens de operações do I Exército através da 2ª Seção. É um destacamento de operações: "Vá lá e faça isso." O chefe do Estado-Maior dá as ordens em nome do seu comandante. Ele é o executivo do I Exército: dá a ordem e assume a responsabilidade perante o comandante. Então, o DOI era o braço armado da "Inquisição", vamos dizer assim. É isso.

Mas o DOI não podia também receber uma ordem do CIE?

Nunca! Esse era um dos meus grandes problemas, e que implicava em uma das grandes cautelas que eu tinha. Porque os homens, todos eles muito fogosos, poderiam sair da mão, compreende? É tudo como cachorro brabo, Doberman. E o Doberman, tem-se que manter muito na trela, porque se o largar, ele vai atacar até a gente da casa. Então era preciso muito cuidado para que eles não agissem por conta própria, e não agissem por ordens de outros Exércitos ou do CIE.

O caso do Riocentro, por exemplo. Se o DOI foi lá — "se", eu digo um "se" deste tamanho, porque não sei, eu estava longe do Exército —, foi sem conhecimento do comandante e do chefe do CODI do I Exército — eu tenho certeza que foi sem conhecimento do Gentil, o Gentil não sabia. E se recebeu ordem de outras pessoas, agiu para lá de erradamente. Não podia agir sem ordens do I Exército através do CODI.

No caso do Rio, então, o general Frota sabia de tudo o que o DOI estava fazendo.

Sabia de tudo que o DOI estava fazendo, porque eu lhe dizia: "O DOI recebeu tais e tais missões." Todo dia de manhã, a primeira coisa que o Frota queria saber era quem tinha sido preso. Pedia a relação, e eu fornecia. Quando o preso entrava no I Exército, era registrado, e punha-se em uma planilha: entrou fulano de tal. A segunda invariável pergunta do Frota era: "Todos foram devidamente examinados? Fizeram exame de saúde? Vou verificar."

Então, quando ele saía na hora do almoço, passava lá para ver quais eram os presos que tinham entrado e qual o seu estado físico.

Vou falar certas coisas que talvez sejam um pouco chocantes, mas vou falar assim mesmo. Quando o preso entrava, a primeira coisa que se fazia era identificá-lo. Ele era fotografado, tiravam-se as impressões digitais, e se fazia, inicialmente, um interrogatório muito ligeiro, para saber nome, filiação, quem era ele... Porque normalmente eles tinham uma identidade falsa, codinome, etc. E depois, eles não podiam ficar com a roupa que estavam, porque podia esconder qualquer coisa. Então, eram mandados se despir, e era fornecida uma roupa especial, uma espécie de macaquinho. Para as moças, para o sexo feminino, também era dado imediatamente um modess, porque a primeira coisa que acontece com a mulher quando ela é submetida a essa angústia da prisão é ficar menstruada. E fica escorrendo sangue pela perna abaixo, uma coisa muito desagradável. Em seguida, tomavam um banho, trocavam a roupa. O Frota fazia questão de que cada cela tivesse roupas de cama limpas. Normalmente, as prisões não são individuais, há três, quatro em cada cela. Agora, é evidente, há casos de exceção: o camarada chegou ferido, machucado, então primeiro vai ao médico cuidar dos ferimentos. Depois, então, ele fica à disposição da turma de interrogadores.

Institucionalmente, quem controla o interrogatório?

O pessoal do interrogatório é chefiado pelo chefe dos interrogadores. E não pode ser a mesma equipe ou os mesmos homens que participam da captura. Têm que ser outros homens. Porque as características do interrogador são completamente diferentes das características de um captor.

O chefe do grupo de interrogatório é normalmente de que nível?

Normalmente, é um major. Na captura, em geral, os chefes das diferentes turmas são tenentes, capitães, e a turma é constituída de sargentos. Já os interrogadores, via de regra, são oficiais superiores, todos do DOI. O DOI tem uma equipe de interrogadores, uma equipe de operações externas, que são os captores, uma

equipe administrativa e uma equipe de carceragem, encarregada desse trabalho preliminar.

Suponhamos que o DOI tenha realizado uma operação de captura, dado início ao interrogatório, e o prisioneiro tenha soltado uma informação. O que se faz de imediato?

Quem determina o que fazer é a 2ª Seção, porque tem os analistas de maior nível: são majores e tenentes-coronéis, dez a quinze oficiais que trabalham só nisso. A escuta telefônica tem que ser solicitada ao CIE. O DOI é o braço secular. É o que pega, guarda e interroga.

Um dos cuidados que o Frota tinha era na escolha dos interrogadores. O interrogador deve ser um homem muito calmo, frio, não pode se irritar, e precisa ser muito inteligente para, através de certas dicas que o interrogado der — tudo é gravado —, imediatamente tirar algumas conclusões e informar, porque as diligências têm que ser feitas imediatamente. Então é necessário que ele seja um homem muito especial. O Frota tinha muito cuidado com os interrogadores, eles tinham que ter qualidades muito firmes.

Já o pessoal de rua, não. A qualidade era a valentia e a disposição para o combate. Mas não se pode deixar esse homem que, às vezes, viu o seu companheiro ser ferido ou ser morto interrogar, porque ele está com uma raiva tremenda, não vai interrogar coisa nenhuma. Vai se vingar.

No interrogatório, utilizava-se o sistema clássico de manter um superior monitorando?

Evidentemente, havia. Todo interrogatório é monitorado, não só visualmente, através daquele espelho falso, como por meio de escuta dentro da sala de interrogatório, e às vezes, do lado de fora com dois, três ouvindo, monitorando e pensando. O interrogador que está dentro também recebe instruções do pessoal de fora para fazer certas perguntas, mas o preso não os vê.

Normalmente, o camarada que "cai" — vamos usar o jargão deles e meu também —, ou seja, foi preso, entra num estado de pânico e de perturbação muito forte. Só aqueles mais estrutura-

dos, mais seguros é que mantêm o domínio de si mesmos. O restante, vamos dizer, noventa por cento, a primeira coisa que faz é ter uma disenteria brutal, de escorrer pelas pernas abaixo. Qualquer homem que já leu algum relato de combate sabe que, quando o sujeito é submetido a um bombardeio, suja as calças. Porque os esfíncteres não seguram os excrementos quando se está submetido a um medo muito grande. Então o medo é realmente um fator muito favorável ao interrogatório quando este é feito logo que o camarada "caiu".

Eu sei disso também por uma questão de combate. Em combate, interroga-se o prisioneiro de guerra logo que ele é aprisionado, porque nesse momento ele diz muita coisa. Depois que se recompõe, já não fala tanto. Porque o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador.

O Frota não concordava muito com isso, mas usava-se. É uma técnica praticamente generalizada. E também por uma questão de higiene, porque o prisioneiro se suja, suja o chão... É impressionante. Não se pode parar um interrogatório e convidar: "Vamos mudar a roupa?" E o cheiro fica terrível. Interrogando o preso despido, é mais fácil qualquer limpeza.

Na sua experiência, que características distinguem o pessoal mais frio e autocontrolado daqueles que se desestruturam?

Ah! Vê-se logo, tanto os homens como as mulheres... Não falo mal das mulheres. Elas são mais ferozes e controladas que os homens. Normalmente. A minha experiência é essa. O Exército de Israel que o diga. Mas vê-se logo quando o cidadão é frio e está perfeitamente controlado, porque ele não tem esses sinais reveladores, quer dizer, a desinteria, a menstruação. Percebe-se de imediato quando a pessoa está com o autodomínio perfeito: se não teve desinteria e não teve menstruação. A maioria entrava em pânico.

Havia, porém, aqueles que eram muito seguros, muito senhores de si, e não falavam nada. Alguns até embromavam os interrogadores. É a personalidade.

Após o interrogatório, que procedimento se adotava?

Depois do interrogatório, eles ficavam à disposição do encarregado do inquérito. Porque havia outro problema: nós não podíamos manter o camarada preso. Tínhamos que abrir imediatamente um inquérito, comunicar ao auditor que aquele camarada estava preso, e que o encarregado do inquérito, de acordo com o poder policial de que estava investido, tinha decretado a prisão por trinta dias, que era o máximo que se podia decretar, dez dos quais ele ficaria incomunicável. Durante esses dez dias, os interrogadores do DOI procediam ao interrogatório.

O que um familiar de um preso no DOI precisava fazer para ter notícias de seu parente?

Procurar o coronel Fiúza no I Exército. Eu mandava buscar a planilha: "É, realmente, fulano está preso. Daqui a dez dias a senhora poderá vê-lo."

Mesmo que ainda estivesse em vigência o prazo de trinta dias?

Sim, porque a prisão já havia se tornado pública, e a incomunicabilidade não implica em sigilo. Quando alguém chegava detido no DOI, já no dia seguinte eu fazia uma portaria, que o general Frota assinava, designando o encarregado do inquérito, ou então incluía esse camarada em um inquérito já em andamento. E o encarregado do inquérito decretava sua prisão por trinta dias, ficando dez incomunicável, e no mesmo dia dava ciência ao auditor. O auditor tem que receber a comunicação, mas ele não pode dizer que sim ou que não. Então ele recebia a comunicação, e a prisão tornava-se uma coisa pública. Qualquer parente podia ir a uma Auditoria e perguntar: "Houve alguma notícia se fulano de tal está preso?" E a Auditoria informava. Eu mesmo sempre informei.

Mas houve um período em que as pessoas ficavam buscando seus parentes de um lado para o outro e não obtinham qualquer informação.

Mas não no I Exército durante o comando do general Frota. Eu sei dessas histórias, mas em outros lugares. Em São Paulo, em Brasília, no Nordeste mesmo, em Recife, em Porto Alegre, eu sei de histórias assim. Agora, no I Exército, não. Porque o Frota não deixava.

Quer dizer que, se uma pessoa "caísse" e fosse para o DOI, haveria necessariamente uma notificação formal de que se encontrava detida?

No dia seguinte haveria uma notificação formal ao auditor. Eu suponho que o auditor desse informações a quem indagasse, mas eu mesmo recebia centenas de pessoas que me perguntavam sobre determinada pessoa, e eu dizia: "Não está comigo." Muitos vieram me procurar, e alguns até falam muito mal de mim, porém, jamais os responsáveis ficaram sem saber dos presos que estiveram comigo.

Passados os trinta dias, o que acontecia às pessoas detidas?

Bom, normalmente, no fim desses trinta dias, eles eram postos em liberdade, a menos que tivessem cometido um crime de morte. Não havia base jurídica para continuar a prendê-los. O encarregado do IPM podia solicitar ao auditor, em face das provas que por acaso tivesse colhido, a prisão preventiva. Mas muito poucos tinham prisão preventiva decretada. Mais de noventa por cento respondiam ao processo em liberdade, porque não tinham sido capturados em flagrante. Em caso de flagrante, a prisão é mantida. Se não houver flagrante, o Superior Tribunal Militar concede o *habeas-corpus* ao advogado, caso o indivíduo esteja preso há mais tempo do que a lei permite. A lei permite ao encarregado do inquérito trinta dias, prorrogáveis por mais quinze com autorização do Superior Tribunal Militar. Então, o máximo que se pode deixar alguém preso sem ter o processo julgado são 45 dias. Depois desse período, tem que ser posto em liberdade, mas devendo

responder a processo. Havia ainda a formalidade de assinar o ponto, quer dizer, uma vez por semana, uma vez por mês, ele deveria se apresentar. Porque o auditor determinava isso para ver se a pessoa não tinha fugido.

Quando o preso saía, evidentemente, dizia aos seus camaradas que tinha sido torturado, tinha sido submetido a toda espécie de pressão, e por isso tinha "aberto" isso, aquilo, aquilo outro. Dessa maneira, ele se justificava perante a sua organização. E que prova nós tínhamos, de fato, contra esse cidadão? Tínhamos o seu próprio depoimento, digamos, a sua confissão — que ele escrevia ou depunha ao encarregado do inquérito, e que era assinado com testemunhas, inclusive com um promotor — e o depoimento dos companheiros que o incriminavam. Então, o círculo se fechava: eram dez presos, cada um incriminava o outro. Quando chegava a hora do julgamento perante o auditor, instruídos pelos advogados, eles negavam tudo o que haviam deposto ao encarregado do inquérito. E todos aqueles autos tornavam-se nulos. Só valia o que era declarado ali, com o advogado do lado, perante o auditor. Na maioria dos casos, foram absolvidos.

Mesmo com o AI-5, que acabou com o habeas-corpus, *com todos os instrumentos constitucionais de defesa?*

O AI-5 só valia para cassar, não interferia na ação da Justiça. Apenas enquadrava o crime como militar. O Código de Justiça Militar, há décadas, permite a prisão durante 45 dias. Depois disso, o camarada tem que responder ao processo em liberdade. Durante esse período, o STM, absolutamente dentro da lei, não pode conceder *habeas-corpus*. Não foi invenção do AI-5.

Que observações o senhor faria a respeito da psicologia da pessoa que confessa? O que acontece com esse indivíduo depois?

Bom, ele confessa para se ver livre, porque levou um susto muito grande. Normalmente são pequenos-burgueses, filhos de papai rico, que, quando saem da prisão, os pais procuram tirá-los da organização, e eles deixam. Muitos, primeiro, inventam uma história autojustificante perante os companheiros, porque não querem passar por delatores, não querem passar por frouxos. Depois,

grande parte deles abandona as atividades. Outros, depois de absolvidos — eu disse que mais de oitenta por cento eram absolvidos — retomam sua boa vida de pequeno-burguês.

Houve duas ou três tentativas de suicídio frustradas durante a minha gestão no DOI. Mas, como as celas eram mais ou menos abertas... Um sujeito quebrou a privada e, com o caco, cortou os pulsos. Mas foi atalhado a tempo. Em outro caso, o preso tentou se pendurar na grade e fazer força. Mas o guarda, passando, viu que ele estava ali e entrou antes que morresse. Alguns caíam em depressão. Mas a maioria, não. Os frios, evidentemente que não. Esses eram muito estruturados, muito rancorosos, e só pensavam na volta, no troco. Quando liberados, retornavam ao seu grupo terrorista.

E nós achávamos que 45 dias eram punição suficiente quando não havia crime de morte, quando era somente assalto a banco, pichação, isso, aquilo... Eu, pelo menos, achava que era o suficiente para, na maioria dos casos, o camarada abandonar a atividade subversiva. No entanto, para aqueles mais estruturados, mais fortes, isso de nada adiantava. Muitos foram condenados, cumpriram a pena até a anistia, e continuam terroristas até hoje. São muito estruturados.

Já no tempo do governo Juscelino, o Brasil enviava militares para serem treinados no exterior em técnicas de contra-informação. O destino era basicamente os Estados Unidos?

Não. Mandávamos para vários lugares, principalmente para a Inglaterra e a França, e sobretudo para aprenderem técnicas de interrogatório. E a Inglaterra tinha uma prática muito boa, porque havia acabado de enfrentar uma guerrilha muito séria na Malásia. Mas eles tinham uns métodos absolutamente inaplicáveis no caso brasileiro. Por exemplo, o inglês dizia: "É muito simples. A gente captura o guerrilheiro e faz um passeio de helicóptero. Leva mais cinco. Pergunta ao primeiro. Não respondeu, joga. Pergunta ao segundo, ele geralmente responde." Eles usaram isso na Malásia. A gente não podia usar no Brasil.

Interrogatório é a coisa mais crucial que existe. A mais difícil. Porque é preciso tirar informações de um camarada que não quer

dizer. A verdade é essa. E essas informações são vitais, sem elas o serviço não pode ir adiante. Quando se tem tempo, há os métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos. Agora, nos lugares em que eu passei, todos chefiados pelo Frota, era uma obsessão dele que o preso não sofresse nenhum dano físico. Isso era obsessivo nele. Eu mesmo lhe disse que, em certas circunstâncias... Mas ele não admitia! Em circunstância nenhuma! Prisioneiro, para ele, era prisioneiro de guerra: aplica-se a Convenção de Genebra. Ele é homem de princípios muito rígidos, dos quais não abdica.

No entanto, na imprensa e nas publicações sobre o período, o Frota é descrito como o mais duro da "linha dura".

É duro. Se, em combate, matem. No combate, está tudo bem. Agora, o prisioneiro é sagrado. Não se pode dar nele nem um peteleco, nem um "telefone", coisa que é trote na Escola Militar. Ele não admite. Demitiu vários oficiais, arrebentou com a carreira de muitos. Se o sujeito fosse interrogar um prisioneiro, o prisioneiro dissesse um palavrão e levasse um bofetão... Isso ele não admitia. Era mesmo obsessivo. Eu sempre fui muito leal ao Frota. Não concordo com ele, mas nunca fui desleal. Quer dizer, se estou trabalhando com ele, é essa a música que ele toca, tenho que dançar do seu jeito. E ele não admitia de modo algum nenhuma espécie de constrangimento físico em prisioneiro.

Por exemplo, no I Exército, nós éramos bastante ineficientes em matéria de informações, nas ações rápidas, quando fui chefe do CODI e o Frota era comandante do I Exército. Nas de longo prazo, éramos muito eficientes. Conseguimos até "virar" alguns elementos. Mas o ponto e o "aparelho"... A ALN estava com o prazo de cinco horas para a evacuação de um "aparelho", quer dizer, se o camarada não desse sinal em cinco horas, eles deixariam o local. Era esse o prazo que se teria para tirar do capturado a informação de onde era o "aparelho" e qual seria o próximo "ponto" — encontro — que teria. Porque o "ponto" é que faz cair em cadeia. E eu, sabendo disso, ponderava ao Frota. Mas, com ele, isso não era possível. Nunca foi possível. Os meus oficiais viviam numa corda-bamba, porque não podiam fazer realmente nenhuma espécie de

pressão física. Mas uma coisa é preciso deixar bem clara: trabalhava na mesma área do I Exército o CIE. E o CIE não tinha esses escrúpulos.

Na Barão de Mesquita?

Não. Nós cedemos umas dependências na Barão de Mesquita ao CIE para eles fazerem uma espécie de "cela preta" que aprenderam nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mas o CIE tinha autonomia para trabalhar em qualquer lugar do Brasil. Eles tinham aparelhos especiais, não oficiais, fora das unidades do I Exército, para interrogatórios.

"Aparelhos" como a casa de Petrópolis?

Como a casa de Petrópolis. A casa de Petrópolis era preparada para "virar", aliciar agentes. Não era nada daquilo que andaram falando. Não era casa de tortura. Mas não me pergunte quais são as casas do CIE, porque eles nunca me contaram. Quando eu era chefe do CIE, não tinha necessidade disso, porque não havia começado ainda a luta mais aguda — eu saí em 69. Prendia, mandava entregar ao I Exército. Mas depois, talvez eles tivessem encontrado dificuldade por causa dessa obsessão do Frota. Talvez eles não pudessem trabalhar mandando para uma unidade do I Exército, porque sabiam que não poderiam interrogar do jeito que queriam, em virtude dos princípios do Frota, com as quais não estou totalmente de acordo. Mas eu o admiro muito e tenho uma lealdade canina por ele. O que ele dissesse, eu fazia. Discutia com ele. Até hoje discuto. Como ele discutia com meu pai. Mas o Frota tem esse princípio. Tenho a impressão de que todos sabiam disso, e o Geisel o escolheu para ministro justamente porque queria acabar com a violência sobre o preso. Mas, vejam bem, eu estou apenas especulando: como ministro, ele não tinha controle total sobre os diferentes Exércitos. Tinha controle como comandante do I Exército. Morava no Grajaú, e toda vez que ia para casa, passava no DOI para ver os presos. Todo dia.

Eu debati muito com o Frota, mas sempre fui vencido na discussão. Ele era o chefe. Eu acreditava que, para as informações imediatas, era preciso uma certa dose, pelo menos, de tortura

psicológica, como sugeriam: botar o sujeito numa cela com uma cobra. A tortura não é física, não deixa marca nenhuma. É uma tortura psicológica — mesmo que a cobra seja uma jibóia, o sujeito fica só apavorado —, mas ele não permitia. Colocar o sujeito num lugar com gritos e isso e aquilo... Ele não deixava. Então, eu não podia permitir meus oficiais fazerem, ainda que não compartilhasse daquelas idéias. E ele sabe disso. Mas sou absolutamente leal. Ele não quer, não quer. Pronto. O dono da bola é ele, não eu.

Mas esse período em que o senhor esteve no CODI é conhecido como um período de muitas prisões e muita violência.

Não, não houve. Aqui no Rio, se houvesse, o Frota ficaria uma fera. Ele visitava todos os presos. Certa vez, encontrou uma moça que estava chorando na cela. "O que há?" A primeira coisa que ele mandava fazer era despir o prisioneiro, para ver se havia alguma marca. Se houvesse, ele fazia uma onda tremenda: "O que houve?" "Mataram meu marido." "Não, não mataram seu marido, minha filha." "Mataram, sim. Eles o levaram, disseram que iam matar." "Não mataram." E chamou o chefe do DOI — não vou dizer o nome dele — e disse: "Ponha os dois juntos na mesma cela." — eram marido e mulher. Então, todo dia quando ele chegava, ia visitá-los: "Está mais tranqüila?" Quando chegou o julgamento, o camarada, na Auditoria, disse que tinha assinado um depoimento ao encarregado do inquérito declarando que tinha sido barbaramente torturado. Ele não se conteve, mandou chamá-lo ao seu gabinete: "Menino, você foi torturado?" "Não. Mas o advogado mandou eu dizer isso, e os meus companheiros também. Era a única maneira de eu me livrar." Ele espinafrou o camarada, e foi até gentil. "Eu zelei por eles como se fossem meus filhos, e eles disseram na Auditoria, porque era instrução dos advogados e dos companheiros, que foram torturados."

Não era possível ser torturado sem que aparecesse evidência física?

Eu sou muito cético e sou pirrônico mesmo, então acho possível que possa ter sido embromado. E o Frota também. Mas é muito difícil que haja uma pressão física sem deixar marcas. A própria

"maricota" queima. Há um método de interrogatório em que você põe um eletrodo nos dedos, em qualquer lugar — os mais sádicos põem no bico dos seios ou nos testículos — e roda um dínamo que faz passar uma corrente. E quanto mais rápido você girar aquele dínamo, maior a voltagem que dá. É como o tratamento de eletrochoque dos loucos. Uma sensação terrível. Terrível! A maior dor, a maior angústia que se pode ter é sofrer aquele choque. É muito difícil o eletrodo, que é semelhante a uma garra, pegar uma coisa grande. Pode pegar no bico dos seios ou no dedo do pé, mas deixa marca. No lugar que fica o eletrodo, sempre queima um pouco, por menor que seja a amperagem. E você pode verificar. Então o Frota, que sabia disso, dizia: "Mostre as mãos." O sujeito mostrava, e ele examinava. E sem ser isso, somente a borracha: eles batem com a borracha nas partes moles, barriga e nádegas, porque essas partes não deixam muitas marcas. Se você bater com uma borracha numa parte dura, fica o vergão.

De maneira que é muito difícil fazer um interrogatório com violência que não deixe marca. É muito difícil. Mas é possível. Então acho que mais de oitenta por cento da argüição de tortura e de maus-tratos era instrução da organização ou do advogado. E os restantes vinte por cento eram casos que escapavam do controle, porque eram feitos antes de o preso ser entregue ao I Exército.

Há o caso de um rapaz que morreu, Raul Amaro Nin Ferreira, que deu muito trabalho ao Frota porque, quando ele foi entregue ao Exército, estava com umas marcas, havia sido chicoteado com fio no DOPS. O Frota mandou baixar imediatamente esse rapaz ao Hospital Central do Exército e, após alguns dias ele morreu de infarto. Estava muito deprimido, já sofria do coração e, com a prisão, morreu de infarto. O Frota, como em todos os casos semelhantes, mandou fazer uma autópsia, chamando um elemento da família para assistir. Ele tem o laudo dessa autópsia: foi morte natural. Então, o camarada nos foi entregue já com vergões nas pernas — ele apanhou nas pernas. Outros casos de presos entregues por outras organizações ao Exército eram submetidos, por ordem do Frota, a uma rigorosa inspeção de saúde. E o médico era o responsável. O Lobo, inclusive, sabe disso. O Lobo e o Fayad, que eram os médicos que examinavam os presos. Mas todo dia de manhã o Frota perguntava: "Qual é a lista de presos? Cadê o laudo médico?"

O CIE atuava com mais liberdade?

Claro que atuava. Mas quando a Seção de Operações do CIE capturava alguém, não levava para entregar ao DOI na Barão de Mesquita, porque a Barão de Mesquita era de controle do Frota. Quando entrava o preso e era registrado no livro, começava o controle.

Houve um caso sobre o qual o Ruy Castro veio me entrevistar. Ele publicou um livro sobre o Nelson Rodrigues, *O anjo pornográfico*,* e veio conversar comigo. E certas coisas que eu disse não foram publicadas. Quando o "Prancha", filho do Nelson Rodrigues, foi preso, não sabiam quem era ele. O "Prancha" era alto na subversão. Um figurão. Quando, afinal, eles identificaram quem ele era, o comandante do DOI me telefonou: "Chefe! Caiu na rede um peixão. Nós pensamos que era um fichinha e é o 'Prancha'. Eu quero que o senhor venha até aqui, porque eu estou com problemas." Devia ser uma hora da manhã. Bom, eu fui. Peguei o meu fusquinha e fui até lá. Ele disse: "O problema é o seguinte, chefe: o CIE quer que nós entreguemos o 'Prancha' a eles. Soube que o pegamos e mandou vir um oficial para levá-lo." Eu disse: "Você já registrou a entrada?" "Registrei. Está registrado no livro e está identificado." "Então, não entregue. Porque, a partir do momento em que você registrou, a não ser que você rasure, o que eu não vou permitir, ele está sob a nossa responsabilidade. E se você entregar, não sei o que vai acontecer com ele. Então, não entregue."

Foi um momento difícil da minha vida, porque eu não tinha realmente ação de comando; era um representante do general Frota, a quem o comandante do DOI era subordinado diretamente, não a mim. Ele me acatava, respeitava, porque sabia que eu estava agindo em nome do Frota. Mas esse comandante do DOI disse: "Eu não concordo. Quero falar com o próprio general Frota." "Está muito bem. É para já." Eu tinha muita confiança no meu chefe e toda a liberdade. A uma e meia da manhã, bati o telefone para a casa dele e disse: "Chefe, estou com um problema muito sério. Preciso ir à sua casa com o coronel fulano." Ele disse: "Pois

---

* Ruy Castro, *O anjo pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

venha." Fomos no meu fusquinha até o Grajaú: "Está acontecendo isso e isso. Ainda mais se tratando do 'Prancha', que é filho do Nelson Rodrigues." Ele disse: "Fosse quem fosse, não entregue. E tem mais. Vocês vão voltar lá agora e vão entregar imediatamente esse camarada ao Batalhão de Guarda. Não quero que fique no DOI." Então, nessa mesma manhã o "Prancha" foi levado para o Batalhão de Guarda, comandado pelo coronel Braga, que foi comandante de São Paulo, e que era de toda a confiança do Frota.

No entanto, de acordo com o mesmo livro, o "Prancha" foi torturado.

Mas é uma mentira deslavada. Total! Isso é declaração do "Prancha". Eu não posso impor ao autor do livro que ele acredite mais em mim do que no "Prancha". Está no seu direito. Mas os fatos são esses. Há milhões de outras mentiras a respeito do I Exército. Vejam bem: o que estou dizendo é sobre o I Exército. Dos outros Exércitos, não estou dizendo nada!

O senhor estava falando que o CIE tinha mais de liberdade de ação. O CIE foi chefiado, durante todo o governo Médici, pelo Milton Tavares. Ele liberava mais quanto aos métodos?

É preciso entender que o Milton Tavares era um dos maiores combatentes que tivemos. Era herói de guerra, tinha a Cruz de Combate de Primeira Classe. A companhia dele era considerada a melhor do teatro de operações da Itália, porque ele era um homem absolutamente destemido — o Coelho Netto era subalterno dele. Era um homem de combate, e sua companhia era realmente de combate. Ele não tinha nenhum desses pruridos. Para ele, "inimigo é inimigo, guerra é guerra". Era um homem muito inteligente e herói de guerra. De maneira que não tinha essas preocupações, essas obsessões do Frota.

O senhor também é acusado de torturador.

Eu também sou muito acusado de torturador. Acho uma graça extraordinária. Não me incomodo com isso, porque tenho a minha consciência tranqüila. E não tenho o complexo do Frota. O Frota

tem horror à tortura, enquanto eu acho que em certas circunstâncias ela é necessária. Nunca fiz, porque sou leal a ele. Mas não sou contra. Guerra é guerra. Se uma neta minha for raptada e eu pegar um camarada que saiba onde ela está, ah! eu torturo mesmo, faço o diabo, porque estou envolvido. Não tenho nenhum escrúpulo. Não sou cristão, não acredito em vida eterna, não acredito em nada disso. Também não sou supersticioso. Agora, não sou um homem mau, não me considero um homem mau. Mas não sou contra a tortura. Acho que ela é válida em certas circunstâncias — para adquirir informações. Agora, por sadismo ou por puro divertimento, é até mórbida, não concordo. E há gente que se deleita com o sofrimento do próximo. Eu não me deleito. Agora, por necessidade de informações, acho válido. E todo mundo acha. Desde os esquimós até a China, todo mundo usa, quando necessário.

O pessoal do grupo Tortura Nunca Mais *diz que houve cerca de dois mil casos de tortura durante o regime militar.*

Eles dizem. Na minha estimativa, oitenta por cento são falsos.

Então, houve quatrocentos casos.

É possível. Por aí, é possível. Porque muitos e muitos militares não tinham a posição do Frota. E em altos postos.

O que o senhor, como militar, acha da afirmação de que os comandantes não são responsáveis pelo que acontecia nos porões?

Não concordo! São responsáveis! Está no frontispício de todo regulamento militar: o comandante é responsável por tudo aquilo que acontece ou deixa de acontecer sob seu comando. Ele é responsável. Se não sabe, paciência. Mas devia saber.

Vamos falar concretamente de outro chefe que também é muito acusado: o Ednardo Dávila.

O Ednardo era uma flor de pessoa. Era incapaz de fazer mal a uma

mosca. Agora, era um homem que confiava demasiado, talvez, nos seus subordinados. Mas as versões, na minha opinião, são falsas. Porque, no suicídio do Herzog, o Geisel mandou o homem da sua maior confiança fazer o inquérito — o Geisel queria incinerar o Ednardo —, e o camarada não encontrou nenhum indício de que o Herzog não tenha se suicidado. E foi incumbido de encontrá-los. A versão corrente é de que o Herzog foi assassinado em São Paulo. Eu não sei se isso é verdade, mas sei que o comandante de uma das brigadas em São Paulo, homem de total confiança do Geisel, foi quem fez o inquérito.

Mas tudo isso é do interesse dessas organizações, como o é dos próprios advogados, que conseguiam anular vários processos alegando a tortura, porque não podiam provar. Então, creio que essa campanha contra a tortura foi uma arma política orquestrada contra aqueles que eram encarregados da repressão. Porque eu conheço inúmeros casos de total falsidade, casos que não podem deixar de ser falsos. Então, extrapolo para outros casos que devem ser falsos também. Mas não sei das coisas que aconteceram em outros Exércitos. Agora, tenho a assinalar o seguinte: os militares são homens mais ou menos rudes. Estão acostumados a uma escola de rudeza. Se eu fosse dizer ao grupo *Tortura Nunca Mais* o que sofri como "bicho" na Escola Militar — e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu —, eles achariam que é tortura. Por exemplo, "telefone" — levei milhões. E todos os militares levaram. O veterano chegava para o "bicho" — "bicho" é o calouro — e dizia: "Leia isto aqui. Quando tiver uma vírgula, diga: de cu para cima. Quando tiver um ponto, diga: de cu para baixo." Quando o camarada errava... Pah! Isso era brincadeira. Era trote. No meu tempo como "bicho" na Escola Militar, havia a "corrida de lagarta" depois do almoço: os alojamentos tinham, às vezes, cinqüenta camas, e o calouro tinha que disputar com outro naquela fila de camas, passando por cima de uma, por baixo de outra... Raros eram aqueles que chegavam ao fim: geralmente, vomitavam no meio. Isso é tortura? É trote. Os armários eram compridos, e tinham embaixo uma aberturazinha para botar botas, sapatos, essas coisas, onde havia uma espécie de tela. Os "bichos" entravam ali de cabeça para baixo — os outros segurando —, e tinham que cantar — aquele negócio ali embaixo era o "alto-falante". Isso é

tortura? E eu posso dar vários exemplos de coisas que os militares consideram absolutamente corriqueiras e normais, porque endurecem. E nós não podemos deixar de ser duros, porque mandamos homens à morte e matamos outros. Temos que endurecer os militares. Então, um desses garotos terroristas levava um "telefone" e clamava: "Fui torturado!" Na minha opinião, ele não foi torturado. O capitão ou tenente que fez aquilo, fez sem *animus* de torturá-lo. Apenas deu um castigo que ele já sofreu e aplicou numa porção de gente. Eu quero dizer que os militares não têm determinado tipo de sensibilidade: estão acostumados a arriscar a sua própria vida e estão acostumados a ver morrer. Então, são rudes.

Certa vez, eu disse a um entrevistador que, quando decidimos colocar o Exército na luta contra a subversão — que praticamente foi estudantil e intelectual, na sua totalidade, de gente pequeno-burguesa, grã-fina, pois nunca encontrei um proletário, era tudo gente fina, acostumada a lençóis de linho —, foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.

E por que isso aconteceu?

Porque não havia organização estadual policial em condições de ter âmbito nacional. Essa decisão foi uma decisão forçada, mas que aplicou força muito além daquilo que seria necessário. É a minha opinião.

São Paulo manteve o DEOPS, com o delegado Fleury. São Paulo foi um caso diferente do Rio?

Não. Em São Paulo, os DOPS sempre atuaram bem. Mas passaram a atuar coordenados pelo CODI.

Mas o Fleury não era coordenado. Era?

A meu ver, o Fleury devia ser coordenado. Mas em São Paulo foi diferente, porque eles fizeram a Operação Bandeirantes, a OBAN, antes da criação dos DOIs. A OBAN já foi uma mistura de DOPS

com o Exército. Isso não aconteceu no Rio ou em qualquer outra parte do Brasil. Só em São Paulo. A OBAN era paulista, e talvez tenha servido de modelo para a criação dos DOIs. Mas eles nunca foram propriamente um DOI. E o Fleury era muito eficiente, era o chefe do DOPS mais eficiente que havia no Brasil. Eficienticíssimo. Estava instalado num grande prédio, e contava com mais de quarenta delegados. No Rio, o DOPS ficava num prediozinho, e tinha três delegado. Em Minas, quase que era um delegado só: um delegado e dois ou três escrivãos. Mas em São Paulo havia uma poderosa organização.

Ao longo dessa sua experiência, houve pessoas que, em algum sentido, o senhor admirou como inimigo?

Não. Do ponto de vista de valentia, há algumas pessoas que eu poderia ressaltar. Certa vez, uma moça — o nome dela é Aurora Maria do Nascimento Furtado — estava cobrindo um "ponto" com o chefe da sua organização, debaixo da ponte de Benfica ou de Olaria, não sei bem, quando passou uma viatura do pessoal que, naquela época, era encarregado da luta contra o tráfico de entorpecentes, e que achou que aquele casalzinho era traficantes. Estou contando o caso exatamente como me contaram, e acho que é verídico. Então, deixaram a viatura em cima do viaduto, e um agente desceu para interpelá-los — agente da Invernada de Olaria, pessoal meio bruto, acostumado a lidar com traficante. Então chegou para perto deles, sorrateiramente, e disse: "Seus documentos!" Ele ficou meio aparvalhado, mas ela abriu a bolsa, tirou uma pistola e deu um tiro na cara do agente. E ficou ali com o revólver, enquanto o camarada fugia. Ela combateu todos os outros agentes que assistiram o lance lá de cima do viaduto, crentes de que estavam lutando contra uma traficante. Então fizeram um cerco, e ela saiu correndo para a avenida Brasil. Na avenida Brasil, um conseguiu segurá-la pelas pernas e, debaixo de muito pau, a pegaram e meteram-na na viatura. Ela cobriu, com a própria vida, a fuga do chefe. Foi levada para a Invernada de Olaria. E eles não estavam nada satisfeitos com um dos seus companheiros morto, com o rosto completamente estraçalhado. Calculo o que fizeram com ela.

Mas era uma Delegacia de Polícia comum, não?

Não era das mais comuns. Era a Invernada de Olaria, célebre pela sua violência. Era o pessoal mais "duro" que existia na Polícia Civil. Bom, eu estava no CODI, no I Exército, quando o comandante do DOI me telefonou: "Chefe, recebi informações que capturaram uma moça, e agora chegaram à conclusão de que deve ser gente nossa. Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. Ela está em péssimo estado, não vai resistir nem uma ou duas horas mais. O senhor quer que a traga?" "Não, não traga coisa nenhuma. Quem é ela?" Ele disse o nome: "Aurora Maria Nascimento Furtado." Um livro que um desses camaradas escreveu diz que, na Invernada, ela foi submetida à "coroa de Cristo", um negócio que aperta a cabeça. Isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI, nem pelo oficial que foi à Invernada de Olaria. Mas, se eles fizeram isso, fizeram crentes de que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. Acho que essa moça era muito valente, mas não deu entrada em DOI, não "abriu" coisa alguma. Os documentos que estavam com ela fizeram com que o pessoal da Invernada acabasse desconfiando que ela não era traficante e que estava simplesmente cobrindo um "ponto". Morreu no mesmo dia. Já foi levada para a delegacia, segundo me informaram, bem ruinzinha: havia sido baleada, espancada, já chegou lá bem "malita". Mas ela cobriu, durante mais de vinte minutos, a fuga do chefe. Então, era uma moça valente, quer dizer, estava profundamente estruturada.

Eu conheço vários casos desses, geralmente de mulheres. Porque as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, enquanto estavam agindo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia — pode perguntar a eles —, porque se excediam.

No total, quantas pessoas o senhor prendeu?

Eu prendi muitos civis, mais de duzentos. Alguns ficaram meus amigos depois.

Mais uma história: havia um grupo chamado RAN — Resistência Armada Nacional —, que só tinha intelectuais e fazia suas

reuniões na Confeitaria Colombo. O problema é que um dos camaradas tinha ligação com uns sargentos da guerrilha de Caparaó. E os sargentos estavam sem ter o que fazer: tinham andado na guerrilha, já estavam em liberdade e queriam continuar atuando. Então, eles encamparam os sargentos e mandaram quatro deles fazerem um assalto na guarda noturna, na praça Saens Peña, onde roubaram cerca de cem revólveres. O material ficou nas mãos da RAN, que não sabia o que fazer com aquilo, porque o seu pessoal jamais tinha pegado em armas. E aí deu um bolo terrível, porque eles entraram em entendimentos com a ALN, que quis os revólveres. O professor Jacques ia entregá-los, mas nós o prendemos — depois ele foi morto pela ALN na frente dos alunos, foi "justiçado" pela ALN. Eu fiquei com muita pena dele. Na rebarba da RAN, "caiu" todo mundo. Caía como pêssego maduro. E ele caiu também. Interrogado, disse: "Estou guardando os revólveres que foram roubados da guarda noturna." "Quantos são?" "Cerca de cem revólveres. Eu os coloquei num armário na rodoviária, e estou em negociações com a ALN para eles irem buscá-los." — a ALN era um dos grupos mais ferozes.

Então, nós montamos uma armadilha — vou encurtar a história. Colocamos um sargento e um cabo junto com o professor Jacques na casa dele, na rua Campos Sales. Quatro ou cinco dias depois, o Merival de Araújo, que era um dos comandantes da ANL, entrou em contato com ele: "Você sai com a sacola com os revólveres, que eu o estou esperando no posto de gasolina." Saiu o professor Jacques com a sacola, e atrás, o sargento e o cabo, disfarçados. Quando o camarada se aproximou dele no posto de gasolina, o sargento e o cabo o pegaram. Mas o Merival era realmente um homem valente, forte, muito disposto, e estava armado. Então tirou o revólver, e o sargento segurou sua mão: ele meteu uma coronhada na cabeça do sargento, rachando-a completamente. Mas o cabo, que era uns dois metros de crioulo, um desses tipo PE mesmo, reforçado, o pegou na gravata e quebrou seu pescoço. Matou na hora. Mas ficou sem saber o que fazer, então pegou um táxi que passava e levou todo mundo para o DOI. E o comandante do DOI me telefonou para relatar o fato. Eu lhe disse: "Mande-o voltar para o mesmo lugar, porque não quero gente morta no DOI, não tenho como explicar ao Frota. Foi

combate de rua." E foi combate de rua mesmo, não é? "Mande chamar o rabecão para levar o corpo. E o professor Jacques, dê um jeito nele..."

Bem, o Merival Araújo era um tipo alto na ALN. Eles ficaram revoltadíssimos com aquilo, e sabiam que ele ia ter um contato com o professor Jacques. Quando este foi posto em liberdade e voltou a dar suas aulas, eles foram lá e o metralharam na frente da turma, no Colégio Felisberto de Meneses, na rua São Francisco Xavier. E picharam todo o colégio. Os garotos ficaram apavorados. Isso são reminiscências, não tem nada a ver com...

Quando no CODI, no Rio, o senhor tinha conhecimento do que o Cenimar, o CIE e o CISA estavam fazendo?

Na maioria dos casos, não. Eu não sabia o que eles estavam fazendo, e também, como era um profissional bastante consciente, jamais perguntei. Nós temos uma regra em informações: o sujeito só deve saber aquilo que é necessário para o seu trabalho. Nunca deve querer saber de coisas que não precisa. Então, eu não perguntava.

Mas eles todos sabiam o que o senhor estava fazendo?

Sim, porque eu comunicava, por dever de ofício.

O CIE, o CISA e o Cenimar estão na prática acima do CODI, pelo que o senhor tem dito. No entanto, o objetivo do CODI era coordenar.

Mas coordenar o CIE, o CISA, o Cenimar... Aí entrava uma questão de nível, de ciumada. Como poderia o general Frota, comandante do I Exército, coordenar as atividades de um ministro? Não era possível. Nós sabíamos dessa falha — vamos chamar isso de falha. Seria necessário um superórgão para isso, porque essa coordenação descontentava os mais altos escalões. A PM, a Polícia Federal, o DOPS e o DOI não se esbarravam, porque nesse nível eu coordenava. Nunca se esbarraram. Agora, com o CIE, com o CISA e com o Cenimar, eu não podia fazer nada.

Pelo que está sendo dito, o sistema de informações estava estruturado de uma tal forma que havia uma coordenação, mas a relação de mando e obediência era muito fluida. Era mais uma relação de pares. Isso não seria propositai, na medida em que não permitiria que se criasse uma centralização única, diluindo, dessa forma, a responsabilidade por possíveis excessos?

Não, não foi de caso pensado. De modo algum. E havia um responsável. Na minha opinião, pelo menos, o responsável era o presidente da República. Porque, de acordo com os regulamentos militares, "o chefe é responsável por tudo o que acontece ou deixa de acontecer na unidade sob o seu comando". Isso está no frontispício de todos os regulamentos militares. Se um chefe, em qualquer nível, tem conhecimento de uma irregularidade e não a coíbe e pune, ele passa a ser o responsável perante o escalão superior. O comandante-em-chefe das Forças Armadas é o presidente da República. Então, se o presidente tivesse conhecimento de qualquer irregularidade de um de seus ministros militares e não a apurasse e punisse, ele passaria a ser o responsável. A mesma coisa se passa em qualquer escalão. Se o general Frota, comandante do I Exército, soubesse de qualquer irregularidade e não a apurasse e punisse, ele passaria a ser o responsável. Agora, se ele apura e pune, não é mais responsável.

Isso vale na instituição militar em todo o mundo, para tudo. Há sempre um comandante responsável. Então, no caso da coordenação dos diferentes serviços antiterroristas — não vamos chamar nem serviço de informação —, no caso de irregularidades ou excessos que fossem do conhecimento de um escalão do ministro do Exército, por exemplo, e ele não punisse e não coibisse, o presidente da República passaria a ser o responsável. E não houve, de caso pensado, falta de cúpula, porque havia essa cúpula: era o presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Era e é. Desde que tome conhecimento de um fato irregular e não o puna e coíba. Assim é a organização militar do Estado. Então, não havia essa preocupação de eximir responsabilidades. Mesmo porque a concepção do grau de violência a ser aplicado variava muito de comandante para comandante. Variava muito.

Carlos Alberto da Fontoura

■

Nasceu no estado do Rio Grande do Sul em 1912. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1934. Em 1964 era coronel e servia no III Exército, sediado em Porto Alegre. Entre 1965 e 1966 foi subchefe de gabinete do ministro do Exército, Artur da Costa e Silva, sendo promovido a general-de-brigada. Em 1967 tornou-se chefe do Estado-Maior do III Exército, posto em que permaneceu até 1969. Foi então nomeado chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). De 1974 a 1978 foi embaixador do Brasil em Lisboa, tendo se transferido para a reserva em 1976, no posto de general-de-divisão.

Depoimento concedido a Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araujo em janeiro e fevereiro de 1993, e revisto pelo depoente em abril de 1994.

■

Como o senhor foi parar na chefia do SNI?

Em princípios de 65, o chefe do Estado-Maior do Exército mandou me convidar para ser chefe da 2ª Seção, o que é uma função importante para um coronel — é quase um convite para ser general. Aceitei, e deixei Porto Alegre. Quando me apresentei, ele me disse: "Você não vai mais ficar comigo, porque o Costa e Silva — ministro da Guerra — o quer para subchefe do seu gabinete." "Mas, por quê? Eu nem conheço o Costa e Silva, ele também não me conhece!" Ele disse: "Não sei. Mas ele mandou dois oficiais me pedirem que o dispensasse da função aqui. Eu mandei dizer que dispensava, com uma condição: que você fosse subchefe do gabinete. Para outra função, não." E o Costa e Silva mandou dizer que

era para isso mesmo que ele me queria. Então apresentei-me ao Costa e Silva e fui ser subchefe do seu gabinete. E ali foi se criando uma certa intimidade entre nós.

Quando o Costa e Silva saiu do Ministério, em julho de 66, para ser candidato à Presidência da República, eu e o general Clóvis Bandeira Brasil, chefe do gabinete, pedimos demissão ao novo ministro, Ademar de Queirós, a quem eu conhecia só de nome. Ele aceitou a do Brasil, mas não aceitou a minha, dizendo: "Vou aceitar a do chefe do gabinete, porque quero trazer um general que é meu amigo. Mas a sua eu não aceito, porque você já conhece tudo aqui, conhece o trabalho. Além do mais, nós já estamos em julho e, no fim de novembro, você vai ser promovido a general." Em novembro, realmente, fui promovido a general. Quando o Costa e Silva assumiu a Presidência da República, ele já me queria na chefia do SNI, mas houve qualquer coisa e acabou convidando o Médici. Aliás, fez muito bem. Depois, quando o Médici foi promovido a quatro estrelas e foi comandar o III Exército, eu calculo que ele tenha dito ao Costa e Silva: "Chame o Fontoura para chefiar o SNI. Você queria antes, agora está na hora." Deve ter sido isso.

Um verdadeiro "abacaxi" — desculpe a expressão de gíria, mas depois da Presidência da República, o SNI é o segundo "abacaxi" do país. Tudo o que havia de ruim no país era o SNI que tinha feito. Há pouco tempo, eu estava numa fila do Banco do Brasil, e na minha frente estava um cidadão grande, maior do que eu, moço, que olhou para mim e disse: "O senhor era procurado como se procura um rato para dar um tiro na testa. Porque tudo o que havia de mau no país, não era o Médici o culpado, era o senhor." Era isso que os comunistas diziam. Ainda vou escrever um artigo sobre o SNI. O título eu já tenho: "SNI — esse bicho-papão." Porque tudo, tudo, até as guerras púnicas, era responsabilidade do SNI. Isso eu já disse mais de uma vez, até por escrito. Nós somos responsáveis por tudo: pela seca do Ceará, pelas enchentes do Sul, pelo trem que matou três crianças essa madrugada. Tudo é culpa do SNI.

Mas fui para lá, assumi o SNI em maio de 69. Logo depois, no dia 27 de agosto, o Costa e Silva adoeceu. Depois piorou, foi para a cama, e não levantou mais. Tinha que haver uma sucessão. Foi criada aquela Junta com os três ministros militares, assessorada pelo general Jaime Portela, que era o chefe da Casa Militar do

Costa e Silva, e por mim, que era o chefe do SNI. Pedi demissão, mas a Junta não me deu: "Você conhece o problema, está aqui há três ou quatro meses, sabe mais do que nós certas coisas e pode nos ajudar."

Por que o vice-presidente Pedro Aleixo não tomou posse?

O Pedro Aleixo não tomou posse porque se negou a assinar o AI-5, o ato máximo revolucionário.

O AI-5 inaugurou um período que, para nós, civis, foi muito duro. Por que foi editado?

Foi um período essencialmente ditatorial. Já havia uma série de razões pelas quais o governo estava sendo acutilado por todos os lados, culminando com o discurso do sr. Márcio Moreira Alves, altamente ofensivo às Forças Armadas. E aí houve uma reação generalizada das três Forças em todo o país. Porque o governo não é senhor de si. Ele governa "em nome de". O Costa e Silva não queria assinar o AI-5. Tenho certeza absoluta disso, pois ele cansou de me dizer. Relutou até a última hora.

Eu estava em Porto Alegre em dezembro de 1968, como chefe do Estado-Maior do III Exército, e telefonei ao Médici, que era meu amigo e chefe do SNI: "Médici, está difícil conter a tropa — "tropa" era como designávamos os chefes da área. Daqui a pouco vamos ter indisciplina, coisas mais graves. Não sei no que vai dar." Diz ele: "Não, Fontoura, espere. Vai haver alguma medida. Tenham um pouco de paciência". Realmente, dois ou três dias depois veio o AI-5. Havia uma pressão muito grande das Forças Armadas nessa direção.

O objetivo da Revolução não era durar vinte anos. Agora, quando começou a luta armada, a revolta armada contra a Revolução, a coisa mudou de figura. Foi isso que nos fez mudar. No fundo, no fundo, é como eu digo: quem começou essa história foi "seu" Gabeira. Lembro-me exatamente, foi no dia 4 de setembro de 1969. A Junta estava reunida — eu estava no meu lugar, estavam o Portela, os três membros da Junta —, quando o meu ajudante-de-ordens, o capitão Carus, chegou e me deu um bilhetinho: "Acaba de ser seqüestrado o embaixador americano." Li e

disse para ele: "Telefone à embaixada americana para confirmar." Disse ele: "Mas essa notícia nos foi dada agora, por telefone, pela embaixada americana." "Não faz mal. Confirme." Ele foi telefonar e voltou: "Está confirmado." Aí começou a história. Porque até então não havia luta armada.

Foi o presidente Médici, logo ao assumir, que assinou alguns decretos transferindo das Polícias para as Forças Armadas a tarefa de combater a subversão.

Não podia deixar de ser, porque as Polícias não tinham condições para isso. Eu assisti às reuniões que prepararam essa decisão. As Polícias passariam a auxiliar o Exército ou as Forças Armadas no combate, porque a situação foi tomando tal vulto que elas não tinham mais condições, meios ou recursos para esse fim. Houve, por exemplo, aquele episódio famoso do Lamarca. O Lamarca, sair de um regimento levando um caminhão com duzentos fuzis!? Era a arma mais moderna que o Exército possuía! Era também a arma do Exército americano na época. E então começaram as mortes.

Às vezes, o presidente Médici me chamava para assistir às audiências com os ministros militares. Então chegava o Orlando Geisel e dizia: "Esta semana perdemos um capitão, um sargento e dois soldados, no 'aparelho' tal." Chegava o Márcio, dizia a mesma coisa. Chegava o ministro da Marinha, que era o Adalberto Nunes, com a mesma história.

E as Forças Armadas estavam preparadas para esse tipo de enfrentamento?

As Forças Armadas, como a Polícia, não tinham preparo para combater a guerra de guerrilha. Nenhum. Eu não tenho qualquer escrúpulo em dizer isso: as Forças Armadas não estavam preparadas para aquele combate. Tanto que levou muito tempo para acabar. Começou em 65, 66, 67, mas a guerrilha do Araguaia só foi acabar no governo do Geisel. Vejam o tempo que levou. O filho de um amigo meu, o general Enio Pinheiro, levou um tiro na boca na guerrilha do Araguaia. Entrou no mato, na floresta amazônica, o guerrilheiro estava escondido e deu um tiro nele. Quer dizer, era uma coisa tremenda. Houve o caso do filho de outro amigo, que era

major, não tinha nada que ver com informações — foi um caso muito citado pela imprensa. Ele estava com o carro parado numa estrada no Rio, não sei o que tinha havido no automóvel. De repente, parou do outro lado da estrada um fusca com duas moças e com o pneu furado. Quando ele viu que eram duas moças, foi ajudá-las a trocar o pneu. Quando chegou perto, levou um tiro e morreu. Outro amigo meu de Uruguaiana, Aníbal Figueiredo, reformado na época, trabalhava numa empresa em São Paulo. Não tinha nada a ver com coisa alguma, não estava metido em nada, estava trabalhando como civil, mas ao sair do local de trabalho foi fuzilado com quatro tiros.

O que a esquerda dizia na época — e repete até hoje — era que não foi ela que gerou a pressão. Apenas reagiu a uma pressão que os senhores criaram.

Qual foi a pressão que nós criamos? Reagimos à pressão das esquerdas no governo do Jango.

Que os senhores chegaram ao poder via uma intervenção militar, e que desrespeitaram a Constituição vigente, continuaram no poder, não devolveram o poder aos civis... Então era uma forma de reagir a essa usurpação.

Eu sei disso também. Mas reagir matando? Reagir pela força? Reagir pelas armas? Sabendo que, como diz o castelhano, "*a lo largo*" seriam derrotadas? Então uma guerrilhazinha, num país desse tamanho, iria derrotar as Forças Armadas brasileiras, por mais frágeis que estas fossem e sejam até hoje? Não havia condição.

Mas eles dizem: "Nós tínhamos que pegar em armas, porque não havia liberdade."

Não havia liberdade, porque eles queriam um excesso de liberdade. Uma licenciosidade. O que, aliás, está havendo hoje. O que está se vendo nesse país é incrível. Não é liberdade: é ausência absoluta ou omissão do poder público. É o caos.

O senhor está dizendo que uma guerrilha não podia derrotar o Exército. Na época se pensava assim, ou se tinha realmente medo das artimanhas da guerrilha?

Não tínhamos medo, não. Achávamos que, ao largo, ganharíamos a guerra. Porque tínhamos muito mais recursos do que eles, por mais que fossem alimentados pela União Soviética, por Cuba, pelos famosos dois milhões de dólares que o Brizola teria recebido, e que não sei se é verdade ou não. O Brizola tentou uma guerrilha com um colega meu de turma, o Jefferson Alencar de Cardim Osório — sei até o nome dele completo — lá pelo Sul. Foi derrotado logo nos primeiros dez dias.

Nesse contexto, as Forças Armadas estavam enfrentando a guerrilha, e a população brasileira pagando o preço. Porque, no fundo, uma lei de censura não afeta somente a esquerda; afeta todo mundo, afeta o direito do cidadão se informar etc. Isso era discutido?

Era discutido. E era lamentável que acontecesse. Nós não desejávamos. Mas também não havia outra maneira. Qual seria a outra maneira? Deixar a imprensa completamente livre, publicando verdades e sobretudo inverdades, envenenando mais o povo contra o governo de então? Quem nos pôs no governo? O povo. Eu fui chamado de covarde mais de uma vez durante o governo Jango, porque andava fardado na rua da Praia, em Porto Alegre. O próprio pessoal da minha família dizia: “Mas o que vocês estão esperando? Que covardia é essa? Estão esperando que o Stalin se sente no Palácio do Planalto?” Quem nos levou foi o povo. O povo foi na frente e nós o seguimos. Não há dúvida: sem povo não se faz nada.

Como eram recebidas pelo governo ações como seqüestros de aviões?

Um dia cheguei para o Médici e disse: “Presidente, estão seqüestrando aviões. Eles querem pegar um avião com um ministro, com um Delfim Neto, um Marcos Vinícius, um Leitão de Abreu, e dirão que só os trocam pela sua renúncia. E qual vai ser a sua decisão?

O senhor já viu o problema que vai se criar se os ministros continuarem viajando nesses aviões de carreira como estão?" "Mas qual é a sua sugestão?" "A sugestão é comprar uns três ou quatro jatinhos, e eles só andarem nesses aviões da Força Aérea." Agora, é muito difícil contar isso para toda a nação. Não acreditam. "Não, essa é a versão da ditadura, e os jornais só dizem o que a ditadura quer. Estão mentindo." Não sei se isso foi contado por alguém, mas foi exatamente o que ocorreu. Médici consultou depois os ministros militares, o ministro da Aeronáutica sobretudo, conversou muito com o Leitão. Porque ele não tomava uma decisão ouvindo apenas a palavra de um, por melhor que fosse a sugestão. Tinha que ouvir os outros, porque havia os prós e os contras.

Houve vários seqüestros de avião, e terminaram de diferentes maneiras. Mas houve um em que casualmente nós estávamos numa das famosas reuniões das 9 horas, quando o telefone, que ficava perto de mim, tocou. Atendi. Era o ministro da Aeronáutica, o Márcio. Disse: "Fontoura, quero falar com o presidente." Dei o telefone ao Médici, e nós só o ouvimos dizer: "Não levanta mais." A história foi a seguinte: um avião, acho que da Varig, foi seqüestrado. Mas o piloto, habilmente, conseguiu contornar e aterrou na Base Aérea do Galeão. Então o Márcio perguntava: "Presidente, o que fazer agora?" "Não levanta mais vôo." A FAB furou o pneu daquele avião a bala e, lá pelas tantas, depois de parlamentarem muito e não chegarem a sucesso algum, resolveram invadir o avião. Um dos terroristas era uma mulher, e deu um tiro no comandante. Houve outros feridos. Mas não era possível que um avião seqüestrado aterrisasse numa base aérea e levantasse vôo incólume. Nós estávamos numa guerra. E eu pergunto aos senhores, para não ir mais longe, para não ir a 1935: quem começou a chamada "guerra suja"? Porque realmente a guerra foi "suja". Quem começou? Foi o Gabeira!

Por que o senhor usa esse termo "guerra suja"?

Porque é como está crismada e batizada por aí. Todo mundo a chama assim. E foi "suja" mesmo, porque matavam a torto e a direito. Agora vêm reclamar pela imprensa, porque queriam que os mortos da guerrilha de Xambioá fossem trazidos em cortejo

fúnebre, num avião Boeing, com escolta, e fossem enterrados num mausoléu no São João Batista. Mas como!? Então se faz isso com subversivo? Morreu, enterra ali mesmo. É lógico! Eu não estava lá, mas, se fosse comandante, teria dado essa mesma ordem. Morreu? Enterra aí mesmo, para não deixar insepulto. Ora! O que é isso!? Queriam que os trouxessem com pétalas de rosa? E para sepultar no São João Batista, no mausoléu dos heróis... comunistas!? Não. Não há razão para isso.

Mas, general, esse período já passou, são brasileiros que estão lá. E isso faz parte da nossa história. Então, nesse sentido, eles merecem...

Mas não nesses termos. A idéia é dar uma satisfação à família. Mas é muito difícil. Quem vai se lembrar agora, no meio da floresta amazônica, onde está o João, o Pedro, a Maria, o Antônio ou o José? Não é possível pensar numa coisa dessa. Não entra na cabeça de ninguém! É uma provocação. Como vão achar na floresta amazônica cinqüenta, sessenta ou cem mortos? Não vão achar. A não ser que alguém que esteja vivo se lembre, vá lá e encontre o lugar. Porque deve estar tudo modificado. A natureza, sobretudo na floresta, se modifica a cada passo, a cada ano, a cada década.

Os seqüestros eram tema da reunião das 9?

Ah, sem dúvida nenhuma. E depois que acabava a reunião, entravam em cena o ministro da Justiça, o Buzaid, e o ministro das Relações Exteriores, o Gibson, porque se tratava de seqüestro de embaixador. Os ministros do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha, dependendo da situação, também participavam. O Leitão, uma ou outra vez entrava no problema jurídico de saber se permitia ou não banir, por exemplo: o sujeito já estava condenado; podia ser banido? Havia umas discussões nesses termos. Mas quem redigia os comunicados, naquela troca de comunicados entre o governo e os seqüestradores, era, em geral, o Gibson e eu. Então, à medida que os seqüestros iam se sucedendo — o segundo, o terceiro, o quarto —, nós começamos a endurecer. Respondíamos: "Não, esses camaradas não foram encontrados. Eles não estão presos. Não sabemos onde estão."

Mas os senhores sabiam.

Não, fomos falando a verdade. Mas eles podiam não aceitar, e então matariam o embaixador. Nós endurecemos, mas endurecemos com a verdade.

Como era possível que o senhor, chefe, ministro do SNI, não soubesse onde um brasileiro estava preso?

Não sabia. Como poderia saber de tudo? As coisas — as prisões, inclusive — aconteciam a todo momento. E o país é grande. Quando nós respondíamos, respondíamos com certeza absoluta. Se estava, se não estava, se tinha sido morto, se tinha fugido. Respondíamos a verdade. Imediatamente mandávamos saber em todo o país, pelo telefone, onde estavam, se estavam, se os nomes eram aqueles, enfim, esclarecia-se tudo, para depois dar a resposta. Mas eles foram vendo que a situação não era mais tão fácil assim, que estávamos criando dificuldades. Eu já disse como acabou aquele seqüestro no Galeão: o avião não levantou vôo, houve uma morte, um ferimento, e acabou. Houve outro muito mais tarde, em São Paulo, quando o Délio era o ministro. Era um seqüestrador só, e foi morto dentro do avião. Aí acabaram os seqüestros de avião.

O SNI, de fato, centralizava todas as informações sobre o que acontecia no país? Por exemplo, o que acontecia ao nível do CIE chegava ao SNI?

Chegava oficialmente, através de relatórios. Não sei se chegava tudo.

E o senhor tinha um bom contato com o Milton Tavares, com o Coelho Netto? Eram contatos diários?

Tinha, com todos eles. Agora, diários, não podiam ser, nem havia tempo meu e deles para isso. Mas havia contatos telefônicos, quase que diários, e envio de relatórios. As coisas urgentes, mandavam entregar em mãos. Quando assumi o SNI, fiz uma reunião com todos e disse: "Por força das circunstâncias, eu sou o chefe.

Então, tudo o que for importante tem que vir para o SNI, e eu irei ao presidente da República, aos ministros civis." Isso ficou acertado. E houve a criação, no meu tempo e por mim, do que se chama o *Plano Nacional de Informações.* Eu disse: "Não se pode fazer informações, colher informes sem um plano nacional de informações. Vamos fazer um. E cada serviço de informações vai ter uma missão a cumprir nesse plano." Então, reuni novamente todos. O chefe do EMFA até reagiu.* Era um almirante, mais graduado que eu — eu era general-de-brigada, e ele era quatro estrelas. Mas fiz o plano, e o plano saiu.

Na elaboração do Plano Nacional de Informações, *quais foram os principais cérebros?*

Muita gente colaborou. Não tenho condição de dizer todos. Muitos civis, deputados, muita gente. Era um plano que abrangia informações de todos os tipos, de todos os ramos e de todo o país. Por isso era nacional. E foi sendo cumprido dentro das possibilidades, às vezes com falhas, às vezes com erros, mas de uma maneira geral foi bem cumprido.

Quando o senhor foi nomeado chefe do SNI, como encontrou o órgão?

Quando o Médici me passou o SNI, reuniu todo o pessoal que trabalhava em Brasília, não só diretamente com ele, como o pessoal da chamada Agência Central, que centralizava as informações provenientes das agências do SNI existentes em todas as capitais e levava a mim aquilo que julgava que devesse ser do meu conhecimento. Eu não podia conhecer, ler tudo, é claro. Sou um homem só. Mas encontrei tudo já montado e declarei, ao assumir, que era tal a confiança que depositava no general Médici que não ia mudar ninguém das funções que exerciam. Até mesmo o seu chefe de gabinete, que eu não conhecia, iria continuar comigo. Este demiti três meses depois. Não nos entendemos muito bem.

---

* O chefe do EMFA era o almirante Murilo Vasco do Vale e Silva.

Há uma lenda muito grande a respeito do SNI. Falava-se que teria um enorme contingente de pessoal...

Bobagem! No meu tempo não chegavam a 1.500 em todo o país. Talvez dois mil em todo o SNI, incluindo funcionariozinhos, motoristas, secretariozinhos, contínuos, tudo isso somado. Não ultrapassava dois mil. Havia 22 ou 23 agências naquele tempo — agora são 26 ou 27 —, e cada agência teria no máximo umas trinta ou quarenta pessoas. Umas um pouco mais, outras um pouco menos. Mas havia colaboradores, a maioria espontâneos, que não recebiam nada do SNI. Há muitos desses funcionários em qualquer serviço de informações.

Se me perguntarem: "O senhor ouvia escuta telefônica?" Ouvia, não nego. Qual é o serviço de informações do mundo que não ouve telefones? Como posso negar? Ouvia mesmo. Mas ouvia só o que interessava, o que achava que pudesse ser útil ao governo, sobretudo na segurança. Não há grande indústria no mundo, e até pequena e média, que viva sem um serviço de informações. Para fazer uma operação, são feitas radiografias; o médico tem na radiografia o seu serviço de informações. Temos que nos informar sobre tudo, para poder decidir.

Qual era o número de pessoas com escuta permanente? Mais de oitenta?

Não chegava a isso. Nem à metade, talvez. Porque eram alvos muito selecionados, como nós chamávamos, gente cujas manifestações subversivas interessassem ao governo conhecer. O resto não interessava. Problema econômico, social, isso não interessava. Aliás, a maioria das coletas telefônicas era rasgada por mim. Não tinha qualquer valor.

Como se fazia a triagem da massa de informações recolhida normalmente pelo SNI?

Era trabalho da Agência Central. Na Agência Central estavam, obviamente, excelentes elementos do SNI. Era a Agência que fazia essa triagem. O que vinha a mim era muito pouco. O principal. E mesmo desse principal, mais da metade eu rasgava.

A impressão que se tem é que aquilo que poderia ser chamado de "repressão preventiva" seria de tal volume que não dava para processar.

Não é verdade. Era um serviço muito bem-feito. Um serviço muito incômodo para mim. Havia o seguinte: os governos dos estados não eram obrigados a mandar ao SNI local a relação dos candidatos, quando mudava o governo, ou quando tinham que mudar algum cargo. Não eram obrigados, mas, se quisessem, poderiam fazê-lo. A maioria fazia. A quase totalidade fazia. Inclusive o nosso governador da então Guanabara, Chagas Freitas, a quem eu não conhecia, um dia me pediu audiência: "General, eu vim aqui para conhecer o senhor e dizer que também necessito do seu Serviço." Para quê? O senhor é governador da oposição. Quem o faz obrigatoriamente é o governo central, são os ministros. Os ministros não nomeiam ninguém sem passar pelo SNI. Por ordem do presidente. E acham que isso é muito bom, porque lhes dá cobertura." E diz o Chagas Freitas para mim: "Pois é justamente isso que eu quero. Quero a sua cobertura." "Está bem, eu dou."

O senhor confiava realmente que o que lhe chegava era o sumo das informações das coisas mais importantes que estavam acontecendo no país? Não havia uns nós para baixo?

Ah! Podia ser. Eu não posso pôr a mão no fogo. Ninguém pode. Como se pode saber isso?

Pela contra-informação.

Mas mesmo a contra-informação não conseguia saber tudo. É humanamente impossível. São os riscos. É muito difícil saber se o que chegava a mim, em poucas linhas, era absolutamente verdade ou não.

Por exemplo, o caso do deputado Rubens Paiva. O senhor mandou investigar?

Não foi comigo, foi com o I Exército. E não mandei investigar,

porque era da competência de outro órgão. Estava, sob o ponto de vista de informação, subordinado a mim, devia me informar. E informou: "Rubens Paiva..." Eu não me lembro mais o que foi. Era obrigado a acreditar. Porque se fosse mandar saber tudo, teria que pôr os 149 milhões de brasileiros no serviço de informação colhendo informação sobre um milhão. Não há nada perfeito. Nós temos que nos sujeitar à imperfeição humana.

No SNI, o senhor era muito procurado por civis para fazerem denúncias?

Eu recebi muita gente que dizia: "Tenho uma grave denúncia a fazer ao senhor. É uma informação que o senhor precisa tirar a limpo de qualquer maneira." "Pois não. Tem aí uma mesa, papel e tinta. Sente, escreva, ponha a data e assine." "Ah! Como?!" "Então não serve. De boca, eu não quero. Se o senhor está dizendo que tem uma denúncia a fazer, deve ter coragem de assinar." Isso cansou de acontecer. Era comum.

No primeiro Natal que passei no SNI, em 69, o meu ajudante-de-ordens, mais ou menos no dia 20, disse: "General, há 22 cestas de Natal para o senhor. Cada qual mais linda. Cada qual mais cara." Eu digo: "Devolva tudo. Dê-me os cartões e devolva tudo." Ele voltou: "Mas o senhor vai devolver tudo, vai gastar um dinheiro que não tem." "Está bem. Então, não devolva. Dê para os funcionários menos graduados daqui." Motoristas, ascensoristas, uma secretariazinha, cada um ganhou uma cesta. Só tinha coisa estrangeira. Riquíssima! Eu nem cheguei a ver, eles me contaram. Não vi, nem quis ver. Peguei os cartões — não conhecia ninguém, firmas, empresas etc. —, não respondi nenhum. No ano seguinte, não apareceu uma cesta de Natal.

O que eles estariam querendo?

O meu cartão. O meu cartão agradecendo. O cartão do general Fontoura, chefe do SNI. Corrupção!

Como se formava o especialista em informações?

Nós éramos amadores. Então, tínhamos que ter uma escola que

formasse agentes de informações. Esse foi o objetivo principal da Escola Nacional de Informações, que foi criada apenas em 1972. Foi o Enio Pinheiro quem criou a Escola. Os louvores todos são dados ao Enio. Merecidamente. Era uma escola completa, com tudo de bom que as outras tinham. Foi uma pena terem-na desmanchado. Foi muito bem-feita, muito bem construída, e foi muito elogiada por chefes de serviços de informações estrangeiros que a visitaram como uma das melhores do mundo.

A minha política era a seguinte: vão freqüentar essa Escola, preferencialmente, civis. O SNI é um órgão civil, e deve passar às mãos dos civis no mais curto prazo possível, inclusive a chefia. Claro que isto dependeria do presidente da República. Mas a minha política era essa. Matriculei muito poucos militares durante o tempo em que estive no SNI. Praticamente só civis, pessoal indicado por Ministérios, por diferentes órgãos. É claro que sofriam um rastreamento, e mesmo lá dentro também eram muito observados.

Como se deu a decisão de criar a Escola?

No meu tempo de chefe de Estado-Maior em Porto Alegre, foi preso um oficial comunista da Aeronáutica. Não me lembro o nome; era um comunista, daqueles de arma na mão. Foi preso na própria Aeronáutica e mandado para o 7º Batalhão de Caçadores. Fugiu. "Mas, como fugiu? Estava numa sala fechada com sentinela!" "Fugiu pelo teto." — as coisas são engraçadas. Então mandei um oficial falar com o comandante e fazer uma pesquisa: o oficial de dia no dia da fuga era o tenente Lamarca. Está aí a explicação. Ele já era comunista quando tenente em Porto Alegre, em 1966. Transferiu-se para um batalhão em São Paulo, e ninguém sabia que era comunista. Só quando fugiu. Não havia um serviço de informações. Por isso, um dia eu fui ao Médici e disse: "O SNI esgotou os seus conhecimentos. Somos todos amadores. O senhor também foi amador como chefe do SNI, o Golberi era amador, eu sou amador, e os que vierem serão amadores." Diz ele: "Mas qual é a solução?" "É fundar uma Escola Nacional de Informações." Disse que ia pensar um pouco. Daí a uns dois dias... "Pode fundar."

Foi então que se decidiu mandar oficiais ao exterior para fazerem treinamento?

Pois é. Reunimos um grupo de oficiais dos melhores que tínhamos, inclusive o Enio Pinheiro, e mandamos para o exterior, para os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França, Inglaterra, para os vários serviços de informações do mundo. Eram cinco ou seis, e foram dois oficiais para cada um. Foram muito bem recebidos, passaram um mês estudando e, de volta, cada um trouxe seu relatório, nós nos juntamos e planejamos a Escola.

Quantas pessoas chegou a formar a Escola Nacional de Informações? Cem, duzentas?

Mais. Havia vários cursos, cada qual com uma média de trinta alunos. Devia totalizar uns 120 por ano. Portanto, em dez anos, saíram formados mais de mil.

Qual era a proporção de civis?

Três quartos eram civis. Eu pedia para os Ministérios que selecionassem gente ainda nova que quisesse continuar ou ingressar na carreira de informações, no SNI, porque senão não adiantava nada formá-los.

Uma coisa que afetou muito a imagem do presidente Médici, foi a questão dos "excessos" praticados pelos órgãos de repressão. O senhor, como uma das pessoas de confiança do presidente, certamente terá participado de algumas reuniões nas quais foram trazidas notícias sobre isso. Qual era a reação do presidente?

Mandava apurar se houve excesso ou não. Chamava o Geisel, chamava o ministro da Marinha, o da Aeronáutica e dizia: "Vejam isso. Eu quero saber." Ele fez duas ou três reuniões com o pessoal de segurança. Aí entravam os ministros militares, o Ministério todo, dizendo que se devia aceitar a existência de uma guerra, na qual se mata ou se morre dos dois lados. Mas ele dizia: "Não aceito tortura, nem que se maltrate ou se mate preso. Não aceito de jeito

nenhum." Era a posição do presidente, declarada de público em duas ou três reuniões ministeriais, com o meu testemunho e de todos os que lá estavam: ele não admitia, absolutamente, tortura, martírio ou mortes em prisões. Na luta armada, sim. De peito descoberto, de ambos os lados, e exigia mesmo que fosse dessa forma, mandou-nos lutar de igual para igual. Mas nunca mandou torturar, nunca mandou matar. Pelo contrário. Ele não era homem para isso. E o brasileiro também não era.

Agora, ninguém controla as pontas. É muito difícil. Veja o que acontece no Rio de Janeiro, o que acontece no Brasil hoje. Estão acontecendo coisas muito piores do que as que ocorreram naquele tempo. Alguém está responsabilizando o Itamar por isso? Responsabilizou-se o Collor? Responsabiliza-se o Brizola? Não. A imprensa não responsabiliza, nem o povo. Nunca ouvi dizer que o Brizola mandou matar. E a polícia está matando a três por dois. Eu tenho mais medo, hoje, da polícia do que do ladrão. Tortura terrível e inaudita estão sofrendo hoje (7/4/94) 150 milhões de brasileiros da parte do crime organizado e desorganizado, com a ausência de autoridade, com a ausência de governo, com a ausência de ordem pública, com a ausência de polícia. Com um Congresso impotente e incompetente, preocupado com questões menores e espúrias. Com um presidente da Câmara, sucessor do presidente da República, que deveria estar no banco dos réus, por ter usado a coisa pública (DNOCS) na sua propriedade rural, sem o menor escrúpulo. Não há poder público, não há polícia, não há segurança. Tortura é não ter para quem apelar. É viver enjaulado, engradado, como está acontecendo nos edifícios e casas do Rio. Tortura é ter pavor de sair à rua, principalmente depois que o sol se põe. Tortura é constatar que parte da população (intelectuais e artistas) aceita encobrir o gesto do Betinho, que se beneficiou de dinheiro "sujo" para fins ditos "nobres". Tudo isso e mais etc. etc. é tortura. Mas ninguém reclama. Tem a palavra a comissão Tortura Nunca Mais.

Mas ao mesmo tempo que, segundo sua palavra e a de outros, o presidente Médici dizia "tortura, de jeito algum", isso continuava acontecendo.

Houve, segundo se vê nos órgãos de comunicação patrulhados pela

esquerda. Mas nunca tive uma prova de tortura. Tivemos conhecimento de um mínimo de excesso. Mas não vinha a público, porque isso envolve uma questão psicológica. Por exemplo: é comum na guerra, em todas as guerras, um pequeno efetivo debandar. Na última guerra houve muito, não só no Exército americano, como no francês e no brasileiro. Já ouviram falar em estouro da boiada? Um pio pode estourar uma boiada. E aí ninguém a contém. Eu já estive numa dessas, não com boi, mas com cavalos. Então, havia e houve muita coisa, muita prevenção, muito aborrecimento. Mas era um caso delicado. Porque não se pode cortar de público o estímulo do combatente, senão ele não volta a combater.

O que o senhor está dizendo é que não podia haver uma repreensão pública, uma punição pública.

Não, houve. Houve no caso do Dávila Mello.* Eu conheço o Dávila Mello desde a Escola Militar. Era um homem de bem. Aquilo aconteceu sem ele saber, tenho quase certeza disso. Alguém fez aquilo. E não se pode evitar, por mais que se conheça o subordinado, por mais que se confie nele, por melhor que ele seja, que um dia ele saia do sério. Um dia, todos nós fazemos a nossa bobagem. Todos temos a nossa hora da bobagem. Depois de feita, não tem mais jeito. Tudo isso tem que ser pensado. A imprensa, em geral, e os inimigos da Revolução de março exageram muito.

Alguns afirmam que o presidente Geisel, inteligentemente, abrindo a imprensa, pondo fim à censura, permitiu que esses excessos fossem denunciados. E isso constituiu um instrumento para reduzir o número de casos. O senhor concorda que se não houvesse censura, haveria menos excessos?

Não sei. Quem começou a luta? Já disse aqui: foi o Gabeira. Para não ir mais longe, para não ir ao Prestes. Quem começou a luta foi

---

* O general Ednardo Dávila Mello comandou o II Exército de 1974 a 1976. Nesse período foram mortos, nas instalações do DOI, o jornalista Vladimir Herzog (25/10/75) e o operário José Manuel Fiel Filho (19/1/76).

o Gabeira. Desencadeada a luta, tem que morrer gente dos dois lados.

E quem decidia sobre a censura?

A censura era uma decisão do governo. Conversamos e chegamos à conclusão que devia haver um certo tipo de censura. Não era total.

Mas em relação à guerrilha ela era total.

Ah! Em relação à guerrilha, era. Porque a notícia desperta. Se deixássemos publicar, e sobretudo mentir, que a guerrilha venceu ali, que o Lamarca fez isso, fez aquilo, os estudantes começariam a se assanhar. Porque os estudantes universitários, a UNE, todos eram inocentes úteis. Lembro-me que, quando era cadete, o meu comandante da Escola Militar era o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Então ficávamos tomando chimarrão, numa rodinha de quatro ou cinco gaúchos, e ele passava por nós e dizia: "Cadetes gaúchos tomando seu matezinho é bom. Mas não esqueçam de uma coisa que o velho general sempre disse: o perigo comunista nas universidades é tremendo." Mais de uma vez ele repetiu essa advertência. Isso foi em 1931-32. Quer dizer, há sessenta anos.

Talvez o fechamento do regime tenha prejudicado o próprio governo na sua capacidade de receber informações.

Talvez. Mas não prejudicou o país. Porque a nossa preocupação não era só o governo, era o país. E se as guerrilhas tivessem tomado conta, teríamos tido uma guerra tremenda nos quatros cantos do país. Porque em toda a parte havia comunistas. O Rio Grande do Sul estava minado. Quem não pegou em armas contra o governo não foi molestado — talvez um ou outro tenha sido, indiretamente. Talvez. Mas não era o nosso propósito.

A guerrilha urbana acabou no governo Médici, algumas guerrilhas rurais acabaram, como a do Lamarca, a de Registro e a de Xambioá. Mas a do Araguaia só foi acabar no governo Geisel. Quer dizer, foi a mais grave, a mais séria. Então, cinqüenta, sessenta,

cem pessoas, que seja, vão, da floresta amazônica, tomar o governo em Brasília!? É uma inocência. Pior até. Se me permitem, é uma burrice. Vejam a que ponto essa gente chegou. Há pouco tempo, juntaram três ou quatro aviões, pagos por três ou quatro ricos como o Niemeyer, e mandaram gente para Cuba e Nicarágua para ajudar a cortar cana. Ora! Então isto é verdade!? Alguém vai à Nicarágua ajudar a cortar cana!? Por que não ajudaram a cortar cana no Nordeste, café e laranja em São Paulo? Por quê? Não, era treinamento de guerrilha.

Os senhores sabiam que havia no Araguaia em torno de oitenta pessoas, não era muita gente...

Não era muita gente, mas era muito difícil. E tinha que acabar. Porque havendo um foco — é como um foco dentário, pode infectar a boca toda —, é preciso acabar com ele, senão pode tomar vulto. Nós não sabemos, ninguém sabe o dia de amanhã. Por mais que haja gente prevendo o futuro — Nostradamus e outros —, ninguém sabe o dia de amanhã. Quem pensou que o Collor fosse fazer o que fez?

E como eram as relações do presidente Médici com a oposição do MDB?

Boas, ele recebia muito bem. A crise política existia. A crise política existe desde que o Brasil é Brasil. Ou desde que o Brasil é República. Ou desde que o Brasil é independente. Até hoje está aí. Mas havia uma ditadura, havia um AI-5, então essa crise ficava sufocada. A oposição era o que menos incomodava. Os políticos do MDB iam ao Palácio da Alvorada, a convite do Médici, para o cinema. Absolutamente, não havia nada pessoal. Nunca houve, com ninguém. Eu cansei de receber governadores, deputados do MDB. O Chagas Freitas, de vez em quando, ia conversar comigo. Eu dizia: "Mas o senhor não tem obrigação nenhuma de fazer isso." E ele: "Mas eu quero. É uma segurança que o senhor me dá. O senhor, mandando investigar..." Levava, às vezes, alguns nomes cogitados para os cargos principais. E nomes mais em evidência, que podiam causar espécie a não-aceitação. Eu assumia

a responsabilidade de tudo — graças a Deus, nunca tive medo disso —, e dava o resultado para ele. Ele ficava satisfeito.

O senhor está dizendo que a crise política era a que menos incomodava, por causa do AI-5.

Pois é, porque o pessoal tinha temor. E, de outro lado, o governo Médici foi muito feliz, porque pegou uma conjuntura internacional muito boa, os juros baixos, o preço do petróleo baixo, todo mundo querendo investir no Brasil. As taxas anuais de crescimento foram as mais altas que esse país já teve: oito, nove, dez, onze por cento. Tinha um bom ministro e, achem ou não achem, digam ou não digam, Delfim Neto é uma das grandes figuras desse país.

Que projeto tinham as principais figuras do governo com relação à sucessão?

Transferir o governo do Médici para um civil. E o Médici me disse — não sei se terá dito a outros — que o civil seria o Leitão de Abreu. Ele era muito bem-visto e bem recebido pelas Forças Armadas, pelo Congresso, pela Justiça. Era um grande jurista e constitucionalista, um dos maiores do país. A imprensa foi meio modesta com ele. Mas era um homem muito sério, um caráter exemplar. Esse era o candidato do Médici. E era o nosso. Era o candidato natural, de consenso. Mas o Médici dizia: "Fontoura, nós só vamos fazer isso se o país estiver completamente pacificado, se não houver mais nem um surto guerrilheiro nesses nossos oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Porque, se houver, eu vou colocar um general no meu lugar. Temo que um civil não consiga depois debelar essa crise guerrilheira." E era difícil mesmo. Ela só foi acabar no governo Geisel.

No final da história, os militares não foram capazes de construir uma imagem positiva sobre eles mesmos. Ficou para a sociedade a imagem de um grupo que tomou conta do país como se fosse a sua casa, que usou e abusou do poder, e que teve no governo Médici o ápice dessa exacerbação.

Eu sei. Dificilmente, seria outra a imagem. É o que fica mesmo.

Mas a imagem do militar nunca foi boa em lugar algum do mundo. Nem no tempo de paz, nem no tempo do Getúlio, nem antes ou depois dele. A imagem do militar sempre é a imagem do arbitrário, do manda-chuva, do homem de bota. Não sei se isso é herança do alemão, da Primeira Guerra Mundial, aquela aparência pesada... Sempre foi assim. Agora, a verdade é a seguinte: nós não fizemos o golpe. Fomos obrigados a dar o contragolpe pelo povo brasileiro. Só fomos depois que o povo foi na frente, porque não queríamos ir. Eu desejava que o Jango Goulart caísse, que o Brizola caísse, mas não queria fazer uma revolução.

Se eu pensasse antes como penso hoje, se eu tivesse tido influência — a minha influência foi muito pequena —, o governo militar teria acabado mais cedo. Nenhum exército do mundo, em nenhum país do mundo, pode dirigir uma nação, política e administrativamente, por mais de cinco anos. Vinte, então, de jeito nenhum! Nós não fomos feitos para isso. Depois de pensar muito, cheguei a duas conclusões muito tristes. Uma é essa: a Revolução devia ter terminado no Castelo ou no Médici; em um dos dois, que, na minha opinião, foram os melhores governos da Revolução. Não podia durar esse tempo todo. Foi um erro que nós cometemos. Não me omito no cometimento desse erro, também participei dele. Mas quando se está no governo, não se tem tempo de pensar. No goveno, tem-se que decidir as coisas rapidamente, ou então o país pára. A outra conclusão a que cheguei é triste: neste país, tudo presta, mas o povo ainda não está à altura do país que Deus lhe deu. Muitas e muitas décadas ainda passarão.

Carlos de Meira Mattos

■

Nasceu no estado de São Paulo em 23 de julho de 1913. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1936. Foi oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general João de Segadas Viana (1961-1962). Em 1964 era coronel e comandava o 16º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá. De novembro deste ano a fevereiro de 1965 foi interventor em Goiás, sendo então designado subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, chefiado pelo general Ernesto Geisel. Foi comandante de um destacamento de tropas brasileiras enviadas à República Dominicana em 1965 e, no ano seguinte, da Polícia do Exército da 11ª Região Militar, sediada em Brasília. Nesta função, liderou o cerco ao Congresso Nacional para retirar os deputados que haviam sido cassados. Em 1968, presidiu a comissão criada para estudar os problemas do ensino superior no país, sendo promovido a general-de-brigada e nomeado inspetor das Polícias Militares. Designado comandante da Academia Militar das Agulhas negras (AMAN) em 1969, exerceu várias outras funções de chefia e comando até assumir, em 1975, o posto de vice-diretor do Inter-American Defense College, em Washington. Passou para a reserva em 1977 como general-de-divisão. Publicou vários livros sobre geopolítica.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em fevereiro e março de 1992.

■

Ao se iniciar a guerrilha urbana, o senhor servia em Natal. Como era a situação lá?

Havia sempre umas tentativas de organizar grupos, desses que começam como grupos de oposição, depois há uma filtragem e,

dessa filtragem, surge o guerrilheiro. Em todo o Nordeste houve tentativas, mas sem resultado. A coisa mais séria que apareceu na região foi a ida do Lamarca para lá. E o Lamarca foi porque estava tendo muito sucesso na guerrilha urbana mas, de acordo com as teorias vigentes na época, eles achavam que a guerrilha urbana não levava ao poder; o que levava ao poder era a guerrilha rural. Eles usavam muito, na sua teorização, a doutrina chinesa, e tinham como guia um livro escrito por Mao Tsé-tung: *A linha de Yenam*. Então, o Mao Tsé-tung discutiu muito isso com os soviéticos. Os soviéticos relutavam, porque o sucesso da revolução bolchevista foi a guerrilha urbana, foram os operários, trabalhadores. Mas o sucesso das revolução chinesa foi a guerrilha rural. Então, houve duas doutrinas em confronto. Na época, predominava a idéia de que a doutrina cujo sucesso levaria mais rapidamente ao poder era o guerrilha rural. Foi mais ou menos quando o Lamarca resolveu experimentar a guerrilha rural — o Che Guevara já a havia experimentado na Bolívia.

Em Natal, senhor teve que desencadear operações contra os subversivos?

Não, eu não tive problemas. Nada, nada. Tinha um pessoal que vivia sob vigilância, mas era uma vigilância muito frouxa, só para sentirem que estavam sob vigilância. Esse pessoal transava muito: chegava um de São Paulo, um do Rio, depois um de lá ia para Belo Horizonte... Então esses movimentos eram acompanhados para que não crescessem, para que não viessem a ser uma guerrilha.

Detentor de uma informação de uma pessoa suspeita, para onde o senhor a enviava? Para o CODI? Para o CIE?

Há um Sistema de Informações. Você apanha uma informação e transmite. Todo elemento de informação pertence a um sistema ou a um subsistema. Esse subsistema tem uma cabeça. Então, todas as informações colhidas pelos comandantes do Nordeste, pelos serviços de informação, iam para Recife — o IV Exército centralizava.

Agora, na minha área nunca houve nada. No Nordeste nunca

houve nada. Esse caso do Lamarca veio de fora. Eu comandei interinamente a 7ª Região Militar, em Recife, justamente quando o Lamarca foi morto. E o pessoal do Nordeste estava encolhido. Não sei se vocês notaram que o Nordeste foi muito calmo nesse problema de subversão. Não teve nada maior no Nordeste. O centro de tudo isso foi São Paulo.

Na sua avaliação, o que fez tantos jovens aderirem à opção da guerrilha?

O jovem tem espírito de aventura. Há uma idade na juventude em que ele quer aparecer. E quer fazer qualquer coisa. Nessa idade, é muito fácil você cativar, envolver um jovem. Determinados jovens, que têm espírito de aventura e que são corajosos, destemidos, se você mete uma ideologia na cabeça deles, vão longe. Agora, ninguém pode tirar o mérito do Partido Comunista de ter uma estrutura de minoria extraordinária. Sempre com minoria, eles conseguiram dominar grandes maiorias. Uma greve numa universidade com cinco mil alunos era decisão de vinte ou trinta. Eles têm uma organização extraordinária de minoria dominante. E usavam a mística do socialismo, que é uma mística também cativante. Essa mística do marxismo-leninismo, da salvação da humanidade, da igualdade entre todos, do fim da pobreza, das desigualdades sociais etc. como mística, isso, para um jovem adolescente, é forte.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, perderam muito prestígio e têm sido muito acusada pela prática de tortura. Qual era o papel das chefias neste caso?

Vou dizer uma coisa: isso depende muito da chefia. O general Frota, quando foi comandante do I Exército, preocupou-se muito com esse problema. De manhã, a primeira coisa que ele fazia era correr os locais onde havia presos políticos. Visitava todos os presos políticos, e pedia que lhe dissessem caso tivessem sofrido alguma coisa. Mas havia comandantes que entregavam completamente essa tarefa a estruturas de menor hierarquia, não iam ver e não sabiam o que se passava.

Quer dizer, se os comandantes dos Exércitos ficassem em cima e não permitissem exageros, estes não aconteceriam.

Não aconteceriam. Mas há o abuso na repressão, porque existem pessoas que não podem trabalhar nesse campo. São pessoas que não têm equilíbrio emocional, que têm determinados... sadismos. Há muito mais pessoas sádicas do que se pensa. É só lhes dar poder, para ver. Tem muita gente que pensa que não é sádica porque ainda não teve poder. Os chefes revolucionários sempre foram contra certos exageros em termos de repressão, mas houve pessoas sádicas que ocuparam postos e que praticaram determinados abusos. A respeito de sadismo, há coisas incríveis.

Relacionado com o tamanho do Brasil, com a extensão da população, eu considero até que houve pouca coisa. Se se procurar as pessoas, não se encontra mais de mil que tenham sofrido qualquer caso de opressão. Porque, hoje, todo mundo diz que foi torturado. A pessoa que foi interrogada, que foi chamada para um interrogatório, diz que foi submetida ao processo de tortura. Então, se se pegar toda essa gente que foi exilada, nem a terça parte foi punida pela Revolução. É gente que saiu voluntariamente porque achou que não tinha ambiente. Mas ninguém mandou embora. O torturado também é outro exagero. A todos que foram chamados, foi perguntado: "O senhor estava em tal lugar em tal dia? Não estava? Então, pode ir embora." E hoje se consideram torturados.

Passaram-se trinta anos, e cada mês um jornal, uma revista traz de volta o fantasma dos desaparecidos e da tortura, sempre acusando as Forças Armadas. Tenho a impressão de que parte das Forças Armadas está esperando que o assunto desapareça, ao invés de exorcizar o demônio, de dizer: "Houve sim, esse e esse caso, e nós punimos." Por que o senhor acha que não há essa disposição de averiguar e dar uma satisfação ao público?

O ponto de vista que predomina é o seguinte: ninguém saiu torturando ninguém. O que acontece é que houve um grupo que resolveu enfrentar o governo de arma na mão. Eles se organizaram em guerrilha e partiram para a agressão. Partiram para a agressão, e a resposta foi a agressão armada. Então, qual é o

direito de alguém que parte para a agressão armada exigir depois que o outro lhe trate a pão-de-ló? Por que não se pergunta ao Genoíno onde estão os cadáveres dele? Em vez de perguntar para o Exército, pergunte-se ao Genoíno onde ele enterrou o seu pessoal. Acontece que a imprensa fica nesse negócio, acirrando, acirrando... Nunca ninguém perguntou ao Genoíno onde estão os cadáveres dele, onde ele os enterrou. E estão desaparecidos. Então, existe esse problema psicológico. Só tem um lado culpado, quando foi o outro lado que partiu para a guerra. Quem partiu para a guerra foi a guerrilha. Perante a imprensa, perante os políticos, vamos dizer, de esquerda, para lhes dar um nome, só é culpado quem combateu a guerrilha. Esse é o problema.

A imagem dos militares, depois dos governos militares, ficou muito negativa, desgastada.

Ficou. A imagem está desgastada. Porque todos os fatos que aconteceram no governo militar são interpretados só pelo lado negativo. Ninguém interpreta que qualquer governo se defende. Qualquer governo. Não precisa ser militar. Monte uma guerrilha contra o Itamar para ver o que ele vai fazer. Entretanto, não se vê uma palavra dizendo: "Bom, mas quem provocou a guerrilha?" Então, qual deveria ser o papel do governo? Cair, por causa da guerrilha? O governo não tem o direito de se defender? Todo governo não tem direito de se defender? Essa é uma distorção da imprensa brasileira e de uma grande parte dos políticos brasileiros. E a distorção cria a versão.

Mas, se quem tomou a iniciativa da guerrilha foi a esquerda, por outro lado, havia uma série de limitações às chamadas liberdades civis: havia censura, os partidos políticos eram só dois... Era tudo debaixo do tacão.

Bem, era um governo revolucionário. Vocês querem um governo revolucionário que não tenha limitações? Tem. Era um governo revolucionário, e o governo nunca procurou desmentir que era revolucionário. Porque teve o AI-1, o AI-2, 3, 4, 5... Esses atos são característicos de um governo revolucionário.

Cyro Guedes Etchegoyen

■

Nasceu em 1929 no Rio Grande do Sul. Formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1949. Em 1964 era major e fazia o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), onde foi instrutor até 1966, exercendo a mesma função a seguir junto à Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, até 1969. De 1970 a 1974, serviu no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel, atuando na área de informações e contra-informações. Voltou a ser instrutor da ECEME e, entre 1979 e 1982, chefiou a Divisão de Informações do II Exército. Passou para a reserva em 1983 no posto de coronel.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro em outubro de 1992 e janeiro de 1993.

■

No governo Costa e Silva, o senhor era instrutor no Paraguai. Fazia parte das atribuições dos militares lotados no exterior o acompanhamento das atividades dos exilados e do pessoal engajado em campanhas contra o governo brasileiro?

Isso é fantasia da imprensa. Não tem como! Eu estive no Chile, por coincidência, às vésperas da revolução chilena de 1973. Fui visitar um menino que estava exilado, queria conversar, saber algumas coisas, e, para minha surpresa, o adido militar no Chile nem sabia que ele estava exilado. Eu ouvi depois: "Perseguiu!" Perseguiu nada! Não tem como, não tem meios. "Foi ele e um sargento." Isso é mentira! É lógico que, se o Chile é aliado do

Brasil, eu chego para a polícia chilena e peço informações. Mas, naquele tempo, com o Allende?! E depois que o Allende caiu, o Chile levou muito tempo encontrando-se a si mesmo. Não podia ajudar ninguém. Isso é muito mentira. Não tem como, não tem condições.

Poderia nos elucidar sobre as funções do CIE? Havia complementação ou superposição de atividades com outros órgãos?

Não, não havia superposição. O sistema de informações é um sistema técnico que funciona quase que paralelamente ao sistema de comando. Porque a atividade de informações é uma atividade de assessoria do comando nas tomadas de decisões — nas grandes tomadas de decisões e nas pequenas também. Então existe um sistema de informações no Exército, como existe nas demais Forças Armadas. O sistema de informações é estruturado quase que paralelamente, integrando-se dentro dos vários comandos. As ligações entre as várias agências caracterizam o canal técnico de informações, e são feitas dentro de normas e limites perfeitamente definidos, pressupondo conhecimento prévio e autorização dos respectivos comandantes. Ou seja, uma 2ª Seção de Exército presta contas ao seu general e, depois, informa ao CIE. O CIE, por sua vez, informa ao ministro e, dentro das normas, ao SNI. Isso é uma cadeia técnica de informações.

Eu trabalhei no CIE e trabalhei na 2ª Seção do II Exército. O CIE, quando estive lá, já era do gabinete do ministro. Foi criado inicialmente no Estado-Maior, mas não funcionou. E não vai funcionar nunca num país chamado Brasil. Porque a função de coordenação, no Brasil, não existe. Eu sempre combati, no Exército, quando diziam: "Coordena com fulano." Não coordena, não. O Brasil não sabe coordenar. O americano gosta muito da expressão coordenação, e lá existe coordenação lateral. Quem pode, manda; quem não pode, não manda. Só se coordena quando se tem força, quando se tem o poder nas mãos. No Brasil, isso não existe. Então um órgão que exija decisões de momento, instantâneas, decisões graves, importantes, às vezes, e decisões que envolvam segurança, economia, e coisas gravíssimas, não pode ficar subordinado a um chefe do Estado-Maior, e que depois vai para o ministro,

depois... Fica mais um elo na cadeia para atrapalhar o processo. Eu cansei de ver assuntos do CIE irem direto para o presidente da República. Não que não tenham ido ao SNI. Mas eram tão importantes que o general Orlando Geisel os levava direto ao gabinete do presidente, e lá se encontrava também com o chefe do SNI. Porque nós vivemos uma fase de crise que não foi só a subversão. A subversão foi a principal, mas não foi a única.

O que mais havia?

O Brasil vivia um ciclo econômico fechado, de falência. Os poderes econômicos estrangeiros, tal como estão hoje, queriam se adonar de tudo o que é brasileiro, e o governo tinha que evitar certas coisas, e também conceder outras. É aquele jogo da balança entre aquilo que interessa dar, porque não é coisa importante... O mercado, o "tal" mercado... Eu não sou liberal, está certo? Mas o "tal" mercado precisa se equilibrar com aquilo que é segurança nacional, e isso o pessoal não gosta de ouvir. O sr. Roberto Marinho não gosta de ouvir porque, para ele, enquanto estiver com a televisão Globo na mão, está tudo bem. Enquanto ele mandar nesse país, está tudo bem. Agora, quando se começar a falar em segurança nacional, quando se começar a pensar se uma Acesita deve ser privatizada ou não...

Acho que todos têm o direito de discutir a privatização das estatais, principalmente quando se trata de estatais do porte da Petrobrás, em particular, pela forma rápida e um pouco atabalhoada como estão fazendo, sem que se veja a menor preocupação com quem está comprando e como o está fazendo. Acho que posso falar porque sempre fui contra o cabide de empregos e a matriz de negociatas que significa uma estatal, como, desde o início, fui contra o "nacionalismo" (esquerdismo) dos donos da Petrobrás que, felizmente, não representam o Brasil. Algumas estatais de interesse estratégico não podem ser legadas a um grupo só, nacional ou multinacional, ou a quem estiver vinculado a ele. Acho que este é um assunto muito importante para a nação. Daqui a pouco não se tem nada.

Naquela época, estávamos numa situação mais ou menos semelhante à atual, em que a crise econômica justificava quase tudo. Então, o governo precisava estar muito de olhos abertos — e o

Médici tinha os olhos integralmente abertos — para saber o que era de interesse do Brasil e o que não era. É isso que muito pouca gente tem conhecimento. Jogadas que se faziam neste país, e que vão continuar sendo feitas... Ninguém é mais ou menos ladrão: ou é ou não é.

Na minha vida profissional de informações, embora eu tenha trabalhado contra a subversão — o governo Médici foi o auge: enfrentamos assassinatos, mortes, seqüestros, assaltos a banco, com um índice muito maior do que atualmente, quando há esse escândalo todo —, sempre fui muito tocado, sempre dei muita importância a uma coisa para a qual abri os olhos quando estava conspirando: que a chamada indústria brasileira de São Paulo não era brasileira, ou não pertencia, em sua maior parte, a brasileiros. Então, fui muito levado para esse lado. E talvez muita coisa se explique no meu futuro.

Mas, voltando à questão, o Orlando Geisel entrou no Ministério no momento em que o CIE já tinha ido para o gabinete. O CIE foi um projeto do então ministro Lira Tavares — aquele general de Engenharia que é da Academia de Letras. O general Lira Tavares determinara ao Estado-Maior do Exército um estudo sobre o problema da segurança interna. Estávamos atravessando uma fase muito difícil, de seqüestros, assassinatos, assaltos a banco etc. Quando cheguei do Paraguai, já havia sido criado o Centro de Informações do Exército. Era impensável enfrentar uma guerra subversiva como a que estava ocorrendo no país, principalmente em São Paulo, com uma estrutura de informações lenta e sem poder decisório imediato, com dificuldades para conseguir recursos. Seria uma perda muito grande de tempo e de eficiência. Mas, quem deu vida plena ao CIE foi o general Orlando. Era um grande soldado. Depois que o conheci, passei a admirá-lo, a respeitá-lo. Era um chefe que tinha uma visão do futuro, melhor que muita gente. Firme e decidido. Subordinado dele não ficava na mão.

O senhor participou, então, da montagem do CIE?

Participei de uma parte da montagem do CIE, que foi a de contra-informação. O CIE tinha uma parte de informação muito bem montada, e que não apresentava novidade para ninguém. Porque

fazer informação não tem novidade. Pode-se aprimorar a técnica, mas não tem novidade. É só pegar os dados que chegam às mãos, analisá-los e tirar uma conclusão. Se você for bom analista, chega a uma conclusão certa; se for mau analista, chega a uma conclusão errada. Produzir informação é uma técnica de buscar informação. E pode-se aprimorar a técnica, formar melhores agentes. Tudo isso é possível. Agora, a contra-informação não existia. Eu só trabalhei no CIE, nunca servi no SNI.

A contra-informação abrange que áreas?

Tudo! Tudo o que a informação inclui, só que do ponto de vista da segurança. Então, se eu produzo informações, tenho que negar informação ao adversário. A contra-informação é a segurança daquela informação, é a segurança do todo. Analisam-se todos os aspectos da sociedade sob o ponto de vista da segurança. Segurança de uma autoridade, segurança de uma visita... A segurança é um campo realmente muito amplo, que envolve muitos órgãos, atividades e pessoas. A coordenação de elementos das polícias Civil e Militar de um estado e de elementos de outras organizações do próprio Exército não é muito fácil. Eu fui o responsável pela segurança do Sesquicentenário da Independência, em São Paulo. Era muita responsabilidade, principalmente para um tenente-coronel. As dificuldades eram muitas. Uma das principais dizia respeito ao efetivo necessário para atender às missões normais de segurança do ministro e dos generais do gabinete. Começamos com uma pequena seção constituída de um oficial e dois sargentos, e tivemos que crescer para poder cumprir nossa missão.

Toda a sua equipe trabalhava em contra-informação?

Era mão dupla, trabalhava nos dois lados. Porque no Exército a gente vivia com deficiência, não se podia ter elementos fazendo uma só coisa. Então estávamos fazendo as duas ao mesmo tempo. Sempre tinha isso. Mas eram todos formados para serem seguranças. E eu não abria mão disso: eram selecionados por mim, e para serem meus. O cara passava por um exame de seleção que, de cada dez, era aprovado apenas um.

E só se recrutavam militares?

Oficiais e sargentos, era só o que eu selecionava. Cabo e soldado, não. Só o SNI tinha civis.

O senhor também formou gente na EsNI?

Eu cooperei com a EsNI na seleção e formação de futuros agentes de contra-informação. Conheci e trabalhei com o general Enio, e tive muito prazer nisso.

No CIE, seus superiores eram o Milton Tavares e o Coelho Netto?

O Milton Tavares era o chefe do CIE, e o Coelho Netto, o subchefe. Duvido que haja alguém que tenha servido com o general Milton que não tenha por ele a maior admiração e respeito.

O Coelho Netto diz: "Eu sou um 'duro' com muito orgulho, e gosto do Milton Tavares porque ele era um 'duro'?" O que isso quer dizer?

Bem, vamos devagar. Vamos primeiro entender o que o Coelho Netto quer dizer por "duro". É preciso que compreendam nossa posição. Nós nos sentíamos injustiçados. Corríamos riscos de vida enquanto a maioria dormia tranqüilamente, usufruindo os benefícios do que se fez, com a maior segurança com que passaram a contar. Nós, ao contrário, só tivemos lutas, enfrentamos essa onda toda, alguns colegas enfrentaram tiros e outras ameaças. Sofremos com tudo o que vinha ocorrendo. Sentíamo-nos injustiçados. Certo ou errado, o que interessa é o que se sente, não é? E, na análise de muitos de nós, a responsabilidade por essa injustiça está nos interesses contrariados, é claro, mas está principalmente nos fracos, naqueles que estão sempre se posicionando politicamente de forma a tirar benefícios pessoais para si, para seus familiares etc. Ou seja, está nos políticos que temos neste país. Em nossa visão, eles correspondem à linha dos fracos de espírito, dos fracos de tudo, à "linha mole". É a ela que nos opomos, com uma posição contra, firme, "dura".

Esta é a posição do Coelho Netto, que é um dos oficiais de maior integridade moral com quem servi no Exército. O resultado é que criamos um grupo de idealistas — é muito difícil dizer isso — que lutou, arriscou-se, nunca pretendeu nem recebeu nada, que se sente co-responsável pela Revolução e julga que foi traído. Esta é uma síntese do que penso e do que sinto. Mas há traidores cujos nomes não vou citar, pois isso não constrói nada. Talvez a palavra traidor pareça forte para muitos mas, em nosso julgamento, àqueles que se aliaram aos que sempre combatemos, afastando-se de nós — e muitas vezes até nos afastando —, o que podemos dizer, no mínimo, é que foram fracos de caráter.

Quem eram os outros "duros"?

Os mais firmes do nosso lado foram — falando somente daqueles com os quais tive contato — o general Milton, o coronel Coelho Netto — depois general —, o general Bandeira e muitos outros, cujos nomes vou esquecer e cometer injustiças. Mas, vejam bem: há uma diferença muito grande entre o que vocês chamam de radical e o que nós chamamos de "duro". O "duro" não é necessariamente um radical. O Bandeira, para nós, era um "linha-dura" e, para vocês, um radical.

Qual seria a diferença?

Segundo se depreende da imprensa, chamam de radical àqueles que tomam atitudes impensadas, voltadas para seus interesses pessoais, e que são burros ou broncos. Com esta interpretação, a palavra radical torna-se ofensiva, muito agressiva, e não cabe a nenhum de nós.

O senhor ficou até o final do governo Médici nessa atividade de informação?

Fiquei até o fim. Eu não servia com o Médici, servia com o Orlando Geisel. Quando o Orlando Geisel passou a função de ministro, o ministro que assumiu e que morreu logo em seguida pediu-me que ficasse mais uns seis meses para passar a função. Mas ele morreu um mês depois, e eu não quis ficar com o Frota.

O senhor trabalhou com informações depois do governo Médici?

Trabalhei depois em São Paulo com o general Milton Tavares, quando ele foi comandante do II Exército. Estava tranqüilamente dando aula na Escola do Estado-Maior, e ele me deu 24 horas para estar em São Paulo. Fui chefiar a 2ª Seção. Foi aí que comecei a me indispor com os industriais paulistas para toda a minha vida.

O prestígio das Forças Armadas junto à população civil ficou um tanto afetado, não?

Ficou. E a campanha da imprensa é grande...

Teria havido alguns erros táticos no sentido de os militares não quererem discutir...?

Não há campanha da imprensa se não houver erro tático. A imprensa só pode entrar no seu erro. É como o comunismo: só pode entrar na sua falha. Se não houver falha, se não houver erro, não entra.

No que tange à questão da tortura, a atitude de dizer que não houve é ingênua. Qualquer um que quiser procurar vai saber que houve.

Sim, mas o governo tem uma posição institucional: é contra esse tipo de coisa. Nunca estimulou nem um milímetro. E todos os caras que ele apurou como praticantes de tortura foram postos na cadeia. Está aí o capitão Guimarães, podre de rico no jogo do bicho. Assim como ele tem vários. Toda vez que o governo pegou, dentro do Exército, alguém praticando isso, botou na cadeia, botou na rua, expulsou, fez o diabo. Essa é a atitude do governo. Fora disso, o governo não pode fazer outra coisa. Não pode reconhecer algo que não autorizou. E se não conseguiu punir todos...

Pode-se dizer que, na cadeia de comando, em algum momento, essa informação não era transmitida?

O presidente da República, neste país, está sempre isolado. As

coisas não chegam a ele. Como não estão chegando ao atual presidente, o Itamar. Posso lhe garantir que, na esfera das nossas atribuições no CIE, nós acabamos com tudo o que foi possível acabar. Por isso, faço questão de frisar que houve duas ou três fases em que o Exército gastou muito dinheiro para preparar oficiais, sargentos, para melhorar a situação. O Exército sentiu que houve alguma coisa antes, não é? Aí começou a se afastar dos policiais.

Quando o Médici assumiu, tudo isso já havia acontecido. A maior parte do que se fala hoje já havia acontecido. Fala-se muito na OBAN, dizem que as coisas aconteceram na OBAN... Onde ficava a OBAN? Numa Delegacia de Polícia, na rua Tutóia. O Médici foi acusado, e esta foi uma tremenda injustiça, cometida por muitos da imprensa, principalmente os de esquerda. Alguns jornalistas conversaram comigo, e procurei mostrar que eles usavam dados do passado, insistindo em coisas que não diziam respeito ao Médici ou ao Orlando Geisel, que não tinham nada com isso. O Médici, ao assumir, teve a preocupação de determinar ao general Orlando que assumisse o controle daquele problema. O Sistema de Segurança Interna ainda não estava implementado. Havia apenas uma Delegacia, financiada por industriais paulistas, que faziam o que bem entendiam, com alguns militares, para dar uma configuração nacional ao problema.

Nós procuramos acabar com essa situação. Mas, mudar um processo em andamento, mudar um jogo que já está sendo jogado, que já está na rua, é muito difícil. É impossível acabar de vez, senão vai-se à falência. Dez assaltos por dia, em média, lembram-se? A coisa foi sendo progressivamente implantada a partir do final de 69 até 71, foi progredindo e, pouco a pouco, foi-se instalando o Sistema de Segurança Interna. E, à medida que foi sendo implantado e que o Exército passou a atuar sozinho, essas coisas foram esvaziando. É evidente que a OBAN perdeu força. Por falta de local, o órgão que a substituiu permaneceu na rua Tutóia — um erro tático. O resultado é que ficaram todos os policiais que trabalhavam desde o começo. Mais tarde, ficariam somente policiais militares, e na administração. O afastamento deles era muito delicado, pois tínhamos que reconhecer seus extraordinários serviços na fase crítica e devíamos protegê-los.

A partir de 72, entretanto, passamos a modificar a "fisionomia

de frente" — a situação. Passamos a implementar processos mais inteligentes, fruto de estudos feitos no exterior por vários oficiais. A experiência dos outros nos permitiu ver que não se consegue acabar com movimentos subversivos através de interrogatórios que, além de inócuos, na maioria das vezes, eram desgastantes. Em todo o mundo, os terroristas defendem-se acusando torturas — isso os deixa bem frente às suas organizações. Verificamos que o trabalho teria sucesso somente na base de infiltrações. Havia uma experiência policial nesse sentido, diferente, porque com outras finalidades e sempre lidando com marginais — eram os chamados "cachorros". O grande perigo desse tipo de trabalho é o "agente duplo", e devemos ter tido alguns. Foi esse sistema que, evoluindo, destruiu as organizações subversivas. Não foi o sistema antigo. O sistema anterior obtivera êxitos pouco compensadores, com algumas exceções aqui e ali, devidas, na maioria das vezes, à experiência de alguns policiais paulistas. Mas andava sempre atrás dos acontecimentos — seqüestros, assaltos a banco etc. A mudança encontrou dificuldades, mas passamos a formar o pessoal, insistindo na inteligência do trabalho. Foi essa evolução, de certo modo rápida, que acabou com eles. Não foi a queda do Lamarca que acelerou o processo de decomposição das esquerdas revolucionárias. Quando isso ocorreu, ele não mais pertencia à VPR, organização já em extinção. Nesta fase, chegamos a ter muitos infiltrados no MR-8 e no PCB. Aí está a verdade sobre o nosso sucesso na neutralização das organizações de esquerda. E eles sabem disso.

Houve algum grupo no qual vocês não conseguiram penetrar?

É muito difícil dizer. Mas, em todo caso, deve ter havido, é possível. Eles eram muitos. É realmente muito difícil um executante responder a certas perguntas. É uma questão de nível. Esses assuntos devem ser perguntados a quem viveu os escalões superiores, talvez o Coelho Netto, porém o mais certo seria a um general. Para mim, é muito difícil, inclusive porque esses assuntos não me motivavam. Politicamente, eu era muito turrão. Por exemplo, apesar de admirar, nunca votei no Carlos Lacerda. Porque sempre votei contra alguma coisa, raramente votei a favor. É uma vergonha dizer isso, não é? Eu não votei a favor do Collor, votei

contra o Lula; não votei a favor do César Maia, votei contra a Cidinha Campos e, depois, contra a Benedita. É bem desagradável dizer isso, mas eu quase sempre votei contra. Então, nunca pude votar no Carlos Lacerda — votei contra o Negrão de Lima. Meus votos representam uma posição muito negativista, mas não tive outra opção: meus candidatos jamais tiveram chance de ganhar.

Deoclecio Lima de Siqueira

■

Nasceu no estado de São Paulo em 21 de setembro de 1916. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1937. De maio a agosto de 1960, exerceu interinamente o comando da V Zona Aérea, sediada em Porto Alegre. Em 1964 era coronel e chefiava o Departamento de Ensino da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR). No governo Castelo Branco (1964-1967), foi chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, tendo sido promovido a brigadeiro-do-ar em 1965. Entre 1967 e 1970 comandou a ECEMAR e, em 1971, na gestão do ministro Araripe Macedo, chefiou a Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional. Em 1974, já como tenente-brigadeiro, foi diretor de Pessoal da Aeronáutica e, em seguida, do Departamento de Aeronáutica Civil. Em 1977, quando chefiava o Estado-Maior da Aeronáutica, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar, posto que ocupou até ser transferido para a reserva, em 1986. Fundou o Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, que dirigiu até 1992.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em junho de 1993.

■

Queríamos que o senhor falasse um pouco sobre a questão da chamada "guerra suja".

Isso foi uma conseqüência da guerra fria. Esta começou a declinar em 62, com o episódio dos mísseis para Cuba, impugnados pelos Estados Unidos, com o conseqüente recuo da União Soviética. Os próprios historiadores mundiais são unânimes em dizer que o

marco do declínio da guerra fria foi o episódio de Cuba, em 62. A guerra começou a declinar dali. Ainda levou mais uns anos, até o final da década de 70, quando se extinguiu. A União Soviética, em termos de guerra fria, não existia mais. Como no Brasil a repercussão desses fatos tem retardo, a subversão continuou por mais alguns anos, mas já não tinha a mesma força.

Foi durante o governo Médici que se deu o desenvolvimento da guerrilha urbana e da guerrilha do Araguaia.

Todos esses fatos estão ligados à guerra fria. Talvez tenham contribuído para a não saída do Médici naquela época, realimentando, com isso, um prolongamento da guerra fria no Brasil, sem nenhuma razão de ser.

O senhor participou de alguma operação de segurança interna?

Não. Minha única participação foi no problema do Lamarca. Não foi uma participação direta, mas convivi com o problema em Salvador. Eu comandava o Comando Costeiro quando tudo aconteceu. A 6ª Região Militar, cujo comando é em Salvador, foi responsável pelo cerco àquele capitão do Exército. A participação da Aeronáutica limitou-se a alguns helicópteros enviados do Sul. Assim, diretamente, não participei de nada.

A legislação de exceção, particularmente o AI-5, era necessária, ou os mesmo resultados poderiam ter sido obtidos sem a sua utilização?

Talvez o AI-5 pudesse ter sido um pouco mais brando. Mas, em princípio, foi necessário. Porque a repressão tinha que ter certos meios. É como um estado de guerra. O estado de guerra é um estado de exceção. E o Brasil não quer se convencer que vivíamos uma guerra fria. Uma guerra. Seqüestravam embaixadores, matavam pessoas. Morreram muitos. Jogaram uma bomba na comitiva do Costa e Silva, em Recife, sacrificando pessoas injustamente. Vivia-se uma guerra. Dentro dela, o lado que tinha o controle da legislação, do direito, viu-se obrigado a impor limites, para evitar males maiores. Agora, a dosagem desses limites é muito

difícil. Por isso, acho que tudo está relacionado com a duração. Um regime de exceção não pode se prolongar por 21 anos. É demais. Provoca distorções que vão redundar em prejuízos, como acontece agora.

O sentimento adverso às Forças Armadas, presente até os dias de hoje, teria sido um desses efeitos prejudiciais? Quais seriam as suas origens?

Na minha análise, primeiro, a gente sente que há um medo, em certas correntes, de que os militares possam voltar. Por isso, há uma preocupação em tamponar tudo o que seja de origem militar. A esquerda comprometida daquele tempo, que se manteve, e que na repressão sofreu, por vezes, traumas sérios, ficou contra os militares. De modo que se somou uma série de interesses prejudicados ideologicamente e sob o ponto de vista político. Não entendo bem por que se criou essa animosidade geral contra as Forças Armadas no Brasil. Houve também o interesse de reparo dos excessos cometidos. Pessoas que desapareceram, famílias que hoje querem receber ressarcimento, os advogados procurando causas para ganhar dinheiro etc. O Estado tem que pagar tudo. Por isso, acho que se estendeu muito o período autoritário. Todo regime excepcional tem o seu custo. Tem que ter, pois é a relegação do direito, que fica postergado. Como aumentou demais o tempo, o custo ficou muito grande. E está repercutindo contra as Forças Armadas, que, na sua maioria, pouco se envolveram com o problema. Foi um período político do país.

O brigadeiro Eduardo Gomes, que era uma autoridade moral, não admitia que a Aeronáutica participasse de certos excessos.

Ele era intransigente. Era um baluarte. Porque o brigadeiro Eduardo era, sinceramente, um democrata. Acreditava na democracia, nos princípios democráticos, como acreditava na religião que praticava, a religião católica. De modo que era radicalmente contra todo ato que passasse da ética. Não admitia tortura. Por isso, na história do Para-Sar, ele investiu com muita violência. Rompeu com o ministro Márcio, fez uma onda terrível. Uma vez,

eu lhe perguntei: "Brigadeiro, por que o senhor é tão contra a tortura?" Disse-me: "Porque o homem foi feito à imagem de Deus e, por isto, não pode ser atingido em sua dignidade." Vejam só a concepção dele, fundamentada em princípios religiosos muito fortes. Era contra a tortura porque, indiretamente, ela atingia a Deus. E ele não deixava de estar certo.

O senhor tinha contato ou teve contato com o pessoal da "linha dura" dentro da Aeronáutica para saber quais seriam as principais preocupações, as principais diretrizes?

Hoje, tudo isso acabou. Mas naquela época havia a exaltação do problema da guerra fria, aquele anticomunismo exaltado. Em todas as correntes de opinião há os exaltados, os que se exacerbam. Isso é inevitável, tanto de um lado como do outro. E homens até equilibrados. O Moss, por exemplo, revelou-se um grande ministro. O STM tem a propriedade de provocar mudanças nas pessoas. Conheci no STM um brigadeiro Gabriel Grün Moss muito diferente do exaltado "linha dura". Quando eu pensava em ir para o Tribunal, encontrei-o lá: era um dos maiores defensores do direito, contra a tortura, contra as violências. Depois que fui, senti o porquê de tudo: na convivência com o direito, no que ele tem de mais profundo, com essas bases filosóficas, como a do brigadeiro Eduardo, o homem se transforma.

Hoje, muita gente diz que o Tribunal podia desaparecer. É preciso tomar cuidado. A nossa sociedade é compartimentada pelo corporativismo. Então, às vezes, penso comigo: imagine se os militares não tivessem um tribunal que cuidasse da Justiça Militar. Grande parte dos crimes militares seria escondida da Justiça comum. Esta é a tendência do corporativismo. Então a Justiça Militar é uma necessidade, porque é uma maneira de se fazer o direito presente num universo que, sem um tribunal dessa ordem, pode se degenerar. O perigo é esse. E por que eu digo isso? Porque fui constatar, surpreendentemente, que o Tribunal Militar no Brasil cancelou todas as penas de morte que foram decretadas nas primeiras instâncias durante o regime de exceção de vinte anos. Eram muitas penas de morte, nenhuma delas o Tribunal aceitou. Todas foram transformadas em prisão perpétua. Depois, em trinta anos, todos estão soltos por aí. Quer dizer, o Tribunal evitou que

se pudessem consumar certas injustiças sérias daquele período. Então acho que, sob esse aspecto, é um órgão de mediação, de equilíbrio, onde essa visão do direito amaina um pouco todos esses atos que podiam ser legais, mas não seriam justos.

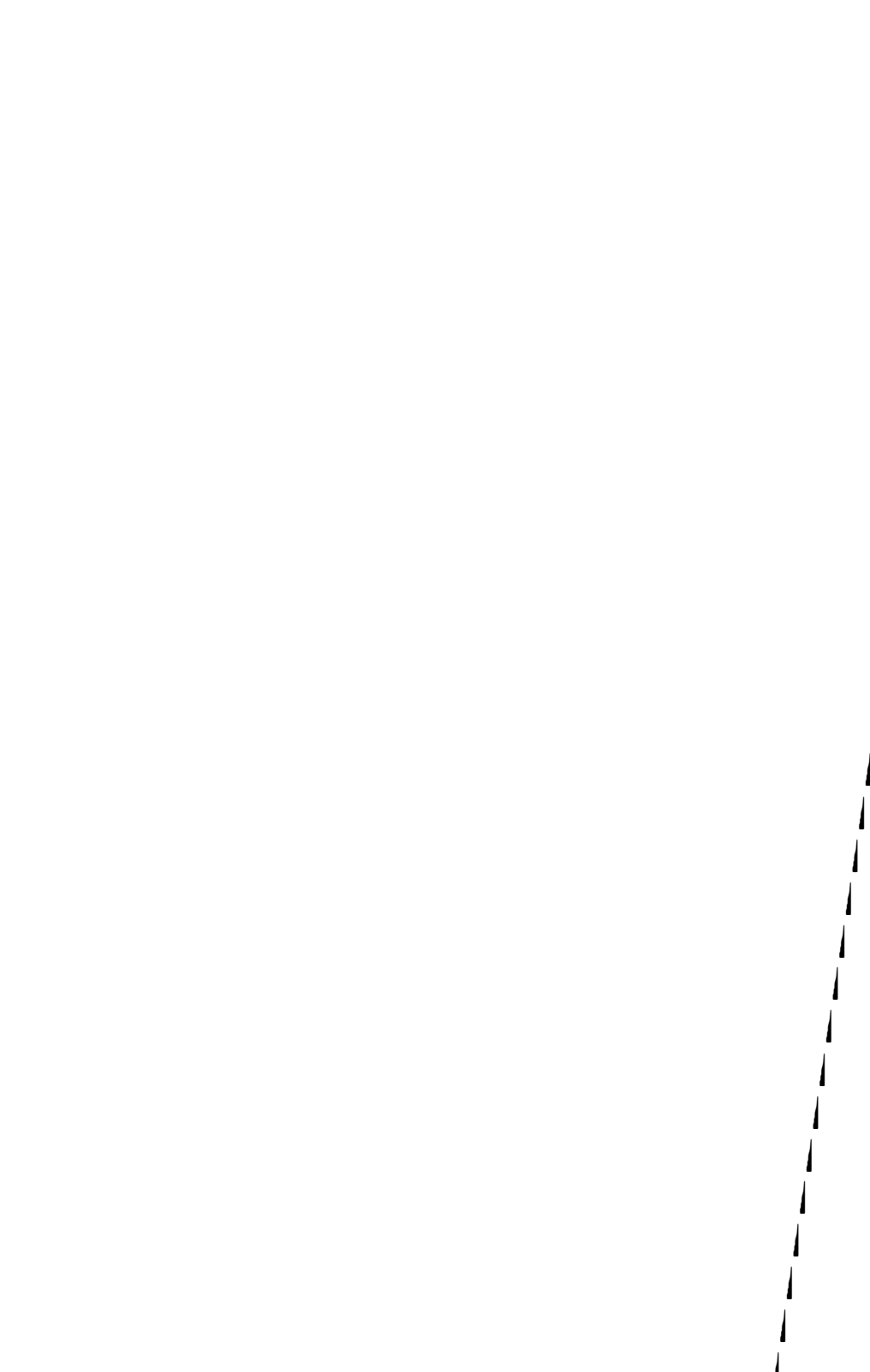
No STM, o senhor deve ter recebido muitas denúncias, muitas intervenções em relação à violação dos direitos humanos no Brasil de organismos como a Anistia Internacional, por exemplo. Isso acontecia?

Não era tanto assim. Havia muita intervenção através dos advogados dos réus, mas não dessas organizações. Sentia-se que havia muita confiança no Tribunal. De uma maneira geral, suas decisões eram bem-aceitas. Talvez porque ele tenha dado um exemplo de ponderação quando suspendeu todas as penas de morte. Mostrou que não tinha *parti pris*. E não tinha mesmo. Homens como o brigadeiro Moss iam para lá e mudavam.

O STM teve uma função muito moderada, legalista, digamos assim. De que recursos dispunha quando o processo estava obviamente viciado, mal instruído. O que se podia fazer?

Ele arquivava ou restituía à primeira instância para instruir bem o processo, de acordo com as normas. É o que me lembro.

Já se mencionou que a sociedade hoje tem uma opinião desfavorável em relação aos militares. Em alguns episódios, eles não teriam feito por onde? No caso do Riocentro, por exemplo, a instituição usou seus valores corporativos para ficar impune.

É. Agora, na raiz de tudo está a extensão do tempo em que houve a intervenção. Os militares não estão preparados para dirigir um país por muito tempo. Essa direção exige formação política, compreensão, e uma série de outros requisitos.

Enio dos Santos Pinheiro

■

Nasceu em 1915. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1938. Foi nomeado governador de Rondônia por duas vezes, de 1950 a 1954 e em 1961. Em 1964 era tenente-coronel e servia na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Promovido a coronel em dezembro desse ano, foi designado para o comando da 2ª Divisão de Infantaria do II Exército e, em seguida, do 2º Batalhão Ferroviário. Durante o governo Costa e Silva, organizou a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em Brasília, e criou a Escola Nacional de Informações (EsNI), tornando-se seu primeiro diretor. Em 1971 foi promovido a general-de-brigada, e depois, no governo Geisel, a general-de-divisão, tendo chefiado a Secretaria Geral do Exército, a Secretaria Geral do Alto Comando e a Diretoria de Obras e Cooperação. Passou para a reserva em 1979, indo então presidir a DERSA — Desenvolvimento Rodoviário, no governo de Paulo Maluf em São Paulo. Fez diversos cursos sobre inteligência e informação nos Estado Unidos.

Depoimento concedido a Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em dezembro de 1992.

■

Como surgiu a idéia de criar o Serviço Nacional de Informações?

Quando a Revolução de 64 aconteceu, havia no Conselho de Segurança Nacional, que funcionava no prédio da Casa da Borracha, na rua Uruguaiana, um grupo chamado SFICI — Serviço Federal de Informação e Contra-Informação. Era chefe o general Golberi do Couto e Silva, e seu chefe de gabinete, o tenente-coronel João Batista de Oliveira Figueiredo. E não se ia para lá pelo fato de o

sujeito ser bonzinho, não. Só ia gente escolhida a dedo, com atributos intelectuais — o cara precisava escrever, tinha que opinar —, porque se fazia informação estratégica para o governo. E embora não tivéssemos serviço de informação, esse órgão fazia as vezes de um. Mas não era um grande serviço, não fazia espionagem, nada disso. Fazia estudos de todos os conhecimentos humanos que o presidente precisava para tomar decisões. Essa é a origem do serviço de informação no Brasil.

O general Golberi era muito ligado ao general Castelo Branco, que era uma espécie de papa da cultura militar, das coisas militares. Mas o Castelo tinha também uma formação intelectual: gostava de ler, tinha tertúlias, adorava conversar sobre literatura, passava a noite discutindo com intelectuais. Ele era assim.

Nessa ligação, o Golberi propôs ao general Castelo que apresentasse um projeto de lei diretamente ao Congresso pedindo para criar o Serviço Nacional de Informações. É uma lei pequena, com quatro ou cinco artigos, e na exposição de motivos que a justifica, Castelo diz a razão por que queria criar o SNI. Lendo-a, percebe-se que não tinha nada a ver com o que aconteceu, com o que empregaram aqui e ali.

O SNI foi instalado no Rio de Janeiro, na avenida Antônio Carlos, em cima do Ministério da Fazenda. Mas logo em seguida à formação do esquema de como seria o Serviço Nacional de Informações, surgiu a guerrilha. E o Serviço de Informações, que teria uma outra destinação, foi obrigado a se voltar também para a informação sobre a guerrilha. Isso foi logo em 65. A coisa foi evoluindo, mais adiante desencadeou-se a guerrilha do capitão Lamarca e a do Araguaia... Mas desde antes preocupava a questão dos universitários, porque havia muita infiltração. Além do grupo do Partido Comunista Brasileiro, que era tradicional, começaram a surgir outros grupos e outros líderes de dentro do PCB. O PCB não admitia que o governo fosse tomado pela força; queria tomar pelo voto. E logo apareceu um outro partido, o PC do B, da linha chinesa, que queria tomar o poder pela força. Surgiram novos grupos, e também um outro líder, o Marighela. O Marighela tinha livros escritos que ensinavam como se devia proceder para tomar o poder, coisas assim.

Quem iria combater essa gente que estava atuando no Rio, em São Paulo, no Norte, por toda a parte e dentro das escolas? Então,

o Serviço de Informações passou também a ter essa atividade de informar sobre a guerrilha.

Logo no início do SNI, qual foi o seu papel?

No princípio, não tomei parte em nada. Nessa época, eu estava na Escola de Estado-Maior com o Octávio Costa, como instrutor. Fui instrutor lá durante oito anos — Octávio e Fontoura também. Por isso, fomos bater no governo depois. Éramos parte da elite intelectual do Exército. Em seguida, fui ser comandante do 2º Batalhão Ferroviário, em Araguari, Minas Gerais, que recebeu a atribuição de construir uma estrada de Goiás a Brasília. Minha tarefa era concluir a obra até um dia antes de o Castelo passar o governo — o que deveria acontecer em 15 de março de 1967. Não ficou totalmente construída, mas cheguei com os trilhos no dia 14. No dia seguinte, quando voltei para o alojamento, recebi um telegrama dizendo que havia sido nomeado para a Presidência da República e devia me apresentar em 24 horas.

Até esse momento, eu nunca tinha visto o general Costa e Silva. Quem me convidou foi o general Médici, nomeado para ser chefe do Serviço Nacional de Informações, e que também não me conhecia, porque era de Cavalaria. Ele disse: "Eu o chamei porque soube que você serviu em São Paulo, fez isso, aquilo, e eu queria que reorganizasse a Agência de São Paulo, fosse nosso embaixador lá." Então, fui para São Paulo.

Depois, o Costa e Silva quis que eu fosse montar a Agência Central do SNI em Brasília, e houve um grande desenvolvimento na parte da organização do serviço. Nós colocamos alguns diplomatas, como, por exemplo, o Meneses Cortes, o filho, e o Collor, que era parente do Fernando Collor e foi secretário da embaixada em Moscou. Eram todos jovens ainda, na faixa de 35 a 45 anos, e muito bons. Mas eu rodava muito, porque precisávamos saber as informações que se podiam colher fora.

Ao ingressar no SNI, o senhor já possuía experiência anterior com informações?

Eu tinha experiência anterior como E2. Fui também, por muito

tempo, instrutor na Escola de temas de tática, informação, combate, esses assuntos todos. Eram coisas parecidas.

Nessa época, 1967, qual era a dimensão do SNI? Ainda era um órgão pequeno?

Era. Tinha algumas agências: a Agência Central no Rio, uma agência em São Paulo, uma pequena agência em Brasília, outras no Rio Grande do Sul e no Nordeste. No início, o SNI era o Golberi. Ele tinha inclusive um SNI "particular". Muitos amigos, andava na sociedade, telefonavam para ele... Sabia muita coisa através do telefone. Depois, aquilo era analisado. Ele era um camarada que tinha muita influência, não só entre os jovens do Exército, como em meio aos mais velhos. Era uma pessoa discutível. Eu nunca falei com ele, não tive esse privilégio. Gostaria de ter ouvido um papo dele, só que ficava na minha.

No meu tempo, havia muito poucas pessoas trabalhando. Quase só oficiais. Os civis eram datilógrafos ou coisas assim, porque só os militares tinham conhecimento da questão. Mas havia poucos oficiais de Estado-Maior, porque não se podia tirá-los do Exército. Era uma luta conseguir um oficial para chefiar, porque fazia uma falta danada no Estado-Maior. Então, nessas agências de informação, só os chefes tinham uma formação melhor. Como eu disse, eram oficiais do Estado-Maior, e algumas vezes, oficiais da reserva. O resto, de modo geral, não tinha experiência, não sabia o que era a inteligência. Tiravam de jornais. Não havia, por exemplo, operações de informação. Havia a seção, mas não se dispunha de meios. E o pessoal tinha temor, porque a operação era perigosa. Era preciso todo o cuidado para que não saíssem coisas erradas na rua, porque, quando se manda uma pessoa para esse tipo de operação, não se sabe o que vai acontecer.

Mas os oficiais tinham experiência anterior com informações?

Tinham, porque a formação de oficial na Escola os obrigava a isso. O curso era de formação para general, e, para ser general, para se tomar decisões, o fundamental é ter a informação. A informação é centralizada, porque você lê, estuda, ouve os demais, mas é você que decide. Esta é uma característica muito interessante da infor-

mação: ela é dada a partir de uma decisão centralizada. Por exemplo, se eu sou o chefe da Agência Central, sou eu quem leva a informação ao presidente da República. Sou eu que decido o que vou escrever, embora tenha um grupo que me assessore e que me leve um rascunho. Era assim que o presidente fazia comigo: "Olhe, quero que você me faça um estudo assim e assado." Eu fazia o estudo, e depois ele o modificava como bem entendia. A decisão era dele. Agora, o trabalho militar de combate não é centralizado, é de conjunto. O E1 trata de pessoal, o E2, de informação, o E3, de operações de combate, dos planos de combate, o E4, de apoio logístico, e o E5, das relações públicas e planejamento. Então, cada um fala, e o general os escuta. Às vezes, ele tem opiniões divergentes sobre que linha de ação deve ser adotada.

Quais eram as divisões do SNI?

Havia uma seção de operações, e secções de informação de acordo com o tipo: informação estratégica, informação corrente (informação do que se passava), informação científica... Enfim, todos os tipos, porque o nosso serviço abrangia todos os campos de conhecimento humano. O governo necessitava de informações.

No Brasil, só existe um livro que trata desse assunto: chama-se *Informação estratégica*, escrito por Shermann Kent, um camarada que foi da CIA. Um livro muito interessante. O SNI tinha o seu *Manual de informação*, em que tratava de informes: como se processavam, sua classificação de acordo com a fonte etc. Foi elaborado a partir de dados da Escola de Estado-Maior, depois foi melhorado, mas já existia desde 67.

Posteriormente, saiu um documento que era básico para o SNI: chamava-se *Plano Nacional de Informações*, elaborado quando o Médici foi para presidência da República por iniciativa da Agência Central. Era baseado nas informações que o presidente precisava, que os Ministérios precisavam. Não eram informações do dia-a-dia, de rotina. Eram informações estratégicas, das grandes linhas. O presidente e o Conselho de Segurança Nacional traçavam os objetivos nacionais permanentes, com base nos quais saíam as informações necessárias no PNI. Essas informações eram dadas todos os anos, mas acho que hoje ninguém tem mais esse documento, porque era de caráter secreto. Dava a organização comple-

ta com todos os órgãos que constituíam a comunidade de informação do Brasil, o que faziam e a missão de cada um: o EMFA, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o ministério tal... O PNI teve uma influência muito grande na organização administrativa brasileira. Juristas, figuras conceituadas, como Vicente Rao, homens lutadores, incontestáveis, leram o documento e o enriqueceram. Mais tarde, saiu uma legislação sobre as DSIs dos Ministérios. Já havia um trabalho interno, mas não havia uma ordenação em que o chefe da DSI passasse a informação para o ministro. Como ele não era obrigado a mandar informação para ninguém, se quisesse segurar, parava em suas mãos. Foi quando se viu que era necessário haver uma preparação em todos os escalões para as pessoas que atuassem nesse campo, que era uma coisa muito séria. Foi então que se pensou na Escola Nacional de Informações.

O PNI tinha um item fundamental: dizer que órgão era o responsável pela doutrina de informação brasileira. Não informação de combate, mas a doutrina de informação brasileira, pois íamos começar a redigir o documento. Logicamente, não podia ser a Agência Central do Serviço de Informações, porque havia uma lei do Golberi ligando o SNI ao presidente da República. Era o mesmo nível do EMFA: ligava-se ao presidente da República através do seu chefe, que não podia ser responsável pela doutrina militar de informação. O órgão responsável deveria ser o EMFA, pois tanto podia se ligar ao civil como ao militar. Isso era fundamental para podermos fazer a Escola. A Escola a ser criada tinha que ser subordinada a esse órgão para produzir estudos, elaborar questões e doutrina. O sentido era esse. Mas o almirante que chefiava o EMFA achou que não, que seria uma tarefa muito grande para o EMFA. Propôs então ao presidente que a responsabilidade pela doutrina nacional de informações fosse dada à Escola Nacional de Informações a ser criada.

Como se deu o seu envolvimento com a criação da Escola?

Quando saí general-de-brigada, em 1971, pensei que fosse voltar para o Exército, porque até essa época não havia cargo de general no Serviço de Informações. Só o chefe, e assim mesmo, normalmente, era um da reserva — apenas o Fontoura foi da ativa. O presidente então me chamou e disse que me havia escolhido para

construir e instalar a Escola Nacional. Eu saí general no dia 30 de março de 1971, e a idéia do presidente era que eu inaugurasse a Escola no ano seguinte, em março de 1972.

Na primeira reunião que fizemos, já dispúnhamos de todas as instruções para o seu planejamento — as condições tinham de ser fixadas antes de começar a discutir o problema. Primeiro, a Escola deveria ser em Brasília. E também tinha que ser eclética, fazer a integração entre civis e militares. Então, fomos buscar especialização nos lugares em que havia militar e civil juntos. Por exemplo, eu fui para os Estados Unidos. O serviço de informação dos Estados Unidos, a CIA, é civil, o FBI é civil... Mas eles não trabalham sozinhos, de jeito nenhum. As Forças Armadas têm um grupo separado para trabalhar com esses dois órgãos: são os adidos militares. O chefe da CIA nunca comandou. Só o adido militar. Veio ao Brasil, foi ao mundo inteiro. Era um especialista. Porque é preciso aproveitar o indivíduo.

Os americanos perceberam que o nosso projeto era para valer e se interessaram, por causa dos reflexos que teria não só no Brasil como na América do Sul. Eram amigos nossos e nos queriam como ponto de apoio nessa questão. Porque em informação há uma comunidade. E os nossos princípios eram os mesmos, a parte teórica era parecida com a americana. Nós não tínhamos, por exemplo, equipamento. Agora, as nossas instalações eram muito melhores do que as deles. Em Brasília, quem for à Escola de Informações cai duro. É uma universidade enorme! Tem mil metros de frente por duzentos de fundo, toda gramada. Ali havia escola de línguas e três cursos: curso A, B e C — o curso A durava um ano. A Escola encampou os cursos que havia nas demais instituições, para facilitar: o curso de informação da Escola Superior de Guerra foi transferido para lá — era o curso mais alto, de analista de informação; levou também os cursos do Exército, do CEP, no Leme, que tinha línguas e uma escola de informação. O Octávio Costa trabalhou lá.

O senhor teve apenas um ano para formar uma escola?

E o que aconteceu? Pensei comigo: "O que vou fazer? Esse troço é secreto." Chamei o capitão Fortuna, que tinha trabalhado comigo no Batalhão Ferroviário, engenheiro formado no IME. Ele topou,

alegre pra burro. Eu o levei comigo, dei-lhe casa, dei tudo. E ele projetou a Escola todinha. Eu ia desenhando: "Quero a Escola assim, assado." E a Novacap construía. Houve dificuldades, porque a Novacap teve que penetrar, conhecer, para saber o que ia fazer. E tínhamos *stand* de tiro subterrâneo, uma porção de coisa. Foi um pouco complicado.

Como se deu a elaboração dos regulamentos e a organização da estrutura da Escola?

Quando a Escola começou a ser construída, os americanos ofereceram ao general Médici um curso de seis meses para mim na CIA e no FBI, para trazer a documentação que eles empregavam nos Estados Unidos e criar os regulamentos. Então fui para Washington fazer esse curso juntamente com um oficial de Marinha que falava bem o inglês, o almirante Sérgio Douerty — na época, eu era general-de-brigada e ele, capitão-de-fragata. O Moacir Coelho foi para Londres, o Ururaí para a Alemanha, e um outro oficial, que foi o chefe da Agência no Rio, o Pacífico, para a França.

Ficamos num hotel chamado Alban Tower, em Washington. Era um hotel antigo, de apartamentos grandes, com sala, sala de jantar, cozinha, banheiro e dormitório. Eles o escolheram, porque havia um subterrâneo que permitia que entrassem por baixo do edifício diretamente onde nós estávamos. E era no hotel mesmo que tínhamos aula. Todos os dias de manhã, os professores iam lá com os aparelhos. Nós não podíamos sair. Saíamos apenas nos fins de semana, quando eles nos pegavam e nos levavam de carro para passear pelos Estados Unidos. Para não ficarmos sozinhos. Eram cautelosos, não nos deixavam ir nem à embaixada.

Ficamos lá um bocado de tempo e, afinal, trouxemos toda a documentação. Pensei que não nos fossem deixar trazer, mas deixaram. Mandaram que trouxéssemos tudo embalado. Durante as aulas, enquanto o Douerty conversava com eles, eu ficava ouvindo e tomando notas. Ficávamos até de madrugada organizando a documentação. Depois, mostrei tudo para eles, batido à máquina: "Está tudo bem. Não tem coisa secreta, só as aulas que os senhores tiveram aqui." Havia umas aulas complicadas, por exemplo, de como se fazia o controle da embaixada russa nos Estados Unidos. Eu fui visitar o que eles chamavam "listening

post" — posto de escuta —, de onde controlavam a linha marítima no Atlântico, no Pacífico, com uma luneta cujo alcance atingia mais de trinta quilômetros. A linha marítima deles é menor, tem doze quilômetros. Então viam tudo, faziam o controle da linha marítima. E mais uma porção de coisas interessantes que eu trouxe para cá.

Quando cheguei, peguei todo o material e fui mostrar ao presidente para combinar a forma como iríamos empregá-lo. Dei umas pinçadas e fui fazendo os documentos brasileiros baseados nos documentos americanos, sem dizer a fonte.

Que contribuição trouxeram os oficiais que foram para os outros países?

Na Inglaterra, o Moacir Coelho ficou num forte de Londres, situado no rio Tâmisa. Lá havia uma escola especialmente dedicada ao problema com a Irlanda. Não era emboscada. O relatório que ele trouxe dá para cair duro. Nós somos violentos!? É porque não se sabe o que fazem por aí! Na Alemanha, não havia escola, havia "aparelhos" — como eles chamam —, casas separadas em que colocavam as equipes. Normalmente, os oficiais levavam a mulher que, obrigatoriamente, fazia o curso junto com o marido — isso era para evitar o vazamento para as esposas. Na França era diferente. O curso era na Sûreté Française, perto da Notre Dame — também não era bem uma escola.

Depois desse período de especialização, montamos a Escola: a parte intelectual, os cursos, o currículo. Tivemos uma grande ajuda, porque o curso A, de nível mais alto, já tinha o currículo pronto, que era o da Escola Superior de Guerra. Foi transferido inteirinho, inclusive com a parte de informação, com os meios de instrução que tinham e com os documentos que haviam produzido. Assim, pudemos começar logo como o presidente queria. Em março, ele foi lá, e a Escola tinha começado a plena força.

Como foi montada a equipe de instrutores?

Foi devagar, porque fomos pegando as pessoas que tinham função de informação, que já possuíam vivência nesse assunto. Por exemplo, em Brasília, pegamos o camarada que era E2 do Comando do

Planalto. E fomos fazendo assim, com um, com outro. Desde o princípio tivemos a preocupação de colocar alguns civis, além do pessoal do Exército, da Marinha e da FAB. Esse era o núcleo central da Escola.

Mas tínhamos a parte de línguas — ensinávamos inglês, francês, alemão, italiano, chinês, russo —, e tínhamos psicólogas, moças que nós sabíamos quem eram. Para entrar na Escola, era preciso fazer exame psicotécnico, psicológico, porque nós queríamos conhecer o perfil do homem brasileiro de informação, que não era o mesmo do americano. O tamanho é diferente, a largura do ombro, a cabeça, o que ele pensa é diferente. Tínhamos que fazer uma coisa que fosse nossa, do Brasil. E conseguimos.

Qual era o perfil do homem que vocês queriam formar?

Quando deixei a Escola, já estávamos com uma linha, em função da qual a seleção era feita. Incluía dois tipos de pessoas, dois produtos: um, intelectual, e outro, que trabalhava no campo de operações. Havia uma parte no Brasil muito difícil: o sigilo. O sigilo era um aspecto difícil de se obter, uma dificuldade que se encontrava até dentro da família. A pessoa que trabalha com informações não pode conversar, não pode discutir os assuntos do seu trabalho. O brasileiro é muito falador, e isso é perigoso. Mas nós conseguimos fazer uma seleção e dizer como deveria ser o trabalho. Também foi feito um código de honra e um código de ética para o pessoal. Por isso, nos revoltamos com muita coisa que ouvimos hoje, porque não é verdade. Não é verdade mesmo.

A respeito de quê?

A respeito do SNI. Pode até ter acontecido em algum lugar, não vou dizer que não aconteceu. Isso eu não posso dizer. Mas na Escola de Informações não. Negativo.

O senhor está se referindo à tortura?

À tortura, etc, etc. Normalmente, fala-se em censura. A escuta telefônica era proibida, não podia ser feita. Uma prática que é permitida em vários países civilizados, só se podia fazer quando

do interesse do Estado, não com qualquer pessoa. Quem dizia se era preciso ou não era o presidente da República. Veja o que aconteceu nos Estados Unidos com o Nixon. O Nixon foi posto para fora por causa de escuta telefônica. Mas isso não significa que não se deva fazer escuta telefônica. A escuta dele foi espúria, não foi do interesse da nação, mas do interesse pessoal dele, partidário.

Qual o total de graduados, de analistas?

Não chegava a duzentos. Nas agências havia poucos, apenas a Agência Central tinha mais. Havia a necessidade de se transmitir conhecimentos para outra pessoa, porque um ficava cansado, queria ir embora, outro cometia uma falha, tinha que ser substituído... Precisávamos ter, pelo menos naquele ramo, uma reserva. E o trabalho era absolutamente compartimentado. O princípio mais importante da informação é a compartimentação. Cada um só sabia aquilo que estava fazendo e mais nada. Era proibido falar com o outro do lado. Só quem sabia tudo era aquele que ia fazer a informação: pegava todos os dados, colhia, e escrevia a informação para o presidente.

Os dois tipos de oficiais de informações — o analista e o de operações — eram pessoas se especializavam em uma dessas áreas, ou trafegavam de uma para outra?

Normalmente, não. Nesse livro que eu mencionei, do Shermann Kent, ele explica a razão. Começa dizendo: "Informação é conhecimento." Então, às vezes, encontrava-se um economista que tinha pendor para fazer e tirar inteligência do documento de economia, de jornal, de revista. Tinha queda para isso. Esse cara valia ouro. Não precisava fazer nada secreto. Fazia linha de ação, percebia as coisas. Depois, esse tipo de homem, dependendo da cabeça que tem, consegue visualizar o futuro. As profissões mais bem pagas no governo dos Estados Unidos, além do presidente da República e do secretário de Estado, são de analista de informação e de pesquisador de universidade.

Eu trouxe isso dos Estados Unidos por escrito, e nós seguíamos à risca. A idéia era fazer como na Argentina: pegar uma porção de

oficiais, transferi-los para a reserva e lhes dar uma outra profissão no Serviço de Informações. Esse serviço na Argentina ainda está vigorando.

E como eram os cursos? Havia um currículo-padrão?

Havia vários cursos. Um deles, por exemplo, era dirigido aos ministros de Estado e aos secretários-gerais, para que pudessem usar a informação. Porque eles tinham medo, achavam que o nosso propósito era espioná-los. Não, era para eles usarem. Então, era preciso dar um curso de 48 horas que os informasse para que servia aquilo. Todo ministro que entrava fazia o curso. O ministro de Estado passou a ter uma Assessoria de Informação, então ele precisava saber para que servia a informação. Porque usava errado. A Assessoria de Informação era para trabalhar com as informações deles, não era o serviço de informação da Agência do SNI, do presidente. Cada ministro, então, sabia o que ia ser feito no seu Ministério, e era ele quem determinava.

Ainda que o objetivo inicial das DSIs e ASIs possa ter sido informar aos ministros e secretários, esses órgãos acabaram se tornando subagências do SNI.

Acabaram. Pela organização do *Plano Nacional de Informação,* esses órgãos tinham que cumprir certas tarefas, mas não enviar para o SNI, que não tinha nada a ver com isso. A decisão era de cada ministro: era ele quem tinha que saber, não o SNI. Só se fosse uma coisa que pudesse interessar ao presidente da República. Mas não era uma prática sistemática ter que mandar tudo o que se produzia para o SNI. A mesma coisa, por exemplo, acontecia com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, que encaminhavam para o Serviço de Informações apenas o que era importante no exterior. O resto não interessava. Interessava, sim, ao ministro, que era quem decidia. Nós dávamos a informação. Com isso, se eu fosse conversar com o presidente, eu o convencia do que ele deveria fazer. Nós estávamos preparados para alertar o presidente sobre o que ele deveria modificar, já tínhamos experiência do que estava acontecendo.

Na EsNI, o senhor tinha contato predominantemente com militares ou também com civis?

Predominantemente com civis. Eu tinha contatos com todos os ministros, para os quais o curso da EsNI durava dois dias. Todos os ministros faziam esse curso — não todos juntos. E o curso lhes dizia o que era a informação, como deviam usá-la, para que servia. Para deixarem de ter medo. Até hoje eu tenho amigos dessa época: o Pratini de Morais, o Delfim... Eu reputo o Delfim uma pessoa de alto nível intelectual. Reputo mesmo. Tivemos contato muitas vezes.

Saí da EsNI em 1974. Fiquei cinco anos, que foi o tempo que o general Médici me deu para instalar a Escola definitivamente. E deixei-a funcionando em todos os departamentos. A última coisa que consegui colocar lá foi o *stand* de tiro subterrâneo, com uma distância de cinqüenta metros. Foi um *stand* difícil de fazer, porque era construído por encomenda nos Estados Unidos, e vinham aqui instalar. Não era para fuzil, era para defesa pessoal. Em cima havia um local para educação física, para bicicleta, essas coisas.

Os grupos que se dedicaram à luta armada, ainda que tenham começado a se organizar em 1965, 1966, só tiveram uma atuação efetiva a partir de 1969, radicalizando-a em 1970 e 1971. Como se gerou uma doutrina de combate à luta armada?

O general Castelo Branco tinha determinado que se fizesse, no Estado-Maior do Exército, um simpósio sobre a guerra revolucionária. Eu fiz palestras sobre isso. O Octávio Costa também. Todos os oficiais considerados por ele como pessoas capazes procuraram acumular conhecimentos sobre o assunto. Não sabiam, foram procurar. Eu, por exemplo, para fazer a minha palestra, fui procurar um português que lutou em Angola, um professor que escreveu um livro sobre guerra revolucionária. Descobrimos e estudamos todos os tipos de guerra revolucionária que estavam se desenvolvendo pelo mundo. E chegamos à conclusão que o brasileiro era particularmente apto a esse tipo de ação. Até uma das táticas da guerra revolucionária aplicada na Áustria foi utilizada

entre nós. Sem considerar as causas, mas os atos, foi a mesma coisa.

Quem treinava o pessoal do CIE, do Cenimar, do CISA?

O que aconteceu foi o seguinte: depois da guerra, houve um grande intercâmbio com os Estados Unidos. A cultura das Forças Armadas melhorou de forma extraordinária. Para formar a Agência Central do SNI, no Rio, vieram instrutores americanos que deram aulas. E quando havia uma coisa especial, mandava-se o sujeito fazer cursos nos Estados Unidos.

Que razões teriam determinado a criação do CIE, quando já existia o SNI e cada Força dispunha de sua 2ª Seção?

A guerra revolucionária começou logo depois da Revolução. Houve passeatas no Rio, houve o caso que o Burnier até hoje contesta violentamente... Mas faziam as passeatas na avenida Rio Branco, e a situação tomou outro vulto. Começou com a morte de um rapaz, que não era estudante, no Calabouço. Foi morto pela polícia sem querer, não por ordem. Aí surgiram os seqüestros: raptaram o primeiro embaixador, o segundo... O Exército não estava preparado para combater esse tipo de ação. No entanto, pela Constituição, ele era responsável pela segurança interna, então devia tomar as medidas que se fizessem necessárias, porque não havia um órgão para esse fim.

Não era possível utilizar o E2?

Não, porque o E2 dava informações de combate, eram informações muito específicas. O CODI era subordinado ao Estado-Maior da unidade, e o seu chefe era um general-de-brigada, o chefe do Estado-Maior do comando da área. Então o CODI não tinha autonomia, não era subordinado ao CIE, mas ao comandante da área. Abaixo do chefe do CODI estava o chefe da 2ª Seção. Foi aí que complicou. Era o chefe subalterno que passou a ter mais evidência, a dispor da informação. Em termos de operação, havia pouca coisa. Prevalecia a parte de informação. No caso dos seqüestros, por exemplo, precisava-se saber onde o embaixador estava,

porque só depois era que se podia fazer um planejamento para tirá-lo com vida. Aí, veio um órgão chamado DOI, e aconteceu o seguinte: o DOI tomou a si certas funções da 3ª Seção. Fazia a própria informação e operava. Adquiriu uma certa autonomia. Foi essa a verdade. Foi isso o que aconteceu.

Mas respondiam também ao CIE em Brasília, ao ministro?

Tinham ligação técnica. Se o ministro queria alguma coisa, mandava pedir ao CIE, que determinava aos órgãos subalternos. Agora, o comandante da área tinha que saber, tinha que ser informado.

Mas acontecia de às vezes não informarem?

Não informavam. Houve um caso, por exemplo, de um camarada que morreu em São Paulo no II Exército, quando o Frota era ministro. Eu sei, porque o Frota é meu amigo, é um homem de bem, é um sujeito puro. Na época, ele teve que vir ao Rio, e deixou ordem para todos. Eles tinham estação de rádio, e portanto, tinham por obrigação transmitir para o Rio o que acontecesse, para que o Frota tomasse as providências. E eles transmitiram, mas o chefe do CIE não o informou. Quando o Frota chegou a Brasília no dia seguinte de manhã, na segunda-feira, foi surpreendido com a interpelação do presidente: "Que negócio é esse? Você sabe disso?" Para ele foi surpresa: "Não sei de nada." "Mas você não sabe? É comandante e não sabe!?" Foi um desastre terrível.

Consta que o general Ednardo Dávila, comandante do II Exército também não foi informado.

O Ednardo tinha saído... O que se sabe é que houve uma falha muito grave. Muito grave, realmente. Pagou o Ednardo, e pagou o Sílvio. O Frota foi tão decente que o presidente Geisel, quando o chamou, queria já demitir o Ednardo como se fosse cabo-de-esquadra, porque alemão é fogo: "Quero que você ponha esse cara pra fora!" O decreto já estava assinado. O Frota disse: "Não posso fazer isso com um general. Ele não tem culpa. A responsabilidade foi dele, mas o castigo é muito forte. Se ele fosse culpado..."

Discutiram, discutiram, mas o Frota agüentou mão. Podia até ter sido demitido. Aí, apresentou uma condição: "Está bem. Se o senhor o quer tirar de lá, que o faça, transfira para outro lugar."

Em que nível se deu a falha de comunicação neste caso?

Em nível alto. Primeiro, a pessoa que devia ter informado, não o fez pessoalmente, mandou fazer. Devia ter feito pessoalmente, tinha ordem para fazer pessoalmente, mas não fez, mandou fazer. Quando essa pessoa passou a informação para outro escalão, e que chegou em Brasília, o camarada que recebeu não agiu. Foi esse o caso.

Informação é uma coisa muito séria e deve ser violentamente centralizada. E quando o cara faz uma besteira, deve-se punir violentamente, se necessário. Não se deve ter piedade, porque se perde o controle. Eu posso assegurar que muita coisa que aconteceu de ruim não foi por causa dos chefes, das pessoas de maior responsabilidade. Foi gente de baixo. E por questões pessoais, coisas desse tipo. Eu sei perfeitamente. Posso mesmo compreender, porque vi na Polícia de São Paulo uma pessoa ser interrogada, e esta pessoa partiu para cima do interrogador para espancá-lo. Aí é difícil não reagir. Tenho vários casos muito interessantes, que é até bom saber, porque foram situações difíceis. Aconteceu? Aconteceu, pode ter acontecido mesmo. Mas o que você faria se um camarada chegasse para você e dissesse: "Você é filho disso, a sua mãe é assim, é assado?" Não vai fazer nada!? É muito difícil.

O governo Médici é muito criticado...

Injustamente. Eu tenho uma trilogia que já está toda esquematizada, e assim que puder vou publicar. Tenho interesse pessoal, porque é uma grande injustiça o que fazem com o general Médici. Nós, que fomos auxiliares dele, queremos esclarecer o seu papel nesse país. Ele não era tão considerado como o eram o general Castelo Branco e o Geisel, que eram inteligentes. Mas tinha uma qualidade que os outros não tinham: via o futuro. Foi um excelente presidente. Seu governo foi excepcional para os interesses nacionais. É uma injustiça muito grande o que fazem com ele! O Médici morreu atingido. Morreu amargurado. Eu sou testemunha do que

ele fez. Tortura? Ele era contra. Quando soube pelo jornal que estavam fazendo tortura no Rio de Janeiro, não sei onde, mandou-me falar pessoalmente com o comandante do I Exército, que era o general Frota. Eu vim ao Rio, fui ao Rio Grande do Sul e fui ao IV Exército. Isso logo no início do governo Médici, em 1970. Eu era o chefe da Agência Central do SNI, e vim alertar o comandante do Rio, dizer-lhe as instruções do presidente Médici a respeito de tortura, que não admitia de forma alguma. Até me senti um pouco constrangido, porque era uma posição taxativa. Por isso temos interesse em limpar o rosto do general Médici. Ele não era o que estão pensando. Estão errados. O Médici não era esse homem, de jeito nenhum!

Que reação tiveram os comandantes de Exércitos à sua missão?

Aceitaram. E a reação deles demonstrava que era o sujeito que estava lá na ponta que tomava o coelho nos dentes. E sei que o general Frota saía de madrugada para ir pegar capitão pelas esquinas da vida. Porque essas coisas se passavam normalmente à noite. Isso, quando ocorriam. Eu realmente não posso afirmar que não houve torturas, mas também não posso acusar: "Se ele era o presidente, era o responsável." Não. Ele era o presidente, mas estávamos em estado de guerra. Então, é muito difícil impedir o sujeito de fazer determinada coisa. Muitos fatos podem ser usados, não como justificativa, para explicar por que houve alguma coisa errada. Normalmente, os militares não são desse tipo. Isso eu posso assegurar. São pessoas comuns, que gostam de ter amigos, que cultivam a camaradagem. Não são de querer torturar pessoas.

Combate-se o presidente Médici porque ele foi obrigado a enfrentar a guerra revolucionária. Não tinha jeito. O caso, por exemplo, de um capitão que fugiu com todo o material do regimento e ia atirar em cima do Quartel-General com morteiro 4.2. Isso não é mau? Atirar em cima do QG do II Exército! Com a graça de Deus foi à noite. Até pegaram uma viatura onde havia um recibo dele, mas o capitão foi alertado, meteu o pé e fugiu. O outro caso foi o do João Amazonas, no Araguaia. A intenção era criar um país independente. Porque estávamos ocupados, e ninguém tomava conta daquela região. O João Amazonas inclusive tinha apoio de

fora, e podiam chegar aviões da Rússia, de outra parte, e tomar conta dali. Disso não se tem dúvida. É assim que se faz.

Então, foi gente do Exército, da Marinha e da FAB que combateu a guerra revolucionária. Eu tenho um filho que quase perdeu um braço no Araguaia por causa de uma bala — meu filho é coronel, tem curso de estado-maior, graças a Deus. Teve sargento que pegou tiro pelas costas. Foi de parte a parte. Tem um deputado muito risonho, um tal de Genoíno... Esse sujeito era perigoso, muito perigoso.

Qual o número de baixas do lado militar?

O ministro do Exército sabe perfeitamente, e disse que ia me dar — inclusive os dados que o Exército tem dos civis. Porque não se sabe todos. Às vezes, os próprios civis justiçavam outros que não eram seus companheiros, eram informantes. Eles puniam o camarada, matavam o sujeito. Aí, não se sabe onde está enterrado. Isso aconteceu normalmente.

Aqui no Rio de Janeiro tinha um oficial gaúcho que era chefe da Agência Central do SNI. Esse rapaz perdeu a mulher, e mandou as três filhas se educarem com as irmãs dele no Sul. A filha mais velha formou-se no Sul, se não estou enganado em ciências sociais, e lá conheceu um sujeito que era o chefe da subversão em Porto Alegre. O pai não sabia de nada. Nunca soube de coisa alguma. Um dia, houve um roubo na casa da amante do Ademar, o célebre roubo dos dois milhões de dólares, que ela pedira ao irmão, o dr. Benchimol, que morava em Santa Teresa, para guardar num cofre — acho que ele não sabia o que era. Mas o pessoal sabia e fez o assalto: tiraram os dois milhões. Então houve um racha, a divisão dos dois milhões de dólares por todas as organizações. E quem foi encarregado no Sul de vir buscar o dinheiro foi a filha do chefe da Agência Central do SNI no Rio. O Exército montou uma emboscada no aterro do Flamengo e, quando ela recebeu o dinheiro, prenderam-na e a levaram para o Batalhão de Polícia na Tijuca, por ali. Ela foi esperneando, fazendo tudo. Quem era o chefe do CIE? Era o Coelho Netto, amigo pessoal do pai dela. Chamou-o e ele foi lá. O que ela disse ao pai foi uma tristeza. Disse o diabo: "Você não é meu pai!" E por aí foi. Ele saiu em prantos. Acabou com o cara.

E assim aconteceram vários casos, coisas desse tipo. Então, tínhamos que dar instruções de como educar a família dos oficiais, para que isso não acontecesse. Porque os casos eram muito parecidos: havia sempre uma divergência com o pai e com a mãe. Por exemplo, o chefe do gabinete do SNI cujo filho foi condenado. Havia uma luta entre o pai e a mãe, e ele ficou com a mãe. Era sempre assim: por trás, havia uma divergência na família. Então, tínhamos que ter uma harmonia total dentro da família do oficial.

GUSTAVO MORAES REGO REIS

■

Nasceu em 1920 no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1944. Em 1962 serviu com o general Humberto Castelo Branco no IV Exército, sediado em Recife, e em 1964, na patente de tenente-coronel, na Divisão Blindada, no Rio de Janeiro. Durante o governo Castelo Branco (1964-1967) foi assistente do general Ernesto Geisel, que ocupava a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República. Promovido a coronel em 1967, entre 1969 e 1971 exerceu o comando da Fronteira do Solimões (AM), sendo designado em seguida para a chefia de gabinete do general Geisel, então presidente da Petrobrás. Em 1973 assessorou Geisel na elaboração de seu plano de governo e, nos dois anos subseqüentes chefiou a Assessoria Especial do presidente da República. Em 1975 foi promovido a general-de-brigada e designado para o comando da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas (SP), posto que deixou em 1978 para assumir a chefia do Gabinete Militar de Geisel. De 1979 a 1981 comandou a 6ª Região Militar, sediada em Salvador, transferindo-se em seguida para a reserva na patente de general-de-brigada.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Soares em julho de 1992.

■

O senhor participou de conversas com o general Castelo Branco sobre a criação do SNI?

Muito pouco. Cabe aqui uma observação preliminar. Castelo era muito formal, cerimonioso e cioso no resguardo da sua intimidade, características que se destacaram ainda mais dadas as circuns-

tâncias que o elevaram à presidência. Assim, suas relações com Geisel e com Golberi foram, durante bastante tempo, marcadas por tais aspectos. Por seu turno, tanto Golberi e, ainda mais, Geisel, também por feições pessoais, não contribuíam para modificar muito esse tipo de relacionamento.

Assim é que, sendo eu apenas tenente-coronel, não tendo, pois, o *status* dos dois e, talvez, por isso mesmo, tendo mais acesso à intimidade de Castelo, desde 1959, em Belém, e mais tarde, em 62-63, no Recife, servi como "ponte" em muitos daqueles primeiros contatos indiretos. Depois, o hábito de uma pré-avaliação da receptividade, de um e outro lado, em diversas circunstâncias, até o final do governo. Recebia a primeira reação de Castelo, à vontade, não raro enérgica e às vezes contundente — um desabafo —, principalmente quando atravessava uma eventual situação de tensão por outra razão qualquer. Caso é que ficava alertado para o assunto que, quando lhe era apresentado, não o surpreendia. Por seu turno, Geisel, conhecendo por mim as reações e argumentos do presidente, abordava o tema com mais segurança e informação. Assim também, às vezes, Golberi, no princípio do governo. Foi um trabalho muito sensível e desgastante para mim, mas serviu para consolidar uma duradoura amizade com o general Geisel, que perdura até hoje.

O projeto de lei criando o SNI foi encaminhado ao Congresso em junho. Golberi, porém, já ocupava no Planalto uma pequena sala — a de número 17 —, que ficou conhecida na história do Serviço. Minha participação foi informal e irrelevante na criação do SNI.

No seu entendimento, como Castelo Branco via a futura atuação do SNI?

Na concepção de Castelo, o SNI deveria, através da produção de informações confiáveis, manter o Poder Executivo — o presidente e seus ministros — adequadamente esclarecido para tomar decisões e agir com acerto e oportunidade. Castelo enfatizava não caber ao SNI o poder de veto — atribuição exclusiva dos ministros — em face de informações consideradas negativas. De posse da informação produzida pelo SNI, cabia ao ministro o uso que dela fosse feito, sendo sua a conseqüente responsabilidade.

De certa feita, o ministro Juarez Távora viu assegurada uma proposta sua de nomeação em sua área, em Mato Grosso, pelo presidente, a despeito de informação não aconselhada pelo SNI. O presidente alertou o ministro, que manteve sua posição e assumiu a conseqüente responsabilidade perante aquele. Ao presidente cabia o risco — a decisão. Ainda mais, Castelo demonstrava constante preocupação em relação ao SNI, seja no sentido de que não se o confundisse com instrumentos de propaganda e doutrinação, ou que se deformasse como um aparelho de espionagem e coação. Era sempre cioso em assegurar a isenção e impessoalidade da informação, bem como o caráter pessoal e indeclinável daquele que a utilizaria. Esta era a garantia do presidente a homens como Milton Campos, Pedro Aleixo, Daniel Krieger e outros. Junte-se a isso a personalidade do general Golberi, conhecido pelo seu espírito público e excepcional qualificação para o cargo. Confiabilidade e credibilidade eram atribuição e responsabilidade do SNI.

O senhor julgava compreensível a preocupação do general Castelo Branco?

Julgava. A aplicação do Ato Institucional, baixado pelo Comando Supremo da Revolução, em 9 de abril de 64, portanto antes da posse de Castelo, estabelecia a data de 15 de junho daquele mesmo ano como limite para as cassações decretadas pelo presidente ou pelos governadores. Todavia, a pressão para a sua prorrogação era fortíssima, envolvendo o próprio presidente da Comissão Geral de Investigações — a CGI —, general Taurino de Resende. Ele era insuflado e compelido pela "linha dura", principalmente, sob a forma mais desabrida de atuação dos encarregados de incontáveis e intermináveis IPMs, muitos deles conduzidos por oficiais totalmente despreparados dadas a natureza e complexidade de muitos. E isso pelo Brasil afora. Castelo temia, pois, que a criação do SNI fosse associada como uma continuação daquelas atividades exageradas e já fora do controle da CGI. Afinal, após grave incidente envolvendo um filho seu, Taurino viu-se exonerado da CGI e substituído pelo almirante reformado Paulo Bosísio, chefe equilibrado e dispondo de grande sentido de autoridade. O prazo estabelecido foi cumprido.

Originalmente, o SNI foi concebido como uma instituição visando à informação e à contra-informação, e depois envolveu-se em operações para obter as informações. Isto é correto?

Materialmente, o SNI nasceu do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação — o SFICI —, órgão subordinado à Secretaria Geral do CSN. Ainda no Rio de Janeiro, depois da posse de Castelo, o então coronel Figueiredo foi seu primeiro chefe, e o coronel Newton Cruz, adjunto, entre outros, trabalhando com Golberi na estruturação do novo órgão. Anteriormente, ambos eram instrutores da ECEME.

Quanto à sua indagação, vejamos, esquematicamente, um exemplo militar. Dois adversários se defrontam em suas posições. Entre eles há um espaço — a chamada "terra de ninguém", de maior ou menor amplitude, com acidentes topográficos, talvez habitantes. Ambos precisam conhecer esse terreno e, tanto mais, as posições ocupadas pelo adversário, armamento e o que for possível conhecer. Para isso, lançam patrulhas — são operações de informações. Talvez haja confronto entre as patrulhas adversas — é a guerra. Retornam com resultados, mesmo negativos — são informes. Estes, depois de analisados, processados, cotejados com outros poderão se transformar em informações. Depois, a difusão, ainda pelo canal de informações. Tudo, porém, com a participação e o conhecimento do comandante de cada escalão, posto que a informação foi produzida inicialmente para ele ou para que ele a transmita ao escalão superior, tornando-se também responsável. O informe, digamos, é a matéria-prima da informação, e há de se desencadear, necessariamente, uma operação para obtê-lo.

Isso, na guerra. Mas, e o SNI?

Vejam bem, eu utilizei um exemplo militar. Mas o SNI não foi concebido e criado como organização militar e, muito menos, paramilitar. Por razões compreensíveis, seus primeiros quadros foram recrutados na área militar, em particular, na ativa e na reserva. Era uma imposição, em face dos prazos para a sua

implantação. Junte-se a isso a experiência e a prática do pessoal disponível.

A informação não tem geração espontânea. A busca de informe é uma operação. Todavia, não seria da alçada e das atribuições do novo órgão — sua operacionalidade — envolver-se em ações de natureza tipicamente policial e, afinal, na intervenção em quase todas as áreas da administração pública — ministérios, empresas estatais, universidades —, buscando informações através de seus agentes nas DSIs (anteriormente, Seções de Informações, chefiadas por um alto funcionário da confiança do respectivo ministro) e das ASIs, nos órgãos subordinados, também atuando à revelia dos respectivos titulares. Além do mais, com o tempo, a partir do governo Costa e Silva, passou a exercer o poder de veto ao qual se submetiam os ministros e outros titulares. Daí a expressão de desencanto de Golberi, anos depois, ao afirmar que havia criado um "monstro".

A partir de 1968, o surto das atividades clandestinas e os mais expressivos e violentos atentados a bomba, assaltos a bancos, a guerrilha de Caparaó, seqüestros de aviões e de embaixadores, assassinatos de oficiais estrangeiros, tudo isso gerou um compreensivo inconformismo na área radical das Forças Armadas, estimulada por políticos também radicais. A situação atingiu um ponto que o presidente Costa e Silva viu-se pressionado por alguns chefes militares a ele mais chegados e por seus mais intolerantes assessores — Gama e Silva, o truculento ministro da Justiça, e o general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar. Afinal, vencido em sua resistência e ultrapassado em sua autoridade, baixou o AI-5, fechando o Congresso por tempo indeterminado.

Naquela época, o SNI era chefiado por Médici. Creio que daí iniciou-se sua expansão, inclusive seu extravasamento para operações policiais. Voltava-se às medidas de arbítrio, aparentemente superadas. Depois, as extraordinárias dificuldades de afirmação e de governo vividas pela Junta Militar até a escolha de Médici, com enorme desgaste interno nas Forças Armadas em termos de disciplina e de hierarquia. Com o recrudescimento da violência da subversão, veio a inevitável contrapartida: a expansão e ativação dos órgãos de informações e de segurança, e, por fim, a integração no Sistema Nacional de Informações.

É esta a minha impressão, *a posteriori*, já que estava desde fevereiro de 69, e até junho de 71, na fronteira do Amazonas, sem qualquer notícia. As DSIs e ASIs foram ocupadas por um número considerável de militares da reserva, que passaram a disputar entre si esse excelente mercado de trabalho, com outra remuneração, além de seus proventos da inatividade.

Muitos militares não gostaram da idéia de se criar um órgão mais ou menos autônomo, como o CIE, dentro do próprio Exército, alegando que a 2ª Seção já desempenhava as funções que lhe seriam atribuídas.

Realmente, a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército tinha duas subseções, uma delas voltada para a segurança externa e a outra para a segurança interna. Na época, o gabinete do ministro dispunha de uma divisão para assuntos reservados e informações de interesse do ministro, entre outros encargos. Essa divisão não tinha a abrangência da Subseção do Estado-Maior, e foi de lá que saiu a proposta de criação do CIE, quando era ministro o marechal Ademar de Queirós. O general Orlando Geisel, então chefe do Estado-Maior, opunha-se à medida, entre outras razões, por retirar do órgão de maior responsabilidade profissional da Força a competência para os assuntos de segurança interna.

Com a Revolução, os problemas tinham se ampliado bastante, tanto em quantidade como em complexidade: inúmeros IPMs cujos encarregados eram militares, prisões de civis em organizações militares, problemas disciplinares graves, além de outros, e o envolvimento de militares na própria subversão. Mas os argumentos apresentados pela proposta para a criação do CIE não eram apenas esses, mesmo porque o gabinete do ministro não poderia crescer desmesuradamente. Além disso, o gabinete, sendo o mais alto órgão da administração militar do Exército, é também necessariamente um órgão político, posto que seu titular exerce um cargo político. É ministro com atribuições políticas, inclusive estranhas à Força, se for o caso. Pois, justamente, sob esse aspecto que argumentava a proposta, com a esdrúxula alegação, entre outras, de que, em política, o Estado-Maior do Exército tinha uma posição nem sempre coincidente com a posição do gabinete.

A alegação era inconcebível. Em primeiro lugar, um conflito interno entre as duas maiores autoridades, de natureza quase pessoal. Depois, levaria, a curto prazo, a nossa instituição a atividades policiais, sem o resguardo vigilante das normas regulamentares e do comportamento da ética militar, desviando-a de suas funções precípuas e do cumprimento restrito de sua destinação constitucional. Haveria um afrouxamento dos padrões militares de disciplina e da hierarquia já tão comprometidos pelos desmandos dos IPMs.

Na ocasião, 1967, eu era subchefe do Exército no Gabinete Militar, e fiz um parecer contrário à proposta, que lembrava, inclusive, que, na Marinha, o Cenimar considerava uma grande vantagem a infiltração de um agente seu na guarnição de um navio sem que o comandante o conhecesse ou soubesse. Alegavam eles que o exemplo era inspirado na Marinha inglesa. A mim me parece que os anticomunistas mais radicais foram buscar um modelo mais parecido com o "comissário político" soviético, ou até mesmo com os representantes dos partidos nazista e fascista. Contudo, estes eram ostensivos. Não sei se fariam o mesmo com os agentes do CIE, no Exército, mais tarde. Apresentei meu parecer ao general Geisel, que o aprovou e mandou, sem despacho, que levasse ao presidente Castelo, com sua opinião. Castelo reagiu: "Mas o Ademar propõe uma coisa dessas...? Guarde isso com você. Não devolva, não." Ambos dedicavam uma amizade fraterna ao marechal Ademar e não queriam magoá-lo em fim de governo.

Mas o CIE acabou sendo criado no governo Costa e Silva?

Pois é. A jornalista Ana Lagoa, no livro que escreveu sobre o SNI, atribui ao governo Geisel sua criação.* O CIE foi criado muito antes, em 1967, com o ministro Lira Tavares, com Costa e Silva. Posteriormente, com a posse de Médici, o general Orlando Geisel assumiu o Ministério do Exército, e o CIE passou a exercer cada vez maior atividade, sob a chefia do coronel Milton Tavares de Sousa.

---

* Ana Lagoa. *SNI, como nasceu e como funciona.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

E a origem dos DOIs e dos CODIs?

Os DOIs — Destacamentos de Operações de Informações — são anteriores aos CODIs — Centros de Operações de Defesa Interna. O DOI começou em São Paulo, inspirado na OBAN — Operação Bandeirantes —, que fora montada em meados de 1969, no DEOPS, sob a chefia do delegado Fleury. O governador Abreu Sodré obteve auxílio substancial do empresariado paulista para financiar suas atividades. A OBAN tinha vínculo com o II Exército, no comando do general Canavarro, através do seu chefe de estado-maior, general Ayrosa. Um grupo de militares do Exército passou a participar efetivamente daquelas ações, juntamente com policiais civis e da Polícia Militar do estado, ainda que informalmente. No comando do general Lisboa, este recusou-se a autorizar a subordinados seus que participassem das operações policiais da OBAN. Na ocasião, considerava o risco a que ficariam expostos os oficiais e graduados à corrupção, em face do acesso, fora de qualquer controle, a dinheiro e a bens apreendidos nas operações. Isso constituía vulnerabilidade das mais graves, e que acabou se consumando, sem provas. Nesse período, foram desfechados pesados golpes pela subversão em São Paulo: o assalto e roubo de armas no Hospital Militar; assalto e roubo a diversos bancos, alguns com mortes de inocentes; o lançamento de uma viatura contra o Quartel-General, com a morte de um soldado de sentinela, e, afinal, o roubo de armas e a deserção do capitão Lamarca, do 4º RI, traindo a confiança e a boa-fé de seu comandante e de seus camaradas, para juntar-se à guerrilha subversiva. O substituto de Lisboa, general Humberto de Melo, era um radical intolerante. A partir de 1971, apoiou e estimulou as ações do pessoal militar na OBAN, já agora levadas a efeito pelo DOI.

Qual era a estrutura da cadeia de comando?

Os DOIs eram — em termos — subordinados ao chefe da 2ª Seção dos estados-maiores. Possuíam instalações próprias, mas que não deixavam de ser organizações militares, por mais discretas que fossem. Suas atividades eram reservadas, e seu pessoal não andava fardado. Viaturas disfarçadas, placas "frias" — veículos quase

sempre roubados e cedidos pela Polícia, após serem apreendidos sem que o proprietário reclamasse. Recursos de origem duvidosa. A impunidade é uma coisa terrível.

Já os CODIs — diga-se, nada tinham a ver com os DOIs — eram uma espécie de estado-maior misto, com membros das três Forças singulares. Dada a não subordinação de uma Força a outra e as diferenças hierárquicas entre seus chefes, não coincidente com o valor e a aptidão dos meios disponíveis, suas atuações ficavam na dependência do relacionamento pessoal dos comandantes das Forças singulares e do próprio governador do estado com os meios policiais. Os CODIs faziam o planejamento e a coordenação para o emprego dos meios, conforme o efetivo disponível e a natureza da área sensível, ou atingida pela perturbação, ou sob risco — área portuária, instalações industriais, aeroportos, distúrbios de rua que ultrapassassem a capacidade dos recursos policiais, situações de greve e outros de maior ou menor gravidade que operações de defesa dos bens, do patrimônio e a execução e funcionamento dos serviços essenciais.

Na Bahia, em 1981, em face de uma greve geral da Polícia Militar, a pedido do governador Antônio Carlos a Brasília, após entendimento com os ministros da Justiça e do Exército, fui encarregado do controle operacional da Polícia estadual. Acontece que era general-de-brigada, e o comandante do Distrito Naval era vice-almirante, portanto mais graduado do que eu. O efetivo do Exército era bem maior e mais operacional do que a pequena força de fuzileiros navais. Mas tinha havido um grave entrevero entre estes últimos e oficiais grevistas, com a morte de um deles e sério ferimento em outro tenente da Polícia. Nossas relações ficaram tensas, mas fui integralmente apoiado pelo governador e pelo general Medeiros, chefe do SNI, que foi a Salvador. Agora vejam: mantive no comando da Polícia o coronel do Exército que fora nomeado pelo governador, instaurei um IPM que indiciou 12 oficiais, inclusive um coronel PM, sendo três deles condenados pela Auditoria Militar. Houve também um IPM da Polícia e outro da Marinha. A despeito de tudo isso, quando deixei Salvador, recebi uma lembrança na presença de toda a guarnição da Polícia em forma. São muito sensíveis as relações entre as Forças em casos como o CODI.

Aconteceram fatos graves, com certa freqüência, nas dependências do DOI. É possível que o comandante da unidade maior, digamos o comandante do Exército, não tivesse conhecimento?

As operações do DOI na busca de informações, depois no próprio confronto com os grupos da subversão, além da sua natureza policial, ou por isso, foram aceitando como "naturais", e até mesmo "indispensáveis", atividades ilegais, tais como: violação da correspondência; "grampeamento" de telefones; utilização de veículos roubados, não procurados pelos proprietários, cedidos pela Polícia; placas "frias"; e, afinal, prisões abusivas e obtenção de confissões por processos condenáveis, e até mesmo criminosos, em dependências de organizações militares.

Ora, por mais reprovável que fosse a conduta dos subversivos — no meu fraco entender —, nada justificaria os agentes da lei utilizarem-se de tais métodos. E o mais grave, protegidos e acobertados pela irresponsabilidade e pela impunidade. Reconheço que meus padrões são ultrapassados, mas, durante anos e anos, os nossos regulamentos disciplinares prescreviam como transgressão grave "maltratar preso sob sua guarda". Os métodos comunistas e nazistas haviam chocado o mundo.

Agora a sua indagação. O comandante só não sabe quando não faz questão. Ou sabe e consente, ou é surpreendido pelo fato consumado, então apura o responsável e pune o culpado. O comandante é o responsável por tudo que faz ou deixa de ser feito em sua organização. Não há escapatória.

Então, se há intenção de violar a lei para o êxito de uma operação, quanto menos pessoas se comprometerem com isso, melhor. Então começam: "Não vamos comprometer o comandante..." Talvez eu esteja exagerando em atribuir esta atitude a um falso escrúpulo, a uma falsa noção de lealdade — "Vamos poupar nosso comandante dessa responsabilidade, já que a coisa é ilegal." Ora, o comandante será sempre o responsável, sabendo ou não sabendo. Caso não saiba, é pior, pois foi, sem dúvida, traído por seus subordinados. A impunidade é uma coisa terrível. Depois torna-se um hábito, a consciência vai se embotando, não reage, os valores se deturpam. Pior, ainda, quando agravada por uma espécie de consenso — o mal necessário. Afinal, talvez julguem

correto. Virão mais tarde, talvez, os graves dramas de consciência. Muito tarde, porém...

Quanto ao comandante, ninguém daria uma ordem ilegal por escrito, assumindo integralmente a responsabilidade. Ninguém faria isso conscientemente. A conivência ou a omissão entre chefes e subordinados e a impunidade implicaram em graves prejuízos para a hierarquia e para a disciplina, todos nivelados pela ilegalidade das operações e pelo arbítrio. Paradoxalmente, um movimento revolucionário, desencadeado e levado às suas últimas conseqüências para preservar os princípios da hierarquia e da disciplina e os valores éticos ameaçados pelo comunismo e pela subversão, não conseguiu preservá-los suficientemente em sua própria dinâmica.

Como o senhor via o envolvimento e a participação dos jovens nos movimentos contra o governo e a sua atuação na clandestinidade?

É evidente que nâo posso pretender ensinar o padre-nosso ao vigário mas, em 1962, quando servia no EME, escrevi um pequeno artigo para a revista *A Defesa Nacional*, sob o título: "A Cabanagem — um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839)". Usei para epígrafe uma citação de Engels: "A insurreição é uma arte. Tal como a guerra ou outras artes, ela também se submete a certas regras que não podem ser negligenciadas." Sem dúvida, um considerável número de jovens da classe média, muitos ainda adolescentes, foi atraído para a clandestinidade, muito mais pela aventura e pelo risco do que por convicção ideológica. Havia também o conflito de gerações no âmbito familiar. Muito poucos jovens teriam formação política, mesmo inicial, e propósito manifesto para uma atividade marcada pela violência, o eventual sacrifício de inocentes, a convivência diária e marginal com o crime e com valores menores de conduta e comportamento.

Houve parentes de militares que foram presos e maltratados, e no entanto, pelos canais competentes, não se conseguia chegar até eles. O senhor teve algum parente envolvido na subversão?

É verdade, não se chegava, mesmo que houvesse empenho. Vamos

dizer, houve também, por seu turno, uma "subversão" disciplinar e hierárquica no processo revolucionário, aumentando em muito as reconhecidas limitações do poder. O poder é muito limitado. A ordem é dada por quem manda, é transmitida uma, duas vezes e, afinal, chega incompleta, distorcida, sem a força e a determinação iniciais. Os executantes não cumprem: vão protelando, até que seja esquecida, ou um fato novo passe a ocupar a atenção. Tornou-se um hábito, uma rotina, envolvendo não raro a própria autoridade do presidente da República.

Muitos dos nossos companheiros e amigos tiveram parentes envolvidos. Eu tive três primos, uma geração abaixo da minha, que participaram ativamente. Seus pais foram exemplares. Embora não concordassem com eles e vivendo aos sobressaltos, não deixaram de assisti-los na adversidade. Filhos de oficiais amigos meus também estiveram envolvidos bastante, um deles servindo no SNI. Eu nunca fui procurado, nem recebi pedidos deles.

No meu entender, o envolvimento e a participação dos jovens de classe média decorria de várias razões. Alguns, mais velhos, tinham formação ideológica e, nas universidades, doutrinavam e atraíam colegas mais jovens. Outros cresceram num ambiente familiar confortável, mas de crítica e contestação sistemática, sem ponderação, irresponsável, como atitude mais fácil. Talvez, descuidadamente, aprovassem atos de contestação e violência que não os atingiam diretamente. Ora, os jovens cresciam ouvindo isso, depois, participando das conversas. Entendiam, afinal, que era o caminho a seguir, o exemplo admirado, o desafio, a coragem. Junte-se a isso o natural espírito contestador da idade. Um terceiro grupo seria o dos ricos, entediados na ociosidade, ou então revoltados com as contestações entre o supérfluo e a insensibilidade dos seus pais e familiares, e a miséria das favelas e da população marginal nas grandes cidades e no campo.

Acredito que, além de outros, foram os principais fatores que estimularam bastante a participação dos jovens da classe média na subversão. Tenho muita pena deles, pelas desilusões que sofreram depois. "A insurreição é uma arte... certas regras não podem ser negligenciadas." O ensinamento de Engels, se conhecido, talvez não fosse levado a sério. Inúmeras eram as dissidências por motivos doutrinários, regionais, pessoais. Conflitavam as concepções quanto à "conduta da guerra". Guevara, Debray, Fidel Castro

estavam mais em moda. Se, de um lado, não havia uma adesão aos governos militares e à sua política — particularmente, após a decretação do AI-5 —, também não havia um clima favorável de apoio e estímulo, ou manifestações mais significativas em favor das ações extremistas que geravam insegurança e apreensão, inclusive nas famílias dos jovens que delas participavam.

E o episódio Lamarca, como o senhor viu? Como acha que foi interpretado e aceito pelos mais jovens?

Quando terminei o curso de comando e estado-maior, na ESG, em 1968 (interrompido no ano anterior por motivo de grave doença), fui nomeado comandante da Fronteira do Solimões, unidade recém-criada, com sede em Tabatinga, Amazonas. Fui voluntariamente seu primeiro comandante, e exerci aquele comando de fevereiro de 69 a junho de 71. Nosso isolamento era quase completo: ligação radiotelegráfica com Manaus e com as guarnições subordinadas na linha de fronteira, e um avião anfíbio da FAB quinzenalmente. Nada de rádio, jornais, e muito menos televisão — apenas jornais velhos trazidos pelos pilotos. Como não fui informado oficialmente do caso Lamarca pelo meu comandante, o general Rodrigo Otávio, comandante Militar da Amazônia, com sede em Manaus, somente tomei conhecimento tempos depois.

O capitão Lamarca era um oficial mediano, sem maiores qualificações profissionais, salvo a aptidão para o tiro em competições. Servira em Suez, no batalhão brasileiro à disposição da ONU, como dezenas de oficiais graduados e soldados que se revesaram anualmente, de 1956 a 66, aproximadamente. A oportunidade de servir em Suez era considerada um privilégio, inclusive economicamente, ganhando em dólares sem gastos obrigatórios. Confinado na área de segurança de responsabilidade do seu batalhão, e no cumprimento das missões de vigilância, salvo nas dispensas, não creio que Lamarca tenha visto pobreza maior do que aquela existente no interior do Nordeste do Brasil. Era de origem bem modesta, mas era de São Paulo. E a pobreza paulista não se compara à nordestina. Eu conheço as duas. Pelo que li a respeito, Lamarca não se destacava intelectualmente. Não era tampouco um ideólogo com formação, diferentemente dos jovens

intelectuais universitários, cujo convívio devia deixá-lo complexado até afirmar-se na liderança.

Como já disse, eu comandava uma unidade completamente isolada, pequena e dispersa em quatro pelotões ainda mais isolados, numa linha de fronteira de mil quilômetros, com a Colômbia e o Peru. Na época, não vivemos o problema. Todavia, acho que o soldado repele a ação furtiva, desleal. O comandante do capitão Lamarca era um excelente oficial, altamente competente, correto, muito querido por seus subordinados. É provável que o tenha estimulado a se dispor a dar instruções de tiro para os bancários, como vinha fazendo no quartel. A deslealdade, mais do que a deserção, é uma falha grave de caráter. E a liderança de Lamarca ficou restrita a um pequeno grupo dissidente sem maior expressão, pois não tinha desenvoltura política e conhecimento para se impor a companheiros mais jovens do que ele e até mesmo a alguns graduados que, como ele, desertaram. Não foi exemplar nem entre seus companheiros de luta. Ficou na mediocridade, destacado pelo confronto e por sua morte.

Quando o senhor estava em comando, como funcionava o fluxo de informações?

Quando eu estava na fronteira, ponto de trijunção e rio navegável para navios oceânicos cargueiros e um número considerável de embarcações de todos os tamanhos, além de um campo de aviação de terra, a minha capacidade para exercer qualquer controle em termos de segurança interna, ou seja, o acesso ao nosso território, era praticamente nula, salvo quando pediam auxílio pessoal ao próprio quartel. As águas do rio Solimões eram internacionais, e as embarcações não eram obrigadas a atracar em nosso "porto" — um barranco sofrendo permanente processo de erosão, apenas disponível para os "regatões" com mercadorias e passageiros, saindo ou entrando no Brasil. Os navios cargueiros atracavam em Letícia, pequena cidade colombiana, contígua à nossa margem e precariamente acessível por terra, sendo o normal o rio. Letícia era atendida por uma linha aérea semanal e outra da Força Aérea Colombiana, que transportava também passageiros. À nossa guarnição chegavam estudantes brasileiros e estrangeiros que perambulavam de mochila nas costas pelos países vizinhos no

estilo da época. Desnutridos, procuravam o quartel espontaneamente. Atendidos, além do banho, o corte do cabelo e da barba compulsório, sem objeção, eu mandava proceder a uma inspeção em suas mochilas e, não raro, encontravam-se exemplares "virgens" de *O capital*. Sugeria então deixá-los conosco, já que iriam viajar em aeronave militar para Manaus. Seria um "excesso de bagagem" desnecessário, além de perigoso para o seu portador.

Há 25 anos, eu era a única autoridade. Não havia polícia, alfândega, juiz, delegado ou o que fosse. Também não fui informado sobre os graves acontecimentos que ocorriam no Brasil e, em particular, nas Forças Armadas: a doença e o afastamento de Costa e Silva, as crises vividas pela Junta Militar, seqüestros de embaixadores, deserção de Lamarca e, afinal, a posse de Médici. Nada. Para ser sincero, a mulher de um tenente veterinário ouvia alguma notícia transmitida pela rádio Havana — em português —, com as interpretações, compreensivelmente, manipuladas e distorcidas. Com muita cautela, contava à minha mulher. É verdade, também, que o conhecimento das decisões tomadas naquela emergência pouco ou nada influiriam em nossa árdua missão na fronteira e na luta diária para a sobrevivência. Também a minha opinião seria irrelevante e, talvez, inoportuna. O general Ernesto Geisel era ministro do STM e estava hospitalizado.

Mas, em seguida, o senhor foi chefiar o gabinete do general Geisel na Petrobrás.

A Petrobrás, naquela época, possuia uma Divisão de Informações — a Divin, que não era como as DSIs, subordinadas ao SNI, e tampouco vinculada. Era subordinada ao chefe de gabinete do presidente da empresa. Seu principal trabalho era o de acompanhamento reservado das questões comerciais e das questões de outra natureza cuidadas pelo Serviço Jurídico da Petrobrás para o resguardo dos interesses da empresa, que muitas vezes via suas causas perdidas por falhas que podiam ser sanadas oportunamente. Também os acidentes ocorridos nas unidades — refinarias, terminais, navios etc. — eram informados ao presidente com presteza e oportunidade. Eu tinha, porém, o maior cuidado, informando antes ao diretor da área correspondente, para que este,

sim, levasse ao conhecimento do general Geisel. Não seria ele surpreendido e ultrapassado pelo próprio presidente.

No meu tempo, não tivemos problemas com a segurança interna ou a subversão. De certa feita, veio procurar-me um coronel do CIE, dizendo-se encarregado de acompanhar a Petrobrás. O ministro era o general Orlando Geisel. Evidentemente, uma ingenuidade do coronel — rotina. O general Ernesto entendeu-se com o ministro, e isso nunca mais aconteceu. Na área de informações, havia muita reserva em relação a profissionais de alto nível da Petrobrás. Achavam que o IPM levado a efeito pelo presidente de então, marechal Ademar de Queirós, havia sido muito, digamos, tolerante nas apurações. Seu encarregado foi o general Barros Nunes — o popular Cacau —, conhecido por todo o Exército, e que servira no governo do Carlos Lacerda com o general Siseno na Secretaria de Segurança da Guanabara. Por ocasião do seu afastamento do Ministério, Frota fez menção à longa lista de "comunistas" que encaminhara ao SNI, incluindo vários da Petrobrás, sem que o governo tomasse providências. Isso em 1977. Sabidamente, o pessoal e as atividades de informações eram olhados com suspeição. Na Petrobrás, através de palestras realizadas pelo chefe da Divin junto ao pessoal de cada unidade de operação — refinarias, terminais, etc —, fomos desfazendo aquela imagem de órgão de espionagem dos empregados. Levamos, afinal, a confiar nos serviços da Divin e, mesmo, a solicitar seu auxílio na recuperação de carros particulares furtados e outros pequenos problemas do quotidiano de interesse pessoal.

Anos mais tarde, quando o senhor estava na Região Militar, na Bahia, como funcionava o fluxo de informações?

A 6ª Região Militar era subordinada ao IV Exército, com sede em Recife. Após a minha passagem pelo Gabinete Militar, meu primeiro cuidado foi o de criar entre os meus oficiais um clima de adesão, uma nova mentalidade em face da abertura, explicando as conseqüências de cada decisão. Assim, também, a eventual necessidade de adoção das medidas criadas. Eram tenentes-coronéis, majores, capitães e alguns tenentes auxiliares no Quartel-General. Foi um trabalho didático de conscientização, informando, ouvindo, debatendo e questionando, com respeito mútuo.

Procurava a adesão, não apenas a obediência. Tínhamos um DOI modesto, chefiado por um major pára-quedista, que não compareceu às primeiras reuniões semanais. Indaguei ao chefe da 2ª Seção, a quem ele estava subordinado. Constrangido, alegou que o major andava disfarçado — calça *jeans*, camiseta, cabelo e barba grandes, "uniforme" de subversivo, parecia, infiltrado na universidade como aluno. Ora, a minha preleção, visava, em particular, o pessoal mais envolvido em ações de informações. Determinei que se apresentasse, devidamente uniformizado — sem barba e cabelo grande —, na reunião seguinte.

O CIE e o IV Exército, vez por outra, insistiam para que eu recebesse mais oficiais para o DOI. Não demonstrei maior interesse. Restituí à Secretaria de Segurança Pública do estado dois delegados e cerca de quinze policiais militares que se achavam à disposição da 2ª Seção e do DOI. Havia dois carros absolutamente irregulares — carros furtados, recuperados pela Polícia, não tendo sido procurados pelos proprietários — placas "frias" em quantidade, usadas até mesmo por carros particulares. Tudo isso foi relacionado e devolvido. Era uma atitude compatível com a abertura que, esperava-se, seria implantada pelo governo Figueiredo. Não sei se isso tudo voltou à situação anterior depois que deixei o comando, em abril de 1981.

Quanto à sua pergunta relativa ao fluxo de informações. Encontrei no meu Estado-Maior o meu oficial de informações — o E2 — ligando-se diretamente ao E2 do IV Exército, ou ao DOI, no Recife, e ao CIE, em Brasília, sem a participação do comandante da Região. Um canal paralelo, como se fosse um canal técnico da área logística, serviço de saúde, intendência, sem a participação daquele a quem cabe tomar a decisão — o comandante. A difusão da informação é também uma decisão da competência do comandante, cabendo a ele julgar de sua conveniência e oportunidade. O ato de informar acarreta inarredável parcela de responsabilidade quanto aos graus de confiabilidade e credibilidade. Era o meu argumento para o meu E2. Alegava ele, porém, que na EsNI ensinavam que o comandante era um "cliente privilegiado" do Sistema. Uma deformação, a exclusão do comandante, transformando-o em simples e talvez incômodo "usuário".

Apesar da lealdade do meu E2 — meu amigo até hoje — e sua progressiva adesão à abertura, creio que o juízo que de mim

faziam muitos da "comunidade" de informações não era dos mais lisonjeiros. Não o chefe da Agência do SNI em Salvador e seus oficiais, alguns saídos de meu Estado-Maior e com quem mantinha boa relações. Caso é que em certa ocasião, quase no término do meu comando, apareceu pichado no muro do Shopping Center Iguatemi o seguinte: "Arraes, Moraes Rego e Prestes são nossos amigos — PCBR" — seguido de um desenho da foice e martelo. O nome do comandante da Região Militar pichado, em lugar visível, entre os dois comunistas históricos. Naquela época ainda não estava em moda a pichação dita "artística" ou a de desafio. Meus oficiais, preocupados, achavam que teria sido alguém de fora. Argumentavam eles: "Não foram os comunistas, pois, caso fosse verdade, não teriam interesse em queimá-lo." Quem foi? Fiquei certo de que estava incomodando alguém. Tal procedimento não me atingia. Atingia, sim, o Exército.

O senhor não conseguiu apurar a autoria? E sua Seção de Informações?

Não me interessava, por isso, não encaminhei as fotografias para o escalão superior. Foi muito ostensivo para que eu não soubesse. O muro do *shopping*, por algum tempo, guardou a lembrança da indignidade. Não dos dois citados em minha companhia, mas daqueles que usaram esse processo insidioso e covarde. No momento em que me despedia do Exército, após mais de quarenta anos de trabalho e de dedicação, disse que, depois de servi-lo por longos anos, o fizera "sem o medo, que isola, sem a omissão que imobiliza e sem o ressentimento que inferioriza", como ensinava o velho chefe, general Castelo Branco. O Exército somos nós mesmos. Nós.

Ivan de Souza Mendes

■

Nasceu em 23 de fevereiro de 1922. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1943. No período do governo João Goulart, era tenente-coronel e servia no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Mato Grosso. Transferindo-se para o Rio de Janeiro no início de 1964, uniu-se então ao grupo castelista. Após o golpe militar, foi nomeado interventor na Prefeitura de Brasília, cargo que exerceu até maio, tendo servido em seguida no Gabinete Militar da Presidência da República, chefiado pelo general Ernesto Geisel, até ser nomeado, em julho, adido militar no Peru. Regressando ao Brasil em 1967, permaneceu no gabinete do ministro Lira Tavares durante todo o governo Costa e Silva e no gabinete do general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, ao longo do governo Médici. Em 1974 foi promovido a general-de-brigada, posto em que comandou a 8ª Região Militar, sediada em Belém, e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), integrando ainda o corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1979 foi promovido a general-de-divisão. Após exercer vários comandos e chefias, foi ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo de José Sarney. Passou para a reserva em 1986 na patente de general-de-exército.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em outubro e novembro de 1992.

■

Após três anos na função de adido militar no Peru, o senhor regressou ao Brasil em março de 1967, no início do governo Costa e Silva, integrando-se quase de imediato ao gabinete do ministro do Exército. Foi assim?

Nessa época, eu já havia sido nomeado pelo ex-ministro da Guerra, o general Ademar de Queirós, que era até amigo nosso de

família, para comandar um batalhão de Engenharia em Natal. Fiquei muito satisfeito, porque era um batalhão muito bom que lidava com construção de estrada, e eu queria ter essa experiência, porque sou oficial de Engenharia. Mas, quando cheguei ao Rio, ainda no aeroporto, um oficial me trouxe o recado que eu devia comparecer ao gabinete do ministro do Exército, general Lira Tavares. Fui então convidado para ficar no gabinete. E fiquei como oficial do gabinete do ministro todo o tempo do governo Costa e Silva, participando da Divisão de Planejamento — sobretudo planejamento administrativo do Exército. Já era coronel, promovido poucos meses antes.

No governo Costa e Silva, viveu-se um clima muito tenso. A impressão que se consolidou entre alguns militares é de que começava uma guerra no país.

Guerra é uma expressão um pouco retórica. O que havia era uma luta de poder. Havia uma luta de poder na qual as esquerdas estavam mais organizadas nessa ocasião. E todo esse período, que no fim chegou até à luta armada, foi desencadeado pelas esquerdas. Embora em favor delas se diga que estavam lutando contra uma revolução, contra um governo imposto por uma revolução, e não escolhido de forma democrática, foram as esquerdas quem iniciaram as ações bélicas e a luta armada. Primeiro, na guerrilha urbana, depois, na guerrilha rural. Esta é a verdade histórica.

O senhor considera, então, que havia maior organização da parte da esquerda do que do Exército nesse momento inicial?

Não, a esquerda estava com a iniciativa. Foi ela que tomou a iniciativa. O Exército estava cuidando dos seus afazeres profissionais. Aos poucos, porém, foi se adequando para essa ameaça que estava se formando contra ele. Porque o Exército se considera o responsável pela ordem. Em última instância, é o responsável pela ordem interna do país. Nós procuramos desenvolver essa doutrina de que uma das missões das Forças Armadas é a garantia da ordem interna — defesa externa e garantia das instituições e da ordem interna. E foi com base nessa visão de missão que o Exército e as Forças Armadas entraram na luta.

E sobre a decisão das Forças Armadas participarem diretamente da repressão? O senhor avalia que isto era necessário, era imprescindível?

Usou-se a palavra "decisão". Esta foi uma decisão quase que por via de conseqüência. Não houve algo nesse sentido: "Agora vamos entrar na guerra." Não foi assim. Surgiu a ameaça. Quem tinha estrutura mais ou menos para fazer face às ameaças eram as Forças Armadas. Então, aos poucos, elas foram tomando a frente.

Lembro-me que o primeiro lance mais espetacular desse processo foi o seqüestro do embaixador americano, que pegou as Forças Armadas de surpresa. Elas tinham um serviço de informações e tudo mais, porém não estavam esperando uma coisa dessas e assim tão de repente. Foi uma ação de guerrilha urbana clássica, não há dúvida.

Além dos seqüestros de embaixadores, lembro-me também do assassinato de um empresário da Ultragás em São Paulo. A teoria de guerrilha urbana estava em desdobramento. O Exército, conhecendo isso, se contrapôs. Mas houve uma coisa importante: o assassinato daquele adido militar americano. Pobre rapaz, coitado, assassinado friamente. Era a guerra. Para eles, era a guerra, e não havia contemplação.

O CIE não previa essa possibilidade?

Acho que não. O CIE é muito lenda. Em torno dos órgáos de informação cria-se uma lenda, uma auréola de coisas. Inclusive acerca do SNI. Fala-se de muita coisa que o SNI fez. Não fez nada.

A que se deveu, então, a criação do CIE?

Foi o seguinte: no Exército, o órgão central de informações era a 2ª seção do Estado-Maior do Exército, a chamada E2. Era ali que se centralizavam as informações: iam para o chefe do Estado-Maior, e deste, para o ministro. Mas o ministro tinha também a sua 2ª Divisão, a D2, como chamávamos, que recebia as informações do Estado-Maior e de outras fontes, fazia a análise, a

cristalização, e levava para o ministro. Com isso, as informações às vezes demoravam. Então, eles sentiram a necessidade de unificar essa parte de informações. Criaram um centro de informações operacional, e esse centro foi então subordinado ao ministro do Exército. Foi na administração Costa e Silva, ainda no tempo do ministro Lira Tavares, quando era chefe do gabinete do ministro o general Sílvio Frota. O então coronel Adyr Fiúza de Castro foi o primeiro chefe do Centro de Informações do Exército.

O CIE já nasceu como um órgão de informação e de operação?

Sim, porque existe o que se chama, na doutrina de informações, operações de informações. No Estado-Maior não há operações de informações, porque ele é sempre o órgão de decisão, de preparo da decisão. Mas o CIE era um órgão que fazia operações para a busca de informações. Tinha muito mais flexibilidade, e passou a ter prioridade até nos meios para poder agir.

Alguns militares resistiam à idéia do CIE e achavam que essas atribuições deveriam vir através do E2.

Isso está certo. Houve um período em que o CIE passou por cima, extravasou em caráter permanente. E isso não é bom. O CIE chegou a ter órgãos — não me lembro bem disso, já estava também em outras funções na 8ª Região Militar — dentro da Região agindo sem conhecimento da Região. Por isso a reação era grande e era justa. Depois, acabou.

Seriam esses mesmos órgãos que estariam atuando, por exemplo, dentro do DOI da Barão de Mesquita, no Rio?

Acho que não. Acho que eles tinham órgãos próprios. Sabe, a atuação normal dessa fase de guerra de combate foi através dos DOI-CODIs, que são órgãos eminentemente dos Exércitos. O CIE cooperava com eles. Mas foi numa certa época que o CIE quis ficar acima. Depois refluiu. Era tão chocante isso, que acabou refluindo.

No gabinete, o senhor era informado do que se passava?

Toda essa fase em que servi no gabinete do ministro, a minha parte era de planejamento administrativo, organizacional e financeiro. Eu não sabia de nada do que se passava no CIE. Não era comentado. Tudo era decisão do ministro com o chefe de gabinete, general Sílvio Frota, e com o coronel Fiúza, que sentava ao meu lado. Almoçávamos juntos todo dia, mas eu nada sabia. A gente vivia muito absorvido e não ficava sabendo dessas coisas. Lembro-me que vim a saber desse negócio de guerrilha do Araguaia lendo *O Estado de S. Paulo*, que uma vez publicou uma reportagem grande. Deve ter escapulido, pois naquele tempo havia censura à imprensa. Mas escapuliu, e eles contaram uma porção de coisas. Eu disse: "Puxa, Fiúza, que história é essa?" Aí, ele me deu uma explicação, com muito jeito...

O senhor estava no gabinete do ministro e soube da mesma forma que nós, lendo o jornal?

Pois é. De repente eu soube daquilo. Mas esse é um dos compartimentos. A informação tem que ser compartimentalizada mesmo. Não pode todo mundo saber. Então, foi assim. A coisa foi saindo aos pouquinhos.

E como eram as relações do CIE com o CISA, com o Cenimar, com o SNI? Como essas coisas se interligavam?

Teoricamente, o Exército cuidava das informações terrestres, a Aeronáutica, de informações na parte de aeroportos e coisas externas, e a Marinha, da parte de portos. Mas, com o tempo, foram também se interpenetrando e realizando muitas operações por conta própria. Assumiam, faziam e depois trocavam informações. Algumas, a gente nem sabe. Havia essa emulação. Sempre foi uma emulação, até certo ponto, natural nesses órgãos, mas nunca chegou a comprometer a união entre eles. Acho que todos sabiam que tinham de atender ao interesse maior.

Mas não havia algum tipo de competição ou ciúme entre as várias organizações?

Sempre há competição e ciúme entre órgãos de informação. Até se diz que é saudável, porque um emula o outro para buscar informações. Porque se um chefe ficar dependendo de um órgão só, acaba dominado por esse órgão, tal a força da informação, o poder da informação. Então, havia essa emulação, que é normal, não tem nada de mais.

O momento em que a participação das Forças Armadas se definiu mais claramente foi na virada de 1970 para 1971, quando se adotaram as Diretrizes Presidenciais para a Defesa Interna*?*

Bem, eram diretrizes, documentos do Conselho de Segurança Nacional, mas deram mais ou menos cristalização a um processo.

A adoção das Diretrizes *deveu-se ao fato de que a Polícia não estava conseguindo ganhar a guerra por não se encontrar devidamente equipada?*

Não foi bem assim. A Polícia é uma força estadual. Então, quem manda na Polícia é o governo do estado. Federal, só o Exército, porque a Polícia Federal tem atribuições bem definidas. Agora extrapola um pouquinho, amplia um pouco, mas sabe-se que suas ações estão definidas na lei que a criou. Não era para isso. Porque estava em jogo a defesa das instituições. Naturalmente, as Forças Armadas se sentiram obrigadas a participar, e as *Diretrizes* deram esse respaldo, vamos dizer, doutrinário e operacional para a sua atuação. Porque ao doutrinário segue-se o operacional.

O que as Forças Armadas fizeram, então, foi cumprir a missão de garantia da ordem interna, garantia das instituições republicanas. Tinham organização para isso, e tinham uma doutrina para se contrapor à outras doutrinas, sobretudo à doutrina maoísta. As linhas radicais brasileiras eram da linha de Mao — guerrilha rural, essas coisas. Então, as Forças Armadas agiram mais ou menos como reação a isso, e souberam adaptar-se às circunstâncias, demonstraram flexibilidade para tanto.

No comando da 8ª Região Militar, em 1974, o senhor teve uma atuação direta na guerrilha do Araguaia, não?

As operações naquela região estavam sendo conduzidas pelo CIE. As operações de informações, teoricamente, são operações para a busca de informações. Porém, no desenrolar dos acontecimentos, o CIE passou a ser o órgão que fazia face àquela ameaça da guerrilha na região. Então, a coordenação das operações e a responsabilidade delas foi do CIE.

Quando eu assumi, havia uma incompreensão na interpenetração do CIE com a Região Militar, e a minha preocupação inicial foi justamente a de acabar com esse mal-estar. Porque a Região achava que o CIE estava invadindo sua seara. E o CIE, dentro da orientação do ministro, estava conduzindo aquelas operações e esperava o apoio da Região para que pudesse desenvolvê-las, levá-las a bom termo. A minha preocupação foi essa. Era um problema de adaptação às circunstâncias. Procurei fazer com que a Região desse ao CIE o apoio que precisava, inclusive de meios, de pessoal e de informações. Então, acabei com o mal-estar que havia. Mas foi muito pouco tempo, porque a guerrilha acabou pouco depois.

Esse mal-estar era devido à existência de dois tipos de linhas de comando — um que é o tradicional, com base territorial, e outro, com base funcional de atividades?

Exatamente. E esse choque tem de ser harmonizado. Em um planejamento de operações, em logística, por exemplo, é muito comum isso. Vi casos e casos durante a Segunda Guerra Mundial. Os órgãos que se interpenetram têm de se harmonizar, e não brigar. No caso da guerrilha do Araguaia, a responsabilidade, a preponderância da ação operacional era do CIE, e a Região, no seu papel territorial, devia apoiar. O meu antecessor achou que havia problemas nisso — era o general José Ferraz da Rocha. Era uma figura ótima. Um homem muito bom, mas mal assessorado. A culpa foi menos dele do que do seu chefe de estado-maior.

Eu dei o encerramento à guerrilha rural. Fiz o rescaldo das coisas. As instalações que havia lá passaram para mim, foram

devolvidas aos órgãos — o DNER nos emprestou uma série de instalações.

Há quem diga que o senhor fez uma fogueira e acabou com todos os documentos da guerrilha, e que o seu pessoal quis até fazer um churrasco para comemorar a vitória.

Não fiz fogueira nenhuma. Se queimaram os documentos, queimaram normalmente. Evidentemente, quando eles foram se retirando, não iam deixar as coisas para trás. Deram destino ao que tinham que trazer, e o restante, provavelmente, devem ter incinerado. Mas não havia muitos documentos, porque eles não tinham condições de fazer arquivos, nada disso. Quanto ao churrasco, foi uma coisa natural que o meu pessoal quis fazer, mas eu não deixei: disse que não era coisa para se comemorar. Só isso.

Qual era a magnitude da guerrilha?

Não sei, é difícil dizer, mas não era muita gente, não. Talvez uns duzentos, se somarmos todos os que participaram. Porque uns iam embora, outros voltavam... O efetivo não era muito grande. O que eles procuraram fazer, e que se chamou na época, se não me engano, de "operação sucuri", foi, dentro da doutrina do Mao Tsé-tung, buscar o apoio das populações — eram populações que viviam perdidas pelo meio da selva. Então eles se infiltravam, ajudavam, faziam socorro médico, viviam entre aquelas pessoas e tudo mais, e as foram conquistando. Quando começaram as primeiras ações, a população daquela região estava com eles. E era essa população que lhes dava as informações: "Está chegando uma tropa, desembarcaram não sei quantos em tal lugar..." Eles organizaram a população para isso. Organizaram direitinho.

O lugar principal era o que chamávamos de "operação Xambioá" — uma localidadezinha nas margens do rio Araguaia. Ali por perto tinha São João, e Marabá, que era a principal área urbana daquela região, ficava um pouco mais distante. Mas o principal trabalho era em torno de Xambioá, embora houvesse outros lugares nessa região da selva.

Seria ingenuidade desses guerrilheiros pensar que iam fazer essas coisas e nunca seriam descobertos. Porque o Exército tem os

seus comandos militares, as suas seções de informações e, qualquer coisa suspeita que acontece, procura-se saber o que há. Então, era ingenuidade achar que um dia não iriam descobrir. Eu não acompanhei isso de perto, e as informações não eram de conhecimento público, o Exército não difundia. A gente não sabia se estava havendo guerrilha ou não, e muita coisa era boato. Só passei a tomar conhecimento quando fui para lá. Aí tive conhecimento do pormenor.

Que estratégia o Exército utilizou para combater a guerrilha?

O que aconteceu foi o seguinte. Houve a caracterização, dentro das teorias de Mao Tsé-tung da guerrilha popular, que se estava formando um movimento revolucionário para criar o que eles chamavam de "zona liberada" — a literatura de guerrilha tem muito isso. Seria uma parte do território em que só eles mandariam, quer dizer, o poder central não teria como interferir, porque eles não deixariam, tal o domínio que teriam da coisa. Para isso, escolheram aquela região do sul do Pará, a região do Araguaia. E quase conseguiram.

Quando o Exército percebeu, entrou em operações. E operações realmente de natureza militar. Então, foram mandadas algumas unidades do Planalto, não sei se do Rio também, do Nordeste e da Amazônia para localizar, para identificar. Foram fardados, de uniforme militar e tudo mais, e não arranjaram nada, não conseguiram identificar nada. Porque um dos velhos princípios do Mao Tsé-tung era: se o inimigo avança, nós recuamos; se o inimigo pára, nós paramos; se o inimigo recua, nós atacamos. Esse é um dos princípios. E foi o que aconteceu. O Exército começou a mandar tropa, e os subversivos achavam graça. Sumiam, desapareciam, não enfrentavam. Quando o Exército percebeu que estava jogando contra um adversário invisível, que fugia enquanto ele estava muito exposto, sentiu que tinha que mudar e passou a fazer a mesma guerra: sem farda, sem nada. Separou a população, usou a antiestratégia deles. Foi muito bem-feito. Acabaram anulando a resistência que havia.

Aliás, um dos princípios da guerrilha que é fundamental, como Mao Tsé-tung também dizia, é que o guerrilheiro, sem apoio da população, é um "peixe fora d'água". Então, a primeira coisa que

eles procuravam fazer, quando iniciavam um movimento guerrilheiro, era obter o apoio da população. Naquela região, a população é rarefeita, miserável, vivia perdida no meio da selva. Então, o que o Exército fez? Primeiro, deixou de usar farda e, segundo, tratou de isolar os guerrilheiros da população. Aí intensificou a busca de informações por meio de pessoas não fardadas, agentes militares ou civis, que eram jogados lá. E foram levantando, foram enfrentando, até acabar. Questão de paciência e firmeza. O grupo subversivo ficou sem a população para informar, ficou cego e foi mais fácil. Aos poucos, eles foram sendo apanhados um a um. Isso foi terminado no segundo semestre de 74.

Tendo comandado a 8ª Região Militar, o senhor acredita que é possível para alguém que estivesse exercendo o comando, seja de Região Militar, seja de um dos Exércitos, ignorar fatos que estivessem ocorrendo no território sob sua jurisdição militar? O caso do general Ednardo Dávila, por exemplo, seria um desses?

Há uma coisa a dizer em relação a isso. O princípio de liderança militar diz que o comandante é o responsável por tudo o que a sua tropa faz ou deixa de fazer. Na realidade, é isso mesmo. Quer dizer, eu não posso impedir que um subordinado meu faça uma coisa errada. Mas se quando ele faz e eu tomo conhecimento, eu ajo, puno, o demito, cumpro a minha parte e ele tem a sanção devida. Então, eu assumo a responsabilidade e tomo a providência devida. Agora, se uma pessoa, um militar faz uma coisa errada, se isto chega ao conhecimento do chefe e o chefe não toma a providência que lhe compete tomar, ele passa, então, a ser o responsável. E se o fato se repete, ele assume a responsabilidade por todos os excessos, por todas as coisas que aconteçam.

Quando comandei a 8ª Região Militar, eu tinha um DOI, e a minha orientação firme, repetida foi: "Não admito tortura, não admito violência com os presos." Não deixava. E como eu não deixava, eles não faziam. O problema é do chefe. O chefe é sempre o responsável por tudo o que a tropa faz ou deixa de fazer. É um axioma da liderança militar.

Por exemplo, no caso da guerrilha do Araguaia, aquela era uma área que estava afeta ao CIE, que tinha a responsabilidade pela condução das operações. A mim cabia dar o apoio territorial. Mas

tinha limites. Em São Paulo, a coisa foi diferente: a guerrilha urbana foi forte — embora tenha sido forte também aqui no Rio —, e a responsabilidade direta era do E2 do Exército e do comandante do Exército — do E2 com o seu órgão de operação, que era o DOI. Eram esses órgãos que tinham a responsabilidade pela condução.

Quanto ao general Ednardo, não sei direito, porque muitas coisas se passavam apenas dentro dos órgãos de informação. Sei que o general Frota, como chefe do gabinete do ministro no governo Costa e Silva, ao qual o CIE se reportava diretamente, era muito amigo do então coronel Fiúza de Castro e acompanhava muito de perto as coisas, não deixando haver excessos. Porque o CIE era um órgão do ministro, e o entendimento normal, diário, se fazia com o chefe do gabinete. Só quando era uma questão mais relevante se levava ao ministro. O Frota não deixava, não queria saber de tortura. Era um homem muito digno. Disso sou testemunha. Quando no comando do I Exército, ele fiscalizava pessoalmente, ia nas prisões para examinar quem estava preso, para verificar. Mas isso é uma questão de cada chefe.

Mas no DOI-CODI do I Exército, na rua Barão de Mesquita, aconteceram barbaridades. Ele não podia tomar providências?

O DOI-CODI é subordinado ao I Exército, mas eu acho que com o general Frota não acontecia isso, não. Pode ter acontecido antes. Com ele no comando, acredito que não. Porque justamente ele ia lá examinar as prisões. Sempre se soube disso.

O problema, então, é se entender como a tortura continuava existindo se tantos oficiais de alto nível diziam que a condenavam?

Espereaí. Nessas coisas, temos que procurar a verdade. E tem que ser uma coisa muito meticulosa. Eu não vou dizer, seria mentira e até ingenuidade, que nunca houve tortura. E não só aqui. A Argentina fez barbaridades. Os americanos ensinam, os ingleses são mestres em ensinar como se deve arrancar confissões sob pressão, sob tortura, de todas as formas. E a Inglaterra é o paradigma da democracia. Eles dão cursos para os amigos. Agora,

quando se quer pesquisar uma pessoa, é preciso verificar se, no tempo em que exerceu alguma função, houve tal ocorrência sob suas ordens. Porque foi um processo que levou anos. Pode ter havido tortura em outras épocas. Na época do general Frota, não. Eu sou testemunha, sempre soube que ele fiscalizava pessoalmente as prisões.

Uma das coisas que constam a seu respeito, general Ivan, é que o senhor não aceitou a versão de suicídio do Herzog.

Jornal quase sempre não fala o que a gente diz. Jornal é terrível! Eu sempre digo: "Até hoje tenho dúvida." Então, se eu tenho dúvida, pode-se dizer: "Não aceitou." Eu tenho dúvida, mas também não digo formalmente que o suicídio do Herzog é mentira, porque quem fez o inquérito naquela ocasião foi o general Cerqueira Lima, que é um homem muito digno. Ele concluiu que foi suicídio e, durante muito tempo, aceitei esta versão. Mas sempre com dúvida. E estou assim até hoje. Também não tive a preocupação nem o tempo de me aprofundar, não estou ligado a isso diretamente. É tão delicado, tão variado o ambiente e as pessoas que não tenho certeza. Porque é comum alguns presos, por desespero, tentarem o suicídio. Eu sei de vários casos de camarada que bate com a cabeça na parede. Houve um que bateu com a cabeça num prego. Isso é comum acontecer. Agora, no caso do Herzog, eu não sei. Não sei. Dizem que ele foi enforcado. Não tenho certeza. E não posso dar ferroada.

Se tivéssemos que apurar responsabilidades, o senhor não julga que, dentro da estrutura formal hierárquica do Exército se chegaria aos responsáveis?

Temos de reconhecer o seguinte: o chefe dá a ordem para fazer determinada coisa. O modo de fazer fica por conta do executante, do subordinado. Muitas vezes o subordinado não leva para o chefe o que ele fez, e o chefe só fica sabendo do resultado. Por aí muita coisa escapa. Depois, quando se quiser saber, não se vai achar o fio da meada.

Esses abusos, na maioria das vezes, foram abusos cometidos

pelos executantes. Um caso típico deve ter sido o do Riocentro.* Era rotina ir lá fazer uma operação. Se fossem dizer: "General Gentil, nós vamos jogar uma bombinha no Riocentro para assustar os estudantes!" — ele não ia deixar. Mas fizeram. Acho que o que eles queriam era dar um susto, perturbar aquele negócio. Foi uma besteira, não viram as conseqüências que poderia ter. Mas foi coisa do executante, acho eu. Nessa época eu estava em Brasília.

A esquerda tinha uma organização bastante ágil, e muitos militares acharam que a tortura era a única maneira de quebrar essa estrutura.

Isso é verdade. Eles tinham aquele esquema de que, se o contato não aparecesse em 24 horas, desmanchava-se tudo. Era parte de sua doutrina, e a gente conhecia, a gente sabia. Tínhamos que obter a informação o quanto antes.

Como o grosso da oficialidade se sentia a respeito da tortura? Como uma necessidade da guerra?

O grosso da oficialidade, como eu disse, não sabia. Na época em que as coisas se passavam, não sabia. Porque não havia imprensa, a imprensa não noticiava. Cada um estava cuidando do seu trabalho normalmente e não ficava sabendo de nada.

A censura foi crucial para isso, não?

Ah, foi fundamental.

---

* Em 1º de maio de 1981, durante *show* comemorativo do Dia do Trabalho, no Riocentro, Rio de Janeiro, um oficial ficou ferido e um sargento morreu na explosão acidental de uma bomba que transportavam no carro em que se encontravam. Ambos estavam lotados no DOI do I Exército. Foi amplamente divulgado pela imprensa que a missão dos dois militares era fazer um atentado contra o *show*. O inquérito oficial nada apurou.

João Paulo Moreira Burnier

■

Nasceu em 1919 no Rio de Janeiro. Formou-se pela Escola de Cadetes da Aeronáutica em 1942. No posto de tenente-coronel-aviador, chefiou, em 1959, a revolta de Aragarças contra o governo de Juscelino Kubitschek. Em 1964 era coronel e servia na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em 1967 fez curso de informações no Panamá e, no ano seguinte, servindo no gabinete do ministro Márcio de Sousa e Melo, foi um dos organizadores do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), órgão que chefiou até 1970. Assumiu em seguida o comando da III Zona Aérea, que exerceu até o final de 1971, quando foi designado para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica. Na ocasião, pediu transferência para a reserva no posto de brigadeiro.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Celso Castro em dezembro de 1993.

■

Qual a origem do seu interesse pela área de informações?

Em 1965, eu era comandante da Base Aérea de Santa Cruz e estava terminando o inquérito que fiz sobre a subversão dentro daquela base, o que nos trouxe informações a respeito das ramificações que havia dentro da Escola de Especialistas de Guaratinguetá, nas bases do Galeão, dos Afonsos, de Salvador, e de Brasília. Esse inquérito apresentou revelações importantíssimas para o conhecimento do que estava acontecendo e do que realmente havia acontecido no Brasil antes da Revolução de 64. Além de trazer essas informações, correspondeu a uma experiência significativa no trabalho de interrogatório e uma preparação muito

grande para vários oficiais. Na ocasião, utilizei quase todos os oficiais do Grupo de Caça, do Grupo de Aviação Embarcada e da própria Base Aérea de Santa Cruz como interrogadores de oficiais e sargentos que estavam comprometidos com a subversão, comandada naquela base pelo ex-comandante coronel Rui Barbosa Moreira Lima — aliás, um dos heróis do Grupo de Caça da Itália. Por incrível que pareça, este homem, perturbado talvez pelo seu grande ego, ou talvez por ideologia, desejava ascender mais rapidamente na carreira, aproveitando a situação de confusão do governo João Goulart. Mas, com a Revolução de 64 e com esse inquérito, ficaram comprovadas as suas atividades, até criminosas, na minha opinião, que quebravam praticamente tudo o que se falava a respeito de hierarquia e disciplina dentro da Força Aérea Brasileira.

Esse inquérito foi bom porque mostrou que havia ligações cada vez mais perigosas. Isso ocorreu no momento exato em que foi feita a Revolução. Por mais um pouco, teríamos perdido o controle, porque os sargentos, organizados em Guaratinguetá, tinham até um comando nacional, uma rede nacional de radioamadores interligando todo o Brasil. É preciso não esquecer que o brigadeiro Anísio Botelho, então ministro da Aeronáutica, permitia que os sargentos do Clube dos Sargentos e Suboficiais da Aeronáutica se deslocassem por todo o Brasil fazendo essas ligações. E a rede de rádio de Guaratinguetá dava o apoio de contato entre todos os grupos de sargentos da FAB em todas as bases aéreas, desde o Norte até o Sul do país.

Com o levantamento desses dados, fomos apurando, e chegamos a detectar que havia sargentos que eram membros do Partido Comunista, como ficou provado no inquérito feito por nós em Santa Cruz por declarações voluntárias. Um deles até começou a chorar violentamente, convulsivamente, dizendo: "Agora vocês podem me matar. Eu sou do Partido Comunista mesmo. Isso vai tomar conta do Brasil." "Ah, então era isso que vocês queriam fazer!?" E ficou comprovado que eles tinham uma rede e uma penetração muito grandes no meio das Forças Armadas, e isso estava degradando toda a hierarquia e a disciplina dentro da FAB. Na Marinha, o mesmo aconteceu, e o Exército também foi bastante infiltrado.

Por esse inquérito, apuramos ligações de oficiais e sargentos da

Base Aérea dos Afonsos, como as do coronel Paulo Malta, que era o líder dentro da base. O ministro Pinheiro Neto fazia conferências nas bases dos Afonsos, Santa Cruz e Galeão sobre reforma agrária para soldados, cabos, sargentos, oficiais, desde o coronel até o último tenente. Isto levava a uma confusão; não era democracia, era uma bagunça. Queriam realmente tumultuar a hierarquia e a disciplina dentro das Forças Armadas, dando asas para que houvesse discussões entre militares de diversos níveis, entre oficiais e sargentos, de uma maneira espantosa e escandalosamente perigosa. O ministro Pinheiro Neto fazia essas conferências a pedido dos oficiais, vamos dizer assim, tradicionalmente conhecidos como esquerdistas na Aeronáutica. Eram eles o brigadeiro Teixeira e os coronéis Paulo Malta, Fausto Gerpe e Ricardo Nicoll, todos elementos perigosos que trabalhavam dentro das Forças Armadas entre 61 e 64. Foram esses homens que levaram a essa confusão tremenda, à semelhança do que houve na Marinha em 1963 — aquela indisciplina dos marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos, que foi um desastre e uma prova cabal de como andava a infiltração na Marinha de Guerra.

Foi então que surgiu a possibilidade de fazer o curso de informações no Panamá?

Em 65, o ministro Eduardo Gomes me convidou para ser adido aeronáutico no Panamá. Inicialmente não aceitei, pois queria continuar na Base de Santa Cruz, uma das mais poderosas da FAB naquela época, onde havia os aviões *Gloster Meteor* — aviões de combate e de ataque ao solo. Agradeci ao brigadeiro Eduardo Gomes e disse que não aceitava. Ele perguntou: "Mas por quê, você está cansado?" Respondi: "Não estou cansado, não senhor." Ele insistiu: "Vai ser bom, você vai aproveitar, vai descansar a cabeça. Vai ser uma espécie de prêmio ao seu trabalho na Revolução." E eu: "Negativo, brigadeiro. Não desejo ser premiado. Desejo continuar na Força Aérea aguardando que esse Brasil fique limpo da subversão." O brigadeiro continuou insistindo, até que o general Muniz de Aragão, um dos líderes da Revolução no Rio de Janeiro, pernoitou em Santa Cruz e, no dia seguinte, convenceu-me a aceitar a posição. Seria uma forma de eu sair do Rio de Janeiro, onde eu sabia que o ministro Eduardo Gomes não queria que eu

continuasse. Porque havia também a seguinte situação: o brigadeiro Eduardo Gomes e todos os outros sabiam que eu era muito ligado ao deputado Carlos Lacerda por causa dos incidentes de 54 e 55. O governador Carlos Lacerda, que havia tentado ser candidato à presidência da República e não tinha conseguido, estava no governo da Guanabara, e o pessoal pensava que eu podia auxiliá-lo nas suas intenções. Era essa a idéia do brigadeiro Eduardo Gomes, não a minha. A minha era continuar no comando da Base Aérea de Santa Cruz. Mas, com o aconselhamento do general Muniz de Aragão, voltei ao ministro Eduardo Gomes e disse-lhe que aceitava.

Fui para o Panamá, mas não me desliguei dos companheiros. Continuávamos ligados por causa da Revolução de 64. Mantínhamos contato por cartas, telefonemas, sempre levantando a idéia de que a Aeronáutica precisava ter informações sobre o que o inimigo estava fazendo ou podia estar preparando para o futuro. Eu achava que deveria ser criado um serviço de informações. Em conversa com o ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo, propus o seguinte: eu faria um curso de informações no Panamá, um curso de oficial, e voltaria ao Brasil para criar o nosso serviço de informações. Na época, eu já estava me preparando, tinha estudado bastante os serviços de informações inglês e norte-americano, e com esse curso voltaria em condições de começar a implantação do serviço de informações na Aeronáutica à semelhança do que vinha ocorrendo, com excelentes resultados, na Marinha, com o Cenimar, e no Exército, com o CIE.

O curso que fiz no Panamá surgiu porque existia uma escola de inteligência (informações) militar em Fort Gullick, na cidade de Balboa. O Canal do Panamá tinha dois pontos: o lado do Atlântico e o lado do Pacífico. Fort Gullick ficava do lado do Atlântico, e eu estava no lado do Pacífico. Todo dia ia e voltava. Ao fim de seis meses, terminei o curso e regressei ao Brasil. Fizeram o curso nessa primeira turma mais três oficiais, e outros foram formados depois nessa mesma escola de Gullick.

No Brasil, na Escola Superior de Guerra, havia um curso de informações de alto nível, mas que não era um curso de operações, informações e contra-informações. Além desse, mais tarde, durante o governo Médici, foi criada dentro do SNI uma escola — a EsNI, Escola Nacional de Informações — que funcionou até o

governo Collor. Nessa escola, foram formados vários oficiais e sargentos das três Forças Armadas, e houve um grande incremento. Nesse meio tempo, tínhamos apenas os cursos preparados por nós depois que chegamos do Panamá. Com relação ao Exército e à Marinha, não tenho qualquer informação a respeito de onde fizeram cursos, mas tenho certeza de que havia também gente muito bem preparada.

Durante o curso em Fort Gullick, o senhor entrou em contato com oficiais de outros Exércitos latino-americanos? Qual era a tônica da luta contra o comunismo?

Quando fomos fazer o curso de informações em Gullick, encontramos oficiais de vários países sul-americanos: Argentina, Chile, Peru, Venezuela, México, praticamente todos os países da região. Todos sendo formados dentro da idéia geral de combater o comunismo. O próprio coronel do Chile que fazia o curso estava preocupado com a situação do seu país: "O dia que eu voltar ao Chile, vai ser um problema, porque o presidente Frei é um Kerenski. Vão me mandar servir na presidência da República, e vou querer combater esse homem. Vai ser um choque tremendo para mim." E foi o que aconteceu. Ele voltou ao Chile, depois do Frei veio o Allende, e houve a deposição do Allende, porque a infiltração era tremenda. E o Chile é um dos países sul-americanos que têm o mais alto nível educacional. Os índios araucanos, com a conquista espanhola, transformaram o Chile num país muito bem orientado, mas a infiltração foi fundamental dentro da classe pobre e da classe média. Então o Chile estava sofrendo violentamente a influência comunista. Na Argentina, a mesma coisa. Com a entrada do Perón, o peronismo, a ligação dos sindicatos com a política, houve a desmoralização quase completa da sociedade argentina. Foi então que começou o violento descalabro desse país. Na Colômbia também havia isso, embora fosse mais atingida com o narcotráfico. Na Venezuela, a infiltração era também muito grande, e havia muita corrupção. No Peru, a mesma coisa, principalmente entre a população indígena, que lá é muito grande. Todos estávamos sofrendo a mesma situação. Mas, no Brasil, era pior, era mais grave, porque a infiltração entre 61 e 64 foi tão violenta que, por pouco, este nosso país não caía nas mãos da área socialista.

É isso o que eu não perdôo a esses jornalistas, a esses políticos que vivem atacando a Revolução de 64. Não é possível que esses homens, hoje com a idade de cinqüenta, sessenta anos, não se recordem, não tenham a coragem de reconhecer o que se passava em 62, 63. Muita gente moça não sabe o que se passou porque não era nascida na época, ou não tinha ainda capacidade de trabalho, e também porque a memória do brasileiro vai se esvaindo por causa da tendência da nossa mídia em desmoralizar tudo o que aconteceu depois de 64. As escolas de jornalismo foram criadas por professores e pessoas de esquerda que dominaram totalmente o corpo docente, formando a enorme chusma do jornalismo que atualmente está executando um programa de apoio à área socialista. É um absurdo que uma utopia como o comunismo internacional tenha capacidade de viver até hoje. Não podemos entender como é possível que não se compreenda a falsidade que existe nessas teorias.

Pois bem. Foram essas escolas de formação de jornalistas que prepararam os jornalistas de agora. Naquela época, não tínhamos o jornalista comunista, mas já havia uma infiltração muito grande, e esses homens todos começaram a trabalhar no sentido de desmoralizar as nossas preocupações. O Kominform russo mandava verbas enormes para o Brasil, para o Partido Comunista, para pagar cursos etc. Lembro muito bem que havia na Bahia um cabo do Correio Aéreo Nacional, no Campo de Aviação, que era o encarregado do correio, e esse homem era o chefe comunista naquela área, era quem dava os cursos. Vinham cabos, sargentos e oficiais de fora para esses cursos, que eram ininterruptos, e em cujos currículos havia assuntos de relacionamento, política e estratégia internacional. Com que finalidade isso? Só podia ser coisa subversiva. Porque não tinha outra desculpa, outra excusa. Isso acontecia não só na Bahia. Também no Rio de Janeiro havia cursos continuados de três, quatro meses para a preparação dessa gente. E o Brasil inteiro não sabe disso.

No governo Castelo Branco, depois dos inquéritos terminados, nada foi apurado até o fim: todos caíram em prescrição judiciária, isto é, passaram-se os prazos e não foram a julgamento. O general Castelo Branco queria fazer uma revolução democrática, uma revolução administrativa. Não é possível fazer revolução desse jeito. Numa revolução é preciso agir, fazer, executar e providen-

ciar coisas para o futuro. E não foi feito nada disso. Os inquéritos que ele mandou abrir, e aqueles que o Comando Revolucionário autorizou, não foram levados à Justiça. O inquérito de Santa Cruz, por exemplo, tem centenas de páginas, pilhas de documentos, provas cabais, confissões completas, e ninguém foi punido. A Justiça paralisava tudo isso.

No Judiciário Militar, havia dois juízes das Auditorias Militares da Aeronáutica que eram irmãos e muito ligados ao Eduardo Gomes. Esses homens eram totalmente ligados à parte esquerdista. O próprio grande advogado, esse Sobral Pinto, que é um católico apostólico romano, defendia os comunistas de uma maneira terrível, esquecendo-se de que o mal que esses homens estavam fazendo não merecia a defesa de um homem justo e correto como ele. Por outro lado, nós tínhamos Justo Mendes de Morais, um grande advogado que atuava contra esses homens. Mas esse advogado, esse grande jurista, o Sobral Pinto, insistia em defender os comunistas. Eram criminosos! Estavam preparando a destruição da sociedade brasileira! E mesmo assim ele os defendia. Nós não nos conformávamos com isso.

Tudo o que estou falando é para mostrar que a situação era muito séria. Foi impressionante o perigo que o país correu. Não admito, portanto, que esses homens, jornalistas e políticos, possam hoje atacar a Revolução, que foi realmente a única coisa que se pôde fazer para evitar a queda do Brasil nas mãos dos bolchevistas. Mas não tenham dúvida a respeito. Podem procurar toda a documentação que existe, os pronunciamentos de todos os generais, de todos os civis, de todos os governadores da época, mesmo daqueles que inicialmente foram contra a Revolução: todos concordaram que se devia fazer alguma coisa, que tinha que haver um basta naquela infiltração.

E mais do que isso. Quando os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná e Ceará se reuniram no Rio de Janeiro para fazer a escolha do futuro presidente, logo depois da Revolução, lá pelo dia 5 de abril, todos eles acharam que era preciso fazer algum tipo de legislação para autorizar o futuro presidente a executar medidas saneadoras. Porque, com a Constituição de 46, seria impossível governar o país. Era muito liberal. Então, era necessário um ato que desse ao presidente que fosse eleito o direito de modificar as coisas e fazer

a cassação, a eliminação, a retirada de determinados políticos, de determinados civis da administração brasileira, bem como o afastamento de militares das três Forças Armadas que, comprovadamente, tivessem ligações com o Partido Comunista ou com a área esquerdista. E isso foi feito logo após a Revolução, antes mesmo da posse do presidente Castelo, quando houve o Ato Institucional nº 1 — o AI-1 — no dia 9 de abril de 1964.

As minhas ligações com os colegas de curso em Gullick foram muito boas, e o curso foi muito bem dado. Não havia nenhuma idéia de engrandecer os Estados Unidos. O objetivo era realmente combater as idéias marxistas. Estávamos em plena guerra fria e estudávamos o que era o comunismo, o que era o socialismo. Socialismo não é assistência social como hoje em dia se pensa. Socialismo é uma doutrina econômica dura, que só pode ser implantada num regime ditatorial. Porque ninguém aceita trabalhar para os outros sem ter, pelo menos, a recompensa da sua parte no trabalho. E é isso o que o capitalismo, não o capitalismo "selvagem", mas o capitalismo liberal, permite.

O curso foi muito bom, tanto na parte prática como na parte teórica. A parte teórica foi muito bem desenvolvida por professores americanos, espanhóis e de vários outros países, e a parte prática foi muito bem-feita também, com exercícios em todas as áreas. Foi um curso de seis meses que me preparou para criar, no Rio de Janeiro, o serviço de informações da Aeronáutica.

Em 1968, ao retornar do Panamá, o senhor foi designado para servir junto ao ministro Márcio de Sousa e Melo, de quem se tornou chefe de gabinete. O serviço de informações foi criado de imediato?

Cheguei do Panamá em janeiro de 1968 e, ao chegar, fui indicado, por ordem do ministro, para ser oficial-de-gabinete do seu Ministério. Foi determinado a mim, por decreto, que assumisse a chefia da Seção A1 (GM-1), encarregada de pessoal — não entrei direto para a 2ª Seção. Aí permaneci de janeiro a 16 de abril de 1968, quando o brigadeiro Sousa e Silva, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, ficou doente. Com isso, o ministro determinou, em portaria, que eu assumisse interinamente a chefia do gabinete, onde fiquei até o dia 29 de abril — apenas treze dias —, passando

a função novamente ao brigadeiro Sousa e Silva, que voltava de sua licença médica.

Nessa ocasião, fui promovido a brigadeiro-do-ar, e é interessante notar que eu era o número 21 na escala hierárquica dos coronéis e o número 13 na lista de promoções. O presidente Costa e Silva me promoveu a brigadeiro, e com esta promoção eu passei a frente de cerca de treze coronéis da Aeronáutica. Aparentemente, tal ato teria sido em benefício da minha carreira militar. Quando da apresentação dos brigadeiros ao general Costa e Silva — porque é normal toda vez que acontece uma promoção de um oficial-general que ele vá à presença do presidente agradecer —, eu me dirigi a ele e disse: "General, agradeço a promoção. Em todo caso, o senhor não sabe o mal que fez à minha carreira e a mim. Passei a frente de vários companheiros, e isso, seguramente, vai me prejudicar, vai criar uma maledicência muito grande." E ele afirmou: "Não se preocupe, brigadeiro, eu tenho confiança no que fiz."

Mas, realmente, esta promoção veio prejudicar a minha carreira no futuro, porque os homens, vaidosos e sempre orgulhosos de suas carreiras, não perdoam terem sido "caroneados" — este é um termo que se diz na gíria militar. Na promoção, eu estava em evidência, mas não tive qualquer interferência. Não foi por minha culpa, nem por minha vontade, nem a meu pedido. Foi decisão do presidente da República, que é a única pessoa capaz de promover um oficial de qualquer Força, de acordo com a Constituição. E este ato provocou mais tarde o meu afastamento prematuro da Força Aérea, por vingança, em nome da suposta legalidade.

Bom, de qualquer maneira, fui promovido a brigadeiro, e fiquei adido ao gabinete aguardando funções. Aí o ministro da Aeronáutica me nomeou para chefiar a 2ª Seção do gabinete do ministro, a de Informações, que faz a coleta das informações dos oficiais para o ministro. Permaneci nessa função até o dia 24 de julho, quando foi criado, por decreto, o N-SISA — Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica. Fui nomeado no dia seguinte para chefiá-lo.

Para se ter uma idéia do ridículo que era a 2ª Seção, ela contava apenas com um auxiliar, que era o telefonista, um tenente e o coronel Maciel, que era o antigo chefe. Esta era a 2ª Seção que, há anos e anos, vinha funcionando desta maneira. Pois bem, assumi, preparei toda a documentação, tudo à semelhança do CIE e do

Cenimar. O N-SISA foi criado, foi desenvolvido, e se transformou realmente numa seção importantíssima, a cabeça do serviço de informações da Aeronáutica. Foram criadas seções de operações, seções de arquivos, enfim, fez-se uma organização completa. Começamos a atuar e, posteriormente, tivemos uma atuação bastante eficaz e completa no combate à subversão.

Como o senhor resolveu a questão de pessoal?

Quando fiz o curso de informações no Panamá, havia um compromisso do ministro da Aeronáutica comigo de que, na ocasião própria, seria desenvolvido o serviço. O pessoal necessário seria recrutado e treinado, preenchendo os quadros a serem criados. Foi feita uma tabela de pessoal, e esse pessoal ia se especializando no Panamá, no Brasil, na Escola Superior de Guerra, e também nos cursos que nós criamos. Os oficiais que fizeram o curso comigo no Panamá foram designados instrutores e se transformaram em professores dos cursos que iam sendo dados. O N-SISA foi tomando vulto e crescendo, tanto em pessoal, quanto na prática e nos conhecimentos. E havia uma coisa: cada um que era selecionado passava por uma verificação. Qualquer pessoa que trabalha com informações é estudada do ponto de vista familiar, de vida, tudo. Faz-se uma espécie de "perguntório" em torno de seus amigos pessoais, e assim obtém-se uma informação muito grande a respeito do oficial. Por isso, dificilmente no serviço de informações aparece um desonesto, um canalha, vamos dizer assim, porque todos são investigados em todos os seus aspectos, familiares e de amizades. Nos quadros do CISA, tivemos a eliminação de dois homens: um era um sargento, e havia se apropriado indebitamente de roupas de um subversivo durante uma batida que houve em um "aparelho". E o outro caso que acabou também tendo desfecho completo foi o de um tenente-coronel-aviador pego em flagrante tentando conquistar uma guerrilheira. Ele resolveu procurar contato com essa prisioneira, uma terrorista subversiva, esposa de um outro subversivo, e que aliás era filha de um brigadeiro-médico da Aeronáutica. Tentou conquistá-la, cortejando-a, e foi pego em flagrante passando informações a esta moça de como ela seria interrogada no dia seguinte pelo serviço. Nós fizemos a escuta, pegamos a conversa e demos o flagrante. Em face da prova apre-

sentada, ele não pôde negar, acabou confessando sua má atitude, foi punido disciplinarmente e excluído do serviço de informações. A conduta militar dele era irrepreensível, mas a parte sexual deve ter falado mais alto. Com isso, destruiu sua carreira. Foi para a reserva um ou dois anos depois, voluntariamente. Acho que não houve nenhum outro caso dentro do CISA que pudéssemos acusar como falha do nosso pessoal.

E a montagem do serviço em termos de aparelhamento?

Posteriormente, recebi autorização e verbas especiais para comprar equipamentos. Encomendei, autorizado pelo ministro da Aeronáutica, através do adido naval brasileiro em Tóquio, equipamentos de última geração. Recebemos máquinas fotográficas maravilhosas, aparelhos de escuta, aparelhos de visão com aquelas superlentes de um metro de tamanho, gravadores de todo tipo. Mais do que isso, compramos na Alemanha uma central misturadora de vozes para telefone. E, à semelhança do que havia na central telefônica do Ministério do Exército, no Rio, criamos também uma "linha vermelha", isto é, uma estação de comunicações que passou a falar com o Brasil inteiro. Todos os altos comandos e grandes unidades passaram a ser interligados diretamente ao ministro da Aeronáutica. O misturador trazia mais de um bilhão de combinações. Assim, a combinação mudava de tempos em tempos, e era quase impossível decifrar qualquer comunicação telefônica boca-a-boca. Era um sistema muito elogiado na época.

Houve um fato interessante algum tempo depois, quando eu estava no comando da III Zona Aérea, viajando de férias para o Paraguai com a minha senhora: fui abordado pela Polícia Rodoviária Federal numa tentativa de achaque. Guardas rodoviários, no quilômetro 250, entre São Paulo e Curitiba, tentaram me achacar. A essa altura, já havia mais de cinqüenta automóveis parados na fila antes de mim. Quando chegou a minha vez, quiseram fazer esta palhaçada comigo e, lá pelas tantas, dei-lhes voz de prisão. Eles acharam graça. Fui ao meu automóvel e chamei Brasília. Brasília comunicou-se com Curitiba, Curitiba mandou um avião sobrevoar a área, o avião avisou que uma viatura estava a caminho, a viatura chegou, e prendemos os dois guardas, que mais tarde foram expulsos da Polícia Rodoviária

Federal. O serviço funcionava dia e noite. Era maravilhoso, uma beleza! Era a "rede vermelha" do comando da FAB. No final de 69, já estava em pleno funcionamento, bem ampliado, já tinha suas raízes misturadas em todas as áreas, em todas as unidades da FAB, e estava equipado com pessoas escolhidas e selecionadas por nós. Trabalhou muito bem durante anos, e até hoje funciona.

E na repressão aos grupos de esquerda, como funcionava?

Outra coisa formidável que eu fiz, a partir da organização e da implantação desse serviço, foi, posteriormente, o combate à subversão. Sem contar vantagem, o serviço trabalhou muito bem quando da revolta do capitão Lamarca no regimento de São Paulo, e quando da sua localização e captura, na área de Iguape. Foi uma caçada quase militar: ele conseguiu fugir, furar o cerco e ir para a Bahia. E foi o nosso serviço de informações, com a aparelhagem comprada, que rastreou sua trajetória. Foi através dessa informação que o Exército mandou para a região outros oficiais, que o perseguiram e o mataram. Posteriormente, utilizamos muito esses nossos serviços de comunicações para ajudar o Exército na guerrilha do Araguaia, embora o Exército tivesse muito boas condições de trabalho.

Em que momento e de que forma se chegou à conclusão de que a Polícia não seria suficientemente competente para enfrentar a subversão?

Desde 1964, com a vitória da Revolução, os chefes militares tinham absoluta certeza da incapacidade das Polícias Militar, Civil e Federal em controlar a penetração marxista dentro dos órgãos de comunicação e de administração pública, e, em especial, dentro das próprias Forças Armadas. Incapacidade de detectar essas lideranças e impedir a progressão da escalada vertiginosa que estava se desencadeando no Brasil, principalmente pela situação do presidente João Goulart e dos seus auxiliares, inclusive alguns ministros.

Em função disso, com a vitória da Revolução de 64, começamos a procurar o controle da situação. Porque em toda revolução, em toda guerra, com a vitória das forças militares de um país sobre o

outro — no caso do Brasil, sobre o pessoal da subversão —, começa a crescer o controle das forças militares sobre a área civil.

Quando chegou 1968, com o incremento dos distúrbios de rua já numa reação clara contra o governo militar do general Costa e Silva, houve o pedido de ajuda do governador da Guanabara, dr. Negrão de Lima, observando que sua Polícia Militar era muito incipiente, não havia formação de quadros, principalmente porque, com a mudança da capital, tinha havido uma fuga da Polícia Militar do Rio de Janeiro para Brasília, e o novo pessoal de que dispunha não tinha experiência suficiente para fazer policiamento externo ofensivo. A Polícia Civil estava também bastante reduzida, e o seu pessoal não era preparado — não havia a preparação conveniente, tanto militar quanto psicológica e intelectual, dos seus membros para fazer esse tipo de combate. Em relação a ladrões, em casos de assassinatos, talvez estivessem preparados, mas não na parte política. Os próprios delegados não estavam preparados, e além disso, todos estavam comprometidos, por um lado ou por outro, pelas nomeações em suas delegacias. Esses homens eram muito dependentes da política partidária.

Então, depois que as forças militares já tinham se infiltrado nessa área, a pedido do governador Negrão de Lima, o presidente Costa e Silva determinou em uma portaria de segurança interna que os quatro Exércitos e o Comando da Amazônia fossem responsáveis pela segurança interna das áreas sob sua jurisdição. Por exemplo, o I Exército seria soberano na segurança interna da Guanabara, estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O II Exército ficaria responsável pelas áreas de São Paulo e Mato Grosso, e assim por diante.

Em função disso, e com o pedido do governador Negrão de Lima, o I Exército determinou que fosse feito um trabalho para estancar aquele crescimento inopinado de agitação feito por estudantes e ativistas de esquerda no Rio de Janeiro. O Exército assumiu o controle da situação, com a cooperação do Ministério da Aeronáutica e das outras Forças regionais. Por exemplo, todas as unidades que estivessem jurisdicionadas à III Zona Aérea davam cooperação às forças do Exército. Na Marinha, a mesma coisa. Foram delimitadas, no Rio de Janeiro, as áreas que ficariam sob a segurança da Marinha e da Aeronáutica, e o Exército ficou com o

restante. Mas, mesmo assim, as unidades iam de um lado a outro para poder cooperar e fazer atividades específicas.

A influência das Forças Armadas na segurança interna iniciou-se mais fortemente em 64, mas, em especial, a partir de 68, com as repercussões das tentativas de combate ao regime militar. A subversão começou, na realidade, com o atentado terrorista no aeroporto de Guararapes. Eu gostaria de citar os nomes dos dois primeiros mártires da ação terrorista no Brasil: o jornalista Edson Régis e o almirante Nélson Dias Fernandes. É importante dizer isso, porque eram pessoas que não tinham influência nenhuma e foram vítimas desse atentado. Esses fatos levaram as Forças Armadas a criar grupos e unidades específicas para combater a subversão. Criou-se, então, o DOI-CODI e a Operação Bandeirantes, em São Paulo, para combater o pessoal subversivo e terrorista. As Polícias não tinham, realmente, condições de fazer isso.

Houve necessidade de uma "reciclagem" das Forças Armadas para o combate à esquerda revolucionária?

Isto foi realmente necessário porque, apesar da ineficiência e incapacidade das forças policiais civis e militares para enfrentar esse novo tipo de ação que estava surgindo, as próprias forças militares não tinham qualquer preparo. Os terroristas começaram a usar uma articulação que vinha do Partido Comunista. O MR-8 e todos esses movimentos armados contra o regime militar partiram de uma base central que era o Partido Comunista. Porque a organização do Partido Comunista, toda ela subterrânea, escondida, como se fosse uma máfia, ensinou aos seus adeptos técnicas especiais de guerrilha urbana e rural. Até apareceram aquelas cartilhas de Mao Tsé-tung, de Cuba, e houve infiltrações no Brasil. Tanto que, logo no governo Castelo Branco, por causa dessa infiltração, o Brasil cortou relações com Cuba. Havia agentes cubanos no Brasil, e até agentes chineses, que foram presos. Eles preparavam e matavam o pessoal com injeção especial. Isso é verdade, e foi noticiado pelos jornais, rádio e televisão.

As forças militares, que estavam assumindo o comando das operações, tiveram que cumprir suas tarefas porque, embora não estivessem preparadas para isso, as Polícias não tinham condições de tomar a iniciativa. Não era questão de roubo, de assassi-

nato, de vingança. Era uma coisa nova que estava surgindo. Os subversivos tinham se organizado subterraneamente, clandestinamente, de uma maneira violenta. Tinham recebido armamentos de fora muito mais pesados que os da Polícia. Então, as Forças Armadas foram obrigadas a preparar o seu pessoal. Os próprios serviços de informações — o Cenimar, o CIE e o CISA — foram começando a adquirir armas especiais para combater esse pessoal de igual para igual, pelo menos.

Por exemplo, os subversivos usavam a escopeta, uma carabina 12, serrada pela metade do cano. Em vez da carabina fazer o foco de balins de chumbo numa distância de trinta metros atingindo uma área de um metro de raio, o disparo espalhava balins numa distância e num diâmetro de cinco a seis metros. Eram armas completamente diferentes: metralhadoras israelenses de cadência rápida, armas como essas da OTAN... Todas essas armas começaram a surgir nas mãos desses subversivos. Em vez da famosa pistola 45 de sete tiros, eles usavam a de 9 milímetros com quatorze tiros. Como se ia invadir um "aparelho" de subversivos, que dispunham de um tipo de armamento tão sofisticado? — "aparelho" era um apartamento onde os subversivos se reuniam para confabular novos assaltos e planejar os raptos de embaixadores.

Então, para poder combater essa gente, para fazer a infiltração, nossos homens tinham que ser preparados e equipados. Essa preparação foi lenta e muito difícil para nós. O Exército fez o preparo para combater as guerrilhas rural e urbana, e nós começamos a criar uma espécie de SWAT — os tais pelotões em que eram selecionados homens robustos, fortes, inteligentes, que pudessem agir na retaguarda do inimigo, individualmente, como se fossem sabotadores. Na época da subversão, nessa época pesada, fomos obrigados a preparar pessoas especificamente para esse fim.

Além disso, dentro dos serviços de informações, foram criados grupos para analisar as táticas que eles usavam e as contratáticas que devíamos usar para nos infiltrarmos e descobrirmos suas ações. Essa luta começou com mais incremento em 68, e foi até 1974, quando o governo Geisel começou a fazer a distensão.

Quais eram as suas funções no CISA?

As minhas funções eram, em primeiro lugar, de chefia, organiza-

ção, e autorização de execução das missões. Quando eu tomava conhecimento, a operação já estava em curso. O inimigo não espera, e nós também não podemos esperar. A decisão do chefe é tomar a iniciativa de fazer uma pesquisa ou uma busca. Tem que tomar as providências. Nosso telefone vivia permanentemente ligado e, em qualquer lugar que estivéssemos, usávamos *bip*, rádio, o tempo todo. Os serviços desse país eram muito bons, e nós tínhamos, diretamente, todas as informações que chegavam de todos os lados.

A quem o CISA prestava obediência e qual era o seu cliente preferencial?

A resposta é mais ou menos óbvia. O CISA era o serviço de informações e segurança do ministro da Aeronáutica, para atender o seu cliente preferencial, que era o próprio ministro. Assim também o CIE fora criado dentro do gabinete do ministro do Exército para atender o seu cliente preferencial, que era o próprio ministro. Já o Cenimar era um órgão mais antigo, e sua organização ficava fora do gabinete, mas dirigia-se diretamente ao ministro da Marinha e ao Estado-Maior da Armada. De uma maneira ou de outra, todos esses órgãos trabalhavam para os respectivos ministros, porque nenhum chefe militar pode prescindir de informações.

A chefia do CISA dava informações diretamente ao ministro da Aeronáutica, a pedido, ou levando ao seu conhecimento resumos diários e imediatos do que era importante. E embora estivesse situado no gabinete do ministro, o CISA tinha ligações com todas as 2ªs Seções de todas as unidades da Aeronáutica. As informações que lá chegavam eram disseminadas pelos órgãos e unidades interessados, e levadas ao conhecimento dos seus comandantes. Do mesmo modo, todos os órgãos subordinados ao CISA dentro das unidades atendiam seus respectivos comandantes, dando ciência ao CISA. Era uma espécie de cadeia de comando para baixo, à semelhança da hierarquia militar.

Como eram as relações entre os serviços secretos das diversas Forças? Havia superposição de funções?

Esses serviços eram muito bem relacionados, muito bem monta-

dos, com ligações diretas entre o CISA, o CIE, o Cenimar, o DOI-CODI, as chefias de controle de operações constituídas em várias áreas, a Operação Bandeirantes e o SNI. Os contatos eram muito estreitos, e havia uma confiança total entre nós. Auxiliamos muito o Exército, a Marinha, e as operações sempre transcorreram muito bem. Nunca houve uma superposição real. Houve, sim, uma cooperação muito grande entre todos os serviços, e nenhum deles querendo ser superior ao outro. Ainda que a Marinha não estivesse igualmente aparelhada quanto aos meios de comunicações, ela também cooperou fundamentalmente conosco. E o Exército, apesar de ter cometido alguns excessos querendo suplantar alguma operação iniciada por nós ou pela Marinha, voltava atrás, reconhecia, e passava a cooperar 100%. Porque havia uma coisa fundamental: uma absoluta confiança entre os chefes dos serviços — eu, o Coelho Netto, o general Fiúza de Castro e outros.

Em termos operacionais, o relacionamento do CISA com todos os outros órgãos de informação externos ao Ministério da Aeronáutica era feito através da Seção de Operações, em contatos diretos. Mas não só na cabeça do CISA. No Rio de Janeiro, a Aeronáutica tinha a III Zona Aérea, as bases do Galeão, dos Afonsos, de Santa Cruz, o Depósito Central de Intendência, a Diretoria de Rotas Aéreas, a Diretoria de Aeronáutica Civil, e o CISA se dirigia a todos os chefes das 2as Seções desses grandes comandos. Por sua vez, eles se entendiam com as diversas seções das unidades subordinadas. Na base do Galeão, havia três grupos de aviação que se ligavam diretamente comigo.

Em informações não existe a preocupação de seguir uma linha direta de comando. Não existe a direção de comando. Porque o órgão de informações não comanda nada: apenas dá informações ao seu comandante e determina a ação. Dentro do Ministério da Aeronáutica, eu me comunicava com o ministro, e ele autorizava a operação. Se, dentro da III Zona Aérea, um comandante de unidade recebesse informações via CISA ou por qualquer outra unidade, levava ao conhecimento do comandante da Zona Aérea, que autorizava a operação. Em hipótese alguma as seções quebrariam a cadeia de comando, porque um coronel, subordinado a um brigadeiro, comandante da Zona, não poderia tomar uma decisão contrária à do seu comando. Levava ao conhecimento de seu superior e, se por acaso, o comandante da Zona não quisesse fazer,

não executasse ou não determinasse qualquer providência, e esse coronel achasse que tal atitude poderia prejudicar uma ação futura importante, ele se comunicava diretamente com o CISA. Então o CISA podia agir através do ministro da Aeronáutica, para que o comandante da Zona Aérea fosse falar com o ministro. Mas dentro das bases do Galeão e de Santa Cruz isso não acontecia, porque o comandante da Zona realmente comandava. O serviço de informações não toma iniciativa, a não ser em casos prementes, e então a responsabilidade pessoal é do chefe da seção. Ele não toma iniciativa imediata para agir fora da cadeia de comando. Dá ciência ao seu comandante.

Houve vários fatos interessantes logo que foi criado o serviço de informações da Aeronáutica. Verificaram-se realmente certas divergências da parte de comandantes antigos, que não tinham uma idéia completa do que era informações e do que constituía o novo serviço. Por exemplo, o brigadeiro Itamar Rocha era o diretor de Rotas Aéreas, e eu, o comandante do núcleo de informações do gabinete do ministro. E eu recebia informações sobre bandalheiras ou desonestidades praticadas dentro da Diretoria de Rotas. Nesta área, o informante não tem responsabilidade com ninguém, e nós não o denunciamos, senão o perdemos. Se o informante diz que alguém é desonesto, eu não vou informar ao chefe desse alguém o nome do denunciante, e sim dar-lhe ciência do informe recebido. Cabe ao chefe do denunciado proceder à avaliação do informe para, ao final, processado esse informe, tomar a providência administrativa correspondente. Mas o brigadeiro Itamar, informado por mim que dentro da Diretoria de Rotas estava havendo roubalheira nas exposições que se faziam no aeroporto Santos Dumont, ficava indignado querendo saber quem tinha dado as informações. Eu dizia: "Não posso dizer que é o informante. A informação é essa. Se o senhor não quiser apurar, mando meus agentes fazerem uma investigação para descobrir quem são os implicados nesse caso." "Mas eu quero saber quem é o informante." "Isso não posso dizer, brigadeiro, senão eu o perco, e ele nunca mais me dará uma informação. Agora, o informe que estou recebendo é este. Estou transmitindo ao senhor. O senhor manda agir, ou não." Aí, o que ele fazia? Perguntava diretamente ao acusado: "É verdade o que estão dizendo de você?" "Não, não é verdade." Então voltava a mim: "Bom, mas ele está dizendo que

não é verdade." "Brigadeiro, nenhum criminoso confessa o crime, a não ser que se tenha alguma prova. O senhor já alertou o inimigo do Estado, que é esse funcionário, de que ele está sendo vigiado ou denunciado por alguma falha grave. Ele vai tomar mais precauções, mas não importa. Mesmo assim, se o senhor quiser fazer a investigação, pode fazer. O senhor tem gente adequada para isso; tem treze sargentos e dois ou três oficiais à sua disposição, e pode providenciar. Agora, se não quiser, eu tenho na minha seção de operações vários agentes, sargentos e oficiais, que podem fazer a investigação para constatar a falha desse funcionário." "Não. Isso é quebra de hierarquia." "Não é quebra de hierarquia. Eu estou lhe dando os dados. Se o senhor quiser fazer, faça; se não quiser fazer, não faça."

Pois bem, ocorreram alguns desses incidentes, mas que não quebraram a hierarquia militar. Significaram apenas certa incompreensão de velhos chefes militares despreparados. Agora, se o brigadeiro Itamar fosse um desonesto, eu não iria dizer a ele: iria direto ao seu chefe. E quem era esse chefe? O ministro da Aeronáutica. Então eu diria ao ministro da Aeronáutica: "O brigadeiro Itamar está recebendo propina. É preciso investigar." E o ministro podia tomar as providências. Era ele que determinava ao CISA fazer investigações sobre os comandantes de Zona.

Um outro exemplo. No Paraguai, havia oficiais adidos. Chegaram denúncias de que um deles estava gastando seis, sete mil dólares por mês a mais do que o previsto, sem justificativa. Então informei ao ministro da Aeronáutica: "O coronel fulano de tal, no Paraguai, está agindo dessa maneira." "O senhor verificou as contas dele?" "No Ministério da Aeronáutica, as contas dele estão falhadas em seis, sete mil dólares. É uma porcaria, mas tem que ter uma explicação. O senhor quer que mande investigar?" "Mande investigar." Então, por ordem do ministro, e dando conhecimento ao chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, enviei agentes ao Paraguai para investigar o coronel adido. No fim de quinze dias, constataram-se as denúncias: realmente, ele estava dando dinheiro a uma amante e justificando essa despesa como se fosse uma agente prestando informações sobre a aviação paraguaia. Pelo amor de Deus! O adido voltou, a chamado do Estado Maior da Aeronáutica, e veio falar comigo. Tinha sido meu colega de turma e, infelizmente, ficamos frente a frente: "Olhe, fulano, nós

temos essa informação, averiguamos, e realmente constatamos que você tem essa amante e está dando dinheiro para ela. O ministro da Aeronáutica já deu a decisão: ou você pede ida imediata para a reserva, ou abrimos um processo para expulsá-lo da FAB, para reformá-lo." Também neste caso não houve quebra de hierarquia, mas muita gente não entende essas coisas.

Havia especialização entre os serviços de informação? Por exemplo, quem mais entendia do Partido Comunista era o Cenimar? Havia essa divisão?

Em princípio, os serviços de informações de cada Força não têm especialização. Mas dentro de cada serviço existem áreas específicas. Por exemplo, no CISA, existem oficiais ou sargentos especializados em guardar informações, estudar — são os analistas. Outro exemplo: na Aeronáutica, tenho certeza de que ninguém melhor do que um tenente para saber sobre Igreja Progressista, sobre Partido Comunista, interferência das culturas alternativas da época, como as do padre Debray e do Marcuse. Então, dentro da seção de contra-informações e informações, este tenente representava — e representa até hoje — uma maravilhosa memória e especialização nesses assuntos.

Pode-se dizer, em resumo, que havia especialização. Tanto no Exército como na Marinha e na Aeronáutica existe gente especializada em PCbão, gente especializada em Igreja Progressista, mas não existe nenhuma especialização específica por parte de um dos serviços de informação das três Forças, exceto quanto aos meios físicos disponíveis.

Como se dava, na prática, a integração dos serviços de informação no sentido de não duplicar o trabalho que outro órgão já estava fazendo? Como se fazia a comunicação?

A integração era feita nas seções de operações dos diversos serviços: CIE, Cenimar e CISA. Posteriormente, foi criado o DOI-CODI e, em São Paulo, a OBAN. Nessas organizações, havia um local que recebia as informações. Se a OBAN ficasse encarregada de, sozinha, fazer as operações em São Paulo, as informações que ela obtivesse não chegariam ao Rio tão cedo. O Brasil não é como

Portugal, Espanha ou Itália. O Brasil é um continente. Por exemplo: chegou a informação do rapto do embaixador alemão. Os serviços de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o próprio DOI-CODI tomaram conhecimento do fato e começaram a lançar informações para colher outras informações. Cada um ia progredindo e, às vezes, não havia tempo útil para comunicar ao centro que já se estava no caminho e que se ia tomar esta ou aquela atitude. Saía-se para a operação de busca, a busca ia crescendo, e não se podia parar: se parasse, perdia-se a oportunidade.

Mas não poderia acontecer também uma certa vaidade? Um grupo querer prender sozinho os seqüestradores de um embaixador?

Quero deixar claro que nunca tivemos a vaidade de sermos os primeiros a fazer isso ou aquilo. Quando se começou a montar o serviço, buscou-se as primeiras informações no SNI e no Cenimar: "O que vocês têm a respeito disso assim assim?" Eles nos davam o relato. Então nós selecionávamos, estudávamos, ampliávamos ou não esses dados, e passávamos a ter conhecimento de todas as informações. Não existia segredo entre nós, principalmente porque havia honestidade de propósitos. Nós queríamos descobrir as diversas redes de esquerda, das diversas tendências, e localizar suas lideranças. Então não existia competição.

Por exemplo, coube ao Exército fazer a escuta telefônica da casa do brigadeiro Francisco Teixeira, que era oficial da Aeronáutica, mas era um homem totalmente comunista. Nem o Cenimar nem o CISA tinham o controle da companhia telefônica: o Exército tinha. Então, passou a fazer a escuta, a pedido do Cenimar — isto antes da criação do CISA, porque o Cenimar já tinha conhecimento das ligações do brigadeiro Teixeira com a cúpula do PCB. Foi através dessa escuta que, em certa ocasião, chegou ao conhecimento do CISA que a todo momento aparecia um personagem que, pela seqüência da conversação, deveria ser oficial da Aeronáutica. Em seguida apareceram os trechos da conversação do brigadeiro Teixeira com o redator-chefe do *Correio da Manhã*, sr. Edmundo Moniz. Averiguamos que o pseudônimo se referia ao capitão-médico da Aeronáutica dr. Santos, muito amigo do brigadeiro Teixei-

ra, seu companheiro nas jogatinas no Jockey Clube Brasileiro e companheiro do capitão Sérgio Carvalho, servindo no Para-Sar. E com relação à conversação com o jornalista Edmundo Moniz, houve o descobrimento da grande injúria que estava sendo feita contra a minha própria pessoa, relativa ao lançamento ao mar, a quarenta milhas da costa, de quarenta personalidades políticas. Esta trama fora inventada pelo jornalista Edmundo Moniz e levada aos jornais após dar conhecimento ao brigadeiro Teixeira, que, na ocasião, ainda reagiu contra a inclusão do seu nome na relação de políticos a serem supostamente lançados ao mar. Isto motivou, por parte do sr. Edmundo Moniz, na conversação mantida, a resposta de que a inclusão do nome do brigadeiro Teixeira, daria maior veracidade à história inventada por ele.

Então, nós achávamos que os nossos meios poderiam auxiliar. Se obtivéssemos uma informação antes de outro órgão, com recursos próprios, podíamos prosseguir caso chegássemos à conclusão de que tínhamos meios para tanto. Agora, na mesma hora que tomávamos conhecimento de uma informação, comunicávamos aos demais. Apenas alguns informes que não eram caracterizados, e portanto não permitiam a certeza absoluta, não se passava adiante. A informação só era transferida se houvesse segurança de que a operação estava certa. Nunca existiu vaidade, pelo contrário. Quem quer arriscar a vida por vaidade? Ninguém. Podia acontecer de um órgão sair para uma operação e chegar no local ao mesmo tempo que outro grupo. No seqüestro do embaixador alemão aconteceu isso. Nesse caso, o nosso serviço não chegou, mas muitas vezes chegamos antes dos outros. Mas qual o meu interesse em dizer que o meu serviço chegou antes do outro? Por vaidade pessoal? Mas não sou eu que estou fazendo a ação! Quem está fazendo a ação, atrás de mim, são coronéis, capitães, tenentes, sargentos. Eu vou ficar na preocupação de que foi o meu serviço que deu determinada informação? Não.

O meu serviço realmente conseguiu obter a informação de que o Lamarca saiu de São Paulo e foi para o Nordeste, Salvador. Na mesma hora comuniquei ao Exército, que mandou gente atrás. E quem chegou no final da operação? Foi o Exército. Quem atirou no Lamarca? Foi um coronel do Exército que atirou na cara dele. O Lamarca foi morto em ação de combate, no meio do campo, com tropa do Exército. E quem deu as informações iniciais? Fomos nós,

do CISA. Mas isso tem valor para nós? Não. O valor principal é o seguinte: os serviços de informações militares localizaram o Lamarca e eliminaram esse inimigo do Brasil. Acho que saiu um filme sobre esse homem. É um absurdo! É inacreditável saber que tem gente com a mentalidade de achar bonito dizer que o combate ao regime militar elevou a herói esse Lamarca. Herói, que nada, era um assassino! Um sujeito de vida completamente espúria! Não tinha família, nâo tinha nada; tinha amante, uma vida completamente irregular. Ele roubou, levou-se por um monte de elogios. Não era um idealista, não era um comunista de carteirinha. Era um homem que se tornou, como Prestes, um comunista no decorrer da vida.

Entre os esquerdistas pode haver divergência, vaidade para assumir chefias, funções, para ter mais recursos financeiros, mas entre nós, não. Não tínhamos sequer um tostão a mais, não tínhamos vantagem alguma. Tínhamos só o risco de vida. Estávamos fazendo aquilo por idealismo, e o pessoal não acredita. Tínhamos a convicção de que a ideologia marxista e socialista era impraticável para a vida, para a pessoa humana. O humano não aceita o socialismo, porque é uma doutrina econômica que dá iguais direitos a pessoas diferentes. Uma pessoa trabalha, guarda os seus recursos e consegue melhorar de vida. O outro, trabalhador também, não guarda o que ganhou, torna-se um bêbado, um sem-vergonha, e gasta todo o seu dinheiro. Não vencerá nunca. Vão ter ambos os mesmos direitos? Não. Cada um tem a sua função na sociedade, tem aquilo que merece. Então, como posso aceitar que cheguemos ao final tendo os mesmos direitos às benesses distribuídas pelo Estado? Não. Ninguém aceita receber coisas iguais de trabalhos diferentes. Na nossa democracia, as pessoas que desempenham funções semelhantes recebem salários iguais ou semelhantes. Já no regime igualitário, socialista, que é uma utopia, eles acham que isso é possível. Quem vai abdicar do rendimento do seu trabalho em benefício de outro que sabe que é um vagabundo, um safado? Quem vai trabalhar doze horas por dia, quando o outro trabalha uma hora só recebendo igual? Ninguém aceita isso. A gente tem filho, mulher, então trabalha para obter recursos, para que amanhã esse filho e essa mulher tenham a capacidade de sobreviver na nossa ausência. Pois bem, no regime socialista, não. Dizem que garantem a sobrevivência, mas

chega na hora, dão uma miséria. Isso não está certo. Ninguém aceita a limitação de sua ambição pessoal. Aceita em determinado nível. Em outros, não pode aceitar. Então, o socialismo é uma utopia. Não se pode chegar a essa igualdade, a esse regime maravilhoso que seria o Nirvana, mudando a mentalidade das pessoas de qualquer jeito. O regime socialista limita a ambição humana, como se fosse possível limitar a vontade humana. Nem Deus, nem todas as religiões que existem no mundo conseguem fazer com que todos ajam da mesma maneira. Porque a pessoa humana é um conjunto de vontades e instintos dificilmente controláveis.

Que grupos de esquerda mais deram trabalho ao CISA e, entre os políticos, quais foram os mais observados por esse órgão?

Conforme a época, alguns grupos assumiram maior ou menor relevância, exigindo maior ou menor esforço na parte de operações, tanto do CISA como do CIE e do Cenimar. Às vezes, era necessário que nos dividíssemos: "Você prossegue nessa área, enquanto eu estou ocupado com aquela outra." Mas não existia especificamente uma distribuição. E eu não me lembro de o CISA ter uma preocupação especial com determinado grupo. Sempre estivemos preocupados com os subversivos. Tínhamos operações de execução contra "aranhas", quer dizer, estávamos formando os quadros e procurando a infiltração, e os analistas iam indicando o caminho para as operações, dando ênfase a este ou àquele serviço. Era um grupo de oficiais que fazia reuniões diárias, e às vezes eram chamados de noite, de surpresa, para nos orientar. No CISA, nunca existiu um grupo especificamente preocupado com determinado assunto. Com relação aos políticos ou mesmo militares que nos poderiam preocupar, também não houve isso.

Havia um grupo desse Moreira Alves, que ficava numa casa muito bonita no Lago Sul, alugada não se sabe por quem, com dinheiro de quem — eles confessam tudo, mas não dizem a origem disso. Pois bem, essa casa foi montada, e lá se reuniam, de vez em quando, os elementos que fizeram toda a composição do programa de ação para combater e tentar desmoralizar a Revolução de 64 — para nós, seria chamada "aparelho". O Moreira Alves confessou isso recentemente na *Manchete*.

Os jornalistas pseudodemocratas viviam combatendo o governo

militar, dizendo que fazíamos excessos. Nós não fazíamos excessos, nós os combatíamos. Para combater, tínhamos que descobrir essas coisas todas. Por exemplo, como montaram uma rede de esconderijo para guardar os embaixadores americano e alemão? Como montaram tudo isso? Eles tinham que ter núcleos locais que se reuniam. Tinha um cabeça que imaginava a operação, melhorava essa operação e a executava. Como o seqüestrador faz hoje em dia: nas favelas, tem esse negócio de narcotráfico, de seqüestro, de esconderijos em buracos da casa. Eles agiam do mesmo jeito. Foram esses subversivos, esses políticos e esses rapazes que fizeram essa guerra toda. Esses homens utilizaram os conhecimentos da guerrilha rural e urbana do Mao Tsé-tung, do próprio Che Guevara e outros. Foram presos depois, mas não havia prisão especial para eles, e esse foi um dos erros que a Revolução cometeu. Mas não havia dinheiro para construir presídios especiais. Tentamos fazer isso. Na época, cheguei a receber instrução para construir um presídio de triagem no Galeão, e posteriormente seria criado um outro em Fernando de Noronha, o que acabou não sendo executado. O objetivo era separar o criminoso político, que é altamente intelectualizado, preparado política, intelectual e revolucionariamente, do criminoso comum, do assaltante de banco, do ladrão, do arrombador de cofre.

Como isso não foi feito, deu no que se está vendo agora: equipes fazendo ataques a carros-forte e seqüestros. Esses criminosos comuns aprenderam dentro dos presídios com os criminosos políticos todas essas táticas. E a principal delas, qual é? Que a surpresa paralisa a vítima: Num ataque para assaltar o seu carro, o ladrão chega com uma pistola e aponta para você. Só de apresentar a pistola, você já fica paralisado. E se reage, é morto. Então, hoje, o sujeito não reage mais porque sabe que, se reagir, o ladrão vai atirar. Principalmente se for pivete. Mesmo em assalto a bancos, nem policial, nem guarda de banco reage mais. O ataque-surpresa paralisa a vítima, e o primeiro que reagir morre. Esta é uma tática ensinada pelos subversivos, naquela época, aos criminosos comuns que estavam em nossos presídios. E esses criminosos comuns são, muitos deles, bastante inteligentes, como esse Pablo Escobar, da Colômbia. São homens que planejam operações enormes, vultuosíssimas. Isso tudo implica o uso de muito dinheiro para a compra de arma, munição, aluguel de apartamento,

aluguel de casa. Isso foi difundido, e hoje quase virou uma empresa. Como não tivemos esta preocupação com os criminosos naquela época, as conseqüências estão aí. Mas não tínhamos recursos nem experiência para fazer diferente.

Em 1970, o senhor foi designado para o comando da III Zona Aérea, no Rio de Janeiro. Como eram as suas relações com o então comandante do I Exército, Siseno Sarmento?

O meu relacionamento com o general Siseno Sarmento, comandante do I Exército, era franco, porque havia total confiança entre nós. Naquela época, havia sido mandado distribuir para todas as Forças Armadas a decisão do governo militar de que a segurança interna ficaria a cargo do Exército, secundado pelas Forças da Marinha e da Aeronáutica. Então, no Rio de Janeiro, o general Siseno Sarmento era o chefe de toda a segurança na área e dava as ordens que eram executadas pelos outros comandantes de unidades militares.

Foi nessa época também que aconteceu o caso Stuart Angel. O que teria a dizer sobre o envolvimento do seu nome no desaparecimento desse militante?

Com relação a esse caso do Stuart Angel, eu nunca tive qualquer informação de que esse senhor, esse subversivo tenha sido preso pela Aeronáutica e sofrido qualquer maltrato por parte do nosso pessoal. Não há nenhum registro, nenhuma informação sobre isso até a data de hoje. Esta campanha foi provocada por alguma revista, por algum jornal, e até mesmo pelo filho de Zuzu Angel, num livro que escreveu citando a mim como um dos responsáveis pela tortura que teria sofrido no Galeão.* De acordo com as informações publicadas nos jornais, ele teria sido preso na Base Aérea do Galeão. Não é verdade, porque não há até hoje nenhum registro disso.

---

* O relato da tortura a que foi submetido Stuart Angel e sua conseqüente morte foi feito por Alex Polari e publicado pela primeira vez em Hélio Silva. *História da República brasileira.* Os governos militares, 1969-1974, São Paulo, Editora Três, 1975.

O envolvimento do meu nome no caso do sr. Stuart Angel surgiu muito tempo depois por causa de um subversivo que foi preso e condenado pelas justiças Civil e Militar à pena de morte, depois transformada em prisão perpétua. Mais tarde, inexplicavelmente, esse subversivo foi anistiado por essa anistia completamente desastrosa que foi feita no governo Figueiredo. Mas foi ele quem iniciou essas acusações. Esse subversivo, chamado Alex Polari, foi um dos que atuaram nos seqüestros dos embaixadores alemão e suíço, e um dos autores da morte de um dos guarda-costas desses embaixadores. Esse Alex Polari, inexplicavelmente e gratuitamente, talvez até com desejo de torpe vingança, de auxílio à campanha que estava sendo feita contra a minha pessoa, declarou por escrito ao auditor da Aeronáutica que eu, brigadeiro Burnier, teria sido o causador da morte desse Stuart Angel na Base Aérea do Galeão, fazendo com que ele aspirasse o escapamento de um jipe para ser morto asfixiado. Esse absurdo, essa infâmia que o Alex Polari escreveu nunca foi comprovada, não pode ter sido comprovada. Nunca tive contato com esse homem, Stuart Angel, nunca soube de sua prisão. Sobre o absurdo dessa acusação, não posso fazer nada. Foi feita, a mídia aproveitou para transformar em noticiário. Esse é o caso Stuart. Não tenho outra coisa a dizer.

E quanto a excessos cometidos em interrogatórios?

Eu assumi a chefia do N-SISA logo na sua criação, no dia 24 de junho de 68, e nunca fiz um interrogatório pessoalmente, a não ser de dois ou três oficiais, que, como já narrei, foram obrigados a passar para a reserva por atitudes incompatíveis com a dignidade e com a situação de oficial da FAB. Além disso, assisti, talvez, a dois interrogatórios de presos políticos, mas nenhum deles me impressionou. E, de todas as informações que tive dos interrogatórios feitos pelo Serviço de Informações da Aeronáutica, não houve nenhuma de que tivesse havido algum excesso, alguma tortura ou qualquer coisa semelhante. Nós fiscalizávamos os nossos próprios operadores.

A prova disso é que, no único caso em que constatamos que houve excesso, foram tomadas providências: um sargento que quebrou uma ampola de gás sulfídrico no interior de uma Kombi em que estava aquela terrorista Jesse Jane, que tomou parte no

primeiro seqüestro de avião da Cruzeiro do Sul na Base Aérea do Galeão. O seqüestro foi abortado, porque inclusive houve o ataque ao avião. Nós o cobrimos com espuma contra incêndio, e em seguida um de nossos agentes entrou. Houve um tiroteio no interior, um dos subversivos usou a própria arma contra si, matando-se, e a Jesse Jane e um outro foram presos quando se evacuou o avião. Ela foi levada de Kombi do Galeão para a Auditoria, ocasião em que esse sargento estourou uma ampola de gás sulfídrico que trouxe um mal-estar e um protesto da parte dela. Com isso, nós tomamos providências sobre o sargento, contra o qual já havia a acusação — como contei anteriormente — de que se havia apropriado de algumas roupas de um subversivo num dos "aparelhos" que fora invadido por nós. Este foi punido disciplinarmente e retirado definitivamente do Serviço de Informações da Aeronáutica. Nunca mais tomou parte em qualquer atividade dentro desse serviço.

Como, pessoalmente, nunca fiz interrogatório, não posso garantir que nunca tenha havido qualquer coisa. Os vários serviços internos procuravam averiguar como eram feitos esses interrogatórios, mas não tenho nenhuma informação de qualquer outra atitude má por parte dos nossos operadores.

Poderia se estender um pouco mais a respeito das técnicas utilizadas?

Posso, mas essas técnicas são mais afetas aos membros do serviço de informações, principalmente da parte operacional, e são ligadas internamente ao pessoal do serviço de análise. O interrogatório pode ser feito no próprio local de ação, quando do estouro de um "aparelho". Imediatamente entra uma equipe de interrogadores, ou a própria gente que estourou o "aparelho" pode fazer o interrogatório. Na mesma hora, transmitem por telefone — mais tarde, obrigatoriamente, por escrito — os dados para o serviço de análise. Essas informações colhidas, assim, em primeira mão permitem muitas vezes que desloquemos outras equipes para fazer novos encontros, promover novas diligências em outras áreas para poder haver velocidade na ação.

Os interrogatórios, em geral, eram feitos por pessoal mais especializado, com revezamento contínuo, e uma das técnicas

utilizadas era fazer cansar o interrogado. Por exemplo, começa-se o interrogatório às duas horas da tarde e, às cinco horas da manhã seguinte, o indivíduo ainda está sendo interrogado. Os interrogadores vão se revezando. Em todos os cursos de informações aprende-se a fazer isso. Uns chegam e ameaçam: "Você vai sofrer punição por isso." Aí, outro diz: "Não, eu sou amigo. Ele é muito bruto, é muito nervoso." Então procura ser amigo do interrogado para poder colher informações. Quando fica padrinho, amiguinho, chega outro mais violento, mais zangado: "Nada disso, você tem que dizer a verdade. O que ia fazer com o fulano?" Dali a pouco aparece outro. Às vezes, precisa-se saber se o preso está mentindo. Então, faz-se ele repetir vinte vezes a mesma coisa. No cinema, vê-se isso, em todo lugar. São técnicas que se aprendem nos cursos de informações.

Como se faziam as escutas?

Havia técnicas especiais, utilizando-se equipamentos dos mais interessantes do mundo. Existe até antena parabólica que consegue ouvir uma pessoa falando com outra em um edifício, a cinqüenta, cem metros de distância. Escuta-se tudo o que se diz em determinado local, desde que a janela esteja aberta. Há um outro aparelho de escuta que se enfia através da parede, um tubinho de vinte centímetros de comprimento, que capta tudo que se passa no interior e é regravado imediatamente no aparelho lá de fora. Isso nós utilizamos com o brigadeiro Teixeira na III Zona Aérea. Deixamos o aparelho de transmissão dentro do porta-bandeira, ao lado da cadeira dele. No edifício em frente, havia um escritório da Fronape, onde a recepção era gravada. Tudo o que ele falava nós escutávamos.

Havia ainda a máquina fotográfica com uma lente de um metro de distância, que fotografa a cinco quilômetros, e a fotografia sai como se fosse a cinco metros. Essas máquinas fotográficas e esses equipamentos foram comprados porque todo serviço de informações que se preze tem que ter tudo isso. Tínhamos ainda máquina fotográfica de filme rápido para poder filmar documentos no escuro, no infravermelho. Enfim, havia todos os equipamentos que são usados num serviço de informações normal. Para descrever isso aqui era preciso dar um curso.

O general Fiúza de Castro afirmou em seu depoimento que uma das primeiras medidas que ele tomava antes de o preso ir para o interrogatório era tirar-lhe a roupa.

Talvez fosse um processo que se usasse na Polícia do Exército ou no DOI-CODI. No sistema que nós aprendemos, o interrogatório era feito com a pessoa vestida normalmente, e o objetivo era levá-la à contradição. Interrogá-la continuamente para levá-la ao cansaço e à contradição, para desmoralizá-la moralmente e poder tirar dela o máximo de informações. Em alguns casos, dava resultado, em outros, não. Muitas informações nós obtínhamos dessa maneira, e quando não conseguíamos obter, entregávamos o preso para outro serviço de informações. Essa história de tirar a roupa para ser interrogado, eu nunca ouvi falar. Nunca vi isso.

Havia, sim, a preocupação de fazer uma vistoria completa no preso, mulher ou homem. Havia a obrigatoriedade de tirar e vestir a roupa de novo para evitar que houvesse alguma ampola de veneno com que o preso pudesse se suicidar, o que era muito comum. Principalmente na KGB, a polícia política russa, o espião, quando caía em poder do inimigo, tomava uma cápsula de cianureto e se matava. Então fazíamos essa fiscalização para evitar um suicídio, pois a morte prematura iria impedir o acesso a informações que nós desejássemos. Daí a necessidade de se fazer uma vistoria completa no preso, de cima a baixo, dentro dos sapatos, dentro dos cabelos, na roupa, para ver se ele tinha algum objeto, algum aparelho de escuta, alguma arma. Isso era obrigatório.

Essa preocupação era válida, porque um sargento nosso, na Bahia, foi morto por um subversivo que teria escondido uma pistola na manga da sua camisa e, quando o sargento deu as costas, ele o alvejou na nuca e o matou. Em Foz de Iguaçu também um tenente do Exército foi alvejado por uma prisioneira dentro de um jipe, com uma arma de um tiro só. Quando ele deu as costas, ela tirou da manga da própria roupa uma pistola que estava costurada e atirou no oficial. Essas coisas aconteceram em vários casos. Mas tirar a roupa do preso e interrogá-lo nu não é uma técnica normal.

Houve algum prisioneiro cuja resolução o tenha impressionado?

Devo declarar que nunca guardei na lembrança qualquer coisa referente à situação de qualquer desses subversivos. Primeiro, porque não era eu quem fazia o interrogatório. Segundo, porque o contato que eu tinha com essa gente era apenas para tomar conhecimento das declarações e ver as atividades operacionais. O que fizemos em relação ao Lamarca, fizemos em relação ao sargento Salgado da Aeronáutica, ao pessoal que tentou raptar o avião da Cruzeiro do Sul etc.

Guardo, sim, a convicção de que esses subversivos, na sua maioria, estavam bastante enxertados das idéias, muito comuns na época, do padre Debret e de Marcuse, sobre amor livre e sobre como gozar a vida em todos os seus sentidos. Essas idéias tiveram início primeiro na França, na Sorbonne, naquele período de 68. Depois vieram para Brasil e levaram os jovens brasileiros a se meter com drogas. Então todos eles, drogados, começando uma atividade ilegal, destruindo suas próprias juventudes, foram se transformando em verdadeiros robôs. E se imiscuíram dessas idéias de que era preciso defender a liberdade, mas uma liberdade sem limite, sem controle de direitos, sem qualquer controle de obrigações e deveres. Essas idéias começaram a perturbar a mocidade brasileira, e os subversivos marxistas se aproveitaram delas para fazer o combate à suposta ditadura militar, que de ditadura não tinha nada, pois o governo estava apenas defendendo e procurando evitar que houvesse tumulto e desordem no país.

E a prova disso foi o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, estado de São Paulo, no dia 11 de outubro de 1968, que resultou na prisão de mais de 1.200 estudantes. Só vendo as fotografias para saber o que se passou lá e acreditar no que estou dizendo. Era uma fazenda alugada pela UNE onde jovens, moças e rapazes, faziam amor livre na vista de todos, tomavam drogas, um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida. É preciso ver a documentação da época, as fotografias, para sentir a que níveis tão baixos chegou a degradação moral desses rapazes, levados por falsos líderes, por líderes indignos. Um exemplo, um verdadeiro marco na guerra da subversão foi esse Congresso da UNE em Ibiúna, mostrando a degradação a que chegou essa juventude levada por lideran-

ças falsas, que praticamente destruíam a dignidade da pessoa humana.

Por que se deu o afastamento do Sousa e Melo do Ministério da Aeronáutica e o seu afastamento da ativa?

Passei a chefia do CISA ao brigadeiro Carlos Afonso Dellamora em 1970, e no mesmo dia assumi o comando da III Zona Aérea, onde permaneci até 1971, quando houve a saída do brigadeiro Márcio do Ministério, substituído pelo brigadeiro Araripe. Saí da III Zona Aérea e fui para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica, até que, em 1972, passei para a reserva.

Naquela época, o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo vinha desenvolvendo uma atividade muito grande no Ministério da Aeronáutica, elevando bastante o seu poder político dentro do comando da Revolução. Vinha também promovendo a reorganização do Ministério, dando-lhe novo conceito. Criou o Comando Geral do Ar, que nada mais era do que um comando único da Força Aérea. O tenente-brigadeiro que fosse o comandante Geral do Ar coordenaria todo o poder militar da Força Aérea, e isso dava ao Ministério um desenvolvimento muito grande nas atividades mais modernas de utilização do poder aéreo. Além do mais, o conceito do brigadeiro Márcio junto ao governo e à opinião pública estava crescendo muito por causa das suas atividades corretas e pela maneira como estava dirigindo o Ministério.

Tudo isso despertou, naturalmente, na direção geral da República, que estava entregue ao general Médici, e que tinha como chefe de gabinete o general Figueiredo, uma certa preocupação. Porque o brigadeiro Eduardo Gomes, que era da corrente contrária à do brigadeiro Márcio, provocava incidentes de toda ordem querendo, com sua figura já bastante caída, bastante caquética devido à idade, dar instruções sobre como deveria ser dirigido o Ministério da Aeronáutica, discordando da reorganização feita pelo brigadeiro Márcio, que desmontava as duas "meninas dos olhos" do brigadeiro Eduardo Gomes: a Diretoria de Rotas Aéreas, que incluía todo o controle do tráfego aéreo e todo o controle dos aeroportos, e a Diretoria de Material da Aeronáutica. O Ministério da Aeronáutica, ao diminuir o poderio da Diretoria de Rotas e da Diretoria de Material, com a criação do Comando Geral do Ar,

contrariava em muito a vontade do brigadeiro Eduardo Gomes. E através do seu principal seguidor, o brigadeiro Délio Jardim de Matos, colega de turma do general Figueiredo, o brigadeiro Eduardo Gomes vinha fazendo interferências diretas, provocando desinteligências e inconveniências no relacionamento entre o presidente Médici, de quem éramos muito amigos e próximos, porque havia sido chefe SNI, e o ministro da Aeronáutica. Tudo isso era incentivado pelo general Figueiredo, que por sua vez era instigado pelo brigadeiro Délio, que por sua vez era influenciado pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Foi realmente uma época muito ruim para a Aeronáutica e para a Revolução, porque começaram a abrir brechas naquela muralha que era a união dos militares em torno da Revolução de 64.

A situação atingiu o seu auge quando da ocupação do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, onde ficava o comandante da 4ª Zona Aérea. Houve lá uma greve dos funcionários, mas o aeroporto não podia fechar. Então, o Ministério da Aeronáutica, através do comandante da 4ª Zona, ocupou militarmente o aeroporto. A medida provocou, por parte do presidente Médici e do general Figueiredo, uma reação muito grande contra o ministro da Aeronáutica, que foi obrigado a desfazer essa ocupação, e houve uma grande desinteligência. Daí em diante, todas as vezes que o ministro Márcio ia despachar com o presidente, sentia uma espécie de oposição do próprio presidente às suas decisões, à apresentação das suas soluções.

Acresce-se também que houve na Aeronáutica, nessa época, a denúncia de que havia um "caixa dois" no meio do grupo de oficiais intendentes. E esse inquérito começou, avassaladoramente, a acusar uma porção de elementos que tomavam parte dessa "caixinha" envolvendo cerca de seiscentos oficiais. Entre eles, havia elementos, filhos de oficiais generais, ligados diretamente ao brigadeiro Eduardo Gomes. O inquérito culminou com a nomeação do brigadeiro Estrela para encarregado. Ele deslocou para a área de Cachimbo os principais acusados, para serem interrogados lá, porque toda vez que havia interrogatório no Rio de Janeiro, o brigadeiro Estrela não conseguia fazer o trabalho tal o número de telefonemas de partidários dos brigadeiros Eduardo Gomes e Délio Jardim. Não que estivessem a favor dos intendentes, mas porque queriam proteger esses oficiais. O presidente Médici, in-

formado pelo general Figueiredo dessa atitude do brigadeiro Estrela, determinou seu regresso e o destituiu do inquérito.

Isso foi outro golpe sério no relacionamento entre o presidente da República e o ministro da Aeronáutica. Posteriormente, o inquérito revelou graves irregularidades, vários oficiais foram para a reserva e houve quase que um abalo na estrutura moral da Intendência. Pois bem. O brigadeiro Márcio também foi atingido nesse caso, porque o presidente da República prejudicou a ação do encarregado do inquérito. Tudo por influência do general Figueiredo e do brigadeiro Délio, ouvindo conselhos do brigadeiro Eduardo Gomes.

Esses incidentes todos foram provocando um mal-estar, até que, quando o brigadeiro Márcio levou uma lista de oficiais-generais para serem promovidos, o presidente da República, que normalmente despachava na hora com ele, deixou para o dia seguinte. O brigadeiro Márcio, sentindo-se desautorado, atingido na sua autoridade, resolveu pedir demissão. Ainda fizemos tudo para demovê-lo, mas, nessa época, já estava vingando a idéia de que deveria haver uma distensão dentro da Revolução para poder começar a redemocratização do país. Essa última atitude levou o brigadeiro Márcio a pedir demissão. O general Médici aceitou, e colocou no seu lugar o brigadeiro Campos de Araripe, que, ao assumir o Ministério, trocou a oficialidade do seu gabinete e, mais do que isso, recebeu toda a oficialidade oriunda dos antigos grupos ligados ao brigadeiro Eduardo Gomes.

Esse desentendimento provocou uma verdadeira mudança na orientação da Presidência da República com relação aos oficiais revolucionários da Aeronáutica. Foi aí que se iniciou realmente a derrocada da oficialidade que tinha tomado parte da Revolução de 64 e que começava agora a ser ignorada nas promoções. Gradativamente, foi se tornando claro o objetivo de provocar a minha saída e a de outros oficiais que haviam tido prioridade na promoção a oficial-general na época do general Costa e Silva. E isso é fácil constatar. A saída do brigadeiro Márcio foi em 71 e, no final do ano, quando foi apresentada a relação dos brigadeiros a serem promovidos a major-brigadeiro, o meu nome e os de mais quatro oficiais, os brigadeiros Horácio Machado, Roberto Hipólito da Costa, Coqueiro e Dellamora, não entraram. Com isso, em 1972, fomos obrigados, de acordo com a lei feita pelo próprio general

Castelo Branco no princípio da Revolução, a passar para a reserva prematuramente.

Quando o brigadeiro Araripe assumiu o Ministério da Aeronáutica, um dos seus primeiros atos foi me tirar do comando da III Zona Aérea e me transferir para a Diretoria de Documentação Histórica da Aeronáutica, antigo local em que serviram os brigadeiros Faber Cintra e Délio Jardim de Matos. Então passei para essa Diretoria e me envolvi no trabalho. Vi depois a não inclusão do meu nome na lista de promoções a major-brigadeiro e, em 1972, sem qualquer outra motivação, fomos obrigados a passar para a reserva, apesar de termos feito, naquela época, um documento escrito solicitando nova verificação dos motivos pelos quais não tínhamos entrado na lista. Não foram dadas soluções porque o Alto Comando não dava satisfação de seus atos.

Sua designação para a Diretoria de Documentação foi, então, um tipo de punição?

Não foi bem punição. Foi um expediente para tirar das minhas mãos, das mãos dos oficiais revolucionários, as unidades que tinham algum poder militar. A minha transferência para a Diretoria de Documentação Histórica me colocava na posição de não ter tropa sob o meu comando. O mesmo aconteceu com o Dellamora, que saiu do CISA, e com o Roberto Hipólito, que era comandante da 1ª Força Aérea Tática. Ao todo, foram seis os oficiais transferidos para funções menos expressivas.

Um caso rumoroso envolvendo o seu nome na tentativa de utilização de uma unidade da Aeronáutica em ações terroristas de seqüestros, explosões e mesmo assassinatos de opositores do regime foi o caso Para-Sar. O que poderia dizer a respeito?

O caso Para-Sar, na realidade, não foi um fato concreto ou, pelo menos, não foi nada daquilo que os jornais e os jornalistas tendenciosos tentaram dizer. Vou começar desde o início para que não haja dúvidas.

Quando assumi a chefia do gabinete, em 1968, estava havendo no Rio de Janeiro muitos tumultos estudantis, em especial depois da morte do estudante Edson Luís, no restaurante do Calabouço,

no Centro da cidade, perto do aeroporto Santos Dumont e quase em frente ao Ministério da Aeronáutica. O estudante foi morto em circunstâncias duvidosas. Não se sabia se havia sido morto por policiais militares ou por algum policial civil. A Polícia Civil tinha sido chamada, porque estavam quebrando o restaurante, reclamando do preço da comida. Houve entrevero entre a Polícia e os manifestantes, e morreu esse estudante — aliás, não se sabe até hoje se era realmente um estudante ou apenas um elemento agitador.

Os estudantes, aproveitando da situação, começaram a fazer passeatas em toda essa área. Isso foi num crescendo até que fizeram a tal Passeata dos Cem Mil. A situação estava gravíssima, porque aproveitavam a oportunidade para fazer depredações, invadir casas comerciais, fazer saques e tudo mais. A coisa ficou mais séria quando passaram a atingir carros oficiais do governo, inclusive militares. O atual brigadeiro Saback, que na época era major, estava fardado num automóvel oficial, a caminho para o Ministério da Aeronáutica, quando viraram seu carro. Nessa época, houve até uma instrução dos ministros militares para que os oficiais andassem em trajes civis quando transitassem do trabalho para casa, a fim de evitar uma possível represália por parte de algum agitador.

Programada a tal Passeata dos Cem Mil, os agitadores e o atual deputado Vladimir Palmeira, que era um líder estudantil na época, entraram em ação insuflando a rapaziada, inclusive estudantes do secundário, e o Exército foi chamado, a pedido do governador. O comando do I Exército colocou tropas na rua e pediu ao Ministério da Aeronáutica para cooperar com alguma força. O comandante da III Zona Aérea, na época, brigadeiro Sholl Serpa, foi quem recebeu esse pedido. Ele chamou o seu estado-maior, e concluíram que a única unidade de que dispunham e que estava permanentemente capacitada para essa função era 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento, o Para-Sar sediada no Campo dos Afonsos, sob o comando da Escola de Aeronáutica.

A ordem foi dada ao comandante da Escola, coronel Lebre, que por sua vez deu ordem ao comandante do Para-Sar, major Lessa, que por seu turno reuniu cerca de dezesseis oficiais, sargentos e cabos, que foram por ele levados ao Campo de Santana, para se apresentarem ao comandante da Divisão Blindada, general Rami-

ro, onde receberam instruções por parte desse general. Eles se dividiriam em três grupos e seriam lançados em várias áreas das avenidas Rio Branco e Getúlio Vargas, para observar os líderes e agitadores, localizá-los e avisar a Polícia Civil do que estava acontecendo. Os subversivos subiam nos edifícios e, lá de cima, jogavam vasos de flor ou algum objeto pesado em cima dos policiais. Com isso, vários soldados já haviam sido feridos. Então, se localizassem algum desses agitadores, a ordem era para que subissem, a fim de prendê-lo.

Não houve nenhum incidente, não prenderam ninguém, não aconteceu nada. Às nove horas da noite, voltaram e se apresentaram ao QG da III Zona Aérea, ao coronel Versillo. Em seguida, receberam ordem para regressar à sua unidade, e de lá foram para as suas casas. Esta foi a utilização do Para-Sar na operação contra os estudantes e agitadores de rua em abril de 1968. Só isso. Não houve nada mais.

Bom, passam-se uns tempos, o capitão Sérgio, intendente e oficial do Para-Sar que estava de férias em Manaus quando da passeata, chega ao Rio de Janeiro e, em conversas com os sargentos, fica sabendo da operação. "Mas isso é um absurdo! Botar soldado, oficial da Aeronáutica, como se fosse meganha na rua! O Para-Sar não foi feito para isso! Foi feito para salvar vidas humanas na selva, socorrer desastres da Aeronáutica. Isso só pode ter sido idéia de algum anticomunista. Só pode ser idéia do coronel Burnier!" Bom, isso ele disse na reunião com o seu pessoal, e comentou ainda com várias pessoas. Estava revoltado. Diz ele que também foi ao gabinete do ministro falar sobre o assunto. E eu não tinha nada a ver com isso, não tinha nem sabido da operação. Era chefe de pessoal do gabinete do ministro, quer dizer, era o homem que dava informação ao ministro, indicava oficial para tal lugar, mas não tinha nada a ver com operações.

Passam-se os dias, e eu assumo a chefia do gabinete, em 16 de abril, porque o brigadeiro Sousa e Silva estava doente. Nesse tempo, vim a saber, através de um major de Santa Cruz que na época era capitão e tinha o apelido de capitão Amazonas, que o capitão Sérgio havia conversado com ele, dizendo que aquela operação do Para-Sar tinha sido feita à paisana, e que os oficiais tinham recebido ordens para matar os estudantes e largá-los na rua. Quando soube disso, passei um rádio para a Escola de Aero-

náutica, mandando chamar o capitão Sérgio ao gabinete. Ele se apresentou, e eu lhe disse: “Capitão Sérgio, o senhor ouviu falar isso assim, assim, e anda dizendo que eu teria dado ordem para utilizar o Para-Sar. Eu não tenho nada com isso.” “Não, senhor, não tenho dito nada disso.” “Tem sim, porque o senhor falou isso ao capitão Amazonas. Se quiser, eu o chamo agora aqui para desmenti-lo.” “Bom, realmente eu comentei com ele que podia ser idéia sua, porque o senhor é anticomunista.” “Mas como você inventa uma coisa dessas e começa a difundir? Não tenho nada com isso, e não posso admitir que você faça uma coisa dessas.” “Realmente, eu comentei, mas sem maldade alguma.” “Então, capitão, fique ciente de que, se algum dia eu souber que o senhor fez outras declarações desse tipo, vou pedir ao seu comandante uma punição severa. Pode se retirar.” Ele só admitiu que havia levantado falso testemunho contra a minha pessoa depois de eu dizer que o capitão Amazonas estava lá para desmenti-lo. E foi embora. Não falei mais com ele.

Passaram-se os tempos, fui promovido a brigadeiro e, nesse meio tempo, quando eu já estava no A2, recebi a informação de que em São Paulo haviam chegado informações de que, no Esquadrão de Fotografia Aérea, estavam comentando que avião de reconhecimento fotoaéreo não devia ser armado para ter redução de peso, para poder combater com mais velocidade, para poder fotografar o inimigo e voltar num tempo rápido. Quer dizer, os rumores eram de que um esquadrão de reconhecimento de foto não era feito para atirar, para matar ninguém. Mas os aviões andavam armados por causa da situação militar. A ordem do ministro da Aeronáutica, na época, era de que todos os aviões de combate que pudessem ser armados deveriam ser.

Além disso, surgiu o comentário de que, no Para-Sar, com chegada do capitão Sérgio, havia um mal-estar no meio dos sargentos, e de que ele e o capitão Santos, que tinha chegado também de fora, estavam comentando: “É um absurdo botar o Para-Sar na rua, ainda por cima à paisana. Não somos meganhas, somos militares. Não vamos trabalhar à paisana para controlar distúrbio de rua.” Eles achavam que o Para-Sar era só para salvar vida humana. Esses comentários foram surgindo e criando inquietação dentro da unidade. Tudo isso foi levado ao conhecimento do chefe do gabinete, e depois ao ministro da Aeronáutica, que determinou

a mim, Burnier, como chefe do A2, que fizesse uma reunião com o Para-Sar.

A reunião foi feita no Rio de Janeiro, no dia 14 de julho de 1968, no Ministério da Aeronáutica, ao lado do gabinete do ministro, no salão de recepção, com a presença do comandante da unidade, oficiais, sargentos e cabos, toda a tropa do Para-Sar. Eram mais ou menos 25, trinta homens. Ou seja, uma reunião com o comandante de todos eles, a fim mostrar que a função do Para-Sar não era só a de salvar vida humana; que a utilização do Para-Sar naquela ocasião das passeatas tinha ocorrido dentro dos cânones normais disciplinares; que a missão em traje civil ou militar era a mesma coisa; que o militar tanto pode andar fardado como em traje civil; e que pode operar em qualquer área.

Expliquei a todos aquilo que está escrito na lei de criação da 1ª Esquadrilha de Busca e Salvamento, as operações que lhes cabiam fazer em tempos de paz e em tempos de guerra, tradicional ou revolucionária, como a que estava acontecendo naquela época no Brasil. O que estava acontecendo no Brasil já não era mais distúrbio, era quase uma guerra revolucionária, e era uma guerra ideológica também. Disse também que, em tempo de paz, a Esquadrilha de Busca e Salvamento fazia busca e salvamento no mar, na terra e na selva, e que o preparo a que se submetiam era muito severo, porque era preciso ter condições de resistência física e psicológica para agüentar serem jogados no mar em caso de salvamento marítimo. Dei o exemplo do que acontecera pouco tempo antes, quando oficiais foram jogados no mar para serem recolhidos por um navio, porque um capitão-médico teria sido chamado para fazer uma operação a bordo, e a fizera com sucesso. Lembrei que poderiam também ser jogados na selva para resgatar vítimas de acidentes aeronáuticos, e que então poderiam encontrar grupos de índios hostis. Então era preciso ter condições de preparo para isso. Por isso, andavam armados, tinham conhecimento de explosivos. Falei tudo isso na parte relativa a tempos de paz.

Depois passei à parte de guerra. Disse que, em face do que estava acontecendo no mundo, os esquadrões de busca e salvamento haviam sido criados, principalmente pelos americanos, para sobrevoar território inimigo. Se um avião for atingido em território inimigo, seu tripulante salta de pára-quedas e é aprisio-

nado. Vai ser submetido a um interrogatório violento e, sob tortura, confessa informações valiosíssimas. Porque o inimigo, assim como nós, só pode trabalhar com informações. Esse piloto precisa, portanto, ser resgatado. Expliquei também que um coronel do Exército, numa tropa de Infantaria, pode no máximo ter conhecimento do que se passa a trezentos metros à sua frente. Já um piloto que vai voar numa área dessas tem conhecimento exato de onde está a linha de combate.

Fui falando, explicando tudo isso, dando vários exemplos do Vietnã e da Segunda Guerra Mundial, para mostrar que a Tropa de Busca e Salvamento não é especificamente para resgatar vida humana. Ela tem que combater também para poder cumprir a sua missão. E prossegui no exemplo da guerra revolucionária. A guerra revolucionária não é na selva, é na cidade. Então expliquei que o Exército solicitara nossa colaboração, e a Aeronáutica mandara que o Para-Sar se apresentasse ao Exército. Que a unidade fora usada em trajes civis, mas que os trajes civis foram utilizados para localizar inimigos. Bom, dei a explicação e disse que não se podia confundir uma operação dessas, que acontecera dentro da cadeia de comando, a pedido do Exército.

Como exemplo do que não poderia ser feito, falei sobre uma operação que os pára-quedistas do Exército tentaram fazer contra o governador Carlos Lacerda. O coronel "Faz Tudo", do Exército, que era pára-quedista, junto com outros oficiais e sargentos do Exército, tentou fazer uma operação clandestina para seqüestrar e talvez até matar o governador Carlos Lacerda, mas não deu certo. O governador, em vez de visitar o Hospital Miguel Couto, foi para outro hospital e, com isso, eles não se encontraram. Foram todos descobertos, punidos e expulsos do Exército. Isto seria uma ação terrorista, porque não estava dentro da linha de comando e, principalmente, porque não fora determinada por autoridade competente.

Expliquei tudo isso, dei todos os exemplos, e terminei a exposição, que durou mais ou menos uma hora. Perguntei ao major Lessa: "O senhor entendeu?" "Capitão Sérgio, o senhor entendeu?" Ele respondeu: "Eu não concordo." "Eu não perguntei se o senhor concorda. Perguntei se o senhor entendeu. Se não entendeu, amanhã procure o seu comandante, major Lessa, para tirar dúvidas a respeito." Foi isso o que aconteceu.

Soube depois que o capitão Sérgio comunicou ao brigadeiro Itamar, diretor de Rotas Aéreas, que eu, brigadeiro Burnier, na exposição feita no dia 14 de junho sobre o Para-Sar, teria dito que era preciso aprender a matar em tempo de paz para poder matar na guerra, e que o governador Carlos Lacerda já devia estar morto. Enfim, uma porção de coisas desse tipo, deturpando tudo o que eu havia falado. O brigadeiro Itamar ouviu-o e, imediatamente, levou sua declaração ao conhecimento do chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, que por sua vez comunicou ao ministro. Aí o ministro da Aeronáutica determinou ao brigadeiro Sousa e Silva, seu chefe de gabinete, que pedisse informações ao brigadeiro Itamar, e que o capitão Sérgio declarasse por escrito o que havia dito.

Dias depois, chegou às mãos do ministro um relatório do capitão Sérgio, escrito à mão em letra de imprensa, assinado por ele mesmo — Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho —, confirmando o que havia declarado. Era uma folha muito mal escrita, uma vergonha de apresentação, mas o brigadeiro Itamar aceitou e acreditou no que estava escrito. Ele era amigo do brigadeiro Eduardo Gomes, e estava brigado com o brigadeiro Márcio, que estava reorganizando o Ministério da Aeronáutica, acabando com a hegemonia da Diretoria de Rotas Aéreas sobre os campos de aviação e sobre as comunicações.

Quando o Itamar entregou essa comunicação, o ministro da Aeronáutica mandou o brigadeiro Sousa e Silva abrir uma sindicância e, sem falar nada comigo, começou a ouvir, um por um, os oficiais do Para-Sar. O capitão Sérgio foi ouvido, assim como o capitão Santos, embora não tivessem tomado parte na operação de rua do Para-Sar — aliás, o capitão Santos não estava nem na reunião que fiz no dia 14 de junho. Terminada a audiência dos oficiais, foi feita uma apresentação dos resultados ao ministro da Aeronáutica — isso foi mais ou menos nos meses de julho e agosto. Quando chegou no dia 11 de setembro, o ministro da Aeronáutica mandou uma comunicação ao brigadeiro Itamar dando ciência do resultado da investigação.

Poucos dias antes, o capitão Sérgio, tendo voltado dessa palestra de apresentação do caso ao Para-Sar, foi para a sua unidade, começou a falar aos sargentos, e quase que houve uma revolta por lá. Ele conseguiu levar vários sargentos e cabos a ficarem quase

que em indisciplina. O capitão Guaranys fez uma reunião com eles e exigiu que todos assinassem um documento dizendo que cumpririam ordens, quaisquer que fossem, vindas da cadeia de comando. Os sargentos se recusaram, e houve uma agitação muito grande. O coronel comandante da Escola aproveitou a oportunidade para reunir os oficiais e pedir a transferência do capitão Sérgio e do capitão Santos, que eram os cabeças dessa agitação interna.

Terminada a investigação, o ministro da Aeronáutica dirigiu o Ofício Secreto 001, de 11 de setembro de 1968, ao brigadeiro Itamar. Nesse documento, que é uma beleza, e que tem várias páginas, ele descreve tudo o que se passou, tudo o que foi apurado. Comenta que o capitão Sérgio procurou tergiversar e mudar o sentido das palavras. Mostrou que ele, como militar, obviamente não podia deixar de saber que o soldado é feito, em trajes civis ou militares, para combater e, conseqüentemente, para matar, se for o caso. Falou do absurdo do que o capitão Sérgio estava espalhando, da apuração que o brigadeiro Sousa e Silva havia feito, e no fim dizia ao brigadeiro Itamar que encaminhava o boletim punindo o capitão Sérgio com 25 dias de prisão, e o capitão Santos, com vinte dias, por ter secundado afirmações graciosas. Estava encerrado o fato.

Mas o brigadeiro Itamar, mesmo depois de receber essa comunicação, ainda continuava querendo ouvir os oficiais do Para-Sar e acreditando que o Sérgio estava certo. Quando o ministro da Aeronáutica soube que ele continuava apurando o caso através de questionários, mandou pedir que os remetesse todos para ele. E o brigadeiro Itamar, no dia 26 de setembro, mandou de volta ao ministro da Aeronáutica todos os 36 questionários respondidos de próprio punho, questionários que ele e os seus auxiliares haviam preparado para ouvir os sargentos e oficiais do Para-Sar. No dia 26 de setembro de 1968, o ministro da Aeronáutica recebeu esse material e chamou a atenção do brigadeiro Itamar, dizendo: "Brigadeiro, o senhor não podia ter continuado a fazer isso depois de ter recebido a minha solução. Ao continuar fazendo interrogatórios independentes, posteriores à minha comunicação, o senhor cometeu indisciplina militar." E puniu o brigadeiro Itamar com dois dias de prisão domiciliar.

Bom, o capitão Sérgio saiu da Escola da Aeronáutica e estava sendo transferido para Recife, onde só chegou para se apresentar

ao Hospital da Aeronáutica no dia 4 de outubro. No dia seguinte, escreveu uma carta de quatro ou cinco folhas ao brigadeiro Itamar. E foi nessa carta que, pela primeira vez, falou na inverossímil história de uma proposta para a execução de um plano terrorista, e que pela primeira vez apareceu a figura da explosão do gasômetro. O capitão Sérgio, depois de tudo encerrado, de tudo acabado — ele fora punido e o brigadeiro Itamar também —, escreveu essa carta, que era uma barbaridade. Nela, ele declarava que o Para-Sar, contra a vontade do brigadeiro Itamar, pelo Exército e por ordem do general Ramiro Gonçalves, comandante da Divisão Blindada, fora utilizado na rua, sem documento de identificação, em trajes civis, com armas com os números raspados, e com ordem de matar os estudantes e deixar os cadáveres jogados na rua. Declarava também que eu e o brigadeiro Hipólito da Costa — outro oficial general muito conhecido e muito querido na FAB, também um anticomunista muito sério —, dias antes de 14 de junho, a portas fechadas no gabinete do ministro da Aeronáutica, o havíamos chamado para uma reunião. Dizia que, na ocasião, propuséramos que ele, como líder do pessoal do Para-Sar, dos sargentos e cabos, poderia, se quisesse, assumir a função de, junto com sargentos e outros, dinamitar vários estabelecimentos americanos no Rio de Janeiro: a embaixada americana e o depósito do gasômetro localizado no início da avenida Brasil, próximo da Rodoviária. Com isso, levaríamos o pânico e o desespero à população, haveria gritos da imprensa, e eu diria que tudo havia sido obra dos comunistas. As forças policiais militares sairiam na "caça às bruxas" para prender os comunistas, acabando com eles em seis meses, e a Revolução estaria formidável. Dizia que nós achávamos que ele precisava fazer isso porque os ministros militares, o pessoal da Revolução estava muito frouxo, e era necessário acabar com essa frouxidão. Nós não soubemos de imediato dessa carta, escrita em 5 de outubro.

No final do ano de 68, com o incremento da convulsão social, inclusive da Câmara dos Deputados, contra o governo militar, o presidente Costa e Silva foi levado a pedir licença para processar vários deputados, inclusive esse Márcio Moreira Alves — o tal que declarou que as moças brasileiras deviam evitar até contato com os militares, não deviam namorar os militares, porque eram uma turma de miseráveis, de cachorros desgraçados. A Câmara negou

esse pedido e, no dia 13 de dezembro de 1968, foi expedido o AI-5. O presidente fechou o Congresso, cassou os deputados que devia cassar, prosseguiu na rota da Constituição e intimidou a imprensa. Mas a imprensa, vinha publicando continuamente a história do Edmundo Muniz, diretor e redator-chefe do *Correio da Manhã*, sobre a ação que teria sido planejada de jogar, a quarenta milhas da costa, quarenta figuras políticas do Brasil, inclusive o general Mourão Filho. Como o general Mourão estava muito desgostoso porque não tinha sido nomeado comandante do I Exército, eles o botaram também no meio. Falaram em Hélder Câmara, Carlos Lacerda, no próprio brigadeiro Teixeira e mais cinco nomes.

As acusações prosseguiram até que, com o AI-5, acabou tudo. Durante o ano de 69, o capitão Sérgio, que estava em Recife, continuou com suas viagens ao Rio de Janeiro. Fora colocado na Intendência do Hospital da Aeronáutica, em Recife, mas estava apavorado e disse ao seu comandante que nada sabia de intendência. E, como estava praticamente parado. sem fazer nada, pediu para fazer um curso no Rio de Janeiro, e o comandante permitiu. E nas viagens de ida e volta, ele vivia mostrando para toda gente as informações sigilosas do brigadeiro Itamar ao ministro da Aeronáutica. A cópia desses documentos estava nas mãos do capitão Sérgio, e foi mostrada, pelo menos, a dois oficiais, que deram ciência ao Ministério.

Em função disso e da ligação dele no Rio com outros sargentos, provocando maiores atritos dentro do Para-Sar, mandamos abrir um processo de investigação sumária — PIS — contra ele, que tomou o número 63. No decorrer desse processo, começaram a ser ouvidas várias testemunhas contra ele. Neste meio tempo, inesperadamente, mais ou menos em maio ou junho de 69, nós pegamos uma cópia daquela carta do capitão Sérgio ao brigadeiro Itamar. Nós a pegamos porque ele mesmo mandou fazer vários exemplares para mandar ao Itamar e a outras pessoas — brigadeiro Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e uma porção de gente. Uma dessas cópias caiu em mãos da nossa rede de informações e chegou ao meu conhecimento. Eu a levei para a chefia do processo de investigação sumária e fiz anexá-la aos autos. Esta carta, escrita de próprio punho, assinada por ele, tornou desnecessário ouvi-lo, se era ou não era, se fazia ou não fazia subversão: não havia mais dúvida de que esse homem continuava fazendo uma tentativa de

desmoralização de um oficial-general da FAB, que era eu, e que se devia pôr um fim nisso tudo.

Encaminhamos a carta, depois de examinada por dois oficiais do CISA, com análise completa, e apresentamos uma queixa ao presidente da República para que ele fosse cassado, reformado. Nesse meio tempo, o general Costa e Silva ficou doente, e o processo passou para as mãos da Junta Militar. E a Junta Militar, em setembro de 69, já com o Costa e Silva doente, assinou o ato mandando reformar o capitão Sérgio e cassando os seus direitos políticos por dez anos. Isso é tudo sobre o caso Para-Sar.

Mas suas repercussões se estenderam muito além desse período.

O que aconteceu foi o seguinte: passaram-se os anos, e em 78, quando começou a haver a abertura, o general Peri Bevilacqua fez um discurso, no Clube Municipal, no Rio de Janeiro, em que, lá pelas tantas relatou o caso do Para-Sar da maneira como o Sérgio contava. E mais: disse que eu havia dado ordem, naquela tal reunião, para que o Sérgio fizesse explodir o gasômetro e o ribeirão das Lajes — acrescentava mais um fato ao caso.

Nesse momento, já na reserva, mandei ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Araripe, uma carta de quarenta e tantas páginas, explicando tudo o que estou contando agora, mas dando maiores detalhes. Nesta carta, eu solicitava ao brigadeiro para liberar toda a documentação das averiguações anteriores, classificadas como sigilosas. O brigadeiro Araripe respondeu-me que só poderia liberar a documentação se o brigadeiro Márcio, que tinha sido ministro na época, concordasse em abrir mão do sigilo. O brigadeiro Márcio autorizou-me.

Respondi então ao brigadeiro Araripe em uma segunda carta, uma semana depois, no dia 14 de março de 1978, dizendo que o brigadeiro Márcio nada tinha a opor, mas lembrava que ele, brigadeiro Araripe, era o atual ministro, e portanto, era quem tinha que decidir. O brigadeiro Araripe respondeu dizendo que ia tomar providências, mas, como ministro da Aeronáutica, iria decidir o que fazer. Posteriormente, mandou distribuir, pelo CISA, para todas as unidades da Força Aérea Brasileira, para o conhecimento de todos os oficiais, uma nota dizendo que eu, brigadeiro Burnier, nada tivera com o caso Para-Sar. Na época,

mandei uma cópia do documento que escrevi ao brigadeiro Araripe para o chefe do SNI, para o almirante Rademaker, o general Lira Tavares e o brigadeiro Márcio.

Passaram-se os anos de 78, 79, 80, e a imprensa continuava publicando as mesmas falsidades e mentiras contra a minha pessoa. A revista *Veja* publicava, a *Isto É* publicava. Era uma coisa horrível. E eu não podia fazer nada, pois o brigadeiro Araripe não havia liberado a documentação do sigilo a que estava submetida. Então pedi por escrito ao brigadeiro Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica de então, a abertura de um Conselho de Justificação contra mim, citando todos os documentos e dizendo que, se fosse apurado que tudo aquilo era verdade, quem devia ser expulso e reformado da FAB era eu. O ministro Délio demorou uns dois meses para responder, e acabou mandando arquivar o meu pedido, considerando que eu era um oficial formidável e que as informações estavam todas erradas. Fazia muitos elogios a mim, ao meu caráter, dignidade e tudo, dizia que as acusações eram infundadas, que não deviam ser consideradas e, em função disso, mandava arquivar. O *Estado de S. Paulo* publicou tudo isso em uma reportagem completa, dizendo a verdade sobre o caso Para-Sar. Mas os jornais, de tempos em tempos, repetiam todas as acusações, e eu não tinha como me defender.

Quando chegou o ano de 1985, o ministro da Aeronáutica era o Otávio Júlio Moreira Lima, e eu novamente pedi, em carta, a abertura de um novo processo, porque as acusações nos jornais, nas revistas, na televisão, e no rádio continuavam, e eu não podia fazer nada: não podia processar o homem, porque toda a documentação era sigilosa. O ministro da Aeronáutica respondeu que nada havia contra mim, e que mandara arquivar o processo. Mas o seu chefe de gabinete enviou-me um ofício dizendo: "Brigadeiro Burnier, o ministro da Aeronáutica acha que este é um assunto particular entre o senhor e o capitão Sérgio. Se o senhor quiser levar adiante, deve ir para a Justiça Civil." Fiquei indignado, mas não podia fazer nada. Queria que a Justiça Militar julgasse o caso e constatasse que ele estava mentindo.

Em 89, na TV S de São Paulo, no programa do gordo Jô Soares, houve uma entrevista com o Sérgio Macaco, naturalmente combinados antes, que durou 45 minutos, dois tempos do programa. No primeiro, só ele e o Jô; depois, ele, o Jô e mais dois artistas, uma

moça cantadora de música subversiva, e um outro fabricante de letras de música, um rapazinho compositor de Belo Horizonte, que falou que é contra os militares, que tem horror dos militares etc. Nesse programa, o capitão Sérgio assacou mais duas mentiras contra a minha pessoa. Então, em face dessa entrevista, requeri à empresa TVS, ao sr. Sílvio Santos, o direito de resposta. Ele me respondeu em seguida autorizando e dizendo que queria mandar uma passagem para mim e custear minha estadia em São Paulo. "Não quero nada disso, só o direito de resposta. É só marcar dia e hora para eu ir ao programa." Marcaram dia e hora e, durante 45 minutos, rebati tudo o que o Sérgio falou, e até coloquei o Jô Soares, pela primeira vez, num embaraço danado, porque o obriguei a ler tudo o que estava escrito no relatório do CISA e na documentação sigilosa que já havia sido liberada pelo ministro da Aeronáutica.

Independente disso, ainda em 1989 abri um processo contra o capitão Sérgio no Supremo Tribunal Federal do meu país porque, nessa época, eu ainda acreditava que funcionasse realmente como órgão de justiça. O ministro Sanches, que era o relator da queixa-crime, solicitou à Câmara dos Deputados licença para processar o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, porque este fora eleito suplente de deputado e, com a saída do vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto D'Ávila, assumira a função de deputado federal pelo PDT. Ficou um ano e pouco só. Mas, durante a campanha eleitoral, o capitão Sérgio havia distribuído panfletos em que falava do caso Para-Sar, repetindo todas as infâmias anteriores e inventando mais uma.

Na entrevista que deu ao Jô Soares, ele repetiu essa nova acusação contra mim. Era a quarta! A primeira era de que eu tinha sido responsável pelo uso do Para-Sar na operação de rua; a segunda, que eu tinha mandado explodir o gasômetro; a terceira, que eu tinha mandado explodir o ribeirão das Lajes; e a quarta, agora nesse panfleto e na entrevista que deu ao Jô Soares — e foi por isso também que iniciei o processo —, dizia que eu, brigadeiro Burnier, quando adido no Panamá, fizera o curso da JID (Junta Interamericana de Defesa) e, nesse curso, junto com outros oficiais da FAB, havia combinado um plano de entrega da Amazônia aos pára-quedistas americanos, mediante o pagamento de um empréstimo formidável ao Brasil. E o Jô Soares perguntou: "Então

o Brasil perderia uma parte do seu território...?" E o capitão Sérgio respondeu: "Sim, mas, em compensação, receberia uma ajuda financeira de tal ordem, um novo superplano Marshall, que deixaria a vida do povo brasileiro em condições iguais às do europeu." Na minha entrevista, eu disse: "Primeiro, o adido da Aeronáutica no Panamá não tem nada a ver com a JID. A JID fica em Washington, e não tem curso. É uma junta interamericana de oficiais-generais das Forças Armadas de todos os países das Américas. Segundo, eu nunca estive lá, nem na JID, nem em Washington. Estive no Panamá dois anos."

A Câmara dos Deputados demorou um ano e meio para me responder, até que chegou 1991 e o capitão Sérgio não foi reeleito. Então requeri ao Supremo Tribunal que passasse o processo para a jurisdição federal no Rio ou em São Paulo — de acordo com a lei, pode tramitar no local em que se deu o crime ou no local onde moram os responsáveis, os autores da causa. Foi feita uma consulta ao consultor-geral da República, dr. Junqueira, que deu um despacho dizendo que o processo tinha que continuar no Supremo Tribunal Federal, porque o crime havia sido cometido quando o capitão Sérgio era deputado. O ministro Sanches mandou fazer a citação dele aqui no Rio de Janeiro. O funcionário foi à sua casa e, em vez de citá-lo, citou o filho. Imagine que absurdo! Aí o ministro Sanches viu que estava tudo errado, fez um despacho anulando tudo aquilo e mandando fazer nova citação, dizendo à Justiça do Rio que quem tinha de ser citado era o autor. Um absurdo! Isso atrasou o processo em mais seis meses. Afinal, o capitão Sérgio foi citado e intimado a apresentar a defesa prévia. Nesta, ele pediu para que fosse desgravada a fita que eu tinha entregue como prova contra ele na petição que fiz ao Supremo. O ministro Sanches mandou me perguntar, e eu não concordei, instruído por meu advogado: "Negativo. Aquilo era a prova do crime. Só devia ser desgravado quando virasse processo."

No dia 4 de novembro de 1991, o ministro Sanches mandou tudo isso para a Consultoria Geral da República, que, a 4 de janeiro de 93, mandou para o Supremo Tribunal Federal a seguinte informação: tendo em vista ser crime de imprensa, estava em prescrição judicial. Já se haviam passado dois anos, e ele achava conveniente que fosse arquivado. Neste meio tempo, em novembro de 91, o capitão Sérgio estava com um processo pedindo o direito de pro-

moção a brigadeiro, já que havia sido anistiado e era coronel da reserva. Quando chegou no final de 91, o ministro-relator Vieira de Melo e o ministro Ilmar Galvão propuseram que não fosse recebido seu pedido de promoção, porque ele não tinha direito a nada. Aí o ministro Marco Aurélio Melo, primo do presidente Collor, pediu vista ao processo, ficou com ele em mãos durante um ano e meio, e o julgamento foi suspenso.

Em dezembro de 92, o ministro Marco Aurélio Melo deu um voto arrasador contra mim e contra o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, ministro da Aeronáutica, falando de torpe vingança de nossa parte contra um pobre capitão da Aeronáutica. No final, dizia que o capitão Sérgio devia ser promovido, em caráter excepcional, a brigadeiro, baseado na suposta existência de duas punições sobre uma mesma falta. Com relação à passagem do mesmo para a ativa, isso dependeria do Ministério da Aeronáutica. Os outros ministros começaram a votar. O ministro Brossard fez uma verdadeira catilinária contra a minha pessoa, baseada na carta do brigadeiro Eduardo Gomes, escrita ao presidente Costa e Silva, arrasando com a minha dignidade, com a minha moral, e com a do ministro Márcio. Enfim, todos os ministros, mas principalmente o Brossard e o Marco Aurélio, me atacaram. Só um ministro não votou porque não estava lá: o Moreira Alves. Todos votaram, e foi fechado o julgamento. Ainda em 92, depois dessa decisão, tirei cópia de todo o processo, escrevi uma carta violenta ao Marco Aurélio Melo com umas 15 a 18 páginas, dizendo todas as verdades acerca do absurdo que ele tinha feito, e em protesto contra o voto que havia proferido, após um ano e um mês. Nesse tempo em que pediu "vista", não havia apurado nada a respeito das falhas existentes no processo (voto saneador) nem pedido qualquer outra informação ao ministro da Aeronáutica sobre a veracidade da segunda punição.

Posteriormente, no dia 10 de fevereiro de 93, solicitei ao atual ministro da Aeronáutica, Lélio Viana Lobo, novo Conselho de Justificação. Pedia que abrisse um inquérito contra mim para apurar se tudo aquilo era verdade. Se fosse, quem deveria ser expulso da Força Aérea era eu. O ministro, até a data de hoje, não resolveu nada. Em outubro, mostrei-lhe que a defesa que o Ministério havia feito no processo do Sérgio acerca de sua promoção fora toda errada desde o início, e apontei inclusive os erros que haviam

sido cometidos no processo no Supremo Tribunal Federal. Mostrei que não fora dado direito à União, e que eu não podia interferir porque, pela lei, só quem tiver prejuízo material é que pode requerer. Conversei com um ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, que me deu um parecer. Mostrei este parecer ao consultor-geral da Aeronáutica, em Brasília, e ao ministro da Aeronáutica, e ambos acharam que podia ser feita a ação rescisória. Em 93, ainda, o ministro da Aeronáutica, mesmo pressionado pelo STF, não quis e não pôde cumprir a decisão de promover o capitão Sérgio a brigadeiro, por se tratar de um ato exclusivo do presidente da República. Em conseqüência, remeteu ao presidente da República a exigência do STF. O presidente, após algum tempo, acabou cumprindo a decisão do STF de promover o capitão Sérgio a brigadeiro, mas, no seu despacho, determinou ao ministro da Aeronáutica que pleiteasse uma ação rescisória junto ao advogado da União para anular a promoção. O Ministério da Aeronáutica ainda estuda o pedido. Tenho esperança de que isso prossiga, embora essa revolta surda provoque em mim um mal imenso. Vou ter saúde para ver esse caso ir até o fim.

É só o que eu gostaria de falar a respeito do caso Para-Sar para se ter uma idéia do absurdo que há 21 anos venho sofrendo, sem ter cometido um deslize, mas por falta de coragem moral de alguns companheiros militares e, principalmente, por causa da vingança que grande parte do jornalismo brasileiro, todo da esquerda, vem fazendo contra a minha pessoa. O que realmente me causa mais mágoa é a atitude do Supremo Tribunal Federal, porque o julgamento do Sérgio contra mim foi feito e acabado, enquanto o meu contra o capitão Sérgio, que estava com os mesmos relatores, não andou. Quer dizer, os ministros não olham, não estão ligados nas coisas, e o sistema montado impede que você possa agir. Só quem pode agir é a União, o Ministério da Aeronáutica e o próprio Ministério Público. Você, como parte que está sendo ofendida e avacalhada, não pode fazer nada. Essa é a minha grande mágoa da Justiça do meu país. Realmente é uma verdade: da pátria, não devemos esperar nada, nem mesmo compreensão por todas as coisas que se fazem. Mas é violenta a mágoa que fica.

José Luiz Coelho Netto

■

Nasceu em 1921. Serviu na FEB como tenente. Foi instrutor em diversas escolas do Exército. Em 1964 era major e estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Foi subcomandante do Centro de Informações do Exército (CIE) durante o governo Médici e serviu na Agência Central do SNI no governo Geisel. Comandou depois a 4ª Divisão do Exército, sediada em Belo Horizonte, sendo designado a seguir para o gabinete do ministro do Exército. Passou para a reserva em 1983 no posto de general-de-divisão.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro em janeiro de 1993.

■

No combate à luta armada, havia diferenciação de funções entre o CIE e o SNI?

Quem mais se empenhou no combate à luta armada foi o CIE. Eu era o subcomandante. Havia grupos de guerrilheiros no Araguaia, em outros lugares do interior e nas grandes cidades — Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre. Então, tínhamos que acabar com eles.

Quantas pessoas trabalhavam com o senhor na Agência Central do SNI?

Eu era chefe de seção, mas não sei dizer. Porque o trabalho era setorizado, então, a gente cuidava do seu setor e ignorava muita coisa dos outros setores.

Comentava-se, na época, que, contando não só o pessoal permanente mas também o pessoal de trabalho temporário, havia, talvez, uns vinte mil agentes espalhados pelo Brasil.

Realmente, os agentes eram espalhados por todo lugar, como em todo serviço secreto. Tínhamos agentes no nível médio e no nível superior, principalmente advogados. A maioria, civil. Mas não creio que houvesse esse número, porque eu sempre tive falta de pessoal. Eu era chefe de seção e sempre tive falta de pessoal.

Que seção o senhor chefiava?

A seção de comunismo internacional. Porque o comunismo veio de fora para cá, não foi? Então tínhamos que estar de olho. E aqui acontecia muita coisa que tinha sido trabalhada na França, na Iugoslávia e em Moscou, é claro.

Em Cuba, não?

Não. Cuba sempre arrotou grosso e cuspiu fino.

E China e Albânia?

Na época, não.

Mas o PC do B era influenciado principalmente pela China e pela Albânia.

Era, o albanês. Mas o PC do B teve maior atuação no Norte do país, no Araguaia. Ali era PC do B puro.

O senhor investigou também os contatos do PC do B?

Todos foram investigados. Muitos mudaram, porque viram que a esquerda não levava a nada. Mas tem muita gente hoje que é deputado, senador, está em cargos do governo...

O que era feito para se assegurar de que a acusação de "esquerdista" se aplicava a determinada pessoa?

A investigação resolvia tudo. Você ia atrás do passado do indivíduo, da ficha policial, se tivesse, acompanhava a sua atuação em vários setores de atividade, colhia o testemunho de pessoas que trabalhavam ou que tinham trabalhado com ele... É a única maneira de se fazer uma investigação desse tipo.

Buscava-se também informações sobre as pessoas que estavam viajando, interceptava-se a correspondência que vinha para os partidos?

Sim. Porque lá fora davam cursos para os brasileiros de formação prática de guerrilha.

Os países árabes também se dedicavam a essa formação? A Líbia, a Síria?

Não. Nunca tivemos nenhum problema, nenhuma preocupação maior com eles.

Havia muita gente indo fazer cursos de treinamento no exterior?

Tivemos anos que só em Moscou havia umas sessenta pessoas. Essas pessoas saíam dentro das facilidades que a chamada Revolução ditatorial fornecia. Tiravam seu passaporte e viajavam. A maioria viajava primeiro para a França ou para a Itália, de onde, então, ia para Cuba ou Iugoslávia. Era o normal.

E era possível acompanhar a atuação desse pessoal em Moscou ou na Iugoslávia?

De certa forma. Com muita falha, por falta de pessoal, porque um trabalho desses custa caro. Não se paga a um agente no exterior o mesmo precinho que se paga a um agente no Brasil. E se paga em dólar. Então esse acompanhamento ficava muito restrito, porque era um trabalho que custava caro. Além dos nossos agen-

tes no exterior, também fazíamos ligações com a CIA, que dispunha de uma rede muito extensa no mundo.

A CIA não fazia isso de graça para os senhores?

A CIA não faz nada de graça. Para ninguém! Aliás, os americanos, de uma maneira geral, não fazem nada de graça para ninguém. Acho que estão certos. Se nós fazemos, estamos errados.

Das várias organizações de contra-espionagem existentes no mundo ocidental, quais eram as mais eficientes?

Era a CIA americana. Depois, era páreo duro entre o serviço alemão e o francês.

Qual das organizações de esquerda tinha mais contato com o exterior?

O PC e o PC do B. Porque o PC era praticamente um apêndice do Partido Comunista russo. Recebia ordens de lá. Nativismo engraçado esse, não é? E o PC do B era mais ligado ao comunismo chinês.

No Rio, qual era o grupo cuja atuação inspirava maiores cuidados àquela época?

Ainda eram o PC e o PC do B. Porque os outros — MR-8 etc. — eram "grupelhos". Não faziam mossa a ninguém. Levavam umas palmadas, sumiam. Mas o PC tinha uma estrutura.

Mas era, dos grupos de esquerda, o menos revolucionário.

O PC tinha uma teoria: como em 35 eles haviam levado uma paulada vigorosa, achavam que dessa vez tinham que se resguardar de qualquer luta armada. Porque sabiam que, luta armada por luta armada, nós iríamos com mais força. Então, dedicou-se mais ao proselitismo: formar pessoas, grupos, influir nas administrações governamentais, municipais, estaduais e fe-

deral. Era essa a sua orientação. Tanto que, no Araguaia, não tinha ninguém do PC.

O senhor também investigou o pessoal do Araguaia? Quantos guerrilheiros havia?

Sim, o meu pessoal trabalhou nisso. Havia gente nossa infiltrada. O PCB e PC do B sempre foram vendidos por gente que estava lá dentro. Não em tudo, porque eles também não tomavam conhecimento de tudo. Mas uma coisa dessas é fácil saber. Aliás, infiltrar é uma ação normal em todo serviço secreto do mundo. Quanto ao número de guerrilheiros, o CIE contou: sessenta armados, estruturados, fora os adeptos laterais, que a gente nem ligava. Não ia perder tempo.

Vocês tinham idéia desse número desde o início?

Não, não tínhamos idéia alguma. Só soubemos depois de chegar lá, tanto que fomos surpreendidos. Porque quando entramos contra eles, eles já estavam organizados, armados, municiados. Eram armas comuns, individuais — metralhadora de mão, granadas, fuzis — mas que, numa região de mata, são o armamento principal.

E qual foi o número de baixas nas Forças Armadas durante a guerrilha do Araguaia?

Bom, nós tivemos, não só no Araguaia, um número na ordem de quatrocentas baixas. Mortos no combate à subversão.

Considerando as Forças Armadas como um todo?

Bom, nas Forças Armada é relativo, porque era basicamente o Exército que estava na luta. Era luta de terra, em terra. Então foram mortos em encontros armados. Assassinato cara-a-cara houve muito pouco. Eles também procuravam se resguardar, porque montar um "aparelho", como eles chamavam — e nós também —, um apartamento ou uma casa, onde tinham o seu material e se reuniam, saía caro.

A partir de que momento o Exército entrou no combate aos grupos de esquerda de uma forma mais ostensiva, mais direta, tomando a liderança da repressão?

É missão do Exército, das Forças Armadas, defender a Constituição, defender a ordem legal. Quando aparecem grupos querendo derrubar a ordem legal, não precisa haver ordem para contra-atacar. Já está implícito na missão. Então, os militares se organizam e saem em cima. Os grupos subversivos foram montados, organizaram-se, e começaram a atuar mesmo no final do governo Costa e Silva, começo do Médici. Foi então que começaram a botar as manguinhas de fora e nós tivemos que entrar duro em cima deles, porque a Polícia estadual não tinha estrutura para enfrentá-los.

A duplicidade de órgãos vinculados com informações e com operações, como o E2 e o CIE, parece desagradar a alguns militares. O que poderia dizer a respeito disso?

Bom, não havia propriamente uma vinculação. Toda vez que nós, do Exército, íamos fazer uma operação em determinada área, informávamos ao SNI, para não haver encontros, para não bater cabeça. Havia, sim, no nosso meio, oficiais que achavam que não devíamos nos meter nisso. Eram oficiais que estavam deslocados da missão do próprio Exército ou — ouso até dizer — que tinham receio de serem designados para um desses setores. Nem todo mundo fardado é valente. Também temos os nossos covardes enrustidos.

De quem partiu a idéia de criação do CIE?

Não sei. Não foi idéia de um homem. Havia um conjunto de homens, de oficiais que estavam preocupados com o problema.

Havia uma subordinação do CIE ao SNI?

Não, era um órgão paralelo. Mas havia troca de informações. Nunca houve choque.

O que fazia o CIE? Prestava informação apenas sobre questões militares, ou não havia uma especificidade?

Informávamos sobre qualquer coisa: comunismo, subversão de uma maneira geral, corrupção...

As Forças Armadas já estavam bem preparadas para tratar do problema de contra-informação ou tiveram que mandar seu pessoal fazer cursos no exterior? Em momento anterior, foram enviados técnicos à Alemanha, à França etc., para se especializar em várias áreas.

Não, para isso, estávamos preparados. O assunto informações sempre foi muito importante para nós, havendo ou não subversão. Porque a guerra comum, normal, é desenvolvida em cima de informações também. Então, na nossa formação, há muito do assunto de busca de informações.

Quais foram os grandes problemas que o senhor teve que tratar quando no CIE?

Os grupos comunistas radicados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, nas cidades principais. Desde o início, procuramos infiltrar gente nossa nesse meio. Tínhamos gente infiltrada, tanto que, quando havia uma ação armada contra um desses grupos, ficávamos preocupados com o nosso elemento que estava lá. Porque não podíamos dizer: "Nesse não, que ele é nosso!"

No seu período como subcomandante no CIE, quanta gente havia trabalhando com informações?

É difícil dizer. Se eu disser, é chute. Na ordem de cem, cento e poucos oficiais. Os outros eram sargentos. E havia alguns funcionários civis no nível de investigador, de agente, mas em número menor, porque o funcionário civil não tinha formação, nem tínhamos tempo ou estrutura para lhe dar uma formação completa. Então, aproveitávamos civis que estavam na Polícia, e passavam à nossa disposição, porque já possuíam uma certa formação, até no linguajar.

Durante esse período, qual foi a ação repressiva que o senhor considera de maior êxito?

Meu, nenhum, porque todo o trabalho era em grupo. Acho que o principal mesmo foi o Araguaia.

Qual foi o comando mais importante para desmontar a guerrilha?

Quem acabou desmontando foi o Milton Tavares de Sousa, chefe do CIE. Miltinho, como o chamavam. Bom, duro, firme, inteligente. Como eu, sempre foi considerado da "linha dura". A "linha dura" exigia o cumprimento das leis vigentes, das leis de segurança. E como obrigação sua, vivia procurando se infiltrar e levantar os focos de subversão. E acabar com eles de qualquer maneira, dentro da lei.

Mas era uma legislação excepcional.

Sim, mas era a legislação. Quem fez aquela legislação excepcional, julgou necessário. Não foi um homem, foi um grupo de governo. Então, vamos fazer cumprir rigorosamente.

Quais as pessoas que o senhor considera mais representativas e mais atuantes da "linha dura" durante o período Médici e, depois, no governo Geisel?

Eu ainda ponho em primeiro lugar o general Milton Tavares de Sousa. Grande cabeça. Crânio. Antônio Bandeira — Bandeira foi um grande combatente, inclusive pessoalmente. Isso no período Médici. São os dois principais: Bandeira e Milton. Não tem muito mais do que isso, não. Na Aeronáutica, era basicamente o Burnier.

E a questão da tortura?

Nunca houve tortura. Nunca. Nem precisa. Com o tempo e um interrogatório inteligente, bem-feito, o sujeito cai em contradições, nas armadilhas, e fala. Sem querer, ele fala. Eu cansei de ver isso. Os comunistas aproveitaram esse mote da tortura para fazer

sua campanha, viram que dava resultado. Mas o que é tortura? A prisão já é uma tortura. Privar a pessoa de liberdade já é uma tortura, meu Deus do céu! Mas deram uma conotação diferente à palavra tortura: queimar a planta dos pés, apertar a cabeça, quebrar o braço... Isso não admitíamos em hipótese alguma. Exigíamos que fosse dado ao preso o mesmo tratamento que recebe o prisioneiro de guerra. Porque, na guerra, você faz o prisioneiro, e ele é tratado condignamente. Na prisão, no campo de concentração, seja lá onde for. Mas começaram a falar em tortura, e o nosso pessoal não podia provar que não tinha havido. O sujeito dizia: "Eu apanhei em tal lugar. Me queimaram em tal lugar." E nem tinha marca de queimadura. Agora, a imprensa ajudou muito esse estado de coisas, como até hoje ajuda muito o banditismo. Estou cansado de ver a transformarem bandido em herói. A imprensa ajudou muito a difundir essa idéia. Porque isso vende jornal.

Como era possível ter o controle da prática de abusos dos direitos humanos?

Foi muito boa a pergunta. Nunca, dentro do Centro, se insinuou sequer que não se respeitassem os direitos humanos. Agora, acontece que a atuação operacional era feita por grupos organizados dentro das seções de informação. Em todo grupo há os mais exaltados, os mais radicais. Então, soubemos que houve grupos que, ao invadirem casas ou apartamentos ou ao fazerem prisões, usaram de meios que não autorizávamos. Nós afastamos do sistema os elementos que foram repetitivos nesses atos. Invadir um apartamento, por incrível que pareça, é uma operação perigosa. Muito perigosa. Então, o sujeito invade sabendo que lá dentro tem cinco, seis, oito homens armados — já invade tenso. Não é fácil, não. A luta a céu aberto é muito melhor do que a luta urbana, dentro de cidade. Cada esquina é uma armadilha.

E como se sabia que uma determinada pessoa estava cometendo excessos?

Pelo próprio grupo.

O senhor chegou a abrir algum inquérito contra subalterno seu que tivesse se excedido?

Não.

E o caso do Herzog?

Eu sei qual é o caso dele. Ele foi encontrado morto. Foi dado como suicídio. Como se vai provar que não foi suicídio? Não era hábito da 2ª Seção de São Paulo matar ninguém, nem fazer tortura. Não era hábito. Bom, dar uns encontrões ou uns cascudos... Mas isso não é tortura. Tortura é outra coisa. Nunca houve tortura. Nunca houve.

E as denúncias feitas pela Anistia Internacional? Como os senhores lidavam com isso?

Ah, não dávamos nenhuma bola. Primeiro, porque a Anistia Internacional não estava aqui no Brasil tomando conhecimento exato dos acontecimentos. Segundo, porque a Anistia Internacional corre o mundo fazendo propaganda dos seus *slogans*. Eu considero a Anistia Internacional um bando de vigaristas. Tortura, eu vi, por exemplo, no Paraguai. Servi dois anos e meio no Paraguai, na Missão Militar Brasileira, e vi o que faziam com os contrários ao governo Stroessner. Aquilo que é tortura física da brava. E, no entanto, a Anistia Internacional esteve no Paraguai e nunca falou da existência de tortura lá. Engraçado, não é? Muitos dos torturados, na época, estão vivos hoje, até aleijados. Porque nessa hora o paraguaio é bravo, não brinca em serviço. Quando toca *deguelo*, é *deguelo* mesmo.

Leonidas Pires Gonçalves

■

Nasceu em 1921 no Rio Grande do Sul. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1942. Em 1964, era tenente-coronel e servia no Estado-Maior do Exército (EME), chefiado pelo general Humberto Castelo Branco. De 1964 a 1966 foi adido militar na Colômbia. De volta ao Brasil, tornou-se instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1967, passando, em 1969, para o comando do 2º Regimento de Obuses, em Itu (SP). Em 1971, foi assistente do general Reinaldo de Almeida no EME, acompanhando-o mais tarde na 9ª Região Militar, em Mato Grosso. Em 1973 foi nomeado subcomandante da ECEME e promovido a general-de-brigada, sendo designado, em 1974, para a chefia do Estado-Maior do I Exército, cujas atribuições incluíam a responsabilidade pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Entre 1977 e 1979 comandou a 4ª Brigada de Infantaria em Belo Horizonte, sendo promovido neste último ano a general-de-divisão e passando a dirigir a Diretoria de Obras e Cooperação. Entre 1981 e 1983 foi comandante Militar da Amazônia, ocupando em seguida a vice-chefia do EME, já como general-de-exército, e, de 1983 a 1985, o comando do III Exército. Foi ministro do Exército no governo José Sarney, passando para a reserva em 1986.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares, de janeiro a março de 1992.

■

O senhor retornou ao Brasil em março de 1967, no governo Costa e Silva, quando o Brasil passava por um grande processo de radicalização.

O pior ano foi 68. Nessa ocasião, eu estava na Escola de Comando e Estado-Maior, e depois fui comandar o 2º RO 105, em Itu. A

minha unidade foi uma das que seguiram para o vale da Ribeira para caçar o Lamarca, que estava lá com aquele Fujimore e outros, uns bandidos frios. Nós cercamos a área. Eles tinham prendido um pobre rapaz, tenente da Polícia de São Paulo, antes das tropas do Exército chegarem, e sabiam que não podiam dar um tiro no rapaz, porque nós ouviríamos. Então, mataram-no a coronhadas — coronhadas na nuca — e o botaram de cabeça para baixo num buraco. Nós encontramos assim o pobre do moço. Uns desapiedados. Desapiedados. Depois eles fugiram. Nunca nos enfrentaram, só fugiram. E esse episódio aconteceu no começo, quando o Exército ainda não estava lá. Estava a Polícia de São Paulo. Foi aí que eles prenderam o tenente e o carregaram junto. Depois, quando foram cercados, embora fosse um cerco muito difícil, porque era uma área enorme, uma selva tropical muito fechada, eles acabaram liquidando o moço desta maneira.

O Lamarca foi pego na Bahia. Quem o pegou foi o general Cerqueira, um oficial de muita bravura, de muita disposição para o combate, para essas coisas. Ele saiu atrás do Lamarca e o matou, porque considerou que o Lamarca era um traidor da pátria. Eu também considero o Lamarca um traidor da pátria. Considero traidores da pátria os raptores de embaixadores, porque dilapidaram a nossa imagem no mundo. Hoje, esses que estão querendo mexer com a anistia vão ter que pagar também seus crimes diante da pátria. Porque eu acho que eles também são traidores da pátria. Se há anistia, foi para anistiar todo mundo. Assaltar banco, matar gente, matar oficial estrangeiro, raptar embaixador, isto é crime contra a pátria. Mataram aquele pobre americano em São Paulo, um tal de Chandler. Para que aquilo? Não é uma coisa que dilapida completamente a nossa imagem? E ficam esses engraçados falando nisso.

A mesma coisa é a procura de mortos. Eu gostaria de dizer para esses que procuram os mortos o seguinte: primeiro, há uma dificuldade técnica de encontrar essa gente. Na floresta amazônica, ninguém pode carregar uma carga. Fui comandante na Amazônia anos depois e sei o que é andar dentro da floresta. Ninguém suporta dois quilos a mais do que tem que transportar, porque aqueles dois quilos, no fim de uma jornada, a 48 graus de temperatura e cem por cento de umidade, se transformam em vinte.

Então, enterra-se a pessoa onde ela morre. Nunca mais se encontra. Não há possibilidade. Aquela mata, com toda a sua vitalidade, cobre, transforma tudo. E outra coisa: dentro da mata, não se fazem sinalizações. Agora, eu gostaria de lembrar a responsabilidade dos chefes intelectuais que levaram esses moços à morte. Esses bandidos, esses intelectuais, pegavam esses jovens e os mandavam para lá. Para morrer. Então, a pergunta "onde estão os corpos?" tem que ser para esses. Porque nós sabemos onde estão os nossos mortos. Perguntem a eles o que fizeram dos seus.

O senhor sucedeu ao general Fiúza de Castro na chefia do CODI no Rio de Janeiro.

Sim, era uma atribuição funcional. O dono do DOI-CODI no Exército é o chefe do Estado-Maior. Então, recebi por função a responsabilidade do DOI-CODI do I Exército, porque eu era o chefe do Estado-Maior. E o chefe do Estado-Maior é o responsável pelo DOI-CODI.

O senhor era assistente do general Reinaldo.

Assumimos no mesmo dia. Bati um recorde: com três dias de promovido a general, assumi a função. Geralmente leva um mês. Eu, com três dias, estava na função. Porque o general Reinaldo é um homem muito ligado a mim, trabalhamos a vida toda juntos. É uma pessoa de altíssimo nível em todos os aspectos: intelectual, moral, tudo. Reinaldo é um expoente.

O DOI é um órgão de operações. O CODI é um órgão maior, um órgão de análise, de missões conjuntas e de maior hierarquia. Agora, quem realmente executa as missões é o DOI, cujo comandante era um coronel ou um tenente-coronel. Quando cheguei, havia lá uma equipe de análise, uma equipe de operações, uma equipe de não sei o quê, aquelas equipes todas. Depois de uns três ou quatro meses, fizemos daquilo uma escola. Funcionava como um relógio. Quem não estivesse em missão externa, estava tendo aula técnica sobre os trabalhos que devia realizar.

E qual foi a sua impressão inicial?

Olha, militarmente, sou muito exigente. Muito exigente. E tenho mão pesada também. Achei que tinha que melhorar muita coisa, e creio que melhorei. E digo mais: desafio alguém a me dizer que durante esse período de dois anos e dez meses houve torturas. Desafio alguém a jogar na cara do general Reinaldo ou na minha atos de tortura.

Mas, ao chegar, como o senhor encontrou o CODI?

Sabe que essa coisa é interessante? O general Reinaldo assumiu o comando do I Exército e eu, a chefia do Estado-Maior. E acho que, se no momento em que isso aconteceu faziam coisas erradas lá, imediatamente mudaram de sistema.

O período do general Fiúza à frente do DOI-CODI foi muito violento?

Não posso dizer. Não é para esconder, é porque quem está fora dessa operação não sabe nada do que se passa lá dentro. Não sabe, porque o nosso trabalho é muito fechado. Só sabe a linha de comando. A linha de comando sabe tudo. Nós, por exemplo, não fazíamos uma prisão sem uma análise profunda das conseqüências do nosso interesse, que era neutralizar a subversão. Não sei se vocês conhecem o que chamávamos, de brincadeira, de "bolotário". Havia um mapa de homens com suas atividades, marcadas por aquelas bolotinhas, e, quando olhávamos, tínhamos a impressão de que estávamos diante de uma cadeia nuclear. Porque fulano de tal se liga com fulano, que se liga com... Então, fazíamos uma análise completa, direitinho e tal. Na prisão da cúpula comunista em São Paulo, quem pegou o primeiro elemento fomos nós, do Rio. E fomos nós que soubemos onde ia haver a reunião. E aí São Paulo prendeu.* Porque nós operamos muito do ponto de vista

---

* Refere-se ao cerco do DOI do II Exército ao Comitê Central do PC do B, em São Paulo, em 16 de dezembro de 1976. Neste episódio, também conhecido como "cerco da Lapa", foram mortos três dirigentes do partido e outros seis foram presos.

de área: quando passa à área do outro, mandamos as informações, e o outro cumpre a missão. Mas aquilo foi descoberto aqui no Rio.

Nesse sistema do "bolotário", sempre aparecia um sujeito que fazia as ligações. Eu disse: "Botem o nome desse cara de VIP — *Very Important Person* —, porque ele só se liga com alto nível." — todo mundo tinha um apelido. Um belo dia, o chefe disse: "General, vamos prender esse VIP?" "Vamos." Prendemos. E o VIP era VIP mesmo. Era um homem importantíssimo, da cúpula. Contou tudo. Porque também vou dizer uma coisa que sempre digo, que é verdade e que, dizem, se aplica ao próprio Prestes: nunca vi tendência maior para a delação do que em um comunista. Comunista é um delator nato! Fala tudo! Depois, para se justificar, diz que foi torturado. Pode deixar gravado.

Agora, vou dizer uma coisa: a técnica de interrogatório é muito inteligente. Isso foi experiência do serviço inglês, do serviço alemão, do serviço judaico. Vai, vai, de repente, o sujeito espirra tudo. As perguntas eram tão objetivas que ele não podia deixar de dizer. Agora, com rara exceção, nunca vi maior disposição para a delação do que entre essa gente. É por isso que eles hoje vivem dizendo que eram torturados. Porque os companheiros não perdoavam o que eles diziam. Mas começavam a falar logo. Diziam logo as coisas, muito mais do que era esperado.

Como foi sua linha de atuação no CODI?

Bom, quando chegamos para chefiar o CODI, encontramos um DOI com 180 homens e com várias organizações. Todo mundo diz: "DOI-CODI do Exército." Mas o DOI é Exército, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, tudo. Então, como cada um tem o seu sistema, começamos a trabalhar dentro do nosso sistema, o que significa o seguinte: pessoalmente, trabalhei muito na linha de que não se esquecessem que, qualquer que fosse o tipo de roupa que estivessem usando — porque a atividade requer muitas mudanças no aspecto externo —, para mim, quando eu os olhava, eu os via fardados, e via neles as insígnias. Então, quando eu chegava, havia formatura militar impecável, estivessem eles de *jeans*, disfarçados de sorveteiro, do que fosse. Era assim. Começamos uma linha absolutamente militar, porque achávamos — e eu acho até hoje — que a função do DOI-CODI era de servir à nação, ao

país. Estávamos apenas com uma missão específica, um pouco distinta da que havíamos conhecido no passado, porque tínhamos que fazer face a alguém que estava com uma posição também distinta do que conhecíamos do comportamento do povo brasileiro.

A subversão nos levou a isso. Somos uma conseqüência da subversão. A repressão é uma conseqüência da subversão. Jamais podemos esquecer disso. Foi a subversão que criou a repressão. Eles iniciaram tudo com aqueles atos, que todos conhecemos muito bem, de assassinato, de roubo e de rapto — não se conhecia isso antes —, desmoralizaram o Brasil raptando embaixadores de países amigos. Então, em função disso, foi criado o DOI-CODI exatamente para não colocar o Exército todo nesse trabalho. Porque outra coisa que muita gente se esquece é que tínhamos apenas uma fração envolvida na repressão. Nosso Exército no Rio são milhares de homens. No DOI-CODI havia 180 homens que trabalhavam especificamente contra a subversão.

Então, posso assegurar o seguinte: durante o período em que o general Reinaldo foi comandante — dois anos e dez meses — e eu fui chefe do Estado-Maior, a função do DOI-CODI foi preservar o Brasil das atuações subversivas. Com grande profissionalismo, sem nenhum ato de que possamos nos envergonhar. Eu nunca vi por parte do general Reinaldo — da minha parte, posso declarar o mesmo — qualquer política ou atuação que inspirasse violência, que inspirasse tortura. Não tinha nada disso. Fazíamos tudo muito tecnicamente. E tecnicamente significa não atacar os princípios de humanidade. Claro que tínhamos que fazer interrogatórios longos, como todo mundo faz. Os nossos homens treinavam no BIS — o British Information Service — e em outros lugares, na Alemanha etc. Então usavam aquelas técnicas. Alguém até pode dizer: "Ah, mas com isso, estão fazendo pressões de caráter moral." Bom, até posso admitir isso. Mas é a técnica mundial.

É isso que o grupo Tortura Nunca Mais *chama de tortura psicológica?*

É. Mas que tortura psicológica? Interrogatório não é tortura psicológica. As prisões no DOI-CODI durante o período do Reinaldo e meu eram temporárias. Os presos ficavam lá só enquanto havia o interrogatório. Depois, tomavam o destino de acordo com a

punição que recebiam. Durante o período do Reinaldo de Almeida, nós tínhamos a responsabilidade por todo o DOI-CODI, e eu posso assegurar o seguinte: nunca alguém recebeu a menor restrição física. Porque eu fazia inspeções até às duas horas da manhã. Chegava lá às duas horas da manhã. Os presos usavam macacão, porque as atitudes dessas pessoas eram surpreendentes. Vou contar dois casos. Um resolveu se matar batendo com a cabeça na parede. Então, botamos som e televisão dentro das celas. E o outro foi o seguinte: o rapaz que estava na vigilância começou a ouvir um som estranho. Olhou todas as celas, e estavam todos dormindo. Aí voltou, sentou no lugar em que estava antes — era o lugar de vigilância — e ouviu um som. Então descobriu. Sabe o que tinha acontecido? Uma presa tinha rasgado o lençol, feito uma trança e estava se estrangulando. Obviamente, não houve nada. Nós nunca tivemos nada de sério lá. Mas era uma automortificação. Os presos botavam um macacão, porque não podíamos deixar nada que eles pudessem usar para se automortificar ou se matar. Era um macacão liso, não tinha cinto, não tinha nada. E toda a vez que eu ia lá, olhava por aquela viseira. Raramente falei com um subversivo. Raramente. E vou dizer mais. Um preso, certa vez, tentou botar um prego com o sapato na cabeça. Quem vai acreditar nisso? Havia coisas inacreditáveis. Como o caso dessa moça que tirou a beirada do lençol, teceu, e estava se estrangulando. Afinal, não aconteceu nada.

Fora do Exército, fora daquele grupo que estava lá, vocês são os primeiros a saber disso, porque também não constituiu nada para ser narrado *urbe et orbi*. Mas se essa pessoa tivesse se suicidado, que problema iríamos ter? Porque, não tenham a menor dúvida, os subversivos, com raríssimas exceções, eram desequilibrados. Eram psicologicamente desequilibrados, por questões familiares, por questões fisiológicas. E as mulheres são de uma violência incrível. E outra coisa: elas não perdoam. Os nossos agentes sempre tinham muito cuidado para tratar com as mulheres. Mais cuidado do que com os homens. Eram brabas, sabe?

Mas guerra suja nesse país nunca houve. Nós sempre os enfrentamos da maneira mais denodada e mais corajosa. Aqui não morreram os trinta mil que se diz que morreram na Argentina. Nós nunca perdemos uma guerra. Portanto, não admito que ninguém, nem a sociedade, nem o governo brasileiro, queira punir as

Forças Armadas como tem sido demonstrado nos últimos anos. Eu não deixei. Mas no governo Collor isso aconteceu. Como? No orçamento que desapareceu e nos vencimentos que desapareceram. É o mesmo caminho tomado por Alfonsín para acabar com as Forças Armadas da Argentina, que estão destruídas hoje. Não quero dizer que eles mereçam, mas nós nunca perdemos uma Guerra das Malvinas e nunca fizemos guerra suja. Defendemos, com a maior convicção e denodo, o que pensávamos que era correto. E o número de mortos foi até econômico, do ponto de vista de um país que tem essa população toda.

Quantos, mais ou menos?

Eu calculo que não tenha passado de 150 mortos nesse país. Não tenho certeza, e quero que fique consignado que não tenho convicção desse número. É dito que, do lado dos subversivos, na Amazônia, morreram 92. É dito isso. Eu acho que são mortes de guerra. Mortes de guerra. Nessa prisão de São Paulo (Carandiru), morreram 111 numa tarde. Claro, os familiares ficaram chocados. Mas isso, como impacto histórico, não tem significado nenhum.*

E outra coisa que nós dissemos, não no sentido de nos defendermos, foi que muitos desses desaparecidos foram sentenciados por eles mesmos. Temos o caso do Venceslau, um rapaz que era comunista e se passou para nós. Esse homem chegou no Quartel-General, no Rio, apresentou-se voluntariamente, dizendo que não agüentava mais aquela mentira em que vivia. E foi um dos grandes colaboradores que tivemos depois. Estava louco para ter a sua vida legalizada. Ele estagiou na Rússia, na China, em Cuba, fez tudo. Depois, chegou à conclusão, segundo suas palavras, de que aquilo tudo era uma grande impostura. Foi ao I Exército e disse: "Não agüento mais esse negócio. Tenho curso na China, tenho curso em todo lugar. Não quero mais esse negócio, porque é uma mentira." E passou a colaborar conosco. O Reinaldo gostava à beça desse Venceslau. E ele ainda disse: "Quanta gente nós mandamos matar porque os caras queriam ir embora... Entrou,

* Em 2 de outubro de 1992 ocorreu uma rebelião no presídio do Carandiru, na capital paulista. A Polícia interveio, matando 111 presos.

não sai mais." Engraçado, esse homem me ensinou tudo sobre comunismo e sobre operário. Ele dizia: "General, sou um especialista em operário. Operário só é comunista enquanto está discutindo o ordenado. Depois, acabou. Na semana seguinte ao aumento, não se consegue botar três caras numa reunião." O Venceslau era do PCB. Queria fazer uma conferência na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Nós o levamos, e ele fez. O Reinaldo assistiu. Foi colaborar conosco voluntariamente, nós nem sabíamos da sua existência. E nos contou cada coisa que ficávamos horrorizados: "Fulano é um comunista muito engraçado. Como ele tem duas famílias, o Partido lhe dá dois ordenados." Eu digo: "Que lugarzão bom esse de vocês."

Fala-se muito das baixas da guerrilha. Mas esse problema envolve uma grande malícia. Na baixa incluem-se as deserções, a baixa tem os justiçamentos... Tem muita coisa que eles não explicam. No livro que preparamos quando eu era ministro, muitas coisas são justificadas.* Agora, tem que ser visto que era uma guerra. Guerra não de trincheira, porque esta nem existe mais. Toda ação em que dois inimigos se digladiam à morte é guerra. E na guerra não se pode lamentar as conseqüências.

Mas a Itália teve um movimento subversivo grande e não se entrou em guerra. O senhor acha que no Brasil tinha que ser assim?

Quero dizer o seguinte: ninguém tem que perguntar por que mataram o Joãozinho. Mataram o Joãozinho porque o Joãozinho entrou nisso. Ele estava querendo o quê? Então você quer entrar numa guerra, bancar o heroizinho, e não quer nenhuma conseqüência para o seu lado? E a conseqüência pode ser até a morte. É isso mesmo: até a morte. É isso o que eu chamo guerra. O que houve na Itália? Aquilo foi guerra. Guerra é isso tudo. E vou dizer mais: guerra de grandes efetivos vão ser muito raras daqui para diante. Vai haver sempre esse tipo de operações.

---

* O trabalho, que não chegou a ser publicado, chamava-se *Brasil sempre* e tinha por objetivo apresentar as mortes de militares no combate à subversão.

E qual foi o total de baixas das Forças Armadas?

Eu não sei dizer exatamente. Nesse livro que fizemos, está bem caracterizado esse número. Mas acho que as mortes de cá e lá não foram muito diferentes. Porque se mente muito sobre morte de terrorista, de terrorista que na verdade se evadiu ou foi justiçado. Eles eram grandes justiçadores. Temos o exemplo desse que passou para o nosso lado. Ele tinha pânico do justiçamento. Quis sair, mas depois que se entrava, eles não deixavam.

Então, fala-se hoje em desaparecidos. Quem tem de esclarecer é o Exército? Não! Muitos que desapareceram, quem tem de responder são os companheiros, bandidos, que mataram. Mas querem nos atribuir tudo. Eu digo sempre o seguinte: a guerra tem muitas facetas. Guerra não é só aquele combate bem típico. Esse tipo de assunto de subversão é guerra. E em guerra ninguém sai atrás de culpado. Culpado foi quem iniciou a guerra. E quem inicia tem que arcar com a responsabilidade. Nós não iniciamos guerra nenhuma. Quem iniciou os raptos, os assaltos, as mortes foram eles. Quiseram fazer uma área liberada na Amazônia, com compromisso internacional. Ora, quem faz isso tem que arcar com a responsabilidade.

Um moço, que era filho de uma pessoa ligada ao general Reinaldo, estava preso, e uma vez o general mandou chamá-lo e perguntou como ele estava. "Não estou sendo bem tratado. A comida não é boa..." Estou contando esse episódio para ver qual é o meu enfoque. Aí, eu me virei para esse rapaz, que era um bandido frio, e disse: "Olha aqui. Eu tenho um colega que se chama Aluísio Alves Borges, meu colega de turma, e ele passou 22 dias dentro de um *fox hole*, lavando a cara de manhã com neve. Sabe por quê? Porque ele entrou numa guerra. Você entrou numa guerra e não quer arcar com responsabilidade nenhuma!? Você entrou voluntariamente, deve arcar com todas as conseqüências. Está pensando que estamos aqui para lhe dar ovinho quente da mamãe? Você é um bandido!" Os pais desse menino, todo dia iam lá. Então, o general Reinaldo, que era um homem muito democrático, embora seja um homem muito frio, firme, de vez em quando fazia uma sondagem para ver o que estava acontecendo. Um preso que a gente tinha pena era o filho do Nelson Rodrigues. Mas aquele era um filósofo, não reclamava de nada.

Nós estivemos no DOI-CODI dois anos e dez meses, volto a repetir, e posso assegurar que nunca tivemos problema. Uma vez, eu achei que os dedos de um rapaz estavam meio ralados e quis saber o que era: "General, ele esfrega na parede para dizer que levou choque." Eu fiquei em cima do problema. Nunca descobri o que tinha acontecido. Porque, vejam bem, o DOI-CODI tinha 180 homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Civil, Bombeiros, gente por cuja formação não éramos responsáveis. Agora, uma coisa eu tenho assegurado e asseguro historicamente: nunca foi política, nem ordem, nem norma torturar ninguém. Houve tortura? Houve. Mas quem pode controlar uma pessoa na ponta de linha que não teve uma educação moral perfeita, e de origens as mais variadas? A nossa gente do Exército, acho que sempre foi a mais correta. Agora, há tantas histórias nesses livros dos subversivos que, de vez em quando, fico pensando: como é que isso nunca aconteceu durante o nosso período? Eu nunca vi nada daquilo. O Hélio Fernandes não diz que foi maltratado, o Elio Gaspari não diz que foi maltratado. Todo mundo que você pergunta diz: "Não fui maltratado, não." Perguntem a essa gente que eu citei. Nenhum diz que foi maltratado. O Arraes me disse: "Eu sempre fui tratado com a maior gentileza, general. Toda a minha vida, nunca sofri nada."

Um dia, chegou lá um coronel, que me disse: "Vim aqui reclamar, porque fui ver o meu filho preso, e ele está com os olhos pretos, com a cara inchada." Eu fiquei ouvindo o meu colega. Era mais antigo do que eu, bem mais antigo, era de Cavalaria. "Então, você acha o quê? Que ele foi surrado? Está muito bem. Chame o major fulano de tal." Chegou o major. "Olhe para a cara dele e conte como foi." "Eu lhe dei ordem de prisão e ele disse que ali não havia homem que o prendesse. Eu então me atraquei nele." Os dois se atracaram, se bordoaram, ficaram com a cara inchada. E agora? O coronel abaixou o rosto, começou a chorar. O major era meu sobrinho, então eu sabia bem o que tinha acontecido. Foi o único episódio de violência que eu vi.

Vou dizer uma coisa: tenho o coração e o espírito tranqüilo sobre o desempenho que tivemos nessa época. Não temos nada que possa ser condenado pelos outros e muito menos por nós mesmos, que é o que mais interessa. Eu sempre dizia para os meus homens:

"Ao entrar num 'aparelho', ai de quem der um tiro para quem levantar as mãos. Depois que levantam as mãos, não se dá mais tiro. Essa é a lei do mundo. Agora, guerra é guerra. Entrem para cumprir a missão." E outra coisa que eu costumava dizer: "Na hora de tomar chocolate, não se dá tiro; na hora de se dar tiro, não se dá chocolate" — para dizer que são coisas diferentes. Uma coisa é a operação propriamente dita. Depois que o homem está entregue, a gente não precisa tratar com bondade, mas trata com humanidade.

Ainda sobre essa questão dos excessos, era possível alguém segurar a informação para que o oficial superior não tomasse conhecimento?

O problema era que, às vezes, faziam-se as prisões na rua. E, no percurso, antes de chegar no DOI, podia até haver excessos. Acho que, no DOI, a sistemática usada era a de reclusão. O sujeito ficava dois, três dias recluso, sem falar com ninguém. É uma técnica usada pelo BIS, aprovada pela Câmara inglesa, e nós a utilisávamos muito. Isso é considerado tortura? Bom. Acho que é realmente uma restrição mental que se faz. Mas é das mais suaves que se podem fazer. Uma pessoa, depois de 48 horas sem falar com ninguém, fica louca para falar. Essa era a técnica que usávamos.

Que total de prisioneiros chegou a haver durante o seu período no CODI?

Ah, três, quatro, cinco, não mais do que isso. As prisões eram muito limitadas ali.

Se uma pessoa era presa para averiguação, ficava até trinta ou 45 dias sem ter a prisão oficializada.

Mas havia uma legislação que permitia fazer isso. E nós cumprimos à risca os prazos. Quando passava o prazo, soltávamos. Se quiséssemos obter alguma coisa e em trinta dias não conseguíssemos, seríamos uns incompetentes.

A pessoa ficava detida para averiguações mas do ponto de vista legal não era um preso.

Não, tínhamos registro de tudo. Todos eles eram fora-da-lei: nome trocado, documento trocado... Às vezes, levávamos uma semana para descobrir quem eram. E eles não tinham nenhuma preocupação dessas que estão sendo levantadas — 90% dos sujeitos estavam com tudo errado, alterado. Essa preocupação não existia da parte deles. Porque também, cá para nós, eles eram soldados da subversão — temos que entender isso. Eu só lamentava o descaminho que tomaram porque, como atuação, até que eram pessoas decididas. Agora, sem nenhum deboche, sem nenhum espírito de crítica negativa com propósitos outros, a quantidade de pessoas com problemas pessoais no meio da subversão é impressionante. Impressionante. A maioria tinha problemas psicológicos. É incrível! A mãe abandonou o pai ou fez coisa pior, traído por uma mulher, impotente... Sabe que eu fiquei impressionado? Já contei que eu e o Reinaldo fomos falar com um moço que era engenheiro — nós o estávamos entregando para os pais. Um engenheiro formado, de altíssimo nível. Pois o chefe dele na organização era um carpinteiro, um desclassificado mental, e ele o obedecia cegamente! Eu perguntei: "É, rapaz, como você obedece a esse idiota que está aqui? Um idiota, um sujeito que não sabe nada de nada, analfabeto, não tem noção de coisa nenhuma, nem de mundo, nem de América, nem de Brasil. E você cumpre ordens dele!" Ele me ouviu de olhos no chão. Cumpria todas as ordens. É uma coisa interessante isso. Como ficam obcecados!

No período em que o senhor estava no CODI, houve uma grande investida contra a direção do PCB no Rio e em São Paulo.

Isso prova que estávamos muito eficientes e técnicos. Como eu disse, procurávamos ser sempre eficientes e técnicos. E batia muito no seguinte princípio: nós estamos aqui para servir o Brasil e mais nada.

Mas o PCB era muito pacifista.

Era pacifista nada! Não tem ninguém pacifista nisso. Outra coisa

interessante é que as lideranças deles são muito intelectuais. Mas eles inspiram os homens de baixo a fazer coisas incríveis. Acho isso uma irresponsabilidade. Volto a repetir que se quiserem saber onde estão os seus mortos, devem perguntar para os seus próprios líderes onde botaram essa gente que morreu. Nós cuidamos dos nossos mortos. Eles deviam ter o mesmo comportamento. Foram eles que mandaram essa gente para a morte. Por que não explicam isso agora?

General, 1.300 pessoas fizeram denúncias sobre tortura, concentrando-se a maior parte no período Médici. No entanto, pessoas próximas ao general Médici continuam negando que houvesse essa prática.

Sabe por quê? Porque nunca foi política, nem norma, nem ordem dos escalões superiores fazer isso. Nunca! Os chefes militares, em todas as épocas, são homens de muita compostura moral. Eu não tenho coragem de dizer que não tenha havido algum exagero. Não tenho coragem de dizer isso. Porque, como eu digo, lá na ponta, há um sujeito de formação duvidosa. Provavelmente não ficamos livres de alguém ter feito alguma maldade. Eu não tenho dúvida de que isso é admissível. Só não acho justo dizer o número que foi e atribuir isso como uma política, uma norma ou uma ordem dos escalões superiores. Porque nunca houve isso. Nunca! É uma injustiça histórica pensar que tenha sido uma realidade. Por isso a reação do general Médici. Ele não podia admitir uma coisa dessas.

É possível que um oficial, com subcomando, praticasse a tortura e não informasse a seu superior?

É possível. Ah! E o normal seria não passar a informação, porque ele sabia que seria punido. O mesmo acontecia quando se apreendiam coisas. Tínhamos que ficar muito vigilantes, porque a cupidez humana é muito grande. Uma vez pegamos um crioulo com uma mala com vinte mil dólares. Foi direitinho para dentro do CODI. Mas eu pergunto: será que todas as vezes foi assim? A gente fica se perguntando, não é?

Mas esta pessoa estava ligado à subversão?

Totalmente. Como veio dinheiro de fora para sustentar essa subversão! É outra coisa odiosa. Essa gente se valia de apoios estrangeiros para subverter as coisas aqui dentro. Era dinheiro demais. Aqui não havia chance de ter esse dinheiro todo. Não havia chance. Dizem que roubaram o tal cofre do Ademar. Mas, sobre esse cofre, eu nunca vi uma coisa precisa, nunca tive contato com ninguém que tivesse esmiuçado esse problema. Só ouvi falar. Nesse Brasil, a subversão era toda ela financiada por dinheiro estrangeiro, que entrava no país aos milhares de dólares. E brasileiro se prestava a esse serviço.

Que países financiavam a subversão?

Não sabemos as origens, aquilo ficou confuso. Mas, indubitavelmente, da Alemanha Oriental vinha muito dinheiro. China, Cuba... Esse pessoal é engraçado: o mais rico manda mais.

E descobriu-se alguma coisa de algum país do Oriente Médio?

Eu não posso dizer com precisão, mas essa gente fazia um movimento muito grande de troca de emissários. Muito grande.

Eu nunca fui do sistema de informações. Quando fui ser chefe do Estado-Maior do Reinaldo, *pour cause*, entrei naquilo. Então, só posso me referir a esse período de dois anos e dez meses, mais ou menos. Acho que o serviço secreto e o serviço de informações, no momento em que perde o profissionalismo, a ética, não pode mais ser controlado, e por isso não pode mais prestar serviço a uma nação. Enquanto presta serviço a uma nação, significa que, em todas as atuações, tem como objetivo defender a pátria etc. Aí está correto. Na hora que sai disso, não merece mais o nome. E muitas vezes saem. Não como um todo, mas como parcelas, porque os componentes são pessoas humanas e perdem a noção dessa parte. Uma coisa que tínhamos muito cuidado era evitar que algum membro do CODI pensasse que tinha alguma coisa de origem pessoal. Não tinha nada de origem pessoal. Ali só se tratava dos interesses do país.

Havia rodízio de funções no DOI-CODI?

Fazíamos isso. Mas, em compensação, não se pode perder experiências. Então, é uma coisa complicada. Fazíamos rodízio quando achávamos que um homem não tinha as qualidades éticas e morais para estar ali defendendo os interesses da nação, e estava querendo defender outro tipo de interesse. Isso acontece, não pode deixar de acontecer, porque a raça humana é essa que a gente sabe. E havia gente de todas as origens. Por exemplo, precisávamos de um desenhista para fazer aqueles retratos falados e não tínhamos. Então, pegávamos pessoal de outras organizações — lembro-me de um cara que era bombeiro. E aí era necessário fazer um trabalho com muito profissionalismo e com muita vigilância, porque não éramos responsáveis pela formação daquela gente.

Agora, mesmo não sendo fundamentalmente um homem de operações, acho que o trabalho do DOI-CODI foi muito bom. E se hoje ele é tão mal falado, devemos isso ainda aos inimigos que estão na mídia, porque 95% das ações do DOI-CODI foram em defesa desse país. E não vou dizer o que são os 5%, porque lá havia entes humanos e, portanto, acredito que tenha havido falhas. Mas o DOI-CODI não é nada disso que a imprensa quer estigmatizar. Isso é conseqüência do trabalho do inimigo que está na imprensa. Aquilo era luta. Aquilo era guerra. Não era conceito, não. Era guerra. Fazia parte do ato de guerra. Acho que o DOI-CODI prestou grande serviço a esse país. Porque o Brasil podia andar num caminho que nos levaria para aqueles esquemas de comunismo do Leste Europeu, que nós sabemos no que deu.

Outra coisa que eu digo: o Exército inteiro não estava empenhado na repressão. Nós selecionamos um segmento para esse trabalho específico. Acusar o Exército como um todo é outro tipo de injustiça. Se não for injustiça também para essa gente que estava prestando bons serviços para a nação.

Há colegas seus que dizem ter sido um equívoco colocar o Exército diretamente na repressão, que a Polícia é que deveria fazer isso.

Jamais. Pela simples razão que a Polícia não decide nem os casos policiais. E pela simples razão que todo mundo quer que o Exército

agora vá para a rua para dar segurança. Só quem cumpre missão nesse país e tem amor à missão são as Forças Armadas. Queiram ou não queiram ouvir, esta é a realidade. Que fique registrado: só quem cumpre missão nesse país e tem amor pela missão são as Forças Armadas. O resto é um bando de irresponsáveis! Por isso que querem que a gente dê vacina, que a gente policie a Amazônia... Lá no Calha Norte, o único que cumpriu toda a missão fui eu. Mais ninguém. Cheguei lá, encontrei dois hospitais vazios. Não havia um médico civil nos hospitais. E o meu tinha 22. Um bando de irresponsáveis! Então, não venham com essa conversa. Nós fomos jogados porque os únicos que podiam neutralizar aqueles bandidos da história brasileira éramos nós. Que, aliás, somos feitos para isso.

Mas há colegas seus que não pensam assim.

Porque são uns teóricos, são uns bonzinhos. Querem ficar bonzinhos na história. Eu não digo nada que não esteja pensando. Não adianta mentir, não adianta estar dourando pílulas. Isso é coisa do passado. Dou essas declarações para os senhores porque se trata de um registro histórico. Não gosto de discutir o passado, acho que temos que olhar para o futuro desse país. E acho que o futuro do Brasil é problemático. Então, não posso perder tempo em ficar olhando para trás. Quando eu era ministro, dizia: "Olhem a mulher do Lot! Virou estátua de sal." Então, eu me refiro a tudo isso aqui, hoje, porque estou diante de profissionais que querem saber a história. Mas não gosto dessas coisas. Não é por medo do passado, de que só me orgulho! É por preocupação com o futuro. Agora já não me cabe mais a responsabilidade, fico só como observador. E ainda preocupado.

Dizem que somos torturadores, matadores, quando não é verdade. Apenas cumprimos uma missão, de maneira austera. Há uma frase que é minha, e que gosto de repetir: o soldado é o cidadão uniformizado para o exercício cívico da violência. Não é para outra coisa, não. Não é para dar injeçãozinha na beira do rio. É para o exercício cívico da violência. Esta é a missão do soldado em todo o mundo. Sabem qual é o juramento do oficial americano quando sai da Academia Militar de West Point? "Prometo defender os Estados Unidos *against foreign and domestic enemies.*"

Esse ranço de esquerda tem que acabar no Brasil. Nós temos que pensar no Brasil e largar essas coisas. A nossa índole, o nosso jeito tem de viger plenamente para fazermos desse país um país grande. Pagamos por essas importações malucas de que o brasileiro tem mania. Num daqueles simpósios da Escola Superior de Guerra, eu fiz uma referência muito negativa a Prestes. E continuo fazendo. Acho que Prestes não merece nenhuma homenagem brasileira. Prestes, que foi o "Cavaleiro da Esperança", um andarilho, é também um traidor da pátria que, mais de uma vez, se juntou com o estrangeiro para desestabilizar essa pátria. Perguntado no Senado se, no caso de guerra do Brasil com a Rússia, com quem ele ficaria, ele disse que ficaria com a Rússia. Fazer um memorial para esse indivíduo! Em nome de quê? Só se for em nome do espírito de lacaio do brasileiro. É assim que eu vejo isso.

Além do DOI, que era o braço operacional, o CODI tinha que fazer também a coordenação com o CIE, o Cenimar e o CISA. No comando do CODI, o senhor era informado do que esses órgãos estavam fazendo?

Não. Nós não sabíamos dessas coisas, não nos metíamos. Fazíamos a coordenação de políticas, trocávamos informações específicas sobre casos, mas nada sabíamos da atuação interna dos outros. Todos os órgãos de informação são fechados. Por autopreservação, porque é necessário ser assim.

A impressão que se tem é que o CODI foi criado para evitar que os braços operacionais das diferentes Forças não batessem cabeça.

Não era apenas isso. Até ocorreu uma vez, em Brasília: quase que se bateram num satélite daqueles. Mas a principal razão não era essa. Era justamente a troca de informações de alto nível e o estabelecimento de políticas de atuação. Era nessa base.

Às vezes também se tem a impressão de que havia órgãos especializados em determinados grupos.

Mas não era impositivamente assim. O que influía mais era a área

em que se estava. Se houvesse uma atuação do PC do B dentro da área ou do interesse imediato de uma base da Aeronáutica, era problema da Aeronáutica. Não importava também qual fosse o segmento da subversão. Por hipótese, então, nem a área física era definida. E sabem de uma coisa? Os órgãos de operação até que não conviviam muito. Só a parte mais da cúpula.

Nesse quadro em que o DOI é o braço ativo do CODI, que por sua vez é um órgão de cúpula, de coordenação, onde o CIE se situa? Paralelo aos dois órgãos?

Não. O problema não é esse. O CIE já faz outro tipo de coisa. O CIE foi uma evolução. No começo, não tínhamos CIE. Depois que começou aquela fase de luta maior, foi-se organizado um centro, e esse centro passou a comandar todas as áreas. Acho o CIE um órgão de grande validade. É como o SNI. Um dos maiores equívocos no Brasil de hoje é não termos um serviço de informações de alto nível, responsável, para informar as autoridades que têm de tomar decisões e, mais especificamente, o presidente. Por exemplo, o *impeachment* do presidente Collor talvez tivesse tomado outro sentido se tivesse um SNI funcionando. Porque o SNI dizia as coisas agradáveis e desagradáveis para o presidente. De duas, uma: ou ele pararia de fazer as coisas, ou seria denunciado pelo Serviço Nacional de Informações.

O que o senhor acha do projeto de tombar o prédio do DOI-CODI?

Isso é ridículo! Bobagem. Não tem finalidade alguma. Qual é a finalidade disso? Fazer um centro cultural!? E mais, quem vai tombar uma coisa que é nossa? Começa que não têm esse direito. Ninguém tem direito de tombar uma propriedade particular do Exército. E muito menos no nível em que se está pretendendo. Uma vez esse governador quis tombar o forte de Copacabana, e eu mandei dizer a ele que estava achando muito engraçado. Que história é essa!? Faz parte da guerra que os perdedores não se convençam que perderam. Isso aí não é verdade histórica. Isso ainda é guerra.

Octávio Costa

■

Nasceu em Alagoas em 5 de julho de 1920. Formou-se pela Escola Militar do Realengo em 1942. Em 1964, como tenente-coronel, servia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, em 1966, foi assistente do general Orlando Geisel no Estado-Maior do Exército (EME). Em 1968 e 1969 comandou o Centro de Estudos de Pessoal do Exército, assumindo em seguida a chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República. Foi subchefe de gabinete do ministro do Exército de 1974 a 1978, quando passou a comandante da 6ª Região Militar, sediada em Salvador. Em 1980, foi nomeado diretor do Departamento de Extensão e Especialização do Exército, e em fins de 1981, subchefe do Departamento de Ensino e Pesquisa. Transferiu-se para a reserva em 1982 no posto de general-de-divisão.

Depoimento concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares em agosto e setembro de 1992.

■

A configuração que adquiriu o SNI ao ser criado correspondeu à concepção que lhe deu origem?

As pressões iniciais eram pela criação de um órgão de informação voltado para fora. O movimento militar de 64 a cada dia tornava-se mais impopular. Era preciso fazer alguma coisa. Havia pressões para que o Castelo criasse um órgão que produzisse informações para a sociedade, um órgão de comunicação, mas ele se mostrava intransigente, achava que a verdade se impõe por si só. Trazia bem nítido o espectro do DIP, e repugnava-lhe qualquer manipulação da opinião pública. Então, a idéia de se criar um

órgão de informação para fora acabou se transformando na de um órgão de informação para dentro. Tentou-se convencê-lo a fazer as duas coisas num órgão só, mas ele, afinal, aceitou o das informações para dentro — é óbvio que a "inteligência" é uma necessidade indispensável, até porque ninguém decide sem informação. E deu a seu amigo pessoal, Golberi, exemplo de intelectual e de cultura militar, a missão de criar e implantar o SNI.

Como naquela ocasião Brasília ainda era menos capital do que o Rio, a parte principal do Serviço, a Agência Central, ficou no Rio sob a direção do então coronel João Figueiredo, enquanto Golberi, como chefe formal do SNI, permaneceu em Brasília junto do presidente. Os dois organizavam o SNI. Coube ao Figueiredo pilotar o SNI da Agência Central do Rio, produzindo inicialmente informações referentes à estabilidade do movimento revolucionário: quem é quem, o que está fazendo, o que pretende. Criava-se o principal mecanismo de informação e proteção do movimento revolucionário. Figueiredo trabalhava no 13º andar do antigo prédio do Ministério da Fazenda, com sua equipe já integrada pelos tenentes-coronéis Medeiros e Coelho Netto, profissionais reputados como excepcionais e que mais tarde chegariam ao generalato.

Havia muitas pessoas trabalhando para o SNI?
Eram militares?

Deixo bem claro que sou um homem que só conheço a área de informações por ouvir dizer e por minha capacidade de observar os acontecimentos. Nunca trabalhei em nenhum desses órgãos.

O Sistema Nacional de Informações, encabeçado pelo SNI, era uma imensa malha, abarcando o país como um todo. Havia três grandes agências: a Central, no Rio, a de Brasília e a de São Paulo. Depois foram criadas agências em várias capitais: Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Alegre, Fortaleza e Goiânia. Também foram criadas as Divisões de Segurança e Informação, as DSIs, em todos os ministérios civis. E não somente neles, também nos órgãos a eles subordinados havia as Assessorias, as ASIs. Vamos exemplificar: um ministério, como o da Fazenda, tinha "arapongas" em todos os seus órgãos.

Esses "arapongas" vinham de onde?

Eram principalmente militares da reserva. Havia auxiliares civis e alguns agentes contratados para tarefas específicas. O famoso Baumgarten possivelmente foi um deles.* Havia até jornalistas. Há que se considerar que civis cortejadores eram em sua maioria de má qualidade, possível conseqüência da ingenuidade e boa-fé dos militares. O próprio Figueiredo, homem de amizades fáceis, teve alguns muito discutíveis, como, por exemplo, o famoso Gazale. Aquele jeito espontâneo, expansivo, despoliciado, naturalmente atraía essa fauna. Nos ministérios civis, notava-se grande temor pelos órgãos de informações neles incrustados, também vinculados ao SNI. Os ministros precisavam ter muita personalidade para não se tornarem prisioneiros do sistema. Respeitava-se todo aquele que tivesse uma responsabilidade na área de informação. Sentindo isso, muitos simulavam poder maior do que realmente tinham e, algumas vezes, usavam essa força para obter vantagens pessoais.

Mas toda essa malha não se restringiu aos órgãos federais. Lembremos que, de uma maneira geral, todos os governadores foram escolhidos pelo processo revolucionário. Só chegavam ao poder estadual candidatos da Arena com o beneplácito do governo federal, pessoas de sua confiança, com sinal verde do SNI. Em conseqüência, essa estrutura foi implantada também nos estados, que passaram a ter seus órgãos de informações. Houve um momento em que essa imensa teia se articulou e exerceu grande poder em todo o país, a ponto de fazer dois presidentes, e só não fazendo o terceiro porque as circunstâncias históricas modificaram-se completamente. O sistema cresceu tanto que acabou se tornando odioso até mesmo para grande parte, se não a maioria, dos militares. As próprias corporações militares já se sensibilizavam contra os privilégios atribuídos à comunidade de informações. Houve um momento em que as melhores comissões, as

---

* O jornalista Alexandre von Baumgarten, da revista *O Cruzeiro*, conhecido por suas ligações com a comunidade de informações, apareceu morto numa praia do Rio de Janeiro em outubro de 1982, após revelar que divulgaria um dossiê sobre o SNI.

promoções felizes, as maiores vantagens e regalias, tudo era para o pessoal vinculado aos órgãos de informações.

Parte saliente do sistema eram os Centros de Informações dos três ministérios — o CIE, o Cenimar, o CISA. Antes de 64, o Exército dispunha, no EME, de um órgão — a 2ª Seção — que cuidava de informações, enquanto no gabinete do ministro existia uma pequena divisão que processava informações de direto interesse do ministro. As produzidas pelo EME eram preferencialmente sobre os exércitos de outros países, suas organizações, doutrina, material bélico, estratégias. A divisão do ministro voltava-se também para a situação nacional, mas não com as características que veio a ter o CIE. O governo Costa e Silva, por influência inclusive do general Frota, resolveu tirar do EME as informações de natureza interna e criou o CIE. Frota atuava junto ao Lira Tavares, então ministro do Exército, mas era muito ligado ao Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência. A ponte entre o Planalto e o Ministério era a ligação Portela-Frota. Esvaziaram o EME em termos de informações, porque o CIE ficou na órbita do ministro. Na Marinha e na Aeronáutica procedeu-se de forma semelhante.

Houve, certamente, duplicidade de funções entre o CIE e o SNI.

Em alguns aspectos, sim, em outros, não. Houve duplicidade e, algumas vezes, confronto. Primeiro, o confronto foi entre os órgãos das três Forças e, mais tarde, entre o CIE e o SNI.

Em 1968, fui comandar o Centro de Estudos e Pessoal do Exército,* e começou um terrível período. Cresciam a insatisfação popular e as manifestações estudantis, configurando o quadro descrito no livro do Zuenir Ventura e na série "Os anos rebeldes".** A repressão crescia na medida mesmo das manifestações de protesto. Ação e reação rivalizavam entre si. Vieram o episódio do Calabouço, as prisões dos estudantes. A onda de protesto se agigantava.

---

* Localizado no Rio de Janeiro, no forte Duque de Caxias (Leme).

** Zuenir Ventura. 1968, o ano que não terminou. São Paulo, Círculo do Livro, 1988. A série para a televisão *Anos rebeldes*, da Rede Globo, foi exibida em 1992.

O CEP é uma escola e um centro de pesquisas que se inspirou na ECEME, na Fundação Getúlio Vargas e nos vários cursinhos que antes funcionavam isoladamente. Nos seus quadros não havia propriamente a figura do professor, mas a dos coordenadores de ensino. Os professores vinham de outras organizações. Por exemplo, o curso de seleção de pessoal, ou de psicotécnica militar, recrutava psicólogos de fora, que iam ao Leme dar aulas segundo currículos específicos, simplificados e adaptados às necessidades do Exército. Não era um curso completo de psicologia, mas uma síntese de psicologia que permitisse uma boa seleção de pessoal. Havia a coordenação de um oficial, este, sim, da estrutura do CEP. E também alguns professores militares, formados em psicologia ou em outras especialidades. A mesma coisa se passava com relação à técnica de ensino, um minicurso de pedagogia e didática. O CEP valia pelo bom recrutamento que fazia de seus professores. Seu comandante era também diretor de ensino, e precisava relacionar-se muito bem com a sociedade e com as instituições de ensino e cultura. Tinha que convidar os professores e adaptá-los à orientação da casa para que o rendimento de ensino fosse o melhor possível.

Nesse quadro, ainda na gestão de seu primeiro comandante, plantou-se no CEP a semente da futura Escola Nacional de Informações. Nenhuma das Forças Armadas tinha ainda uma escola de informações como há em qualquer exército do mundo, principalmente nos Estados Unidos. Criaram-se cursos de informações para oficiais e sargentos, começando-se a formar regularmente os especialistas que iriam equipar os órgãos de informações — o SNI e o CIE. Esses cursos eram ministrados por oficiais desses órgãos de informações, assim como, em matéria de psicologia, eu ia procurar o ISOP — Instituto Superior de Orientação Profissional — da Fundação Getúlio Vargas. No referente a informações, não havia alternativa: o próprio Sistema de Informações era o dono do curso.

Mais tarde, foi criada a EsNI. Mas tudo começou no Leme. Naquele tempo, eram noções muito genéricas e primárias de informações. Posteriormente, alguns oficiais foram estudar nos Estados Unidos, passaram pelas escolas de informações de lá, até que o SNI criou sua própria doutrina, deu à EsNI alto grau de especialização e garantiu-lhe um equipamento muito sofisticado.

Embora eu acompanhasse todo o desenvolvimento do ensino do CEP, por uma tendência muito pessoal, dava preferência às aulas ligadas à técnica de ensino e à comunicação social. Relacionava-me muito bem com os psicólogos, os pedagogos, os comunicólogos, os jornalistas. Quando mais crescia a reação contra a Revolução, nas ruas e nos meios de comunicação, o ministro Lira Tavares encontrou-se comigo e disse: "Octávio, você precisa escrever nos jornais. Alguém precisa expor os nossos pontos de vista." E eu adiava o projeto do ministro, que pretendia abrir-me as colunas através de seus amigos diretores de jornais. Não me sentia muito à vontade, embora pensasse poder dar uma colaboração e o desafio me agradasse. Talvez pudesse dizer uma palavra de compreensão em favor do desarmamento dos espíritos, um apelo à união. O que eu achava difícil era encontrar uma forma apropriada de começar. Como iria entrar nisso? Qual seria a motivação?

Foi quando ocorreu o famoso episódio do festival de música popular que consagrou a canção do Geraldo Vandré, "Pra não dizer que não falei de flores", que veio a se transformar em verdadeiro hino da contestação, mais do que isso, em terrível agressão contra os militares.* Versos como "Há soldados armados, amados ou não/ quase todos perdidos, de armas na mão/ nos quartéis lhes ensinam antigas lições/ de morrer pela pátria e viver sem razões" irritavam profundamente a classe militar. Os atingidos não eram apenas a minoria empenhada na repressão, mas também a imensa maioria dos anônimos servidores que ficavam no quartel, sofredores, ganhando pouco, com horário difícil e dedicação integral, esquecidos nos ermos dos mais distantes brasis. Como o que me preocupava, para começar, era a imagem que os meus companheiros iriam fazer da minha presença nos jornais, pensei: "Esta é a hora de escrever uma resposta à música do Vandré."

Fiz um artigo, que é uma análise literária de canção, publicado no *Jornal do Brasil*, e que consta, entre outros, do meu livrinho *Mundo sem hemisférios*.** Procurei o Lira Tavares e lhe disse:

---

* A música de Geraldo Vandré "Caminhando — para não dizer que não falei de flores" foi lançada em 1968.

** Octávio Costa. *Mundo sem hemisférios*. Rio de Janeiro, Record, 1970.

"Ministro, chegou a hora. Vou responder ao Vandré." Não sei se por ser amigo do Dines, o editor-chefe, ou porque o ministro falou com o Nascimento Brito, o certo é que o artigo saiu. E a partir daí eu passei a assinar uma crônica semanal nas quartas-feiras. Essa foi a única vez que dei uma resposta corporativa, a única em que fui movido pelo espírito de classe. Todos os meus artigos foram moderados. Para comprová-lo basta lê-los nas edições do *Jornal do Brasil* das quartas-feiras do ano de 69. Eram sempre palavras de paz e de compreensão. Foi esse o sentido que pautou minha presença no *Jornal do Brasil* ao longo daquele ano.

Os acontecimentos se precipitaram. Enquanto eu estava à frente de uma escolinha e escrevendo nos jornais todas as semanas, cresciam a radicalização e a "caça às bruxas". Na medida mesmo em que as manifestações populares de protesto ganhavam proporções avassaladoras, o peso dos radicais preponderava no Ministério do Exército. Tinha muitas preocupações com o que estava acontecendo no país, com a escalada da contestação e da reação. Muito me afligia a existência de uma fortaleza lá em cima da pedra do Leme e com a possibilidade de que quisessem utilizá-la como prisão. Pensava na hipótese de que alguém quisesse me dar alguma missão na área de informações e, quanto mais pensava, mas fixava uma convicção: "Estou desempenhando um papel de acordo com as minhas características. Dado que me considero um pouco educador, estou aqui dando uma contribuição e, mais, estou até publicando nos jornais algumas de minhas idéias. Não aceito absolutamente nada fora dessa linha. Se houver qualquer coisa nesse sentido, pedirei passagem para a reserva."

Se fosse dada uma ordem, esta seria a única opção?

Sim, porque eu não poderia cumprir qualquer ordem contrária aos meus princípios. Graças a Deus, essa ordem nunca chegou. Talvez até porque já me conhecessem. A essa altura, eu já tinha autocrítica suficiente para saber as duas imagens que de mim faziam um lado e outro, no amplo espectro da radicalização. Estava certo de que os militares "duros" me viam assim: "Octávio é um bobalhão, um liberalóide metido a intelectual, não é de nada." Do lado esquerdo, principalmente depois que fui assessor do presidente

Médici, consideravam-me, e possivelmente ainda hoje me consideram, um tremendo obscurantista, uma paródia do dr. Goebbels.

O ano de 69 foi ainda pior do que 68, ano da explosão da contestação: a passeata das cem mil pessoas, assaltos a bancos, assassinatos e seqüestros. Ano terrível. E o Costa e Silva já era outro homem, não mais o antigo ministro, não mais o comandante supremo da Revolução. Era agora um homem com ampla visão do país, e estava sofrendo com todas aquelas pressões. Angustiava-se entre os liberais, como o Carlos Chagas, e os inflexíveis, como o Médici, seu chefe do SNI. Já se falava na sucessão do Costa e Silva e se sabia que os favoritos seriam o Médici e o Siseno Sarmento.

Estava rolando o ano 69, um ano de angústias, quando sobreveio o acidente vascular do Costa e Silva. Vale lembrar que o presidente também sofria com os problemas familiares: falava-se mal abertamente, na área militar, contra sua senhora e alguns parentes, e a falação transbordava para toda a sociedade. Já estava em pleno processo de desgaste.

Vem a Junta Militar, formada pelos três ministros Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo, e, finalmente, chegamos ao seqüestro do embaixador americano, traumatizando o país e repercutindo internacionalmente. Nesse episódio, ocorrido quando o país estava praticamente acéfalo, porque o presidente encontrava-se moribundo, ficou nítido que os órgãos de informações das três Forças batiam cabeça com cabeça, disputando entre si a iniciativa e a primazia das ações — isso acontecia principalmente entre o CIE e o Cenimar, competindo para ver quem chegaria primeiro ao esconderijo dos seqüestradores. A rivalidade transformava-se algumas vezes em hostilidade.

Como a saúde do presidente se agravou, precipitou-se o problema de sua sucessão. O Portela, o D'Aguiar e dona Yolanda desejavam que o presidente não fosse substituído, pois, apesar de moribundo, ainda estava vivo. A estratégia não deu certo, porque o país estava parado enquanto a contestação crescia sempre mais. Afinal, houve aquela famosa reunião do Alto Comando, que nesse episódio funcionou como colégio eleitoral. Embora pouco conhecido, o Médici era querido por seus companheiros. Creio que ele seria a segunda indicação da maioria. Talvez não tivesse aceitação máxima, mas não tinha rejeição.

Então, foi o escolhido. Era outubro de 69, e ele ainda estava em

Porto Alegre, no comando do III Exército. Dias depois, antes da posse, resolveu fazer seu primeiro pronunciamento, que surpreendeu a nação por sua sinceridade e qualidade. Disse que era tempo de juntar as pedras para construir o futuro. É indiscutível que sua fala criou uma expectativa muito favorável.

Enquanto esperava a hora de sua posse, Médici hospedou-se em casa cedida pelo ministro da Aeronáutica, no Galeão, e ali organizou sua equipe, reuniu os futuros ministros e auxiliares. Então recebi, no CEP, a ordem para apresentar-me a ele no Galeão. O presidente me disse: "Eu o chamei aqui porque tenho boas informações a seu respeito e quero que vá chefiar minha Assessoria de Relações Públicas." Via-o pela primeira vez pessoalmente.

A AERP tinha sido criada pelo D'Aguiar com o Costa e Silva, de forma muito tímida, encabulada. Sua estrutura era mínima: três pessoas de nível superior, secretárias, poucos auxiliares, recursos financeiros escassos. De fora, pensava-se que era um órgão poderosíssimo. Eu nem sabia bem o que era realmente. Fora criada por um decreto que tratava de vários assuntos, nada específico. Criação meio escondida, como se o criador quisesse que ninguém tomasse conhecimento ou que estivesse envergonhado de sua criação.

Cumprimentei o general Figueiredo, que já estava como chefe do Gabinete Militar, e disse-lhe por que tinha sido chamado. Viera de Porto Alegre com o Médici. Conhecera-o na ECEME e, durante dois anos, servimos juntos no Paraguai — fomos da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, de 55 a 57. Nós nunca nos entendemos à perfeição, e não havia muita simpatia entre nossas esposas. O João era mais antigo do que eu, e nossa convivência sempre foi penosa. Tinha muito cuidado com ele por seu temperamento imprevisível. É um homem de caráter firme e inteligência aberta, com boa cultura. Não tem nada de boçal como muita gente o vê por aí, mas é um pouco explosivo, impulsivo, e com um defeito fundamental: é o homem mais vaidoso que jamais conheci. Nesse sentido, conseguiu superar até o Carlos Lacerda. É um monstro de vaidade. Tem de ser o melhor de todos em tudo. Além disso, quem algum dia privou de sua intimidade, percebe que é dessas pessoas que algumas vezes amanhece de ovo virado. Só aceita amigos que a ele aderem incondicionalmente. Então, sempre tive muito cuidado: convivi com ele, na defensiva, razoavelmente bem

no passado, e assim cheguei ao Planalto. Evidentemente, não estava ali por sua indicação.

Até hoje não sei por que fui para o Palácio, mas é óbvio que lá servi no exercício do meu dever militar, e não por opção política. Minha missão era contribuir para que o estado de espírito nacional melhorasse. Tinha a esperança de que a reversão acontecesse no sentido das próprias ações governamentais, no sentido substantivo. Se alguém se detiver a analisar os artigos que simultaneamente escrevi, verá a coerência destas afirmações. À falta de missão especificamente atribuída à minha Assessoria, procurava interpretar o objetivo maior do meu próprio trabalho. Com todas as energias, eu vivia só no meu mundo só, o da comunicação. Não vivia o mundo da repressão ou da informação, o da censura, o da Polícia Federal, nem tomava conhecimento do que nesses mundos se passava. Sentia até que era repudiado pelo SNI, e que as pessoas desses mundos me viam com desprezo, como se eu fosse um alienado.

Primeiro, porque sentiam que eu não concordava com eles. Achavam-me um lírico, um poeta, um pseudo-intelectual — tudo entre aspas —, inconseqüente e desprezível. Achavam-me vaidoso, ingênuo, irrealista, sem maior importância no cenário. Eu apresentava duas facetas muito nítidas: lia, por exemplo, recortes de transmissões das rádios de Tirana e Havana, em que era pintado como fascista, um dr. Goebbels dos trópicos; e, de outra parte, era odiado pela comunidade de informações.

Prova disso foi a discussão que tive com um oficial do CIE em uma de minhas palestras. Tudo por causa de uma de minhas afirmações preferidas: "A verdade é a essência da comunicação." O oficial responsável pela área de ação psicológica do CIE teve a coragem e a petulância de discordar publicamente, com a maior veemência. Levantou-se e discutiu comigo. Disse que eu estava equivocado, que não era bem assim; que a verdade precisava ser trabalhada, e muitas vezes era preciso mentir para bem cumprir a missão. Irritei-me, fui à réplica, discutimos azedamente. Isso me deu a exata medida dos sentimentos da área de informações em relação a mim.

Eram esses o trabalho e a missão que eu interpretava para mim mesmo e que decidi realizar até o fim do governo, à revelia do Médici e do Figueiredo, à revelia de todos eles, e que cumpri até o

fim com a consciência de ser fiel a mim mesmo e de ser útil a meu país na pequenez do meu espaço. Quando saí do palácio do Planalto, voltei para a minha vida militar e fui soldado até o fim. Depois fui para minha casa, para junto de minha esposa, de meus filhos e netos, e jamais fiz qualquer tentativa de carreira política.

Quanto ao papel do SNI, a impressão que se tem é que ele saiu muito fortalecido do primeiro ano do governo Médici.

Não foi bem assim. O SNI só seria realmente forte a partir do Figueiredo e do Otávio de Medeiros. A primazia coube ao Ministério do Exército, ao Orlando Geisel e ao CIE. A grande figura do CIE era, então, o general Milton Tavares de Sousa, que depois comandou o II Exército. Homem duro, capaz, inteligente, foi o grande planejador das ações de repressão ao tempo do ministro Orlando Geisel. Acho que muito do êxito da repressão se deveu a ele, e que o SNI não teve esse papel tão saliente. Penso que o SNI, exonerado de participação mais ativa, mais militante, mais guerreira, politizou-se, passou a atuar mais no acompanhamento das pessoas, não só os adversários e potenciais inimigos, mas também os próprios integrantes da equipe governamental. Daí a escuta telefônica, a intriga, essa coisa de saber quem é quem, o que está fazendo, o que está dizendo, o que está pretendendo fazer. Isso ocorreu na escolha de pessoas para todas as funções administrativas, em todas as áreas federais e estaduais.

Vou dar um testemunho sobre o Passarinho. Meu amigo Jarbas era um homem queridíssimo pelo Médici, que tinha por ele enorme admiração, embora o cargo de ministro da Educação possa tê-lo desgastado um pouco, como também o desgastou a política paraense. Era o homem da Revolução no Pará: nada se fazia ali sem ouvi-lo. Foi ele quem indicou o primeiro governador paraense escolhido pelo Médici, o Guillon. Ao organizar seu governo, o Guillon escolheu para secretário de Governo o Ronaldo Passarinho, filho da irmã e madrinha do Passarinho, que tinha por ela verdadeira adoração. Como havia controvérsias regionais sobre o Ronaldo, o SNI botou um sinal vermelho em sua escolha. Sabe-se que esses sinais vermelhos eram comuns, e que as motivações que os inspiravam, hoje, poderiam não ter a menor importância.

Esse veto representou um sério problema para o ministro.

Atingido em seu prestígio pessoal, realmente inegável, resolveu dirigir-se diretamente ao presidente. Foi uma imprudência. O procedimento mais realista seria entrar na sala do Fontoura, expor suas razões. Se não chegasse a uma conclusão favorável teria duas soluções: "botar a viola no saco" ou "pedir o seu boné". No entanto, o ministro preferiu ir diretamente ao Médici, apresentou o caso, argumentou. Enquanto ele falava, Médici cravava aquele olho azul em cima dele. Quando o ministro se convenceu, por aquele olhar, que não tinha sido bem-sucedido em sua iniciativa, tentou recuar. Sabe-se que teria dito algo como: "Presidente, sinto que estou importunando o senhor com este assunto, que não deveria ter trazido à sua consideração: Vou conversar com o general Fontoura." E que o Médici, com autoridade e segurança, teria retrucado: "Passarinho, você trouxe o problema ao presidente da República. Não posso mais ignorá-lo, o assunto agora é meu. Deixe esse dossiê comigo que vou estudá-lo e chegar a uma conclusão pessoal. Se eu concluir que o SNI não tem razão, o rapaz vai ser liberado para a nomeação: direi ao Fontoura que levante o veto e autorize. Mas se eu chegar à conclusão de que há alguma coisa procedente contra o rapaz, dentro dos padrões do SNI, você vai 'adoecer' seu sobrinho e ele declinará do convite feito pelo Guillon." O rapaz "adoeceu".

Esse caso exemplifica duas coisas: a visão de chefia do Médici e a importância dada ao SNI, bem como a relatividade do poder de um ministro da Educação àquela época. O presidente prestigiou totalmente o SNI e mostrou que possuía um grande senso de respeito hierárquico, bem como o sentimento de sua autoridade. Ora, ele era um ex-chefe do SNI, e o tinha como uma coisa quase infalível. As estruturas do SNI eram como que os ossos do presidente. Essa foi uma pequena questão, imagine-se outras mais sérias.

Que dimensão assumia para o senhor e para as pessoas não envolvidas com a repressão a questão do terrorismo?

Era uma coisa profunda, com uma radicalização que vinha de longe. Acho que houve uma inspiração internacional, estava dentro de uma estratégia da própria expansão do movimento marxista e da teoria do foquismo. Tudo o que nos ocorreu foi decorrência

disso: atos de terrorismo e sabotagem, assaltos a bancos e seqüestros, guerrilha urbana, guerrilha rural, serra do Caparaó, Ribeira do Iguape, Xambioá. Eu tinha a esperança de que, com o pulso forte que o governo Médici estava tendo — e eu sentia que estava tendo, embora não soubesse as reais proporções —, isso pudesse terminar, pudesse ser debelado, e que o governo viesse a vencer o desafio de normalizar a vida do país.

Não achava que a repressão fosse o único caminho. Estava convencido de que uma campanha de comunicação que substituísse os valores da violência pelos valores da compreensão, do amor ao país, de desarmamento dos espíritos, poderia contribuir, ainda que em pequena escala, para que a situação se normalizasse e, nesse sentido, dava a minha contribuição, realizava meu trabalho, usando o instrumento que estava em minhas mãos. Como simples coronel no palácio do Planalto, dispus de um poder aparentemente inofensivo, mas que poderia representar realmente um grande poder. Usei esse poder para reverter a situação psicológica, e foi uma experiência fascinante. Se não consegui grande coisa, tanto que não perdurou, pelo menos formei a convicção do que podem realizar os verdadeiros homens de comunicação se quiserem colocar seu trabalho a serviço da construção de um grande país.

O senhor considerava, então, que a questão da subversão era o "inimigo público número um", se não para o senhor, para a equipe do governo?

Para a equipe do governo, sem dúvida nenhuma. Pessoalmente, eu via outros inimigos e outros erros. Por exemplo, no governo Costa e Silva colocaram as Forças Armadas na repressão. No passado, no governo Vargas, a repressão, principalmente a repressão política, era feita pela polícia, principalmente pelos órgãos de polícia política e social. A Zélia Gattai, em *Anarquistas, graças a Deus* refere-se a isso.* Vargas teve a sabedoria de deixar a repressão no âmbito policial. Durante o regime militar, a repressão começou com a Polícia Civil e a Polícia Militar. Crescendo e intelectualizando-se, a subversão tornou-se muito superior à ca-

---

* Zélia Gattai. *Anarquistas, graças a Deus.* Rio de Janeiro, Record, 1979.

pacidade intelectual da repressão. Então decidiram engajar as Forças Armadas na luta, principalmente através dos seus órgãos de informações: o Cenimar, da Marinha, o CISA, da Aeronáutica, e o CIE, do Exército. Aí bateram cabeça com cabeça. Isso foi no governo Costa e Silva. Vimos, durante o primeiro grande seqüestro, o do embaixador norte-americano, como esses órgãos disputavam para ver quem chegava primeiro a Berlim, ou seja, até onde estava preso o embaixador, e como negavam informações uns aos outros, numa rivalidade contraproducente. Então decidiram fazer uma nova organização através da qual fosse atribuída a unidade de comando das operações de repressão ao Exército: os CODIs — Comandos de Operações de Defesa Interna.

Vejam bem: na área do I Exército, que hoje se chama Comando Militar do Leste, há um general de quatro estrelas. Na mesma área, há almirantes e brigadeiros. Mas, para esses assuntos de defesa interna, o que tinha em suas mãos a unidade de comando era o comandante do I Exército, que chefiava esse CODI. Para isso, contava com o apoio de todos os órgãos da Aeronáutica, da Marinha, das Polícias Estaduais, da Polícia Federal, das Polícias Militares, da Receita Federal, enfim, de tudo aquilo que pudesse reverter em benefício da repressão. Essa convergência de esforços explica a unidade de comando a que me refiro.

Já aquela célula que estava na Barão de Mesquita era um dos DOIs — Destacamentos de Operações de Informações — do I Exército, a mais importante. O nome diz bem: operações — o que opera para buscar informações. Então, o que era o DOI? O DOI era um núcleo de pessoas especializadas, que agiam, que iam aos "aparelhos" prender os suspeitos, que davam "batidas". Aquilo que antigamente a Ordem Política e Social fazia no tempo do Getúlio, o DOI executava, sob a supervisão do CODI, mas na prática com muita iniciativa. No entanto, a responsabilidade maior nessa área cabia ao comandante do I Exército. O DOI contava com o pessoal da PM, do Corpo de Bombeiros para, por exemplo, abrir uma porta, botar uma escada, coisas de cada especialidade. Estava voltado para a ação e recebia a contribuição de outras entidades. O CODI era a idéia, o pensamento, a direção, o comando. Era o comando centralizado na mão do comandante da área, do comandante do Exército.

Vamos ver, por exemplo, o IV Exército, onde estive comandando

a 6ª RM. O IV Exército abrangia todo o Nordeste, tinha três Regiões Militares: a 7ª RM, em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; a 10ª RM, no Ceará e Maranhão; ao sul do São Francisco, Sergipe e Bahia eram da 6ª RM. Quem era o CODI de todo o Nordeste? Era o comandante do IV Exército. Quem era o CODI da 6ª RM, que obedecia ao CODI do IV Exército? Era eu, comandante da 6ª RM. Já em 1978-79, época que não era mais de repressão, eu recebia orientação técnica de informações do E2 do IV Exército através do meu E2. Mas, na minha área, eu era o responsável por tudo o que acontecesse, para o bem ou para o mal.

Então, os comandos da Marinha e da Aeronáutica da sua Região obedeciam ao senhor?

Eu era um general-de-brigada comandando a 6ª RM. O comandante do Distrito Naval tinha três estrelas, patente correspondente ao general-de-divisão, hierarquicamente à minha frente — eu me dava muito bem com ele —, e o brigadeiro também era mais antigo do que eu. Dos três, eu era o mais moderno. Mas ainda assim era o chefe do CODI. Para questões de informações e de operações, eu era o comandante. Embora não estivessem sob o meu comando, eles me prestavam apoio. Mas, por uma questão de cavalheirismo militar, uma questão de educação, eu nada fazia sem a total concordância de ambos, dando-lhes conhecimento de tudo o que acontecia: "Fulano, está acontecendo isto. Pretendo fazer aquilo ou não fazer nada." "Muito bem, Octávio, estou de acordo." O excepcional relacionamento com os meus companheiros da Marinha e da Aeronáutica tornou-me feliz, foi motivo de orgulho para mim. Durante o nosso tempo na Bahia e em Sergipe, os três comandantes procuramos ser solidários e impecáveis nas mínimas coisas. Mas o comando era do Exército, embora eu fosse hierarquicamente o último dos três.

Então tudo o que acontecesse era da responsabilidade dos comandantes do Exército?

A responsabilidade era do comandante, o que não impedia que à revelia, lá por baixo, as coisas acontecessem sem que os de cima soubessem. O comandante podia ser ultrapassado. Foi por isso

que, ao assumir o comando da 6ª RM, decidi ir diariamente ao DOI para ver o que acontecia. Sei, por exemplo, que, quando comandante do I Exército, o Frota fazia isso admiravelmente bem. Acima de ser um radical, era um homem de bem. A noite inteira, a madrugada inteira, ele visitava, de surpresa, os DOI de sua área e ia ver as prisões. Houve um episódio, em Barra Mansa, em que espancaram e mataram um soldado. Em conseqüência da suspeita de furtos e tráfico de entorpecentes dentro do quartel, prenderam e espancaram soldados para obter confissões. Houve várias lesões sérias, e um recruta morreu. O Frota apurou rigorosamente todas as irregularidades, responsabilizou o comandante da unidade, que foi processado, condenado e perdeu a patente militar. Ele sempre agiu assim, nos delitos comuns ou no mundo da repressão.*

O grande problema, para mim, o responsável pelos incidentes que aconteceram, foi o da convivência entre a cadeia de comando e a de informações. Esta tomava iniciativas à revelia da outra, e muitas vezes os comandantes não sabiam o que a sua gente de informações estava fazendo. Quando, mais tarde, cheguei a general, tive a experiência de um comando de grande unidade, o da 6ª RM, e que, embora pequeno em face de outras Regiões, ainda assim deu para sentir como as coisas se passavam.

Apresento meu exemplo pessoal, vivido em 1978, na Bahia. Como comandante, meu relacionamento não era dos melhores com os escalões superiores de informações. Como cidadão, meu objetivo era chegar ao final do meu comando sem ter feito qualquer prisão, em um período de grandes agitações estudantis. Basta dizer que o presidente da UNE era baiano. Foi um ano difícil. O movimento estudantil, naquela época, era cíclico. As agitações começavam no início das aulas, esquentando até maio e junho. Depois vinham as férias de meio de ano, a retomada das aulas, e os estudantes começavam a pensar em passar de ano. Os momentos críticos do movimento estudantil eram maio e junho.

---

* Em 1972, quatro soldados acusados de tráfico de maconha foram torturados e mortos no 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada), em Barra Mansa (RJ). A apuração do caso foi concluída no comando do general Reinaldo Melo de Almeida no I Exército (1974-1976).

Meu oficial de informações, o E2 do meu estado-maior, era o Geraldo Cavagnari, que hoje, na reserva, dirige o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas. Sua escolha desagradou profundamente o pessoal do CIE, aquilo que eu chamo a cadeia de informações, até porque ele seria muito mais um homem de minha confiança do que da confiança deles. Era um intelectual, especializado em informações, formado pela EsNI, mas rejeitado pela comunidade de informações, pela consciência de seu valor e por suas atitudes independentes. Eu tinha absoluta confiança nele.

Em junho de 1978, o Cavagnari entrou em minha sala e disse: "General, recebi uma mensagem pelo misturador e quero passá-la ao senhor". Vinha do E2 do IV Exército, o membro da cadeia técnica imediatamente superior a ele, meu E2. Sugeria que se aproveitasse a oportunidade das férias escolares para a realização de uma "operação gaiola", ou seja, prender todas as principais lideranças estudantis nos últimos dias de julho, no pressuposto de que, assim, quando as aulas recomeçassem, o movimento estudantil arrefeceria. Respondi-lhe: "Cavagnari, você sabe que a minha opinião é a mesma que a sua. Não vou fazer nada disso, por várias razões: primeiro, porque violenta os meus princípios; segundo, porque será contraproducente, pois tudo indica que a agitação tende a declinar no segundo semestre de aulas, e essas prisões terão resultado contrário, exacerbando os ânimos." "Mas, então, como devo proceder?" Disse-lhe: "Diga ao E2 do IV Exército que peça a seu comandante, o general Argus Lima, que me mande uma ordem escrita para as prisões. Só assim examinarei o assunto." Eu conhecia bem o general Argus Lima, homem firme mas muito sério, que eu sabia jamais me daria uma ordem dessas. Se eu a recebesse, tomaria a decisão de não cumprir, com todos os riscos de minha atitude.

Este é um exemplo de como as ordens transitavam pela cadeia de informações, o canal técnico, à revelia do canal de comando, ao qual cabem as responsabilidades das decisões. Então, se eu não estivesse tão conectado com o Cavagnari, se ele não fosse um amigo preocupado com minha posição de comandante e de cidadão, poderia fazer o que o E2 do IV Exército sugerira.

Em uma de nossas entrevistas, um general nos disse que o comandante do II Exército, general Ednardo Mello, não sabia o que estava se passando no DOI-CODI quando da morte do Herzog e do Manuel Fiel Filho. Isso é possível?

Acho que deve ser praticamente verdadeiro. Conheci o general Dávila Mello porque, embora estivesse hierarquicamente muito à minha frente, fui seu colega na ECEME. Fomos companheiros durante três anos. Era um aluno mediano, bom companheiro, bom caráter, simpático, desportista. Homem simples, sem vaidades. Parecia-me mais para radical do que para liberal. Tenho a impressão de que ele se deslumbrava um pouco com a promoção ao último posto de carreira e, mais ainda, com a designação para o comando do II Exército. Penso que queria afirmar-se, justificar a designação, ter a confiança dos chefes e companheiros, principalmente dos mais "duros". Além disso, é preciso considerar que, naquela época, um general-de-exército, principalmente com um comando importante como o de São Paulo ou Rio de Janeiro, era considerado pelos civis como possível candidato à presidência da República. Também é bom lembrar que servir em São Paulo é um pouco perigoso, porque aquela é a terra do poder econômico e dos grandes empresários envolventes.

Mais do que uma impressão, estou convencido de que o Dávila Mello sofreu esse envolvimento por aqueles a quem Castelo Branco chamava de "vivandeiras dos quartéis". Penso que era muito assediado, procurado e convidado para coquetéis, jantares, recepções, e que passava fins de semana naquelas fazendas luxuosas do estado de São Paulo. A conseqüência fatal desse desvio é o distanciamento de seu comando e de seus austeros deveres militares. E quando os chefes militares se afastam do dia-a-dia de sua vida profissional, correm o risco de serem traídos pelo pessoal de baixo, que começa a agir por conta própria. Então, acho que ele foi passado para trás, que não soube de muita coisa, mas que essa ignorância foi um pouco conseqüência de sua própria omissão.

Quando, anos depois, fui comandar a 6ª Região Militar, na Bahia, lembrei-me de tudo isso e logo fui visitar as instalações do DOI-CODI, decidindo que ali voltaria constantemente, sem aviso. Posso dizer que, no período em que lá estive, de mais de um ano, não houve uma única prisão.

Creio que alguma coisa semelhante ao que aconteceu com o Dávila Mello se passou com o general Gentil no episódio do Riocentro, embora neste caso não tivesse havido omissão. Penso que os dois tiveram um grande sofrimento interior, e que não teria sido uma simples coincidência que ambos tenham morrido de câncer. Estou convencido de que muito comandante foi ultrapassado pelos E2 e DOIs-CODIs, o que faz compreender o drama do Dávila Mello e do Gentil. Estou convencido de que foi a cadeia técnica que desencadeou o episódio do Riocentro. Foi um episódio de reação dos "duros", situados nos órgãos de repressão, contra as medidas liberalizantes tomadas pelo Figueiredo, principalmente contra a anistia.

Por que o responsável não foi punido? Isso desmoralizou as Forças Armadas, não?

A coisa é mais complexa, tem a ver com problemática pessoal do Figueiredo. Mas, por enquanto, ainda estamos falando do governo Médici. Havia um processo subversivo em marcha — disponho de boa literatura sobre ele, especialmente livros de autores de esquerda. É inegável que se pretendia ir além da derrubada do regime militar. Sonhava-se com uma imensa Cuba continental, de grande expressão para a expansão do marxismo. Nossas organizações policiais eram extremamente deficientes, voltadas quase exclusivamente para os delitos comuns, para os ladrões de pé no chão. De repente, começou a haver uma ação intelectualizada, delitos planejados e executados pela melhor inteligência brasileira: estudantes, jornalistas, intelectuais. Algumas das pessoas que fizeram assaltos ou seqüestros estão hoje por aí, são grandes figuras da República, ministros, deputados, senadores, homens-chave na administração pública. Há até o caso daquele jovem que assassinou um sargento da Aeronáutica, foi condenado à prisão perpétua, e hoje é juiz da Justiça do Trabalho. É indiscutível que os organismos policiais se mostraram incapazes de enfrentar os novos desafios criminais. Tenho a impressão de que, nos mais altos escalões, alguém alertou: "Se não se fizer alguma coisa, não se tomar uma providência decisiva, a 'vaca vai para o brejo', vão tomar conta do país." E o fundamento disso é que a inteligência dos militantes estava acima da capacidade de repressão dos organismos policiais.

Na oficialidade com que o senhor tinha contato, havia uma percepção de que as ações de violência, subversivas, eram facilitadas pela ausência de opções político-partidárias? Ou seja, que, de fato, o poder estava extremamente concentrado, as pessoas se viam sem meios, na área política, e isso contribuía seriamente para estimular a radicalização?

Não vejo a coisa assim. Acho que o bem mais valioso na vida humana é a liberdade. Como cada vez mais me convenço disso, acho que se leva mais em conta a liberdade do que a própria sobrevivência. Penso que toda vez que se cria uma situação de exceção, toda vez que se violenta a liberdade e o estado de direito, que se dá um passo fora da lei, a reação se torna inexorável. O povo pode até admitir um breve momento fora da normalidade institucional para que se corrijam revolucionariamente alguns erros do passado ou se adotem medidas saneadoras, mas isso tem que ser uma coisa muito breve, porque o rio precisa voltar ao leito, ou maior será a força avassaladora de suas águas. Tem que voltar, porque o bem mais alto, a liberdade, está sendo violada.

O grande mal do movimento de 64 foi exatamente esse. Houve o passo fora da lei, despedaçou-se a Constituição, derrubou-se o presidente. O tempo posterior a esses episódios decisivos deveria ter sido o mais breve possível. A verdade histórica é que boa parte da população, se não a maioria, recebeu bem a deposição de Goulart. Tenho a impressão de que, se vivo fosse o Castelo, a história teria sido outra, pois mesmo fora do governo ele contribuiria para que a intervenção fosse a mais episódica possível, e a vida do país se normalizaria mais rapidamente. O que aconteceu? Demoraram-se na ilegalidade, eternizaram a presença militar, e começou a haver a reação. A reação foi num crescendo, e não poderia ser feita a normalização em cima do binômio ação-reação. No auge do conflito, seria impossível estabilizar.

A minha esperança era de que, vencida essa fase crítica, serenada a turbulência, um bom trabalho de comunicação, dirigido para a motivação nacional, pudesse ajudar a normalização da vida do país. Estou convencido de que se o Médici tivesse uma centelha de estadista e não fosse apenas um "capitão de Cavalaria", teria promovido a normalização ainda no fim do seu governo, quando a repressão praticamente já havia vencido a subversão. A história

poderia ter sido outra. Acho que ele teria condições de fazê-lo. Creio que temeu mais os extremados vitoriosos do que os remanescentes praticamente derrotados. Não o fez, e pagou um preço enorme, passando à história como o mais duro de todos os governantes. Mas o preço não foi só esse: a longo prazo, aqueles remanescentes praticamente derrotados vieram a ser os verdadeiros vitoriosos, e hoje têm a sorte do país em suas mãos, só não realizando o sonho da Cuba continental porque a União Soviética explodiu e o marxismo já não é o mesmo.

Voltemos aos organismos policiais. Nessa ocasião, alguém deve ter dito: "É preciso fazer alguma coisa para que a resposta à subversão intelectualizada tenha um nível mais elevado. Vamos engajar as Forças Armadas no processo." A virada começou pelos órgãos de informações dos ministérios — o Cenimar, o CIE, o CISA. Tenho para mim que a entrada desses órgãos ocorreu ainda no governo Costa e Silva, ou já no período da Junta Militar. E, pouco depois de entrarem, começaram a bater cabeça com cabeça.

No tempo seguinte, aí sim, já em pleno governo Médici, sendo ministro do Exército o general Orlando Geisel, deve ter havido uma diretriz atribuindo ao Exército o comando do todas as operações, sendo então criadas as estruturas do DOI-CODI. Corrigia-se a descentralização, a rivalidade e o confronto com a unidade de comando nas mãos do Exército. É inegável que foi essa unidade de comando que permitiu a derrota militar da subversão. Mas a decisão do comando unificado, muito correta a curto e médio prazos, é desastrosa a longo prazo. Custou um preço incomensurável às Forças Armadas, ao Exército principalmente. Quanto aos excessos a que se chegou, isso é outra história lamentável.

Há uma outra coisa que, na minha opinião, representou um grande erro, e que até hoje faz toda a sociedade sofrer em conseqüência. Com as ações terroristas, surgiu a figura do preso político, aquele que assaltava brancos, seqüestrava e matava com uma motivação política — eram os "gabeiras" da vida. Prenderam essa gente e mandaram para a ilha Grande, para junto de quem matava, seqüestrava e assaltava com outras motivações que não as políticas. Então aconteceu uma coisa de resultados nefastos

para o país: houve a transferência de toda uma tecnologia altamente intelectualizada, do idealista, para o marginal. Nos dias de hoje, toda essa experiência adquirida está a serviço do banditismo, do narcotráfico, do jogo, do lenocínio, e o extraordinário poder de todas essas pragas chega a se transformar nos grandes cabos eleitorais das grandes cidades, elegendo deputados, senadores, governadores. Então, esse "comando vermelho" que aí está aprendeu com o presos políticos, naquela transfusão de experiências que a caolhice da repressão ensejou.

Outra reflexão a fazer é que, sair das quadras constitucionais é fácil; difícil é voltar. Joaquim Nabuco disse uma famosa frase sobre isso. Outra grave conseqüência do regime de exceção é a paralisação da vida política, posto que os filhos dessa mutilação são a demagogia e os líderes populistas. Vargas teve praticamente quinze anos de autoritarismo, durante os quais substituiu as oligarquias estaduais pela oligarquia dos "tenentes". Os Baratas, do Pará, os Távoras, do Ceará, os Magalhães, da Bahia, e tantos outros. Até hoje seus descendentes, filhos e netos, permanecem embutidos na vida política do país. E houve também a safra dos demagogos e dos políticos populistas, como o Ademar de Barros, o Hugo Borghi, o João Goulart, o Jânio Quadros, o Brizola. Isso demonstra que a herança política do autoritarismo — e isso é exemplar no caso de Vargas — são os políticos aventureiros, mas com enorme poder de sedução popular. Então, os frutos da ditadura no campo político não são somente o vazio da via política, mas também a safra de demagogos e de líderes populares sem substância.

Com o movimento militar de 64, aconteceu pior. Durante vinte anos contribuímos para a castração das lideranças políticas, destruímos as que havia. Outras não foram criadas, e voltaram alguns dos velhos demagogos — uma triste reaparição de Jânio Quadros, como prefeito, e de Leonel Brizola, por duas vezes governador do Rio de Janeiro.

Esse é o drama, o grande drama. Não se vê — só com raríssimas exceções — um grande homem de valor que se arrisque na vida política. Apesar dos cuidados do Castelo de não criar uma nova oligarquia militar — e nós temos de creditar-lhe esse grande serviço —, foi isso o que aconteceu. Os únicos fatos novos, do ponto

de vista político, depois de 64, são a consolidação do movimento sindical e o surgimento do Partido dos Trabalhadores, que deve agradecer aos erros dos militares no poder tudo o que hoje é. Queiramos ou não, o PT é hoje a grande força de renovação política da vida nacional.

■

Cronologia política, 1967-1974

■

■ *15 de março de 1967*

Posse de Artur da Costa e Silva na presidência da República, tendo como vice o deputado Pedro Aleixo. Entram em vigor a nova Constituição e a nova Lei de Segurança Nacional.

■ *21 de março de 1967*

Aprontado o texto-base do manifesto da Frente Ampla propondo a anistia geral, a elaboração de uma Constituição democrática que garanta o direito de greve e a pluralidade dos partidos, o restabelecimento das eleições diretas para a presidência e vice-presidência da República, para os governos dos estados e prefeituras das capitais. A Frente Ampla resulta das conversações entre o ex-presidente Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, conforme definido na *Declaração de Lisboa* de 19 de novembro de 1966.

■ *3 de abril de 1967*

Fim da guerrilha de Caparaó, Minas Gerais, liderada por Amadeu Rocha e Bayard Demaria Boiteux, com a prisão de sete militares cassados e um civil, pelo 11º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais, sob o comando do major Ralph Grünewald Filho.

■ *6 de abril de 1967*

Os líderes da Frente Ampla anunciam o recesso temporário da aliança oposicionista.

■ *9 de abril de 1967*

Depois de uma ausência de meses, o ex-presidente Juscelino Kubitschek retorna ao Brasil para se avistar com Carlos Lacerda e Renato Archer, articuladores da Frente Ampla.

■ *17 de abril de 1967*

Em caráter informal, por intermédio do senador Oscar Passos, presidente do MDB, o presidente Costa e Silva comunica a João Goulart, exilado no Uruguai, que considera inconveniente o seu regresso ao Brasil.

■ *9 maio de 1967*

Assinado entre o ministro Tarso Dutra, da Educação, e o representante da USAID no Brasil, William Ellis, o acordo segundo o qual a agência norte-americana prestaria assessoria à Diretoria de Ensino Superior do MEC. O documento, conhecido como Acordo MEC-USAID, será motivo de críticas e denúncias da parte dos estudantes.

■ *18 de julho de 1967*

Morre no Ceará, vítima de desastre aéreo, o ex-presidente Castelo Branco. Carlos Lacerda anuncia sua candidatura à presidência em 1971.

■ *31 de julho de 1967*

Inicia-se a Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, que, ao seu final (10/8), decide por uma estratégia revolucionária para toda a América Latina.

■ *3 de agosto de 1967*

Realiza-se o 29º Congresso da UNE, em Valinhos (SP), num convento beneditino. O ex-presidente João Goulart aconselha seus correligionários a integrarem a Frente Ampla.

■ *28 de agosto de 1967*

Em decorrência das críticas que fez ao governo, Carlos Lacerda é proibido de falar na televisão.

■ *2 de setembro de 1967*

Dos 133 deputados federais do MDB, 120 decidem não ingressar na Frente Ampla, alegando que Lacerda estaria usando o movimento como base de sua candidatura à presidência da República.

■ *11 de setembro de 1967*

O presidente Costa e Silva dá ordens para que o Departamento de Polícia Federal convoque o ex-presidente Kubitschek para depor sobre sua participação na Frente Ampla.

■ *12 de setembro de 1967*

Juscelino Kubitschek embarca, à noite, para os Estados Unidos.

■ *24 de setembro de 1967*

Carlos Lacerda e João Goulart assinam o Acordo de Montevidéu, defendendo a volta do país ao regime democrático.

■ *28 de setembro de 1967*

Jânio Quadros divulga oficialmente sua intenção de não aderir à Frente Ampla.

■ *29 de setembro de 1967*

Um grupo de militares da "linha dura" ligados a Lacerda declara-se desfavorável à Frente Ampla e anuncia sua disposição de retirar o apoio ao ex-governador da Guanabara. O Pacto de Montevidéu repercutiu mal nessa área, e o grupo resiste ao que chama de "um retorno ao passado".

■ *2 de outubro de 1967*

O ex-presidente do PTB, Lutero Vargas, divulga nota afirmando a incompatibilidade entre os trabalhistas e os líderes da Frente Ampla. O ministro Albuquerque Lima classifica a Frente como "um movimento destinado a reconstituir a situação anterior à Revolução de março de 1964".

■ *13 de outubro de 1967*

O ex-presidente João Goulart convoca a Montevidéu um grupo de prefeitos, vereadores e correligionários políticos trabalhistas com o objetivo de instruí-los na organização de comissões da Frente Ampla em todo o Rio Grande do Sul.

■ *18 de outubro de 1967*

O deputado Osvaldo Lima Filho, porta-voz de João Goulart no Brasil, comunica aos líderes da Frente Ampla a intenção dos trabalhistas de reestruturar a extinta Frente Parlamentar Nacionalista diante do imobilismo que estaria caracterizando a Frente Ampla.

■ *25 de outubro de 1967*

O ministro da Justiça, Gama e Silva, ameaça confinar durante sessenta dias, em Brasília, o ex-presidente Kubitschek, que retornara ao país, caso este retomasse as atividades políticas da Frente Ampla.

■ *30 de outubro de 1967*

A Frente Ampla entra em período de recesso que se prolongará até o início de 1968. Lacerda justifica a medida como uma maneira de tentar recuperar, na área militar, o desgaste que o movimento sofreu depois do Acordo de Montevidéu. No encerramento dos trabalhos do Congresso, o presidente Costa e Silva reitera afirmações de que o Executivo está perfeitamente aparelhado para agir contra qualquer indício de subversão.

■ *5 de novembro de 1967*

Prisão de integrantes da Juventude Operária Católica e do diácono francês Guy Thibaut.

■ *30 de novembro de 1967*

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulga manifesto a respeito da prisão de clérigos.

■ *16 de dezembro de 1967*

Em pronunciamento como paraninfo da Faculdade de Econo-

mia de Porto Alegre, Lacerda acusa o governo de ser corrupto e ditatorial, e convoca os jovens a lutar contra essa situação. Neste e em outros pronunciamentos, Lacerda intensifica os ataques ao governo.

■ *8 de janeiro de 1968*

O presidente Costa e Silva assina decreto ampliando os poderes da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, chefiada pelo ministro-chefe do Gabinete Militar Jaime Portela, que fica encarregada de todo o planejamento governamental.

■ *11 de janeiro de 1968*

Sob a presidência do coronel Carlos de Meira Mattos, instala-se a comissão criada pelo Decreto nº 62.024, para apurar as causas das insatisfações e das greves estudantis em todo o país.

■ *24 de janeiro de 1968*

Os diretores de emissoras paulistas de rádio e televisão recebem ordens para ignorar a presença de Lacerda em São Paulo.

■ *30 de janeiro de 1968*

O ministro Gama e Silva, da Justiça, propõe ao chefe do governo que sejam declarados de interesse da segurança nacional 263 municípios brasileiros, cujos eleitores perderiam o direito de eleger seus prefeitos.

■ *14 de fevereiro de 1968*

Militares da "linha dura", afirmando contarem com o apoio de todo o Exército, reagem contra a possibilidade de o governo entrar em contato com os líderes depostos pelo movimento de abril de 1964. Líderes da Frente Ampla acusam o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Jaime Portela, de exercer total controle sobre as decisões do presidente da República.

■ *16 a 18 de fevereiro de 1968*

Greve de trabalhadores na Cobrasma, em Osasco (SP).

■ *28 de fevereiro de 1968*

Ex-trabalhistas pedem a Brizola que cesse seus ataques à Frente Ampla, a fim de que seja mantida a unidade do movimento.

■ *15 de março de 1968*

Carlos Lacerda pronuncia em Governador Valadares (MG) discurso pedindo urgência na reforma agrária e acusando o Exército de se ter constituído em efetivo dirigente do país, com o chefe do Gabinete Militar, general Jaime Portela, exercendo as funções de comando.

■ *28 de março de 1968*

O estudante Edson Luís de Lima Souto é morto em conflito com a Polícia Militar no restaurante do Calabouço, no Centro do Rio de Janeiro, onde cerca de dois mil estudantes estavam reunidos preparando uma passeata. Os estudantes entram em greve nacional.

■ *29 de março de 1968*

O funeral do estudante Edson Luís de Lima Souto transforma-se numa marcha de cinqüenta mil pessoas pelo Centro do Rio de Janeiro.

■ *30 de março de 1968*

O ministro da Justiça determina que as passeatas estudantis sejam reprimidas em todo o país.

■ *1º de abril de 1968*

As passeatas e protestos estudantis se multiplicam pelas capitais brasileiras, havendo choques com a polícia, prisões e feridos. No Rio, morrem Aprígio de Paula e Davi de Sousa Neiva, e em Goiânia, Ivo Vieira, sendo feridos a bala Telmo Faria e Maria Lúcia Jaime.

■ *2 de abril de 1968*

O ministro da Justiça, Gama e Silva, solicita prontidão das

forças policiais na Guanabara e em Brasília, em função dos protestos estudantis nessas cidades.

■ *4 de abril de 1968*

A Polícia Montada ataca milhares de pessoas na saída da missa de sétimo dia pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Seiscentas pessoas são presas e há inúmeros feridos. Em decorrência, eclodem protestos contra o governo em várias outras cidades.

■ *5 de abril de 1968*

O ministro Gama e Silva, da Justiça, através da portaria 177, determina o fechamento da Frente Ampla. A imprensa fica proibida de divulgar qualquer declaração ligada à Frente e a seus membros.

■ *16 a 24 de abril de 1968*

Greve em Contagem (MG), a primeira depois do golpe, paralisa vinte mil metalúrgicos com a ocupação de fábricas. O ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, adverte os grevistas que poderão ser demitidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional caso não voltem ao trabalho.

■ *1º de maio de 1968*

Distúrbios nas comemorações do Dia do Trabalho, na Praça da Sé, na capital paulista. O governador Abreu Sodré é atingido com uma pedra e 22 pessoas são presas.

■ *13 de maio de 1968*

Entrega ao ministro da Educação, Tarso Dutra, do "relatório Meira Mattos" sobre a situação do movimento universitário brasileiro.

■ *22 de maio de 1968*

Aprovada a Lei nº 5.439, que estabelece responsabilidade criminal para menores de dezoito anos envolvidos em ações contra a segurança nacional.

■ *21 de junho de 1968*

A polícia invade uma assembléia estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quinze pessoas ficam feridas e trezentas são presas. O Conselho Universitário da UFRJ suspende as aulas por tempo indeterminado, e o governador Negrão de Lima, da Guanabara, antecipa as férias nos estabelecimentos de ensino do estado.

■ *22 de junho de 1968*

Roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo, empreendido pelo grupo guerrilheiro VPR.

■ *23 de junho de 1968*

Estudantes ocupam os prédios das faculdades de Filosofia, Economia e Direito da Universidade de São Paulo.

■ *26 de junho de 1968*

Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, realizada com a permissão do governo estadual. Um carro-bomba investe contra o quartel-general do II Exército, em São Paulo, causando a morte do sentinela, Mário Kozel Filho.

■ *29 de junho de 1968*

Passeata estudantil em Porto Alegre é dissolvida pela polícia a mando do governador Válter Peracchi Barcelos.

■ *1º de julho de 1968*

Reunião do Conselho de Segurança Nacional para examinar a situação estudantil.

■ *2 de julho de 1968*

O presidente Costa e Silva recebe comissão de estudantes e intelectuais, constituída na passeata do dia 26 de junho, que pede a liberação dos presos, a reabertura do restaurante do Calabouço e o fim da repressão policial e da censura artística.

▪ *4 de julho de 1968*

Costa e Silva, acatando parecer do Conselho de Segurança Nacional, sanciona lei que declara 68 municípios como de interesse da segurança nacional. Na capital de São Paulo, cerca de três mil estudantes participam de passeata promovida pela União Nacional dos Estudantes. Passeata dos trinta mil no Rio de Janeiro.

▪ *5 de julho de 1968*

O ministro da Justiça, Gama e Silva, determina a proibição de passeatas, a qualquer título, autorizando os governadores a adotar as medidas preventivas que se fizerem necessárias. Começam os comícios relâmpagos. O Congresso aprova, por 177 votos contra 22, o projeto da sublegenda dos partidos políticos.

▪ *11 de julho de 1968*

Costa e Silva convoca o Conselho de Segurança Nacional e propõe a elaboração de um projeto de estado de sítio a ser aplicado caso continuem as passeatas estudantis.

▪ *16 a 18 de julho de 1968*

Greve dos metalúrgicos, em Osasco (SP), paralisa quinze mil trabalhadores. O governo intervém no sindicato e prende vários trabalhadores.

▪ *17 de julho de 1968*

O Alto Comando do Exército reúne-se para cuidar das providências necessárias à manutenção da ordem em todo o país. De acordo com o Conselho de Segurança Nacional, o presidente da República decide ratificar a proibição de passeatas e greves, e incumbe os ministros militares e o da Justiça a tomar as providências necessárias para coibir o "estado contra-revolucionário".

▪ *19 de julho de 1968*

No encerramento de sua IX Assembléia, a CNBB divulga documento fazendo apelo à não violência e denunciando a falta de

liberdade no país. O ministro da Justiça determina o confinamento, por doze dias, do ex-presidente Jânio Quadros.

■ *22 de julho de 1968*

Grupos de direita lançam bomba na sede da ABI no Rio de Janeiro.

■ *24 de julho de 1968*

Dissolvida em São Paulo passeata estudantil contrária à reforma universitária preconizada pelo governo.

■ *2 de agosto de 1968*

Prisão de Vladimir Palmeira, presidente da UNE. Grupos anticomunistas fazem atentado a bomba no Teatro Opinião, no Rio de Janeiro. Vários outros atentados desse tipo são realizados por extremistas de direita.

■ *15 de agosto de 1968*

O Supremo Tribunal Federal recusa o pedido de *habeas-corpus* em favor do líder estudantil Vladimir Palmeira.

■ *21 de agosto de 1968*

A Câmara dos Deputados rejeita projeto que prevê anistia aos presos em passeatas e manifestações grevistas.

■ *29 de agosto de 1968*

A polícia invade a Universidade de Brasília (UnB), prendendo professores e estudantes e ferindo, com um tiro na cabeça, o estudante Valdemar Alves da Silva. Invasão da Universidade Federal de Minas Gerais.

■ *2 de setembro de 1968*

Discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, na Câmara, criticando a invasão da UnB e conclamando a que, num boicote ao militarismo, a população não participe dos festejos de 7 de Setembro.

■ *6 de setembro de 1968*

A Câmara dos Deputados instaura Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a invasão da Universidade de Brasília.

■ *10 de setembro de 1968*

O ministro da Justiça, Gama e Silva, preside a cerimônia de instalação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

■ *12 de setembro de 1968*

O procurador-geral da República dá entrada, junto ao Supremo Tribunal Federal, de pedido de cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves.

■ *13 de setembro de 1968*

Os ministros militares, em nome das Forças Armadas, enviam representação ao presidente da República contra o discurso do deputado Márcio Moreira Alves e exigem do Congresso que este seja processado por infração à Lei de Segurança Nacional.

■ *1º de outubro de 1968*

O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Agnelo Rossi, recusa a medalha da Ordem Nacional do Mérito, oferecida por Costa e Silva, em sinal de solidariedade a vários sacerdotes presos. O general Médici, chefe do SNI, entrega ao presidente da República relatório final sobre a invasão da Universidade de Brasília.

■ *2 de outubro de 1968*

Confronto em São Paulo entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, sede do maior centro estudantil de esquerda, e alunos da Universidade Mackenzie, que abrigava um núcleo de ultradireitistas vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e à Frente Anticomunista (FAC). O estudante secundarista José Guimarães é morto, e a sede da Faculdade de Filosofia, incendiada. Denunciadas, na Câmara, tentativas

do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier de envolver o Para-Sar em atos de terrorismo a serem atribuídos à esquerda.

■ *8 de outubro de 1968*

Seqüestrada, em São Paulo, por extremistas de direita, a atriz Norma Benguel.

■ *11 de outubro de 1968*

O senador Daniel Krieger, presidente da Arena, envia carta a Costa e Silva reiterando o princípio da inviolabilidade parlamentar.

■ *12 de outubro de 1968*

Vítima de ação da VPR, morre na capital de São Paulo o capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, acusado de pertencer à CIA. Presos, em Ibiúna (SP), cerca de setecentos participantes do 30º Congresso da UNE, que ali se realizava clandestinamente.

■ *21 de outubro de 1968*

Sancionada a Lei nº 5.536, criando o Conselho Superior de Censura, vinculado ao Ministério da Justiça.

■ *25 de outubro de 1968*

O líder da Arena, deputado Geraldo Freire, substitui na Comissão de Constituição e Justiça os nove deputados de seu partido solidários com a integridade do mandato do deputado Márcio Moreira Alves.

■ *6 de novembro de 1968*

O SNI descobre que o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, representante da "linha dura", reunira em sua residência, no Rio de Janeiro, vários deputados oposicionistas ligados à Frente Ampla e a Carlos Lacerda.

■ *1º de dezembro de 1968*

O Congresso Nacional é convocado extraordinariamente pelo governo, até 20 de fevereiro, para tratar de problemas de

interesse nacional, entre eles, a decisão sobre a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

■ *5 de dezembro de 1968*

Assalto à loja de armas Diana, em São Paulo.

■ *7 de dezembro de 1968*

O ministro Lira Tavares, do Exército, em nota oficial, declara que a lei não pode acobertar a impunidade daqueles que ofendem o Exército.

■ *9 de dezembro de 1968*

O general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar, encaminha a Costa e Silva os resultados de sondagens do SNI apontando que o governo seria derrotado no pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. O ministro do Exército, Lira Tavares, comunica ao presidente da República que seu gabinete está repleto de generais inconformados com a demonstração de independência da Câmara. Por ordem do Gabinete Militar, é estabelecida a censura em todas as emissoras de rádio e televisão, proibindo qualquer noticiário relacionado com a decisão da Câmara.

■ *10 de dezembro de 1968*

A Comissão de Constituição e Justiça, já modificada pelo líder arenista Geraldo Freire, aprova o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Em protesto, seu presidente, Djalma Marinho, renuncia ao cargo, e os deputados do MDB abandonam a Comissão. A Câmara dos Deputados constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar atos terroristas em todo o país. O Supremo Tribunal Federal ordena a libertação de 81 estudantes presos desde julho, contrariando a orientação preconizada pela "linha dura" militar.

■ *12 de dezembro de 1968*

Por 216 votos contra 141, a Câmara rejeita o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. Em conseqüência, entram em prontidão as Forças Armadas e a Polícia

Federal, enquanto o presidente da República se reúne com os ministros militares e comandantes dos Exércitos.

- *13 de dezembro de 1968*

O presidente Costa e Silva edita o AI-5, que estabelece, entre outras medidas, poderes excepcionais ao Executivo para decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores, bem como a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas pela Constituição, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e das garantias de *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional. Por força do Ato Complementar nº 38, é decretado o recesso do Congresso Nacional. O general Siseno Sarmento, comandante do I Exército, ordena a prisão do ex-presidente Juscelino Kubitschek, recolhido ao quartel do 3º Regimento de Infantaria, em São Gonçalo (RJ).

- *14 de dezembro de 1968*

O ex-governador Carlos Lacerda é detido no quartel do Regimento Caetano de Faria, no Rio de Janeiro.

- *16 de dezembro de 1968*

Pelo Decreto-Lei nº 359, fica instituída a Comissão Geral de Investigação, sob a presidência do ministro da Justiça, Gama e Silva, para promover investigações sumárias visando ao confisco de bens de todos que tenha enriquecido ilicitamente no exercício de cargo ou função pública.

- *21 de dezembro de 1968*

Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda são postos em liberdade.

- *30 de dezembro de 1968*

Divulgada lista de cassações de mandatos e de suspensão de direitos políticos atingindo Carlos Lacerda, o general Peri Constant Bevilacqua, ministro do Superior Tribunal Militar, e diversos parlamentares.

■ *5 de janeiro de 1969*

Daniel Krieger remete carta a Costa e Silva desligando-se da presidência da Arena, em virtude de sua posição contrária ao AI-5.

■ *16 de janeiro de 1969*

Reunido no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, sob a presidência de Costa e Silva, o Conselho de Segurança Nacional decide cassar os mandatos e suspender por dez anos os direitos políticos de dois senadores, 35 deputados federais, 38 estaduais, um vereador, uma empresária de jornal e um juiz auditor militar.

■ *25 de janeiro de 1969*

O capitão do Exército Carlos Lamarca adere à VPR e desaparece do quartel em que servia em Quitaúna (SP), acompanhado de um sargento, um cabo e um soldado, e levando armas e munição.

■ *1º de fevereiro de 1969*

Editado o AI-6, diminuindo de 16 para 11 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal, modificando a competência do órgão e determinando que os civis incursos em delitos considerados contrários à segurança nacional sejam julgados pela Justiça Militar. Três ministros são aposentados: Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. O presidente do Tribunal, ministro Gonçalves de Oliveira, renuncia, em protesto.

■ *7 de fevereiro de 1969*

O Ato Complementar nº 47 põe em recesso as Assembléias Legislativas da Guanabara, Rio de janeiro, Pernambuco, São Paulo e Sergipe. O Decreto-Lei nº 459 institui a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, a ser presidida pelo general Humberto de Sousa e Melo, para punir os delitos contrários à segurança nacional e à ordem política e social. O Conselho de Segurança Nacional decide pela cassação de três senadores e 18 deputados federais do MDB.

■ *24 de fevereiro de 1969*

O Ato Complementar nº 48, em face do recesso do Poder Legislativo em todo o país, prorroga os mandatos das mesas diretoras do Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

■ *26 de fevereiro de 1969*

O presidente da República decreta o AI-7, que suspende quaisquer eleições parciais para os cargos executivos ou legislativos até que sejam julgadas oportunas pelo presidente da República. Disciplina também funcionamento das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, bem como a remuneração de seus membros. Baixado o Decreto-Lei nº 477, definindo as infrações disciplinares de alunos e professores nos estabelecimentos de ensino superior.

■ *27 de fevereiro de 1969*

O AI-8 suspende a realização de todas as eleições até o nível municipal.

■ *12 de março de 1969*

Cassados os mandatos e suspensos os direitos políticos por dez anos de três deputados federais, 92 estaduais e um prefeito.

■ *17 de março de 1969*

Reformado, com base no AI-5, o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, acusado de ter induzido deputados da Arena a resistirem à imposição do governo no sentido de obter licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. O coronel punido é irmão do ministro do Interior, José Costa Cavalcanti.

■ *18 de março de 1969*

O Decreto-Lei nº 502 fixa medidas acauteladoras para o confisco de bens, de acordo com o Ato Complementar nº 42, de 27 de janeiro de 1969, ampliando os poderes da Comissão Geral de Investigações na apuração de atividades contrárias aos interesses e objetivos do regime.

■ *22 de março de 1969*

O presidente Costa e Silva assina decreto-lei que altera vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional. Entre as principais inovações, incluem-se: enquadrar ladrões de bancos na Lei de Segurança; estabelecer como delito a divulgação truncada de notícias, permitindo ao ministro da Justiça intervir nas empresas de radiodifusão e de televisão; ampliar penas e alterar processos de julgamento.

■ *29 de abril de 1969*

Reunido o Conselho de Segurança Nacional, fica estabelecida a cassação de quinze deputados federais, 59 estaduais e nove prefeitos, bem como a de dezenas de vereadores, juízes e militares.

■ *8 de maio de 1969*

O ministro da Justiça, Gama e Silva, recebe dos ministros do Superior Tribunal Militar o novo Código de Processo Penal Militar, que estabelece maior rigor nas penas e nos processos.

■ *13 de maio de 1969*

É assinado por oitenta padres da Arquidiocese do Rio de Janeiro manifesto ressaltando a necessidade de "obediência à hierarquia da Igreja". O movimento é lançado em São Paulo contra padres que, "voluntária ou involuntariamente, estão indo de encontro à ordem vigente".

■ *14 de maio de 1969*

O vice-presidente Pedro Aleixo é encarregado por Costa e Silva de coletar elementos para a revisão constitucional.

■ *16 de maio de 1969*

O AI-10 estabelece as sanções a serem impostas, a qualquer momento e com efeito retroativo, aos punidos por outros atos, entre elas, a proibição de exercerem atividades em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, bem como em instituições de ensino e pesquisa. Este ato leva à

aposentadoria de centenas de professores universitários em todo o país.

■ *20 de maio de 1969*

O arcebispo dom Vicente Scherer, de Porto Alegre, afirma que o magistério eclesiástico desaprova os métodos de violência. O presidente Costa e Silva baixa o Ato Complementar nº 54, adiando para 10 de agosto as convenções municipais, regionais e nacionais dos partidos políticos.

■ *27 de maio de 1969*

Assassinato, em Recife, do padre Antônio Henrique Pereira Neto, colaborador de dom Hélder Câmara, sendo o crime atribuído a extremistas de direita. Este e outros incidentes tornam tensas as relações entre a Igreja e o governo.

■ *17 de junho de 1969*

A comissão composta por Pedro Aleixo, Temístocles Cavalcanti e Rondon Pacheco apresenta estudos para a reforma constitucional.

■ *19 de junho de 1969*

Em carta remetida ao ministro do Exército, o general Moniz Aragão reafirma acusações feitas ao presidente Costa e Silva, entre elas, a de fazer concessões e favores a amigos e parentes, e a de permitir a corrupção dentro do governo. Reclama também dos baixos orçamentos das Forças Armadas e da falta de medidas mais enérgicas do governo para combater a subversão. Em meio a uma crise militar, Muniz de Aragão é exonerado do cargo de diretor do Departamento de Provisão Geral do Exército.

■ *21 de junho de 1969*

A X Assembléia Geral da CNBB examina as relações entre a Igreja e o governo, a reforma agrária, os atentados terroristas, o Esquadrão da Morte e o respeito à *Declaração dos Direitos do Homem*, da ONU.

■ *1º de julho de 1969*

É criada oficialmente a Operação Bandeirantes, por iniciativa do general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército (SP), com a atribuição de capturar terroristas e subversivos. O Conselho de Segurança Nacional aprova a cassação de 81 pessoas.

■ *2 de julho de 1969*

O Decreto-Lei nº 667 reorganiza as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos estados, territórios e Distrito Federal, submetendo-os a um sistema de controle mais rígido por parte da Inspetoria Geral das Polícias Militares, dos comandos dos Exércitos e das Regiões Militares.

■ *18 de julho de 1969*

Militantes da VPR, liderados por Carlos Lamarca, promovem, no Rio, ação armada de assalto à casa da amante do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, apropriando-se de um cofre com 2,5 milhões de dólares.

■ *24 de julho de 1969*

A comissão encarregada da reforma da Constituição conclui seus trabalhos, sugerindo que todas as disposições modificadas sejam condensadas em uma só emenda constitucional, que seria a de nº 1.

■ *25 de julho de 1969*

O Gabinete Militar envia a cada um dos membros do Conselho de Segurança Nacional o projeto de emenda constitucional, com prazo de até dez dias para apresentação de sugestões.

O governo baixa as *Diretrizes para a Política de Segurança Interna.*

■ *8 de agosto de 1969*

O ministro da Educação, Tarso Dutra, em palestra na Escola Superior de Guerra, justifica a obrigatoriedade do ensino da cadeira de educação cívica como "uma contestação dentro da

escola brasileira contra a infiltração ideológica que tem de ser repelida de todas as formas".

- *14 de agosto de 1969*

O AI-11 marca, para 30 de novembro, eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos municípios cujos cargos estivessem vagos ou sob intervenção federal.

- *26 de agosto de 1969*

Costa e Silva anuncia a conclusão do projeto de reforma constitucional que deveria ser submetido à aprovação do Congresso a ser reaberto em 7 de setembro. Manifestam-se os primeiros sintomas da trombose cerebral que acometeria o presidente.

- *27 de agosto de 1969*

Os ministros militares advertem Costa e Silva de que a maioria dos comandantes militares é contrária à reabertura do Congresso.

- *29 de agosto de 1969*

Costa e Silva é acometido de problemas de saúde, e o vice-presidente, Pedro Aleixo, que não assinara o AI-5, é mantido incomunicável graças à rápida ação dos chefes militares.

- *30 de agosto de 1969*

Com o agravamento do estado de saúde de Costa e Silva, o Alto Comando das Forças Armadas reúne-se no Rio de Janeiro para analisar a possibilidade do provável afastamento do chefe do governo. Fica descartada a hipótese de o vice-presidente, Pedro Aleixo, assumir a presidência, e decidida a formação de uma Junta Militar para a substituição eventual do presidente.

- *31 de agosto de 1969*

Baixado o AI-12, elaborado por Carlos Medeiros e Silva, determinando o impedimento temporário de Costa e Silva, bem como o de Pedro Aleixo para assumir a presidência, e a constituição, pelos ministros militares, Augusto Rademaker (Marinha), Lira Tavares (Exército) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica), da

Junta Militar que assumiria temporariamente em caráter interino as funções do Poder Executivo.

■ *4 de setembro de 1969*

Seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro, por militantes da ALN e do MR-8. Os seqüestradores condicionam a libertação do diplomata à soltura de quinze presos políticos e à divulgação, pela imprensa, de um comunicado contendo pesadas críticas ao governo.

■ *5 de setembro de 1969*

Oficiais da Vila Militar comunicam ao general João Dutra de Castilhos, comandante das unidades ali sediadas, o inconformismo da tropa diante da concessão feita pelo governo aos seqüestradores do embaixador dos Estados Unidos. O comandante do I Exército, Siseno Sarmento, manifesta-se contrário ao atendimento das exigências dos seqüestradores. Divulgada nota oficial que anuncia a decisão do governo de aceitar as condições propostas pelos seqüestradores.

■ *6 de setembro de 1969*

Oficiais pára-quedistas tentam impedir o embarque, no aeroporto do Galeão, dos presos políticos libertados, para o exílio no México, mas são impedidos pelo comandante da Base Aérea. Em conseqüência, ocupam as instalações da Rádio Nacional e irradiam comunicado de protesto contra o ato do governo.

■ *7 de setembro de 1969*

Os presos políticos libertados chegam ao México. Os oficiais do Grupo de Obuses dos Pára-Quedistas, tendo à frente o seu comandante, tenente-coronel Dickson Grael, recusam-se a participar do desfile militar pela Independência, em represália à soltura desses presos. O embaixador norte-americano é libertado. Em grande operação, as forças de segurança promovem a prisão de cerca de 1.800 suspeitos de atividades esquerdistas e subversivas.

■ *8 de setembro de 1969*

Editado, pela Junta Militar, o AI-13, estabelecendo a pena de banimento do território nacional para qualquer cidadão brasileiro considerado "nocivo ou perigoso à segurança nacional". O Ato Complementar nº 64 aplica esta sanção aos quinze presos políticos libertados em troca do embaixador Elbrick. O chanceler Magalhães Pinto, em reunião extraordinária com os ministros militares, faz um relato dos aspectos jurídicos e diplomáticos relativos ao seqüestro do avião ocorrido nesse mesmo dia, entre Belém e Manaus, e que fora desviado para Cuba. O chanceler declara que nenhuma ação pode ser tomada pelo Brasil, em virtude da ausência de acordo internacional sobre o assunto.

■ *9 de setembro de 1969*

Publicado o AI-14, alterando a Constituição e estabelecendo a pena de morte ou a prisão perpétua para os casos de "guerra de oposição psicológica, e de guerra revolucionária e de luta subversiva", definidos na Lei de Segurança Nacional. O AI-15 e o Ato Complementar nº 65 estabelecem novas regulamentações restritivas às eleições municipais.

■ *10 de setembro de 1969*

Nota oficial da Junta afirma "o firme propósito de assegurar a continuidade do programa traçado pelo chefe da Nação, inclusive quanto ao restabelecimento da normalidade democrática".

■ *11 de setembro de 1969*

Cassados os mandatos de quatro parlamentares. Os generais Siseno Sarmento, Moniz de Aragão e Albuquerque Lima procuram acelerar a questão sucessória e criticam a ação da Junta. Siseno Sarmento, comandante do I Exército, passa a exigir que a divulgação dos atos da Junta sejam submetidos ao seu prévio consentimento. Este e Albuquerque Lima lançam seus nomes à sucessão presidencial.

■ *16 de setembro de 1969*

A Junta emite nota oficial comunicando a inevitabilidade da

substituição definitiva do presidente Costa e Silva à constituição de uma comissão integrada pelos generais Antônio Carlos Murici, Jurandir Bizarria Mamede e Emílio Garrastazu Médici para coordenar a questão sucessória.

■ *20 de setembro de 1969*

Encerramento da reunião ordinária da Comissão Central da CNBB, em que é aprovado, por unanimidade, documento manifestando a preocupação pelo alargamento dos conflitos ideológicos no seio da família brasileira, definindo a pena de morte como "fruto trágico desse clima" e recomendando como "indispensável que o Brasil retorne à normalidade jurídica, mediante uma Constituição capaz de contemplar os reais interesses e anseios nacionais".

■ *27 de setembro de 1969*

Publicado o Decreto-Lei nº 898, que institui a nova Lei de Segurança Nacional, incorporando as medidas de exceção baixadas pela Junta, regulamentando a aplicação da pena de morte e da prisão perpétua, e aumentando o controle do governo sobre a imprensa.

■ *29 de setembro de 1969*

Cassados os mandatos de oito parlamentares.

■ *2 de outubro de 1969*

A comissão coordenadora da sucessão presidencial define os critérios que devem ser observados para a substituição de Costa e Silva, sugerindo que a vacância do cargo deva depender de uma declaração da junta médica que o acompanha atestando sua incapacitação definitiva para o exercício das funções presidenciais. Indica também que o mandato do novo presidente seja de quatro anos, contados a partir da posse, e que o candidato escolhido pelo Alto Comando das Forças Armadas seja submetido à ratificação pelo Congresso Nacional. O general Albuquerque Lima envia carta ao ministro do Exército condenando os métodos de consulta usados dentro das Forças Armadas para a escolha do novo presidente.

■ *5 de outubro de 1969*

O general Albuquerque Lima volta a escrever para Lira Tavares, criticando a posição do ministro do Exército contrária à participação de elementos de todos os graus da hierarquia militar na escolha do substituto de Costa e Silva.

■ *7 de outubro de 1969*

A Secretaria de Imprensa da Presidência da República divulga nota oficial informando que, em reunião do Alto Comando das Forças Armadas, realizada no dia anterior, o comandante do III Exército, general Garrastazu Médici, fora apontado como candidato à Presidência da República, em substituição a Costa e Silva. Para vice foi designado o almirante Augusto Rademaker.

■ *14 de outubro de 1969*

Editado, pela Junta Militar, o AI-16, declarando a vacância dos cargos de presidente de vice-presidente da República, fixando o dia 25 do mesmo mês como a data para ratificação, pelo Congresso, da decisão dos militares e indicando que o mandato do futuro chefe do governo se estenderá até 15 de março de 1974. Baixado também o AI-17, dando poderes ao presidente da República de transferir para a reserva "por tempo determinado, os militares que hajam atentado, ou venham atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas".

■ *15 de outubro de 1969*

Os Atos Complementares n^os^ 72 e 73 determinam a reabertura do Congresso, fechado desde a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e convocam os congressistas a reassumirem suas funções.

■ *16 de outubro de 1969*

Novas cassações atingem dez deputados estaduais, quatro prefeitos e um dirigente do MDB gaúcho.

■ *17 de outubro de 1969*

Promulgada a Emenda Constitucional nº 1, que modifica vários

dispositivos da Constituição de 24 de janeiro de 1967 e estabelece maiores restrições às liberdades públicas.

■ *20 de outubro de 1969*

O Decreto-Lei nº 1.063 fixa os casos de inelegibilidade, principalmente para os atingidos pelos Atos Institucionais.

■ *22 de outubro de 1969*

Assinado o Ato Complementar nº 77, que proíbe todos os professores punidos por Atos Institucionais de exercer qualquer função em estabelecimento de ensino, em fundações criadas ou subvencionadas pelos poderes públicos e em instituições de ensino ou pesquisa de interesse da segurança nacional. Reabertura do Congresso para as sessões preparatórias da eleição do presidente da República.

■ *23 de outubro de 1969*

O Diretório Nacional do MDB decide que sua bancada deverá comparecer à sessão de eleição do presidente da República pelo Congresso, abstendo-se, porém, de sufragar a candidatura do general Médici. Os ministros militares promulgam novo decreto-lei determinando a inelegibilidade para todos os que exerceram mandatos executivos no período anterior.

■ *25 de outubro de 1969*

O Congresso Nacional elege, por 239 votos a favor e 76 abstenções do MDB, os generais Emílio Garrastazu Médici e Augusto Rademaker para presidente e vice-presidente da República, respectivamente.

■ *30 de outubro de 1969*

Posse do presidente e do vice-presidente da República. Entra em vigor a nova Constituição.

■ *4 de novembro de 1969*

Morte de Carlos Marighella, dirigente nacional da ALN, por uma equipe policial chefiada pelo delegado Sérgio Fleury. Este

assassinato ocorre após a prisão de cerca de vinte membros da organização.

- *17 de dezembro de 1969*

Morre Costa e Silva no Rio de Janeiro.

- *31 de dezembro de 1969*

O *The Wall Street Journal*, a exemplo do que vinham fazendo outras publicações internacionais, como o *Livre Noir: terreur et torture au Brésil*, lançado na França, divulga matéria descrevendo a prática institucionalizada da tortura no Brasil.

- *16 de janeiro de 1970*

Assassinato de Mário Alves, fundador e secretário-geral do PCBR.

- *Janeiro de 1970*

Entram em funcionamento o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), dando ao Exército papel preponderante no comando da segurança interna.

- *14 de fevereiro de 1970*

Entra em vigor nova legislação estabelecendo a censura prévia a livros e revistas.

- *11 de março de 1970*

Seqüestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em São Paulo, por militantes da VPR. Médici adverte nessa ocasião que "haverá repressão rigorosa e implacável, mas somente contra o crime e somente contra os criminosos".

- *14 de março de 1970*

Liberados os cinco presos políticos em troca da libertação do cônsul.

- *15 de março de 1970*

O cônsul japonês é solto.

■ *Março de 1970*

Baixada a *Diretriz Presidencial de Segurança Interna.*

■ *5 de abril de 1970*

Fracassa, em Porto Alegre, o atentado contra o cônsul dos Estados Unidos, preparado por guerrilheiros da VPR.

■ *18 de abril de 1970*

É descoberto o núcleo da guerrilha rural organizada por Lamarca no vale do Ribeira (SP). Os guerrilheiros conseguem escapar ao cerco policial, quando é morto o tenente da PM Alberto Mendes Júnior, que estava preso como refém.

■ *20 de maio de 1970*

Entra em operação oficialmente o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão criado em 1967.

■ *Maio de 1970*

Por força do Decreto nº 66.608 é criado o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), que substitui o Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-SISA), criado em 1968.

■ *11 de junho de 1970*

Seqüestro, em São Paulo, do embaixador Ehrenfried von Holleben, da República Federal da Alemanha, numa ação conjunta da VPR com a ALN.

■ *16 de junho de 1970*

Em troca do embaixador alemão, são libertados quarenta presos políticos, que embarcam para Argel. O embaixador é solto.

■ *1º de julho de 1970*

Seqüestro de um avião da Cruzeiro por membros da Dissidência Estudantil de Niterói. Soldados da Aeronáutica invadem o avião, matam um dos seqüestradores e prendem os outros três.

■ *3 de outubro de 1970*

Nas eleições indiretas para governadores dos estados, a Arena elege 21 dos 22 governadores estaduais. A exceção foi o estado na Guanabara, que escolheu Chagas Freitas, embora do MDB, seguidor das diretrizes do governo.

■ *24 de outubro de 1970*

Joaquim Câmara Ferreira, fundador e dirigente da ALN, é capturado e torturado até a morte.

■ *Outubro de 1970*

Baixado pelo governo o *Planejamento de Segurança Interna.*

■ *15 de novembro de 1970*

O governo edita novo documento confidencial sobre segurança interna, a *Diretriz Particular do Presidente da República.* Eleições legislativas em todo o país dão esmagadora vitória ao partido governista.

■ *7 de dezembro de 1970*

Seqüestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seguido da morte de seu guarda-costas, em uma ação conjunta da VPR e do MR-8 chefiada por Lamarca.

■ *12 de janeiro de 1971*

Setenta presos políticos, trocados pelo embaixador suíço, viajam para o Chile.

■ *15 de janeiro de 1971*

Baixada nova medida de segurança interna, a *Diretriz do Ministro do Exército.*

■ *30 de março de 1971*

O Decreto nº 68.447 reformula e reorganiza o Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

■ *15 abril de 1971*

Um comando conjunto do MRT e da ALN mata, em São Paulo, o empresário Henning Boilesen, ativo colaborador da OBAN.

■ *7 setembro de 1971*

Carlos Lamarca é morto no interior da Bahia.

■ *26 de novembro de 1971*

O ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo, deixa o cargo após graves acusações envolvendo a Aeronáutica em casos de tortura, como o de Stuart Edgar Angel Jones, morto na Base Aérea do Galeão.

■ *Novembro de 1971*

O governo investe-se do poder de editar decretos secretos.

■ *Dezembro de 1971*

O comandante da III Zona Aérea, João Paulo Moreira Burnier, e o chefe do CISA, Carlos Afonso Dellamora, são afastados de suas funções.

■ *Março de 1972*

Inaugurada a Escola Nacional de Informações (EsNI), visando à formação e o aprimoramento do pessoal do SNI e do Sistema Nacional de Informações. Com ela, desativaram-se todos os demais cursos avançados de informação, inclusive os da Escola Superior de Guerra.

■ *31 de março de 1972*

O Estado-Maior do Exército edita o documento confidencial intitulado *Bases para a Doutrina Militar de Força Terrestre*, que trata do papel do Exército e das demais Forças na defesa nacional, e as *Diretrizes Gerais de Planejamento Estratégico de Força Terrestre.*

■ *12 de abril de 1972*

Chegada do Exército à região do Araguaia para combater a guerrilha rural ali desenvolvida pelo PC do B.

■ *2 de maio de 1972*

O Congresso aprova emenda constitucional fixando que as próximas eleições para os Executivos estaduais deverão se realizar novamente pela via indireta.

■ *7 de maio de 1972*

O senador democrata John Tunney, da Califórnia, propõe a suspensão da ajuda militar norte-americana ao Brasil até que sejam investigadas as denúncias de tortura.

■ *24 de setembro de 1972*

O *Estado de S. Paulo* publica extensa reportagem sobre a campanha do Exército na guerrilha do Araguaia, que vinha sendo preparada pelo PC do B desde 1967. Começa nessa época uma campanha militar com cerca de dez mil homens sob o comando dos generais Viana Moog e Antônio Bandeira. Em fins deste mês, o Exército é obrigado mais uma vez a se retirar da área. A preparação para a nova campanha vai durar quase um ano.

■ *1972*

Publicado em Londres o *Report on Allegations of Torture in Brazil*, da Anistia Internacional, com a relação de 1.076 vítimas de tortura no Brasil.

■ *18 de junho de 1973*

O general Ernesto Geisel, presidente da Petrobrás, é lançado oficialmente por Médici como candidato à presidência da República.

■ *14 de setembro de 1973*

A Arena homologa os nomes dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, respectivamente, para presidente e vice-presidente da República. O deputado Ulysses Guimarães compõe chapa com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho para concorrer às eleições presidenciais pelo MDB.

■ *7 de outubro de 1973*

Inicia-se a terceira campanha do Exército no Araguaia. Calcula-se de cinco a seis mil os efetivos empregados.

■ *Dezembro de 1973*

Morrem Maurício Grabois e João Carlos Hass Sobrinho, ambos da comissão militar da guerrilha do Araguaia. Em abril de 1974, com a morte de "Osvaldão", a guerrilha seria derrotada.

■ *15 de janeiro de 1974*

O Colégio Eleitoral referenda, em Brasília, os nomes de Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos por 400 votos contra 76 dados à chapa oposicionista.

■ *10 de fevereiro de 1974*

Chega ao Brasil o cientista político Samuel Huntington, convidado pelo general Golberi do Couto e Silva para discutir o processo de liberalização política. Golberi também se encontra nessa época com emissários da CNBB para tratar do mesmo assunto.

■ *14 de março de 1974*

Discurso de Francisco Pinto criticando a presença, no Brasil, do presidente do Chile, general Pinochet, para a cerimônia de posse do general Geisel. O deputado é enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

■ *15 de março de 1974*

Posse de Ernesto Geisel na presidência da República.

Glossário de siglas

2ª Seção • Seção de Informações do Exército
A1 • Seção de Pessoal da Aeronáutica
A2 • Seção de Informações da Aeronáutica
ABI • Associação Brasileira de Imprensa
AERP • Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
AI • Ato Institucional
ALN • Ação Libertadora Nacional
AMAN • Academia Militar das Agulhas Negras
Arena • Aliança Renovadora Nacional
ASI • Assessoria de Segurança Interna
BIS • British Information Service
CCC • Comando de Caça aos Comunistas
Cenimar • Centro de Informações da Marinha
CEP • Centro de Estudos de Pessoal do Exército
CGI • Comissão Geral de Investigações
CIA • Central Intelligence Agency
CIE • Centro de Informações do Exército
CISA • Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB • Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI • Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA • Comando de Libertação Nacional
CPI • Comissão Parlamentar de Inquérito
D2 • Divisão de Informações (Forças Armadas)
DEOPS • Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIP • Departamento de Imprensa e Propaganda

Divin	▪ Divisão de Informações (Petrobrás)
DOI	▪ Destacamento de Operações de Informações
DOPS	▪ Departamento de Ordem Política e Social
DPF	▪ Departamento de Polícia Federal
DSI	▪ Divisão de Segurança Interna
E2	▪ Seção de Informações do Exército
ECEMAR	▪ Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	▪ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	▪ Estado-Maior do Exército
EMFA	▪ Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	▪ Escola Superior de Guerra
EsNI	▪ Escola Nacional de Informações
FAB	▪ Força Aérea Brasileira
FAC	▪ Frente Anticomunista
IPM	▪ Inquérito Policial-Militar
ISOP	▪ Instituto Superior de Orientação Profissional
JID	▪ Junta Interamericana de Defesa
KGB	▪ Comitê para a Segurança do Estado
MAC	▪ Movimento Anticomunista
MDB	▪ Movimento Democrático Brasileiro
MEC	▪ Ministério da Educação e Cultura
MOSSAD	▪ (Serviço secreto de Israel)
MR-8	▪ Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	▪ Movimento Revolucionário Tiradentes
N-SISA	▪ Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica
NOVACAP	▪ Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OBAN	▪ Operação Bandeirantes
OLAS	▪ Organização Latino-Americana de Solidariedade
Para-Sar	▪ 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento
PC do B	▪ Partido Comunista do Brasil
PCB	▪ Partido Comunista Brasileiro
PCBão	▪ Partido Comunista Brasileiro
PCBR	▪ Partido Comunista Revolucionário
PDT	▪ Partido Democrático Trabalhista

PE	▪ Polícia do Exército
PIS	▪ Processo de Investigação Sumária
PM	▪ Polícia Militar
PNI	▪ Plano Nacional de Informações
PTB	▪ Partido Trabalhista Brasileiro
RAM	▪ Regimento de Artilharia Montada
RAN	▪ Resistência Armada Nacional
RM	▪ Região Militar
SFICI	▪ Serviço Federal de Informação e Contra-Informação
SNI	▪ Serviço Nacional de Informações
STF	▪ Supremo Tribunal Federal
STM	▪ Superior Tribunal Militar
UFRJ	▪ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	▪ Universidade de Brasília
UNE	▪ União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	▪ Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR	▪ Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI	▪ Zona de Defesa Interna

Índice onomástico

Sobre os organizadores

- *Maria Celina D'Araujo*

Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ.

Pesquisadora do CPDOC da Fundação Getulio Vargas e Professora de Ciência Política da UFF.

Autora de *O segundo governo Vargas* (2ª ed., São Paulo, Ática, 1992), de vários outros trabalhos sobre a história política do Brasil, co-organizadora de *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993) e co-organizadora, com Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, de *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994).

- *Gláucio Ary Dillon Soares*

PhD em Sociologia pela Washington University, St. Louis.

Professor Titular de Estudos Latino-Americanos e Sociologia da Universidade da Florida e Pesquisador Associado do CPDOC da Fundação Getulio Vargas.

Autor de *Sociedade e política no Brasil* (São Paulo, Difel, 1973), *A questão agrária na América Latina* (Rio de Janeiro, Zahar, 1976) e de cerca de 130 artigos e capítulos de livros em 15 diferentes países. Co-organizador, junto com Maria Celina D'Araujo, de *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas* (Ed. da FGV, 1994).

- *Celso Castro*

Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ.

Pesquisador do CPDOC da Fundação Getulio Vargas.

Autor de *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990).

Este livro trata da questão mais delicada e traumática da memória nacional recente: a atuação dos orgãos de informação e repressão durante o regime militar brasileiro.

Apresenta ao leitor depoimentos inéditos de militares que ocuparam, quase todos, posições-chave nesses órgãos. Os depoimentos revelam-se, em seu conjunto, uma fonte preciosa, e constituem, até o presente, o mais completo material sobre o que poderia ser considerado uma "visão militar" da repressão.

Entre as questões abordadas pelos entrevistados, destacam-se as relativas à dinâmica da repressão, à responsabilidade dos chefes e às enormes dificuldades das Forças Armadas em oferecer uma versão socialmente aceita a respeito dessa "guerra", feita e vencida, segundo dizem, em nome da pátria. Por isso mesmo, este livro (concebido como uma seqüência de *Visões do golpe - a memória militar sobre 1964*) constitui uma fonte imprescindível para aqueles que se interessam por nossa história, particularmente por esse período crítico da vida nacional - os "anos de chumbo".

DEPOIMENTOS DE:

Adyr Fiúza de Castro, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Cyro Guedes Etchegoyen, Deoclécio Lima de Siqueira, Enio dos Santos Pinheiro, Gustavo Moraes Rego Reis, Ivan de Souza Mendes, João Paulo Moreira Burnier, José Luiz Coelho Netto, Leonidas Pires Gonçalves,

ISBN 85-85427-85-X
9 788585 427856

RELUME DUMARÁ